GABRIELA DE ANDRADE LIRA MOTA ASSUNÇÃO

IMAGENS DISSOLVENTES DA NARRATIVA DE MODERNIDADE:

Interpretações sobre a tradição a partir de casos de demolições em Recife e Salvador (1909-1933).

GABRIELA DE ANDRADE LIRA MOTA ASSUNÇÃO

IMAGENS DISSOLVENTES DA NARRATIVA DE MODERNIDADE

Recife, c. 1913

Salvador, c. 1933

Natal, junho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRADE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

IMAGENS DISSOLVENTES DA NARRATIVA DE MODERNIDADE:

Interpretações sobre a tradição a partir de casos de demolições em Recife e Salvador (1909-1933).

Gabriela de Andrade Lira Mota Assunção
Orientador: Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas

Natal-RN, junho de 2019.

GABRIELA DE ANDRADE LIRA MOTA ASSUNÇÃO

IMAGENS DISSOLVENTES DA NARRATIVA DE MODERNIDADE:

Interpretações sobre a tradição a partir de casos de demolições em Recife e Salvador (1909-1933).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para obtenção do título de Doutor.

Orientador
Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas

Financiamento
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Natal-RN, junho de 2019.

Figura da capa (superior): obras do porto do Recife, igreja do Corpo Santo ao centro em meio aos escombros do entorno. Fotografia panorâmica de Francisco du Bocage (1913)
Fonte: acervo do Instituto Moreira Salles

Figura da capa (inferior): Escombros da Igreja da Sé de Salvador (1913)
Fonte: PERES, 1974.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial Prof. Dr. Marcelo Bezerra de Melo Tinôco - DARQ - -CT

Assunção, Gabriela de Andrade Lira Mota.
Imagens dissolventes da narrativa de modernidade: interpretações sobre a tradição a partir de casos de demolições em Recife e Salvador (1909-1933) / Gabriela de Andrade Lira Mota Assunção. - Natal, RN, 2019.
254f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: George Alexandre Ferreira Dantas.

1. Arquitetura Moderna - Tese. 2. Demolições - Tese. 3. Representação - Tese. 4. Tradição - Tese. 5. Preservação - Tese. I. Dantas, George Alexandre Ferreira. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE15 CDU 72.036

Elaborado por Ericka Luana Gomes da Costa Cortez - CRB-15/344

Candidata: Gabriela de Andrade Lira Mota Assunção

Tese defendida e julgada em 17 de junho de 2019 perante a banca examinadora:

Prof. Dr. **George Alexandre Ferreira Dantas** (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. **José Clewton do Nascimento** (examinador interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. **Francisco Sales Trajano Filho** (examinador externo)
Instituto de Arquitetura e Urbanismo/USP

Prof. Dra. **Juliana Cardoso Nery** (examinador externo)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFBA

Prof. Dr. **Fernando Diniz Moreira** (examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Para *Arthur, Armando Filho* e meus pais.

AGRADECIMENTOS

Foi longo e intenso o caminho percorrido para escrever essa tese. Não poderia atravessa-lo sozinha, precisei de muitas mãos.

Mantive-me em Natal e na Universidade de Federal do Rio Grande do Norte que me acolheu desde 2012 (quando iniciei o mestrado acadêmico), após sair de Recife com pouco tempo de formada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco. Os laços feitos na área acadêmica me encorajaram a mais um novo desafio, que abracei com todas as minhas forças.

Para enfrentar a tese, foi essencial o pleno apoio recebido do Prof. George Alexandre Ferreira Dantas. Foram longas as conversas (presenciais ou distância), que contribuíram com tudo que foi escrito. Ademais agradeço a compreensão de entender meu novo ritmo de trabalho, com mais pausas no dia a dia de uma mãe, aprendendo a conciliar a maternidade com as demandas da pesquisa e da formação docente.

Importantes contribuições a esse trabalho foram recebidas de professores experientes e que me inspiram a seguir nessa profissão, num mundo cada dia mais afeito a acreditar em informações sem fonte segura. A Professora Edja Trigueiro foi fundamental para instigar a mim e minha turma a buscarmos nosso melhor na definição do projeto da tese. Aos professores que discutiram meu projeto de tese, principalmente Natália Miranda Vieira, Nelci Tinem (*in memoriam*) e Amadja Borges.

Também aos professores José Clewton do Nascimento, Juliana Cardoso Nery e Francisco Sales Trajano Filho que provocaram o amadurecimento da tese e sua estrutura, através das bancas de qualificação. Agradeço ao meu professor da graduação, Fernando Diniz Moreira, o aceite para avaliação do produto final da tese. Referências importantes na produção da pesquisa nacional que me oferecem inspiração e avaliações precisas para minha formação.

Agradeço a CAPES por ter oferecido recursos para a pesquisa. O caminho percorrido demandou viagens de pesquisas para os acervos físicos, sou grata a cada um dos profissionais que me auxiliaram na busca e consulta das fontes documentais. Observei o zelo dos funcionários para com os registros do passado e a luta diária deles contra a ação do tempo, em muitos casos a deterioração natural está agravada pela falta de infraestrutura e os recursos financeiros insuficientes. Em Recife, em especial agradeço aos funcionários da Fundação Joaquim Nabuco, do Arquivo público do Estado e do Museu da Cidade e das bibliotecas da UFPE (Central e do CAC). Em Salvador, agradeço de maneira geral aos profissionais do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Pública Estadual, da Fundação Gregório de Matos,

Fundação Mário Leal, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Biblioteca do Mosteiro de São Bento e da biblioteca setorial de arquitetura da UFBA.

Parte considerável dessa pesquisa foi realizada na sala do HCUrb (grupo de estudo em História da Cidade e do Urbanismo da UFRN). Grupo de sólida experiência com seus 20 anos de pesquisa, coordenado pela professora Ângela Ferreira, com vice-coordenação do professor George Dantas. Agradeço aos pesquisadores membros, pelas discussões coletivas e o ambiente aprazível de estudo.

Outros momentos de compartilhamento foram vividos com os colegas da pós-graduação. No primeiro ano da tese construímos uma ótima trajetória, cada um dos pesquisadores da turma de doutorado contribuiu um pouco, entre as aulas e conversas, fomos superando os obstáculos de cada pesquisa. Foram muitos os incentivos e muitas angústias divididas, Maria Cândida Cerqueira, Aline D'Amore, Rodrigo do Nascimento, Daniel Andrade, Antônio Barbosa, Giordana Calado e Miriam Panet.

Outros colegas de pós-graduação desde o mestrado continuaram presentes ao longo do doutorado. Agradeço as palavras amigas de Rebeca Sousa, Bárbara Moreira, Elaine Medeiros, Lucy Donegan, Juliana Portela, Cintia Liberalino e Andrea Vianna. Agradeço em especial a Luana Cruz, arquiteta do IPHAN-RN e colega de pós, que me forneceu preciosas dicas de acervos virtuais.

A atuação na docência tornaram os anos de tese mais ricos e nada solitários. Agradeço aos colegas docentes e alunos que estiveram comigo no dia a dia, marcando o ritmo da tese, com novas experiências, reflexões e muito aprendizado. Agradeço de maneira coletiva a equipe de professores e funcionários das instituições que atuei: a Escola de Ciências e Tecnologia da UFRN, a Universidade Potiguar (UNP), o departamento de arquitetura e urbanismo da UFRN, o Centro Estadual de Educação Profissional Dr. Ruy Pereira dos Santos e a UNIFACEX.

Por fim, agradeço a minha família pela base emocional essencial a construção da tese. Armando e Arthur acompanharam cada momento do caminho percorrido. Arthur nasceu, deu seus primeiros passos, falou e viveu parte de sua primeira infância em meio ao ritmo dessa pesquisa com suas orientações, apresentações e viagens de pesquisa. Precisei de muita ajuda. Abrigada Armando, Fátima, Sérgio, meus irmãos (Henrique e Guilherme) pelo apoio incondicional. Agradeço a minha avó, Maria Teresinha (*in memoriam*), minha musa inspiradora que sempre fez de sua casa no Recife o ambiente de encontro da família materna e paterna. Agradeço a hospitalidade e presença sempre alegre da família Assunção nos encontros vividos.

Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso.

Ítalo Calvino, *Cidades Invisíveis,* 1990, p.9.

RESUMO

De meados do século XIX a início do XX, os primeiros planos urbanísticos de modernização são implantados, ocasionando a paradigmática remodelação de Paris e posteriormente reformando cidades brasileiras. No processo de transformação da imagem das capitais, as demolições ocuparam papel estratégico, apagando partes selecionadas dos núcleos de formação através da abertura de avenidas monumentais. A percepção da transformação e de compressão do tempo marcou o imaginário coletivo, fazendo aflorar um grande interesse pela cidade, expresso em discursos de intelectuais, nas falas de técnicos, na literatura, em fotografias e ilustrações de época. Com o aporte teórico metodológico da história cultural urbana, propõe-se fazer uma leitura da modernidade a partir dos seus escombros, o que foi varrido pela tempestade do progresso. Mais especificamente, abordamos alguns casos de demolições entre os casarões, taperas, quarteirões inteiros e símbolos arrasados pelos ciclos de modernização. No contrapelo da crença no novo, há uma série de falas ligadas às velhas pedras do passado que foram pouco estudadas pelas narrativas postas. Utilizamos a estratégia metodológica de recontar os processos, a partir das vozes que acompanharam as transformações de Recife e Salvador, cidades com expressivo acervo edilício herdado dos seus três primeiros séculos. Nessas urbes, já na década de 1920, observam-se debates em defesa da tradição e dos remanescentes dos seus núcleos coloniais, formando contextos propícios à criação de instituições estaduais de proteção dos monumentos. Assim, evidenciamos outras contribuições, que não apenas ligados ao centro-sul, para o processo histórico de reconhecimento de valor de exemplares, principalmente coloniais, como representativos da identidade nacional. Construções de discursos que, por fim, serviram de referência à estruturação da política federal de preservação do patrimônio fundada oficialmente no Brasil em 1937.

Palavras-chaves: modernidade, demolições, representações, tradição, preservação.

ABSTRACT

From the mid-nineteenth to the beginning of the twentieth century, the early urban plans of modernization were implemented, leading to the paradigmatic remodeling of Paris and later reforming Brazilian cities. In the process of transforming the image of capitals, the demolitions occupied a strategic paper, erasing selected parts of the formation cores through the opening of monumental avenues. The perception of transformation and time compression marked the collective imaginary, bringing up a great interest for the city, expressed in speeches of intellectuals, in speeches of technicians, in literature, in photographs and illustrations of the time. With the methodological theory of urban cultural history, it is proposed to make a reading of modernity from its wreckage, of what was swept away by the storm of progress. More specifically, we approach some of the demolitions between old houses, blocks of urban mesh and symbols devastated by modernization cycles. Against the belief in the new, there are a number of speeches linked to the old stones of the past that have few studied by the existing narratives. We used the methodological strategy to recount the processes, from the voices that accompanied the transformations of Recife and Salvador, cities with an expressive urban heritage from its early three centuries. There, already in the 1920s, we observe debates in defense of tradition and of the remnants from colonial cores, forming contexts favorable to the creation of state institutions to protect monuments. Thus, we show contributions, which are not only linked to the center-south, of the historical process of recognizing the value of exemplars, mainly from the colonial period, as representative of the national identity. Eventually the construction of speeches served as reference to structuring the federal preservation policy officially founded in Brazil in 1937.

Keywords: modernity, demolitions, representations, tradition, preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trecho da planta do Recife com intervenções realizadas nos anos 1900 e 1910.....23
Figura 2: Trecho da planta de Salvador com intervenções realizadas de 1912-1933. 25
Figura 3: Vista tomada de um quarteirão em demolição, Daumier (1852). 39
Figura 4: Trabalhadores das demolições de Paris, Daumier (1852). 40
Figura 5: Novas vias do Plano de Remodelação de Paris identificadas por fase de construção. 41
Figura 6: "Now my flowerpot will have some sunshine... I will finally know whether it is a rose or a gillyflower! ", Daumier (1852). 42
Figura 7: Resultado da demolição de edificações em Paris, Daumier (1852). 42
Figura 8: Casal observando as demolições, Daumier (1852). 42
Figura 9: Nova Paris, Ilustração de Gustave Doré (1860). 43
Figura 10: Rua Montorgeuil, *second arrodissement* (Paris, 1865-68), fotografia de Charles Marville.44
Figura 11: Construção da Avenida da Ópera (Paris, dez.1876), fotografia de Charles Marville. 45
Figura 12: Construção da Avenida da Ópera a partir da Rua Saint-Roch (Dez. 1876, Paris), fotografia de Charles Marville. 46
Figura 13: Construção da Avenida da Ópera (Dez. 1876, Paris), fotografia de Charles Marville. 46
Figura 14: Torre de Louis-D'Outremer, Laon – França, ilustração de 1820 de Godefroy Engelmann, Edouard Henri Théophile Pingret. 53
Figura 15: Notre-Dame em processo de restauração (1851), fotografia de Charles Marville.....55
Figura 16: Pináculo de Notre-Dame (1859-60), fotografia de Charles Marville. 55
Figura 17: Castelo de Kenilworth (1847), ilustração de John Ruskin. 56
Figura 18: *Street in Bologna* (1845), pintura de John Ruskin. 57
Figura 19: Igreja da Sé de São Paulo antes de sua demolição em 1912, imagem da 1ª conferência de Ricardo Severo em 1914. 63
Figura 20: Rua da Cadeia (posteriormente Marquês de Olinda), fotografia de Moritz Lamberg, 1880. 79
Figura 21: Rua do Bom Jesus, fotografia de Moritz Lamberg, 1880. 79
Figura 22: Proposta de reforma do bairro do Recife (1888), eng. Alfredo Lisboa. 81
Figura 23: Projeto de duas avenidas, 1910, apresentado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. 83
Figura 24: Trabalhos de construção do cais de oito metros e da Praça Rio Branco (atual Praça do Marco Zero), Recife, 1912. 83
Figura 25: Trecho da planta do Recife de Sir Douglas Fox e H, Michell Whitley (1906/07).....84
Figura 26: Trecho da planta do Recife em 1914. 84
Figura 27: Desenho de Diogo de Campos Moreno (1609), número 5 corresponde a ermida de S. Frei Pedro Gonçalves.....87
Figura 28: Mapa do Recife em 1733, referencial de Diogo Veloso e João Real sobre base de Douglas Fox (1906/07). 89
Figura 29: Largo do Corpo Santo, gravura de Emil Bauch (1852). 92
Figura 30: Praça do Corpo Santo, gravura de Luis Schlappriz (1863-1868). 93
Figura 31: O bairro do Recife em reforma, fotografia de Francisco du Bocage, cerca de 1910. 94
Figura 32: Construção dos novos Armazém na frente de água de acesso a cidade (c.1910), fotografia de Francisco du Bocage.....95
Figura 33: Arco da Conceição, fotografia de Francisco du Bocage (1898). 97
Figura 34: Igreja do Corpo Santo ao centro da fotografia panorâmica de Francisco du Bocage (1913). 99
Figura 35: Vista para Rua Marquês de Olinda a partir da Ponte Sete de Setembro, com o arco da Conceição já demolido, fotografia de 1914.....103
Figura 36: Arco de Santo Antônio, fotografia de 1910. 103
Figura 37: Cartão Postal da Praça Rio Branco, pós-reforma.....104
Figura 38: Fotografia da Sé de Olinda no final do século XIX. 107
Figura 39: Sé de Olinda com sua feição neogótica, fotografia de Benício Dias. 107
Figura 40: "Velharias do Recife" 110
Figura 41: Praça Rio Branco, pós-reforma.....110
Figura 42: Casa Grande do engenho Megahype, desenho de Manoel Bandeira (1925). 113

Figura 43: Torre Malakoff, desenho de Manoel Bandeira (1925).....113
Figura 44: Praça Marechal Deodoro e seus arredores na Cidade Baixa.....120
Figura 45: Cidade Baixa com o aterro concluído. Fotografia tirada em 1917 para revista Mentor Magazine (EUA), nº126.....121
Figura 46: Projeto de melhoramentos em parte do Salvador de autoria do Eng. Civil Alencar Lima. 123
Figura 47: Procissão de transladação das imagens da antiga igreja de São Pedro, fotografia de 1912. 126
Figura 48: Igreja de São Pedro construída na década de 1910 na Praça da Piedade.....126
Figura 49: Fotografia do Edifício do Senado (c.1906).....127
Figura 50: Praça da Piedade por volta de 1930.....127
Figura 51: Rua Chile (Cidade Alta) alargada e asfaltada, como os novos edifícios ainda em construção. 129
Figura 52: Planta da cidade de Salvador da primitiva fundação de Thomé de Sousa em 1549. 132
Figura 53: Vista da cidade de Salvador, desenho de Benedictus Mealius, cerca de 1625. 133
Figura 54: Planta do engenheiro João Massé, 1715. 135
Figura 55: Trecho da fotografia panorâmica de Marc Ferrez, 1875 – pça. da cidade à ig. de S.Bento. 136
Figura 56: Mosteiro de São Bento, fotografia de Marc Ferrez (1874). 136
Figura 57: Comparação entre a possibilidade de mutilação da Igreja de São Bento com a de São Pedro em Roma. 145
Figura 58: O povo espalhado em frente à Igreja da Ajuda na celebração da última missa. 148
Figura 59: Antiga Igreja da Ajuda (1579-1912).....150
Figura 60: Igreja da Ajuda inaugurada em 6 de jun. de 1913. 150
Figura 61: Melhoramentos municipais no distrito da Sé, 1912.....157
Figura 62: Trecho fotografia panorâmica de Marc Ferrez em 1875, igreja Sé vista a partir da baía. ..160
Figura 63: Traçado de bondes alternativo caso a demolição da Igreja da Sé não fosse realizada.....161
Figura 64: Igreja da Sé, fachada voltada para a Baía de Todos os Santos. Fotografia de Eduardo Braga, 1928.....166
Figura 65: Reportagem de 1ª página sobre início dos trabalhos de demolição da Igreja da Sé de Salvador.....185
Figura 66: Portada da igreja da Sé de Salvador, aquarela de Alfredo Norfini. 189
Figura 67: Ouro Preto, aquarela de Alfredo Norfini de 24 jan. 1921.....189
Figura 68: “Com a velha Sé e um projeto criterioso”, planta de Jaime da Cunha Abreu, de 1928.....210
Figura 69: Planta do trecho entre a Rua Chile e o Terreiro, identificando o desnível de 1,5 m da Rua do Liceu (C) ao beco do Palácio do Arcebispo (I). 211
Figura 70: Túnel atravessando a Igreja da Sé, ligando Rua da Misericórdia à Rua do Arcebispo.....212
Figura 71: Rua da Misericórdia, no prolongamento da Rua Chile, com parede lateral da Igreja da Sé ao fundo, fotografia tirada antes de 1933.....214
Figura 72: Proposta do Engenheiro Civil Eurico da Costa Coutinho.....215
Figura 73: Recibo de compras de ferramentas para os serviços de demolição da Igreja da Sé. 216
Figura 74: Escombros da Sé demolida em 1933. 217
Figura 75: Escombros da Sé demolida em 1933, ao fundo se vê a igreja da Misericórdia. 217
Figura 76: Sistema radiocêntrico proposto, convergente para a colina da Sé. 218
Figura 77: Perspectiva da proposta de intervenção na Praça Castro Alves e adjacências.....219
Figura 78: Planta da proposta de intervenção na Praça Castro Alves e adjacências. 219
Figura 79: Vista da Praça Castro Alves para o Mosteiro de São Bento 220
Figura 80: Planta da proposta da Praça Castro Alves. 220
Figura 81: Edifícios Ouro Preto (à esquerda) e Ouro Branco (à direita), projetados por Diógenes Rebouças, no bairro do Comércio (Cidade Baixa). 223
Figura 82: Igreja da Sé e o passadiço do Palácio Arquiepiscopal, pintura documental de Diógenes Rebouças, ...223
Figura 83: Planta-baixa da antiga igreja da Sé, com marcação dos setores de escavação arqueológica. 224
Figura 84: Fotografia panorâmica de 1999, com a Praça da Sé, após a reinauguração e os alicerces da igreja expostos pelas janelas arqueológicas. 224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lista de bens imóveis em Salvador realizada pela Inspetoria de Monumentos da Bahia (grifo nosso). 175
Tabela 2: Lista da subcomissão de história, tradição e monumentos da cidade do Recife. 182
Tabela 3: Lista dos processos de tombamento federal em 1938 – Recife-PE. 198
Tabela 4: Lista dos processos de tombamento federal em 1938 – Salvador-BA. 199

LISTA DE SIGLAS

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

IAHGP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MES – Ministérios de Educação e Saúde

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
Apresentação 16
Problemática 21
O trabalho com as fontes de pesquisa 28

Capítulo 1
A MODERNIDADE SOB A LENTE DE SEUS ESCOMBROS 37
1.1. Demolições estratégicas do processo de modernização 38
1.2. A tempestade do progresso e os vestígios do passado 49
1.3. Escombros e vestígios do passado no Brasil (anos 1910-1920) 59

Capítulo 2
O MARTELO DO PROGRESSO E AS VELHAS PEDRAS DO PASSADO EM RECIFE (ANOS 1910-1920) 78
2.1. Recife: obras urbanas de 1909-1918. 79
2.2 Imagens dissolventes do Recife colonial 85
2.2.1. Considerações históricas sobre o núcleo de formação do Recife 86
2.2.2. A demolição da Matriz do Corpo Santo e de seu entorno (1910-1918) 93
2.3. A salvaguarda do remanescente do velho Recife (anos 1920). 104

Capítulo 3
O MARTELO DO PROGRESSO E AS VELHAS PEDRAS DO PASSADO EM SALVADOR (ANOS 1910-1920) 118
3.1 Salvador: obras urbanas dos anos 1910-1920 119
3.2 Imagens dissolventes da Salvador colonial 131
3.2.1 Considerações históricas sobre o núcleo de formação de Salvador 131
3.2.2 A demolição da Igreja da Ajuda e as ameaças ao Mosteiro de S. Bento (1912) 136
3.3 A morte anunciada da Sé de Salvador (anos 1910-1920) 155

Capítulo 4
USOS DE DEMOLIÇÕES EMBLEMÁTICAS NO DEBATE CULTURAL URBANO 171
4.1. Em falas institucionalizadas sobre a preservação de bens móveis e imóveis 172
4.1.1. O âmbito local, Salvador e Pernambuco, na virada para os anos 1930. 172
4.1.2. O âmbito nacional, a construção de uma política federal de preservação do patrimônio, anos 1930. 188
4.2. Em análises de novos projetos para as cidades, a partir dos anos 1930. 200
4.2.1. Mobilizações de demolições do Recife colonial. 200
4.2.2. Mobilizações de demolições da Salvador colonial. 209

ESCOMBROS QUE FALAM: à guisa de conclusão 226
REFERÊNCIAS 235
ANEXOS 251
Anexo 1 – Planta da cidade do Recife, mapa base de Sir Douglas Fox de 1907. 251
Anexo 2 – Planta de Salvador, mapa base de Adolfo Morales de los Rios de 1894. 252
Anexo 3 – Planta da cidade do Recife, em 1914. 253
Anexo 4 – Folha de pagamento de pessoal - serviço de deolição, igreja da Sé. 254

INTRODUÇÃO

Apresentação

A modernidade urbana é um tema com bastante acúmulo de produção. A abordagem introduzida pela História Cultural sobre a cidade, através do estudo das representações construídas sobre ela, abre uma ampla gama de possibilidades de novas pesquisas, construídas a partir de sua problematização e construção de uma questão para reflexão.

Inserindo-se no fértil campo temático de pesquisa da modernidade urbana, o presente trabalho põe em evidência representações que emergem das transformações das cidades brasileiras de início do século XX, período importante na formação do urbanismo no Brasil. As origens das ideias aplicadas nos projetos e planos de modernização brasileiros estavam em capitais de países industrializados que haviam entrado em um acelerado ritmo de urbanização e passaram a empreender reformas urbanísticas com ênfase numa visão progressista de grande otimismo nos avanços técnicos. Segundo Margarida Neves (2010, p.19):

> Esses ideais modernos, condensados no que então era visto como associação indissolúvel entre os conceitos de *progresso* e de *civilização*, redesenhavam o quadro internacional, acenavam com a possibilidade de um otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica, impunham uma determinada concepção de tempo e de história, e ocultavam aos olhos da grande maioria o reverso de um panorama apresentado [...]

O Plano de Remodelação de Paris conduzido pelo Prefeito Eugène Haussmann (entre 1853-1870) operou com grande convicção nas motivações técnicas da imposição de novos padrões estéticos, sanitários e viários. A transformação da cidade se fez mediante demolições maciças no seu traçado urbano, marcado pela estrutura medieval com acréscimos e modificações do processo de urbanização. A capital francesa ajudou a difundir o mito da modernidade, construído a partir de uma série de representações mobilizadas pelos bulevares[1]. As novas paisagens foram amplamente divulgadas na época e serviram de referência para diversos outros processos de modernizações de cidades[2].

O reverso do panorama do progresso foi marcado pela exclusão de sujeitos da área central. As classes populares foram empurradas para a periferia, enquanto o valor da terra

[1] Extensas vias em linha reta - com ampla largura e farta arborização - que abriram visuais inimagináveis no casco antigo da Paris medieval, integrando rapidamente áreas que eram marcadas pela autonomia de ser um pequeno unidade de trabalho, comércio, religião e lazer (ORTIZ, 2000).

[2] Cf. Leonardo Benevolo (1998[ed. orig. 1960]) – *História da arquitetura moderna*; David Harvey (2003) – *Paris, capital of modernity;* o conjunto de escritos organizados por Heliana Salgueiro (2001) - *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos.*

no ambiente renovado aumentou vertiginosamente (HARVEY, 2015). Os escombros da velha Paris não levaram apenas as casas precárias de famílias menos abastadas, pois com as demolições parte da pátina do tempo da cidade foi perdida, apagando-se elementos físicos de suporte da memória e história local. Assim no contrapelo do processo de modernização exacerba-se uma luta de representações entre o progresso e a tradição.

> A modernidade urbana é, por si só, outra representação que introduz toda uma outra série de apreciações. Tradução sensível da renovação capitalista do mundo, a modernidade, enquanto experiência histórica, individual e coletiva, faz da cidade mais que um *locus*, um verdadeiro personagem. A emergência da cidade moderna e, sobretudo de Paris como paradigma e mito da metrópole exportável enquanto modelo para o mundo põe em cena uma gama de novas representações. Por exemplo, a transformação da cidade desencadeia uma luta de representações entre o progresso e a tradição: uma cidade moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias urbanas para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene, da estética. (PESAVENTO, 2012, p.79)

Ora, então, o debate sobre a tradição é um dos vieses temáticos abertos com a pesquisa da modernidade urbana. Conforme destaca Sandra Pesavento (2012, p.79) "destruir e remodelar a *urbe* implica julgar aquilo que se deve preservar, aquilo que, em termos de espaço construído, é identificado como ponto de ancoragem da memória, marco de reconhecimento e propriedade coletiva". Os processos de modernizações influenciaram a formação de políticas de patrimônio e evidenciaram um contexto mais amplo de busca de identidades urbanas.

Françoise Choay (2006, p.143-144) afirmou que a institucionalização do monumento histórico foi "catalisada" pelas ameaças e destruições do "modo de urbanização" industrial e suas "escalas viárias e parcelares". Nesse processo de transformação da urbe, exemplares do passado ganham reconhecimento enquanto monumentos justamente no momento em que passam a constituir um "obstáculo", um "entrave" à organização de uma nova lógica espacial[3].

> Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção. As duas aventuras são, todavia, solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se obstáculo ao livre desdobramento

[3] Conforme Pontual e Loretto (2008, p.4), "adotando a tese de Choay, por reação a estes paradigmas urbanísticos disseminam-se várias abordagens sobre a conservação das cidades. Na França com Viollet-le-Duc (1814-1879), na Inglaterra com John Ruskin (1819-1900), na Áustria com Camillo Sitte (1843-1903) e Alois Riegl (1858-1905), na Itália com Camilo Boito (1836-1914)".

> de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual (CHOAY, 2006, p.179-180).

A luta de representações entre o progresso e a tradição aparece nas cidades brasileiras modernizadas. No período da Primeira República (1889-1930) foram realizadas reformas urbanas de grande porte a fim de reproduzir a imagem de que país "havia finalmente entrado na era do *progresso* e da *civilização"* (NEVES, 2010, p.40). A reforma no Rio de Janeiro, sede do governo, seguiu a referência da remodelação de Paris[4], rasgando novas avenidas sobre a estrutura urbana colonial e seus acréscimos decorrentes dos anos seguintes de ocupação.

Essa construção se fez mediante maciças demolições. Nos discursos que justificaram a transformação urbana, os becos e vielas que seguiam a topografia marcada por morros do relevo do Rio de Janeiro, foram representados como uma imagem negativa que deveria ser superada com a modernização. Construiu-se uma associação entre a morfologia herdada do período colonial com um ambiente doente, com focos de doenças que deveriam ser tratados tecnicamente a fim de conter epidemias.

> Os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do 'organismo' urbano. Os pântanos, como dissemos, eram considerados os principais focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que causavam as doenças epidêmicas. Os morros impediam a circulação dos ventos capazes de dissipar esses maus ares. [...] as ruas estreitas e tortuosas dificultavam a renovação do ar e a penetração da luz do sol; as praias eram imundos depósitos de fezes e lixo [...]. (BENCHIMOL, 2010, p.240)

Com ênfase na técnica, na capital republicana as comissões federais fiscalizaram as obras no porto, retificando o litoral com demolição de quarteirões e construção de aterros de enseadas com entulhos provenientes do arrasamento do morro do Senado[5]. O grande marco da gestão do Prefeito Pereira Passos foi a construção da Avenida Central, cuja extensão "de 2km rasgou, de mar a mar, o labirinto de ruas estreitas e movimentadas da Cidade Velha". A Avenida Central era uma das imagens que representava a nova cidade, com características de bulevar e um repertório edilício monumental eclético[6], reproduzia

[4] Cf. Cláudia Paixão (2008) *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo*, Carlos Kessel (2008a) *Tesouros do Morro do Castelo*, Nicolau Sevcenko (1999), *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, Jaime Benchimol (1992) *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*.

[5] O desmonte do Morro do Senado permitiu a construção em 1903 da avenida Mem de Sá e de uma praça atualmente conhecida como da Cruz Vermelha (PINHEIRO, Eloisa Petti, 2011).

[6] Cf. George Dantas e Rebeca Sousa (2014) tecem notas em torno do concurso de fachadas da Avenida Central. Entre as edificações construídas destaca-se "a Escola Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal, o Palácio Monroe e o Teatro Municipal" (BENCHIMOL, 2010, p.258). As edificações de

uma espécie de "Paris Tropical" (BENCHIMOL, 2010).

A construção de novas vias, alargamentos, prolongamentos e retificações foram modificando a imagem colonial do Rio de Janeiro. Com as demolições, desabrigaram-se "milhares de pessoas", empurrando a camada popular para a periferia e também apagando velhas práticas sociais que tinham lugar na "rotineira" "cidade colonial" [7]. Com as áreas remodeladas "[...] a República constrói um cenário de sonho, projeta um futuro imaginado e legitima, assim, o presente" (NEVES, 2010, p.41).

Na gestão do prefeito engenheiro Carlos Sampaio, seguem-se os arrasamentos com o desmonte completo do morro do Castelo efetivado nos dois primeiros anos da década de 1920. Há uma propagação de falas acerca do evento de demolição de um símbolo característico do Rio de Janeiro colonial (marcado por ruas tortuosas, edificações modestas e símbolos religiosos) que era visto de grande parte da cidade. O Morro do Castelo aparece como tema de destaque, ante sua problematização enquanto obstáculo ao progresso e no seu marcante derruir[8].

O caso do Morro do Castelo evidenciou representações em disputa. Carlos Kessel (2001, p.52) destacou que "homens de letras, médicos e engenheiros envolveram-se na discussão", em que o monte, ora era chamado de "monturo infecto", ora elevado a "colina sagrada". Enquanto os trabalhos de demolição ocorriam, Sousa (2016) destaca falas de agentes, como Monteiro Lobato que evidenciou o interesse pitoresco[9] do Morro e o importante líder do movimento colonial, José Marianno Filho, que escreveu artigo denunciando a destruição do "patrimônio artístico nacional"[10].

Na década de 1920, a luta de representações entre o progresso e a tradição tornou-se mais evidente não só no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades da América

---

estética eclética caracterizaram-se por *revivals* de estilos do passado – como o neoclássico, o neobarroco e o neogótico – na composição da imagem de refinamento da cidade foi amplamente utilizado nas intervenções urbanísticas de meados do século XIX até a virada para o século XIX.

[7] Cf. Benchimol (2010, p.263) cita um trecho do Boletim da Intendência Municipal da Capital Federal de jun./set. 1903 que aborda algumas das "velhas usanças" de "cidade colonial" que foram proibidas por decretos, porque não condiziam com os padrões cosmopolitas que o Governo queria estimular. Por exemplo: a tração animal na zona urbana, os vendedores ambulantes de bilhetes da loteria, "mendicidade pública", dentre outros.

[8] Carlos Kessel (2008a) – *Tesouros do Morro do Castelo* e Rebeca Sousa (2016) na dissertação *Vestígios e Escombros,* destacam que havia um mistério sobre o Morro, quanto a suposta existência do Tesouro dos Jesuítas que ocuparam a colina nos primórdios da criação da cidade. Segundo Sousa (2016, p.76), isso tornou "bem sucedidas as histórias contadas sobre ele", como demonstra a autora abordando o interesse literário de Lima Barreto pelo Morro do Castelo.

[9] A noção de pitoresco é discutida ao longo da análise das falas apresentadas.

[10] Artigo intitulado *Esfarella-se o nosso patrimônio artístico! As preocupações do modernismo destruindo impiedosamente beleza e tradições* (A NOITE, 4 dez. 1922, p.1).

Latina que haviam sido atingidas pelo paradigma urbanístico da época. Em reação as transformações urbanas emergem uma série de falas sobre a tradição, semelhança encontrada em contextos díspares como Buenos Aires na Argentina e nas capitais brasileiras de São Paulo e Recife[11].

É perceptível nesse período, (re)interpretações dos exemplares do período colonial. Nesse sentido podemos citar a Exposição do Centenário da Independência de 1922, realizada no amplo terreno criado com o arrasamento do Morro do Castelo. O evento evidenciou a arquitetura neocolonial enquanto representativa do Brasil[12]. A herança colonial foi representada por algumas vozes como fio condutor da arquitetura nacional. Também se observam vozes de agentes da época evidenciando o valor de alguns exemplares da cidade colonial enquanto monumentos da nação[13]. A preocupação com a proteção dos monumentos foi, "o assunto tema" do 2º Congresso Pan-Americano de Arquitetos em 1923, o que evidencia a abrangência da circulação de ideias sobre a preservação.

Parece-nos fundamental, aprofundar no estudo das representações em disputa que marcaram os projetos de modernização de início do século XX. Posto que ora os exemplares do período colonial foram associados a imagem de atraso e a sujeira[14], ora foram evidenciados por sua representatividade nacional e seu valor de tradição. Sandra Pesavento (2012) destaca que o processo de transformação da cidade também motivou a interpretação do passado.

> Da mesma forma, uma cidade que se transforma se apressa em registrar a memória e o conhecimento daquilo que foi um dia: assim é que se elaboram os mitos de origens, se recolhem as lendas, se constrói uma história da cidade. Assim como pensa seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente (PESAVENTO, 2012, p.80)

[11] Cf. Dantas, Assunção e Sousa (2017) – artigo intitulado *Cidades Dissolutas: arquitetura, escombros e cultura urbana na virada para o século XX*.

[12] Cf. Carlos Kessel (2008b) *Arquitetura neocolonial no Brasil* e Maria Lucia Pinheiro (2011) *Neocolonial, Modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.* Edificações do programa escolar do governo também utilizaram o neocolonial como referência.

[13] Conforme Ana Lúcia Cerávolo (2013), o primeiro Congresso ocorreu em 1920 em Montevidéu, o segundo em Santiago do Chile (em 1923), a terceira edição em Buenos Aires (em 1927), a quarta edição no Rio de Janeiro (em 1930) e o 5º Congresso ocorreu em 1940. A 4ª edição que ocorre no Rio de Janeiro o tema da preservação do patrimônio volta a aparecer, dessa vez sob o título de 'Defesa do patrimônio artístico, principalmente arquitetônico das nações Americanas'.

[14] Cf. George Dantas (2009), a tese utiliza as representações como metodologia para compreender a formação da imagem negativa sobre a cidade colonial.

Problemática

Entendemos que as demolições de casarões, taperas, quarteirões inteiros, marcos urbanos e símbolos do passado tiveram um papel estratégico no processo de construção de uma "nova" cidade. A problematização de determinados exemplares enquanto obstáculo ao progresso de cidades brasileiras e os desdobramentos de suas demolições ou ameaças, é formulada como questão de pesquisa nesta tese.

Na trama difusa de vozes que emergiram das transformações das urbes nos anos 1910-1920, questiona-se de que maneira as demolições do traçado colonial contribuíram, ainda que paradoxalmente, para impulsionar a noção de seu valor arquitetônico como representativo do passado nacional? Quais são os agentes envolvidos na formação de uma nova leitura sobre o legado do passado e que ideias carregam suas falas?

O objeto de estudo definido para conduzir a discussão da questão, relaciona casos de demolições urbanas de início do século XX e os debates suscitados entre técnicos, intelectuais e periódicos da época. A hipótese formulada é de que os eventos de demolições estudados repercutiram na construção de uma noção de tradição, como portadora de valor, essencial para evidenciar a necessidade de salvaguarda de exemplares do período colonial.

Para discussão da hipótese, as cidades de Recife e Salvador foram definidas como recorte espacial da pesquisa. Capitais em que o acervo edilício legado dos tempos da colônia era bastante significativo, pois haviam sido cidades de relevância administrativa e econômica nos três primeiros séculos de domínio português. Interessa-nos pôr em foco as tensões que se manifestaram à medida que o modelo urbanístico com forte teor renovador, importado de Paris e da Capital republicana, atingiu essas urbes com marcante herança do passado. Na década de 1910, os núcleos coloniais de Recife e Salvador foram rasgados pela construção de simbólicas Avenidas. As características vistas das cidades[15] foram postas em ameaça.

No Recife, sob a justificativa de permitir o desenvolvimento econômico portuário, o *Projeto de Melhoramentos do Porto* implantado a partir de 1909, " 'evoluiu' da simples conveniência em se abrir a Avenida do Cais, para uma 'justificada' necessidade de se reconstruir uma parcela da cidade" (LUBAMBO, 1991, p.102). A fase de obras de 1909-

[15] Representadas inúmeras vezes por ilustrações, descrições de viajantes e pela recente técnica da fotografia.

1918 teve como foco a modificação da imagem da antiga área de fundação da cidade[16].

Abriu-se a Avenida do Cais, margeando a frente d'água portuária. A partir da Praça Santos Dumont (atual Praça do Marco Zero) situada na Avenida Cais, construiu-se um conjunto de três vias radiais que cortaram o adensado tecido existente e distribuíam o fluxo para os principais eixos de acesso ao bairro do Recife. A remodelação e extensão da Avenida Marquês de Olinda (antiga Rua da Cadeia) garantiu a conexão sem obstáculos à Ponte 7 de Setembro (mais antiga ligação com o continente). A Avenida Central garantiu o acesso a Ponte Buarque de Macedo. O alargamento da Travessa do Apolo permitiu a ligação com a via da margem oposta do bairro, denominada Cais do Apolo.

Para a construção das Avenidas, uma maciça quantidade de desapropriações foi realizada, uma ordem de 480 desapropriações foi realizada[17]. As forças políticas e os capitais privados[18] foram importantes motores da reforma urbana. Em 1914, a cartografia histórica revela que quase todas as demolições já haviam ocorrido (Figura 1). Além de casarões civis em bom estado, ou mesmo considerados arruinados, demoliu-se alguns dos símbolos do núcleo de formação da cidade, entre eles a Igreja do Corpo Santo e o Arco da Conceição (ambos em 1913).

Fotografias da época e informações extraídas dos jornais revelam que os elementos singulares do sítio foram os últimos a serem demolidos em um entorno repleto de escombros e entulhos. Em 1917 a reforma do bairro do Recife implicou ainda na substituição da estrutura de ferro da ponte de 7 de Setembro[19] e a demolição do arco de Santo Antônio (situado no bairro de Santo Antônio, do outro lado da Ponte).

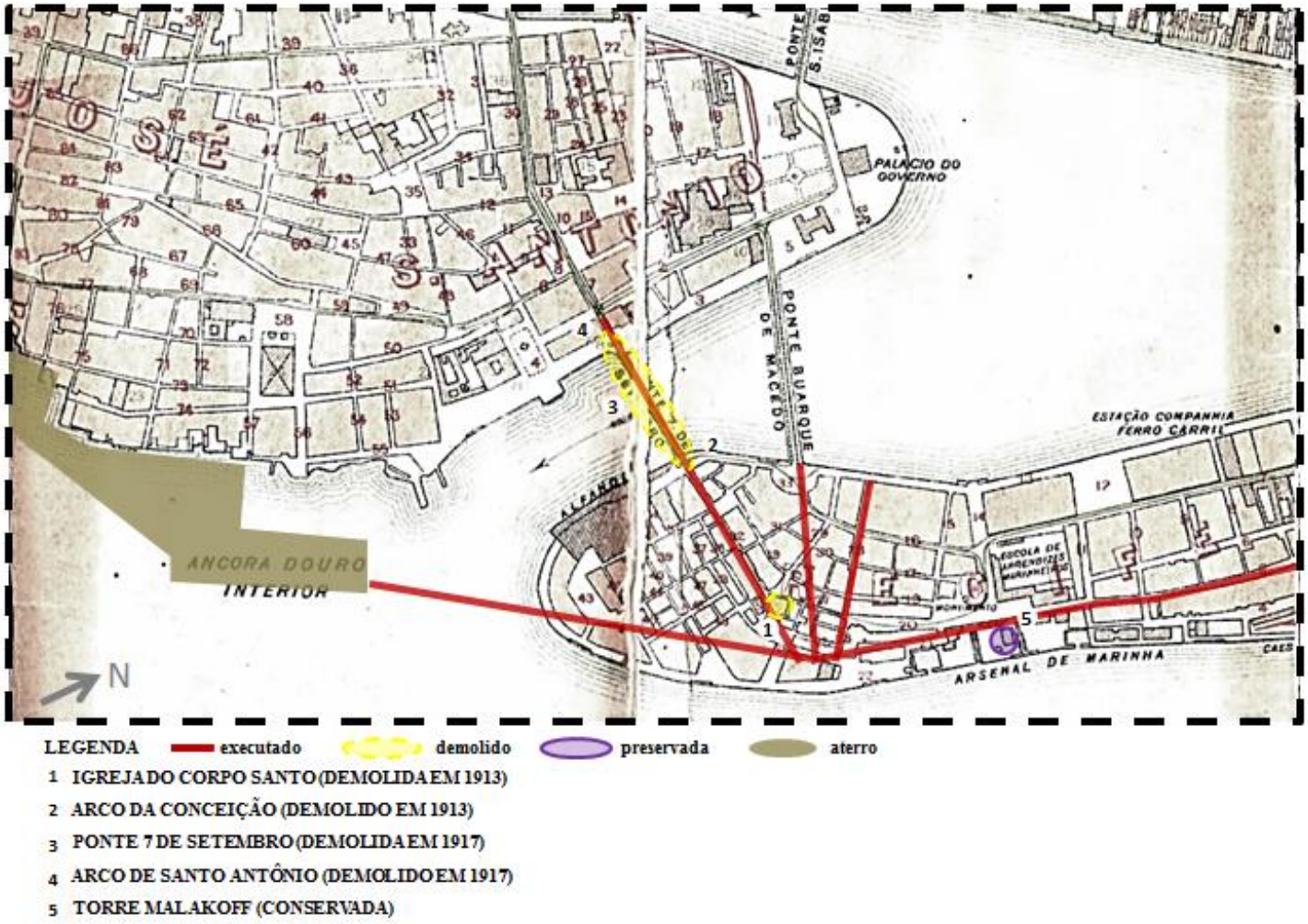
[16] No anexo 1, observa-se a Planta do Recife em 1907, antes da execução da reforma urbana do período de 1909-1918. O mapa foi utilizado como base para marcação das intervenções realizadas.

[17] Quantitativo que excluiu edificações consideradas ruinosas. Número proveniente do recenseamento Municipal, dos relatórios do Estado e do Ministério da viação, fontes que foram utilizadas por Saturnino de Brito, no documento *Saneamento do Recife* de 1917 e também utilizadas por Cátia Lubambo (1991) no estudo sobre as obras do Porto.

[18] Cátia Lubambo (1991) destaca o interesse de empresas privadas na reforma do Recife, incluindo-se as de capital estrangeiro.

[19] Mais antiga ligação do bairro do Recife com o continente, construída em 1865, no período de domínio holandês.

Figura 1: Trecho da planta do Recife com intervenções realizadas nos anos 1900 e 1910.



Elaborado pela autora com o mapa base de Sir Douglas Fox de 1907 (identificação gráfica e numérica)

Em 1912, em Recife e Salvador através da *política das Salvações*, com o apoio do Presidente Marechal Hermes da Fonseca, retira-se o poder de oligarquias tradicionais locais. Junto com o aporte financeiro de capital privado, forma-se também em Salvador o contexto propício à execução de reformas urbana de grande porte. O governador do estado, José Joaquim Seabra, implantou o *Projeto de Melhoramento em parte da cidade de São Salvador* de autoria do Engenheiro Jerônimo Teixeira de Alencar Lima.

O projeto teve como elemento estruturador a execução da simbólica Avenida Sete de Setembro, extensa via de ligação da área de formação da cidade com as áreas em expansão na direção sul que cresciam margeando a costa. Uma série de obras de modernização da Cidade Alta[20], mais especificamente na freguesia da Sé, foram sendo executadas pelo poder municipal, coordenadas pelo Intendente Júlio Brandão. Alargamentos de vias como a intervenção na Rua Chile (antiga Rua Direita do Palácio), ocasionaram a demolição de imóveis do lado terra[21].

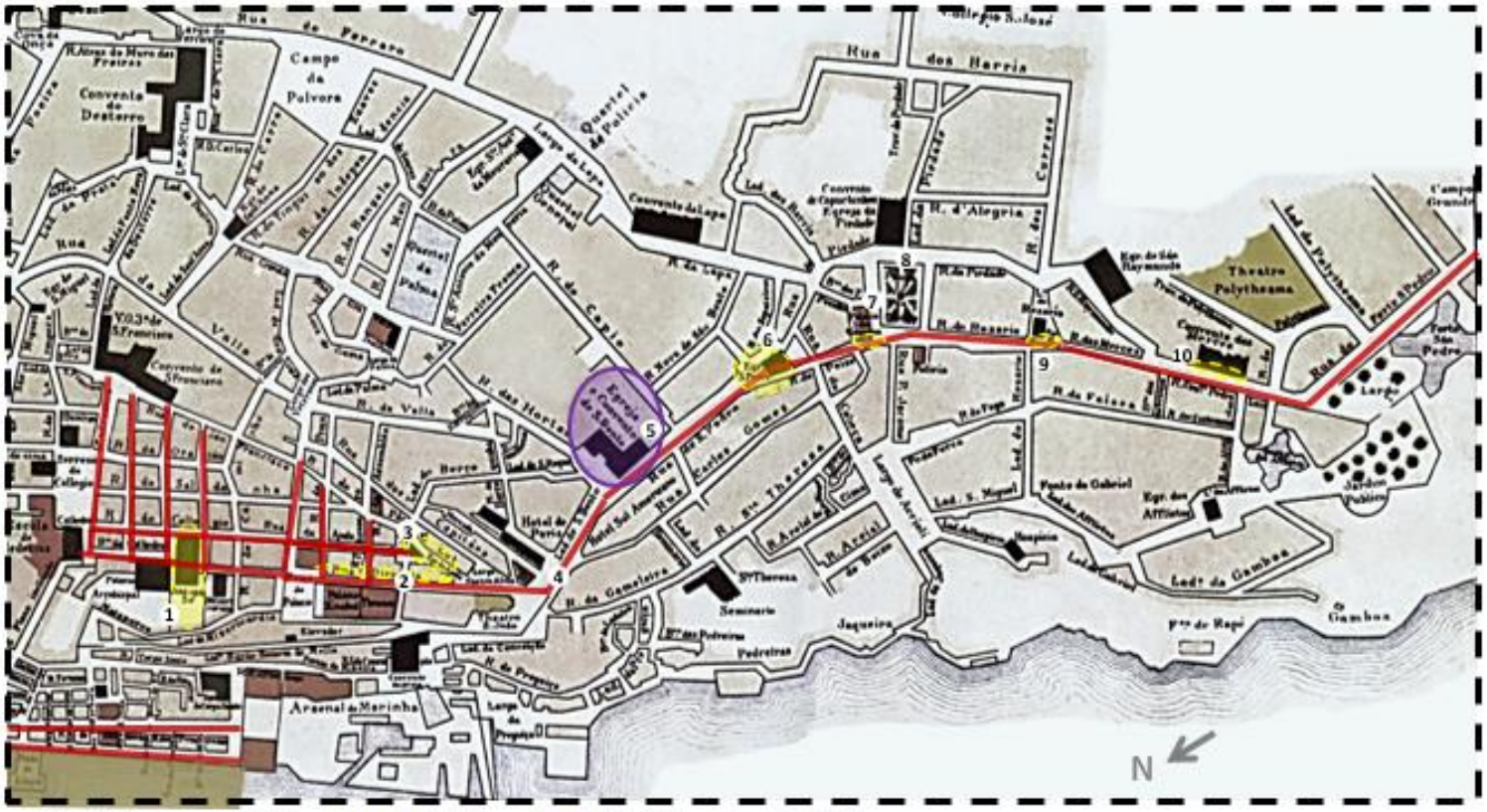
O afã de modernizar a imagem da cidade também ameaçou alguns das edificações singulares do sítio urbano. Na freguesia da Sé, a Igreja da Ajuda terminou demolida em 1912, sendo construída no mesmo terreno com feições ecléticas. Até mesmo a igreja da Sé, símbolo máximo da freguesia passou a ser ameaçada pela remodelação da cidade, mas o debate em torno de sua demolição atravessou décadas, somente foi demolida em 1933.

Partindo da Rua Chile a Avenida Sete de Setembro seguiu colocando em ameaça de demolição ou corte parcial outas edificações de destaque (Figura 2). Entre elas o Mosteiro de São Bento, a Igreja da São Pedro (demolida em 1913 e construída com feições ecléticas nas proximidades da praça da Piedade), o edifício do Senado (que teve uma de suas alas mutiladas), a Igreja do Rosário e o Convento das Mercês (ambas com fachadas cortadas para execução da via).

[20] Cf. Eloísa Petti Pinheiro (2011) - *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).* Conforme a autora a Cidade Baixa vinha sendo modernizada desde fins do século XIX, através de aterros, construção de quarteirões regulares e edificações padronizadas na frente d'água.

[21] No anexo 2, observa-se a Planta de Salvador em 1894, antes da execução da reforma urbana do período de 1912-1933. O mapa foi utilizado como base para marcação das intervenções realizadas.

Figura 2: Trecho da planta de Salvador com intervenções realizadas de 1912-1933.



Elaborado pela autora com o mapa base do eng. Morales de los Rios de 1894 (identificação gráfica e numérica)

Na década de 1920, os anseios pela modificação da fisionomia das urbes continuam e a oposição às demolições atinge espera pública. No Recife e em Salvador, ampliam-se os posicionamentos em defesa da Torre Malakoff[22] e da Igreja da Sé[23], respectivamente. A torre, ora tida como remanescente do Velho Recife, ora como prédio sem valor histórico, terminou por ser conservada (SOUSA, 2016). Enquanto a Igreja da Sé ora citada como um trambolho no caminho do progresso, ora como relíquia do pretérito, findou demolida em 1933 (PERES, 2009).

As falas em torno dos eventos de demolições, em Recife e Salvador, constituem rico material para investigação de como foi se estruturando nessas cidades uma mudança de sensibilidade[24] em prol da arquitetura antiga. Para evidenciar as falas em torno dos casos estudados, o recorte temporal parte de 1909 com o início das obras do Porto em Recife e se estende até 1933 com a demolição da Sé de Salvador. Período importante para a compreensão do contexto de fins dos anos 1920 e início de 1930, quando surgem as Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais[25], da Bahia (em 1927) e de Pernambuco (em 1928), primeiras instituições criadas no Brasil para proteção de bens móveis e imóveis.

A discussão proposta pela tese amplia a compreensão das leituras sobre o passado realizadas em contextos locais, iluminando pontos importantes para a compreensão do processo histórico de formação da política federal do patrimônio no Brasil, oficializada em 1937 com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A revisão de literatura sobre o tema aponta um contexto anterior à legitimação do discurso oficial do patrimônio ainda pouco estudado, a exemplo do que afirma Maria Cecília Fonseca (2009, p.81, grifo nosso):

> No Brasil, a temática do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – <u>começa a ser considerada politicamente relevante, implicando o envolvimento do Estado, a partir da década de 1920</u>. Já

[22] Cf. dissertações de Rodrigo Cantarelli (2012) e Rebeca Sousa (2016), ambos abordam as falas veiculadas em periódicos da época acerca da ameaça de demolição da Torre Malakoff.

[23] Cf. Fernando da Rocha Peres (2009), pesquisa originalmente publicada em 1974, que fez uma rica análise de fontes que ajudam a compor a micro história do que foi o caso da Sé de Salvador.

[24] Segundo Sandra Pesavento (2007), o uso da sensibilidade na história, está associada às sensações evocadas ao rememorar uma experiência vivida, envolve a presença de sentimento.

[25] Maria Lucia Pinheiro (2011, p.276) afirmou a necessidade de se estudar mais afundo essas Inspetorias. Trabalhos recentes têm sido publicados no campo da História sobre a atuação das mesmas. Sobre a Bahia, tem-se dissertação de Vanessa Dócio (2014), sob orientação de Suely Ceravolo. Com relação a Pernambuco, destaca-se a pesquisa de Rodrigo Cantarelli (2012; 2010). Outras publicações importantes para a compreensão das Inspetorias são a dissertação de Aline Magalhães (2004) sobre a de Minas Gerais (1934-37) e a obra *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate* (MAGALHÃES e BEZERRA, 2014).

> estavam então em funcionamento os grandes museus nacionais, mas não se dispunha de meios de proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis. A partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um "tesouro" da Nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa.

O mapeamento de registros sensíveis à perda de suportes físicos do passado, anteriores a institucionalização federal do patrimônio contribui ainda para observar relações com o discurso oficial do SPHAN (1937-1970). Mais especificamente na primeira fase de atuação do órgão (de 1937-1970), quando a conjugação entre modernidade e tradição foi legitimada pelos modernistas[26]. Juliana Nery (2014) destaca a pertinência de realizar novos recortes nas décadas de 1920 e 1930, a fim de ampliar a compreensão do processo histórico de formação da arquitetura moderna no Brasil.

> Os anos 20 e 30 ainda não receberam por parte dos pesquisadores da arquitetura devida atenção no mapear de um campo de forças em formação, pleno de embates e tensões, numa heterogeneidade bem mais alargada que a polaridade entre acadêmicos e modernos pôde sugerir na luta pela hegemonia de uma vertente moderna que se consagrou. (NERY, 2014, p.9-10)

Os debates relacionados à arquitetura de início do século apresentam uma multiplicidade de leituras em torno da definição do nacional, da tradição e da expressão da época. O olhar para os casos de demolições é promissor em revelar o embate de representações entre a tradição e progresso, revelando o teor das falas, os agentes que contribuíram para a circulação de ideias, os conceitos que essas vozes carregaram. A pesquisa proposta se insere na linha de *História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território* da área de concentração de Arquitetura e Urbanismo. A tese dialoga ainda com estudos em andamento realizados no grupo de Pesquisa História da Cidade do Território e do Urbanismo (HCUrb), principalmente com projetos de pesquisas coordenados pelo Prof. Dr. George A. F. Dantas[27].

Mais especificamente com o projeto de pesquisa iniciado em 2017, com aporte financeiro do CNPQ (na chamada Universal 01/2016, faixa A). Sob o título *Demolições*

[26] Nosso interesse nas políticas patrimoniais, principalmente da região nordeste, já ficou evidente com a dissertação de mestrado publicada em 2014, *Percepção ambiental do patrimônio cultural: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN.*

[27] Com o projeto de pesquisa realizado em 2010-2014 – *Representações e legitimações do campo disciplinar do urbanismo no Brasil (1893-1935).*

da cidade latino americana: arquiteturas, sensibilidades e cultura urbana (Brasil e Argentina, 1880-1930), a pesquisa possui tema diretamente relacionado com a tese proposta, abrangendo outros recortes espaciais além de Recife e Salvador, como Rio de Janeiro, São Paulo e casos na Argentina. Os integrantes do projeto colaboram entre si no esforço de desenvolver a metodologia adequada para abordar a história cultural urbana a partir do que foi demolido, enriquecendo o diálogo entre as pesquisas através do levantamento de dados primários e discussão de resultados sobre a mesma temática com questões-problemas distintas[28].

O presente trabalho tem o objetivo principal de investigar as representações sobre a arquitetura do passado a partir de casos de demolições em Recife e Salvador, no período de 1909 a 1933, contribuindo para a compreensão de como se estruturam sensibilidades em torno do valor de tradição de certos exemplares e que, portanto, deveriam ser reconhecidos como parte da identidade nacional. Para alcançar esse fim, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: (a) Discutir a noção de tradição, na seara de possibilidades apresentadas em busca da definição da nação e de sua expressão arquitetônica. (b) Compreender como se estruturam representações sobre a arquitetura do passado na construção do projeto nacional de modernização. (c) Analisar falas de técnicos, intelectuais e de periódicos da época sobre casos de demolições de referências urbanas do passado.

O trabalho com as fontes de pesquisa

O aporte teórico para a pesquisa das demolições urbanas está fundamentado na história cultural urbana[29], esse embasamento norteou todo o trabalho com as fontes de pesquisa, desde a seleção até a análise do material coletado. O que implica dizer que consideramos "o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p.16).

Sandra Pesavento (2012, p.16) destaca que a chamada História Cultural "envolve

[28] Cf. Dantas, Assunção e Sousa (2017), uma aproximação inicial entre os recortes espaciais distintos foi realizada no artigo *Cidades Dissolutas: arquitetura, escombros e cultura urbana na virada para o século XX.*
[29] Entre as referências internacionais estão contribuições de Carlo Ginzburg (1989), Carl Schorske (1988), Roger Chartier (1990[ed. orig. 1988];1991[ed. orig.1989]) e Adrian Gorelik (1998, 2005). Também colaboram para o aporte metodológico dessa pesquisa a produção historiográfica nacional[29], a exemplo dos trabalhos de Sandra Pesavento (1995, 2007, 2012), Ciro Cardoso (2000), Maria S. Bresciani (2001) e George Dantas (2009).

historiadores com posturas bem diversas [...]", mas que "trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas." Assim, trazendo para nosso objeto, um mapeamento inicial foi realizado, a partir do debruçar sobre documentos do passado, identificando sentidos atribuídos por agentes sociais aos exemplares da cidade apagados (ou sob risco de apagamento) do cotidiano.

> As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2012, p.39)

Com base em estudos historiográficos sobre a modernidade urbana pudemos propor um novo recorte, evidenciando outras leituras sobre os exemplares do passado que coexistiram com os discursos do progresso, marcados por uma representação negativa da morfologia da cidade colonial. Segundo George Dantas[30] (2009, p.27), a maneira como as formas antigas foram "tomadas como entraves físicos e simbólicos ao progresso", revela "que a questão da cidade colonial – seus significados, sua herança – estava em disputa e em construção".

Dantas (2009, p.42-43), destaca que o uso das representações como método "implica mapear e analisar as lutas, os embates, os jogos de interesse, as forças, os símbolos e os projetos (de cidade, da sociedade, do mundo) em disputa, a construção (ou a destruição) de possibilidades". Assim a análise das lutas de significados sobre o legado do período colonial, nos ajuda a compreender como se efetivaram demolições urbanas selecionadas desses exemplares e os desdobramentos de tais eventos nas falas da cidade.

Sandra Pesavento (2012, p.70) destaca que o fazer História consiste em construir uma versão com base em "traços do passado", a fim de testar uma questão formulada[31]. Nesse processo, o discurso narrativo é o que estabelece ordem na realidade fragmentada, "mediando as partes como o todo, os sujeitos com o social, o sensível com o racional, o

[30] Cf. George Dantas (2009) aborda diferentes matrizes (entre elas a higienista/sanitarista, a urbanista e a historiográfica) em que se formaram representações negativas que se associaram a cidade colonial, tornando-a sua imagem sinônimo de atraso e sujeira.

[31] Roger Chartier (1991) entende que a construção de novos recortes na historiografia consolidada no discurso dominante fornece uma legitimidade renovada ao campo da História. Conforme Cardoso (2000), o historiador francês que teve papel central na conformação da História Cultural, originada da crise das grandes narrativas, embasadas numa abordagem quantitativa cultural.

singular com universal". As leituras da literatura sobre as modernidades urbanas indicaram pistas para a pesquisa documental e mediaram à análise de fontes sobre os escombros da cidade.

Estudos abordam as tensões evidenciadas na Paris em reforma e destacam o papel estratégico das demolições na construção da capital da modernidade. Nesse sentido, podemos citar os estudos de Alberto Sato (2005), David Harvey (2015), Michael Adcoak (1996) e Renato Ortiz (2000). Além da clássica contribuição de Walter Benjamin que destaca, na composição do "Anjo da História" o progresso como uma tempestade. A modernidade, sua relação entre o progresso e o passado, é abordada também nos estudos Svetlana Boym (1994), Bruno Latour (1994). Podemos citar ainda fontes de época que revelam as forças demolidoras e compressão do tempo das paisagens dissolventes das reformas, como as ilustrações de Honoré Daumier e as fotografias de Charles Marville. Essa discussão abre o capítulo 1 da tese.

Enfatizam-se as representações em disputa e em construção sobre o legado medieval da Europa. Contribuições teóricas de Victor Hugo, John Ruskin e Viollet-le-Duc em comum exaltaram o valor da arquitetura gótica, enquanto os discursos do progresso queriam reduzir a importância dos exemplares do passado, agindo mediante demolições selecionadas em núcleos medievais existentes. Também se estabelecem nexos entre essa pressão, esse embate, com o surgimento das primeiras tentativas de institucionalização e proteção de Monumentos Históricos[32].

À medida que projetos de modernizações atingem cidades latino-americanas, ocorre uma proliferação de falas sobre a tradição. Ana Lúcia Cerávolo (2013, p.76) afirma que as modificações dessas paisagens urbanas foram "um elemento catalisador" das políticas de preservação. No período 1920 a 1940, Adrian Gorelik (2005, p.114) destacou a busca da "cidade latino-americana" por uma identidade, é preciso entendê-la como uma construção cultural, porque "atores e instituições" se dispuseram a construí-la intelectualmente.

> A adesão ao movimento moderno no campo cultural desencadeia em países latino-americanos um processo de valorização dos aspectos locais, arraigados à tradição, que conduz inclusive ao reconhecimento dos monumentos históricos nacionais, como se denominam à época. Esse reconhecimento, no caso brasileiro expresso por diversas viagens 'exploratórias' no barroco mineiro, por exemplo, introduz de maneira progressiva o interesse pela conservação e proteção, interesse que se acentua como resposta ao processo de modernização que altera a paisagem urbana tradicional das cidades latino-americanas e ameaça a integridade

[32] Nesse sentido, destaca-se a importante contribuição de Choay (2006), *A alegoria do Patrimônio.*

> de bens culturalmente relevantes numa escala e num ritmo desconhecidos até então. Nessa perspectiva, o papel dos processos que levam a modificações na paisagem urbana de diversas cidades da América Latina, sobretudo a partir de 1920, é um elemento catalisador para a implantação de políticas públicas efetivas para a preservação do patrimônio cultural. (CERÁVOLO, 2013, p.76)

Sem perder o diálogo com o contexto internacional, ainda no capítulo 1 a abordagem da tese vai aproximando o olhar sobre os escombros ao recorte espacial. Antes de centrar em casos de demolições em Recife e Salvador, esboça-se um panorama nacional de modernização e interpretação do passado. Para tanto, realizou-se a revisão de literatura sobre o tema, além de material textual publicado em periódicos da época (entre eles os publicados em São Paulo - *O Estado de São Paulo*, *Revista do Brasil*, *Diário Nacional* – e os da capital federal: *Ilustração Brasileira*, *Architectura do Brasil*, *A Noite*, *O Jornal*[33]).

Assim foram mapeadas falas de agentes sensíveis à questão da tradição, que em comum denunciaram o descaso e mesmo a destruição das velhas pedras do passado. O interesse posto na análise de vozes está na discussão de como o termo *tradição* vai sendo preenchido de sentido na época estudada. Também permite a identificação de agentes, grupos e instituições que colaboraram para associar exemplares coloniais às noções de pitoresco, relíquias, monumentos, patrimônio, dentre outros termos que aparecem no material coletado.

O debate sobre a tradição aparece aberto e indefinido no período estudado. Já nos primeiros anos do século XX, apresentam-se (re)leituras do legado colonial, com a formação do movimento neocolonial[34]. Exemplares do passado nacional passaram a receber atenção de líderes religiosos, também circularam entre juristas ideias de criação de instituições destinadas a proteção do acervo móvel e imóvel brasileiro. Os jornais e revistas colaboraram para a difusão do tema.

As rápidas transformações das paisagens urbanas, através das demolições nos núcleos coloniais, o novo cenário político, social e econômico da Primeira República, possuem relação direta com o afloramento do debate sobre a tradição. Segundo Eric

[33] Esse material foi compulsado principalmente da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, a partir de pistas deixadas por trabalhos anteriores sobre o recorte temporal estudado.

[34] Intelectuais como Araújo Viana, Ricardo Severo e José Marianno Filho tiveram importante papel na definição e difusão do Neocolonial. Na década de 1920 o movimento obteve grande visibilidade nacional, apresentando-se em pavilhões da Exposição do Centenário da Independência (1922), presente em edificações do programa escolar do governo e esteve em pauta no IV Congresso Panamericano de Arquitetura (realizado no Rio de Janeiro em 1930). Cf. Carlos Kessel (2008b) *Arquitetura neocolonial no Brasil* e Maria Lucia Pinheiro (2011) *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.*

Hobsbawn (2002, p.12), em períodos da história de "amplas e rápidas" transformações, em que se verificam rupturas de antigas referências é frequente a invenção de tradições.

> Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a 'invenção' de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói padrões sociais para as quais as 'velhas' tradições foram feitas, produzindo novos padrões com as quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta (HOBSBAWN, 2002, p.12)

Tradição inventada para Hobsbawn (2002, p.9) implica considerar "tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo". Segundo a hipótese da tese, esse interesse pela tradição estaria ligado às forças demolidoras do progresso, que gerou, a contrapelo, inquietações com a rápida transformação da cidade, fazendo emergir uma busca por elementos de ligação com o passado.

A interpretação do passado também recebe interesse dos modernistas, que se aventuraram num projeto de redescoberta do Brasil, no esforço de definir uma arquitetura nacional. Estudos destacam a interesse de intelectuais como Mário de Andrade pelas viagens ao nordeste[35]. A vertente moderna que se consagrou na arquitetura brasileira, a partir dos anos 1930, carregou em sua formação uma relação entre o novo e a tradição, pois o grupo modernista também foi responsável pela criação da política federal de preservação do patrimônio[36].

Ainda que tenhamos cautela de caracterizar as falas, por seus sentidos, contextos geográficos e filiações ideológicas ou institucionais, não nos limitarmos à separação entre tradicionalistas, higienistas, modernistas, religiosos, juristas, entre outros[37]. Mas em

[35] Cf. os artigos de José Lira (2005) – Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre; José Lira e George Dantas (2001) – Contrastes e encontros: história, cultura e cidade no Nordeste (Natal e Recife, 1928-1929); Francisco Trajano F. (2008) – Cartografias difusas, geografias superpostas: cidade e cultura na viagem de Mário de Andrade à Parayba.

[36] Cf. Francisco Trajano Filho (2010) – Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional; Maria Cecília Fonseca (2009) – O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil; Lauro Cavalcanti (2000) – Modernistas na Repartição.

[37] Maria Lucia Pinheiro (2011, p.287) destacou a pertinência de sua abordagem que privilegiou "nexos entre o modernismo, o Neocolonial e as primeiras manifestações preservacionistas, na década de 1920".

destacar nas vozes analisadas suas ligações, diálogos, sobreposições, ideias chaves, também disputas, embates e lutas.

Temos intenção de tecer ligações entre as demolições urbanas, o efervescente debate cultural da década de 1920 e a institucionalização do patrimônio no Brasil. Para tanto, destacamos as pistas encontradas em trabalhos anteriores. Por exemplo, o estudo de Maria Lucia Pinheiro (2011, p.287), que destacou a pertinência da abordagem proposta, privilegiando "nexos entre o modernismo, o Neocolonial e as primeiras manifestações preservacionistas, na década de 1920". A pesquisa da autora apontou "afloramentos da densa trama de afinidades, e ressonâncias culturais, mais ou menos sutis, identificadas ao longo da década de 1920, nos anos seguintes" e que o "mais evidente de tais afloramentos será a paulatina oficialização da questão patrimonial" (PINHEIRO, M. L., 2011, p.289).

A partir do entendimento do papel das demolições no processo de modernização e do esboço de um panorama nacional de modernização e interpretação do passado (conteúdo que integra o capítulo 1), a pesquisa utilizou a estratégia metodológica de aprofundar a investigação em torno de casos de demolições. Para tanto, uma vigorosa pesquisa de fontes primárias das décadas de 1910 e 1920 foi realizada em acervos virtuais e físicos das cidades de Recife e Salvador. As varreduras digitais na Hemeroteca da Biblioteca Nacional resultaram de extenso material textual, com falas de agentes da cidade publicadas em jornais[38] e Mensagens de Governo dos Estados de Pernambuco e Bahia. Rico material iconográfico foi compulsado no acervo fotográfico digital do Instituto Moreira Salles.

Após um levantamento inicial nos acervos virtuais, partiu-se para viagens de pesquisa a Recife e Salvador para consulta dos arquivos físicos. Primeiro foram realizadas coletas documentais em Recife, pesquisou-se principalmente no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, na Biblioteca Central Blanche Knopf da Fundação Joaquim Nabuco e no Museu da Cidade do Recife. Em Salvador[39] o material principal foi compulsado no Arquivo Público do Estado da Bahia, na Biblioteca Pública Estadual, na Fundação Gregório de Mattos (na Biblioteca e no acervo do EPUCS[40]), na biblioteca do Mosteiro de São Bento e

[38] Entre os periódicos disponíveis no recorte estudado, foram utilizados *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *A Província* (PE), *Gazeta de Notícias* (BA) e *Ilustração Brasileira* (do Rio de Janeiro, numa edição especial sobre a modernização da Bahia).

[39] Foram realizadas duas viagens de pesquisa a Salvador, uma em novembro de 2016, outra em março de 2018. As viagens a Recife, pela proximidade física com a UFRN, foram realizadas em diversas etapas ao longo de 2015-2018.

[40] Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (EPUCS), criado na década de 1940.

no Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Quais as fontes nos servem? Como utiliza-las? Na busca de definição das fontes, foi preciso lembrar algumas recomendações de Sandra Pesavento (2012). A autora destacou as possibilidades infinitas de fontes que podem ser usadas pelo historiador, mas preveniu que para tornarem-se documentos da História, dependerão da questão de pesquisa colocada. Desta maneira, a narrativa do historiador é que fornecerá sentido aos "vestígios do passado".

> [...] o espectro das fontes se revela quase infinito. Uma ideia na cabeça, uma pergunta suspensa nos lábios, o mundo de arquivos diante dos olhos e das mãos. Nessa medida, tudo pode vir a torna-se fonte ou documento para a História, dependendo da pergunta formulada. [...] Os exemplos são muitos, pois fonte são marcas do que foi, são traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado que chegam até nós, revelados como documento pelas indagações trazidas pela História. Nessa medida, elas são fruto de uma renovada descoberta, pois só se tornam fontes quando contêm pistas de sentido para a solução de um enigma proposto. São sem dúvida, dados objetivos de um outro tempo, mas que dependem do historiador para revelar sentidos. [...] Caso contrário, são apenas traços de outro tempo [...] Mas, sem a questão posta, sem a formulação do problema, não serão fonte, na acepção íntima do termo: nascente, aquilo que origina ou produz, o que, no caso da História, propicia uma resposta, uma explicação e uma interpretação (PESAVENTO, 2012, p.97-98).

O desafio historiográfico do trabalho em questão foi reunir documentos dispersos em fontes diversas sobre as demolições e montar uma narrativa baseada na análise dos "traços, cacos, fragmentos" do passado. Carlo Ginzburg (1989, p.145) destacou as possibilidades reveladoras do trabalho com "indícios imperceptíveis para a maioria"[41]. O olhar para os escombros do que foi apagado da cidade é nossa foco, entendendo-os como fonte. Em vez de ler a modernidade por suas transformações de grande porte e simbólicas, a nossa lente investiga as imagens dissolventes. Aquilo que foi descartado, não por ser sem importância, mas conforme as pistas coletadas, por ser parte de uma disputa, cujos debates e desdobramento nos interessam sobremaneira.

O material compulsado reúne "fontes tradicionais", como relatórios, mensagens de governo, legislação e contratos. Mas também, uma "documentação não oficial", proveniente de crônicas de jornais e revistas que serviram de grande massa de informação para ordenar cronologicamente as discussões que acompanharam os casos de demolições estudados[42].

[41] O autor abordou o *paradigma indiciário* por sua importância na História, nas ciências sociais e em outras áreas do conhecimento, como a Psicanálise, a Medicina, a literatura. Ginzburg (1989) afirmou que tal paradigma "pode se converter num instrumento para dissolver névoas da ideologia [...] Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la".

[42] Termos desse parágrafo assinalados por aspas são provenientes da classificação utilizada por Sandra Pesavento (2012, p.97), conforme a autora "tudo se oferece ao historiador, que não se limita mais ao domínio

Além de ter considerado fontes iconográficas, entre fotografias, mapas, plantas, desenhos e pinturas, para enriquecer o estudo situado na linha de pesquisa da *História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território.*

O trabalho com as fontes de pesquisa foi intenso e conduzido pela questão de pesquisa colocada. George Dantas e Rebeca Sousa (2014) destacaram que a estratégia metodológica de aprofundar a análise em eventos de demolições, na perspectiva da história cultural urbana permite a mobilização de "sentimentos, ações, críticas, disputas, enfim, que exacerbam tensões e assim permitem iluminar lugares-comuns e fundos-comuns[43] das justificativas dos processos de modernização."

As falas mobilizadas em torno de casos de demolições, em Recife e Salvador, são lidas separadamente numa primeira abordagem, respectivamente compondo os capítulos 2 e 3 da tese[44]. Ambos foram estruturados da mesma maneira. Partindo da década de 1910, apresentando-se os projetos de modernização implantados em cada uma das cidades. Em seguida, constrói-se uma narrativa cronológica de casos de edificações problematizadas enquanto obstáculo ao progresso.

A análise dos casos de demolições foi dividida em dois momentos, o primeiro deles trata das falas mobilizadas na década de 1910. Em Recife, as fontes coletadas enfocaram a demolição da Igreja do Corpo Santo[45] e seu entorno na década de 1910. Em Salvador, enfatizou-se a demolição da Igreja da Ajuda e ameaça ao Mosteiro de São Bento, que por terem ocorrido no mesmo período, as falas e agentes são parte de uma única análise[46].

O outro momento abordado em Recife e Salvador tem como recorte temporal a década de 1920, marcada pelo interesse pela interpretação do passado e pela divulgação em periódicos da época de falas contrárias às demolições da Torre Malakoff em Recife e a

---

das fontes textuais".

[43] O *lugar-comum* ocorre quando "representações de experiências de natureza variada se acumulam e entrecruzam-se" e o *fundo-comum* é a fonte em que "se trocam palavras, crenças, preconceitos, argumentos e opiniões" (BRESCIANI, 2001, p.343).

[44] A análise das fontes foi feita em diálogo com estudos anteriores sobre cada uma das cidades. Para a abordagem dos casos de demolição em Recife, utilizamos pesquisas como a de Cátia Lubambo (1991); Raimundo Arrais (2004, 2006); José Lira (1997), Rodrigo Cantarelli (2012); Rebeca Sousa (2016). Para os de Salvador, Eloísa Petti Pinheiro (1992, 2011), Vanessa Dócio (2014), Fernando Peres (2009).

[45] A pesquisa de fontes periodistas sobre o caso da Igreja do Corpo Santo foi facilita pela avançada digitalização dos jornais: *Diário de Pernambuco, A Província* e *Jornal do Recife,* disponíveis gratuitamente no rico acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Local virtual em que se puderam também encontrar as mensagens de governo dos dois estados, Pernambuco e Bahia.

[46] Entre as fontes periodistas, destacaram-se as consultas físicas aos jornais *A Tarde, Diário da Bahia, Gazeta de Notícias, Gazeta do Povo* (do acervo do Arquivo Público do Estado e da Biblioteca Pública Estadual) e a revista *A Paladina do Lar* (arquivada na Biblioteca do Mosteiro de São Bento).

Igreja da Sé de Salvador. Ambos os casos já foram abordados por estudos anteriores, respectivamente, de Rebeca Sousa (2016) e Fernando Peres (2009 [ed. orig.1974]). A partir de tais estudos, seguimos analisando nos discursos dos anos 1920 os usos dos casos de demolições ocorridos na década anterior (Igreja do Corpo Santo, 1913 e Igreja da Ajuda, 1912[47]). As análises das demolições postas em separado (nos capítulos 2 e 3) possibilitam a melhor compreensão dos contextos específicos locais, permitindo também a identificação de termos recorrentes nas falas evidenciadas, os quais são retomados e discutidos de forma dialogada no capítulo 4.

O capítulo 4 parte do entendimento dos contextos favoráveis à preservação de bens móveis e imóveis formados nos dois estados. Evidencia-se a criação e atuação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, através de seus relatórios utilizados como fonte para o entendimento das leituras institucionalizadas locais. Em seguida, com base na literatura atualizada acerca da origem da política de preservação federal, estabelece-se um diálogo com o debate antecedente e o que se tornou patrimônio nacional a partir de 1937, com a criação do SPHAN,

O uso dos casos de demolições nos debates também foi percebido nas discussões em torno de projetos posteriores para a cidade do Recife e de Salvador. Com uma estrutura mais livre, sem pretensão de dar conta por completo do vasto debate cultural urbano posterior às demolições estudadas. Discutem-se como casos emblemáticos são retomados décadas depois, apontando algumas das repercussões dessa mobilização em pareceres técnicos, projetos alternativos apresentados e propostas urbanísticas com justaposição do patrimônio a novos padrões modernos.

[47] O ano após o nome das edificações se refere ao de demolição das edificações. No caso de Salvador o Mosteiro de São Bento (analisado junto com o caso da Igreja da Ajuda) não ganhou peso nos discursos dos anos 1920, pois o bem foi preservado.

CAPÍTULO 1

A MODERNIDADE SOB A LENTE DE SEUS ESCOMBROS

Ilustração de Honore Daumier (1852). Fonte: HARVEY, 2015, p.195.

1.1. Demolições estratégicas do processo de modernização

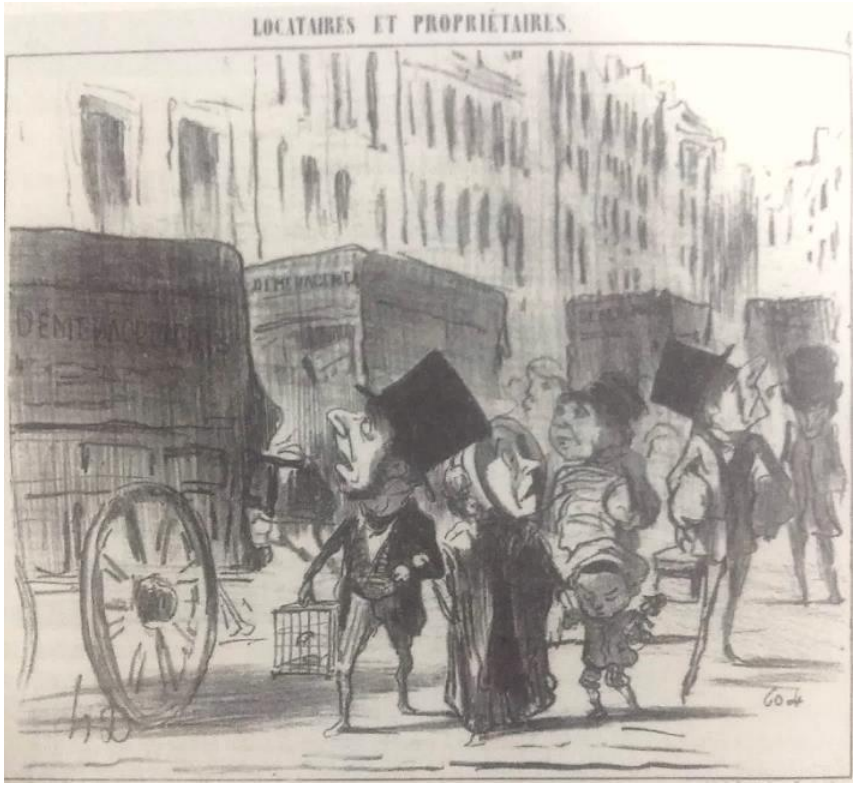
O processo de construção das cidades é repleto de apagamentos, substituições, escritas de novas imagens sobre o passado. As demolições como objeto de investigação descortinam interesses, significados em jogo e forças em disputa. Constituem-se também de eventos de tempo acelerado, marcados pela contração do passado, presente e futuro. Análises sobre os documentos de época e estudos historiográficos sobre a modernidade urbana permitem uma série deambulações sobre as possibilidades de uma história cultural centrada nas demolições, nos materiais da cidade que se tornaram escombros dos projetos de modernizações.

A Paris de fins do século XIX tornou-se capital de referência dos novos padrões de modernidade. A remodelação da cidade ocorreu mediante um bem estruturado arrasamento de seu traçado medieval. David Harvey (2015, p.12) destacou a relação da "destruição criativa" com a construção do mito da modernidade. Os escombros tiveram papel importante na formação do novo imaginário, ajudando a formar uma percepção de ruptura com o passado.

> Um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma *tabula rasa,* sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado – ou, se o passado ficar no caminho, mediante sua obliteração. Assim, modernidade sempre diz respeito à 'destruição criativa', quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário (HARVEY, 2015, p.12).

As demolições ajudaram a compor as imagens de modernidade, por isso foram utilizadas como estratégia para construção de uma nova narrativa. Os trabalhos de demolição atraíram atenção, servindo de tema as ilustrações de Honoré Daumier e as fotografias de Charles Marville. A produção iconográfica desses dois agentes comprova que demolições já estavam a ocorrer entre 1851-1852, "antes de Haussmann assumir o cargo" e tomar a frente do Plano de Remodelação de Paris (realizado 1853-1870), pois Luís Napoleão já havia iniciado articulações para a "renovação urbana", tornando-se imperador em 1852 (HARVEY, 2015, p.21). Data de 1852 uma das primeiras ilustrações de Daumier sobre as demolições, tema que ele apresentou interesse particular (Figura 3).

Figura 3: Vista tomada de um quarteirão em demolição, Daumier (1852).



Fonte: HARVEY, 2015, p.22.

No plano principal da composição estão pessoas em movimento de mudança, uma família de mãos dadas aparece em primeiro plano, o homem e a mulher com a expressão um tanto apavorada olham para o alto, um para cada lado (possivelmente admirados com as demolições em execução), eles seguram uma gaiola de passarinho e uma criança. Outros rostos aparecem ao fundo, tornando-se mais e mais indeterminados em meio a outros indivíduos e carroças em deslocamento. A rua é inexpressiva, marcada pelo adensado casario característico do tecido da Paris medieval.

Uma série de desenhos de Daumier de 1852 representa o tema das demolições. Em alguns deles a picareta aparece como uma representação simbólica das demolições. O instrumento utilizado por trabalhadores sofridos aparece derruindo quarteirões inteiros da cidade de Paris. Por exemplo, a litografia que coloca em primeiro plano dois trabalhadores que especulam sobre a razão da Torre de St. Jacques não ser demolida (Figura 4). A composição evidencia a altura da torre circundada pelo casario do entorno e é acompanhada de uma legenda, em que os trabalhadores demonstram alívio com a manutenção da estrutura pelas dificuldades de sua demolição, pois teriam que subir de balão para fazê-la ruir.

Figura 4: Trabalhadores das demolições de Paris, Daumier (1852).

Fonte: HARVEY, 2015, p.195.

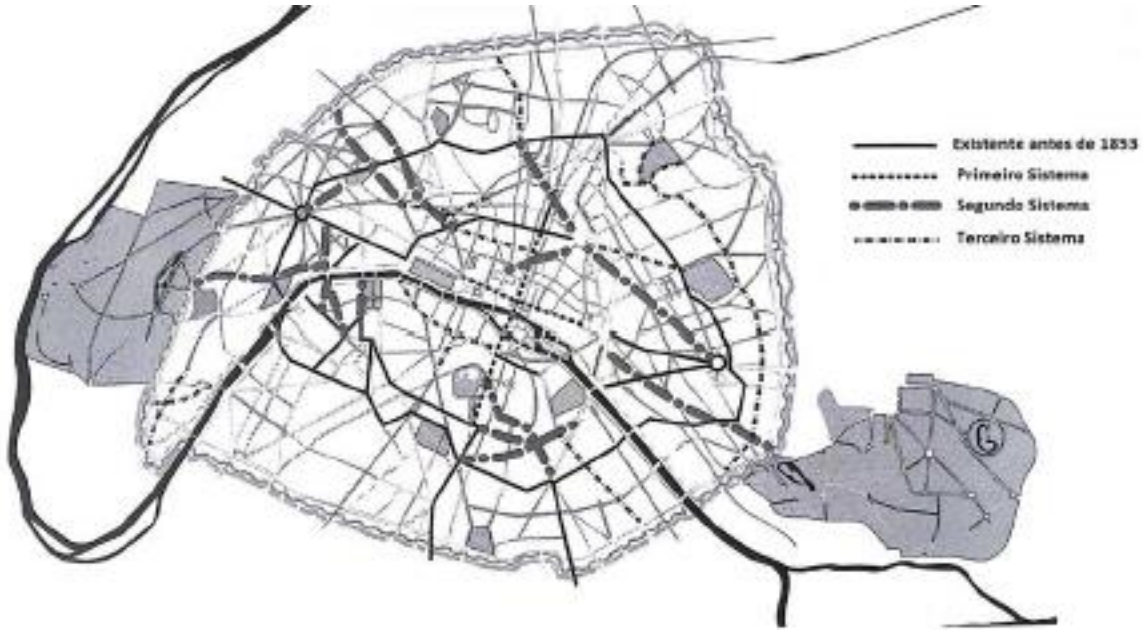
Ainda que os processos de construção façam parte da "vida urbana", Alberto Sato (2005) destaca o particular uso das forças demolidoras para a construção da imagem de modernidade, que escreveu "um novo texto" sobre a urbe. Trechos inteiros da cidade entraram em obras, acelerando o ritmo do tempo na urbe, o século XIX foi período da história das cidades em que mais se fez uso das demolições.

> También la demolición confirma que es moderno (en el registro del imaginario colectivo) y por ello, cuando se realiza con gran estrépito e instantáneamente, produce el goce íntimo de quien abriga la esperanza de un futuro mejor y borra amargos pasados. […] Pero el momento estelar de las demoliciones urbanas fue el siglo XIX, cuando la modernización celebra su triunfo escribiendo un palimpsesto, no tanto por falta de papel, sino porque había que borrar las huellas de un pasado insalubre, hacinado, pestilente, promiscuo, oscuro, húmedo, envilecedor […] (SATO, 2005, p.58-60).

Em Paris, as grandes intervenções como a construção do *Boulevard Sebastopol* e a extensão da Rua Rivoli envolveram "a perda de cerca de 40 ruas, a demolição de 2.000 habitações, e o deslocamento de 25.000 pessoas" (ADCOAK, 1996, p.26, tradução nossa). A construção do *Boulevard* da Ópera necessitou de um volumoso trabalho de deslocamento de terra. Adcoak (1996, p.25, tradução nossa) se refere a Paris do Segundo Império como um "espaço urbano convulsionado pela mais elementar transformação". O autor destacou que registros de cronistas e artistas, entre eles Daumier, representaram as demolições como uma forma de lidar com o "senso de choque e desorientação" que acompanharam as obras de modernização.

Os trabalhos de demolição/construção ocorreram por dias e noites com a execução do Plano de Remodelação de 1853-1870 (Figura 5). A reforma teve grande ênfase na circulação, através da implantação de um novo sistema viário e ferroviário que aumentou a integração centro-periferia, abrindo vistas inimagináveis no traçado existente. O sistema de ruas, avenidas, Bulevares construídos contavam com saneamento, iluminação e edificações padronizadas.

Figura 5: Novas vias do Plano de Remodelação de Paris identificadas por fase de construção.

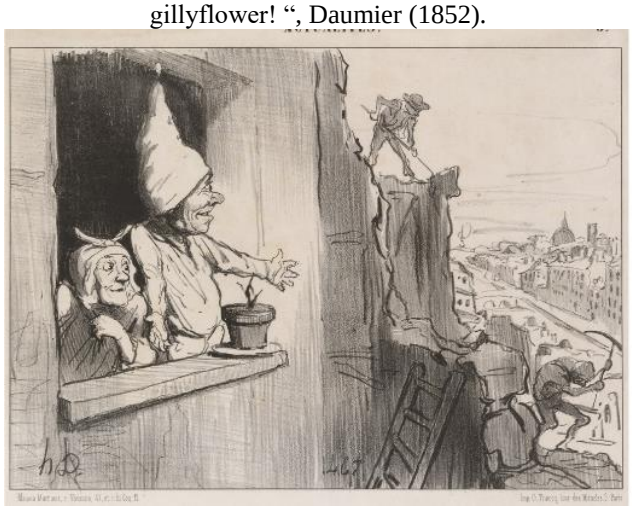


Fonte: HARVEY (2003, p.154).

Nas ilustrações de Daumier o tema das demolições é parte de suas críticas ao cotidiano parisiense. Ele representa de diversos ângulos o interesse capitalista na remodelação do centro, como em seu desenho de proprietários em conluio para aumentar aluguéis das áreas renovadas, tendo ao fundo a imagem dissolvente da reforma. Em outra de suas imagens, a ganância dos proprietários é enfatizada na figura de M. Voutour "encantado com as demolições, pois a cada casa derrubada ele conseguia elevar seus aluguéis em 200 francos" (HARVEY, 2015, p.172).

O aumento vertiginoso dos aluguéis que ocorreu na área renovada substituiu alguns dos sujeitos representados por Daumier. A exemplo do casal que comenta sobre a chegada de luz do sol à sua janela, interessados em saber qual o tipo de flor do pequeno vaso de planta (Figura 6). Ambos parecem não perceber a iminente derrubada do imóvel que habitavam, mas os trabalhos com a picareta no prédio vizinho anunciam o destino da residência.

Figura 6: “Now my flowerpot will have some sunshine... I will finally know whether it is a rose or a gillyflower! “, Daumier (1852).



Fonte: Acervo do Minneapolis Institute of Art.

As demolições também mobilizaram “o tema da nostalgia pelo que foi perdido”, como afirma Harvey (2015, p.350). Imagens derruídas de Paris e o trabalho da picareta, também estão presentes em outros dois desenhos de Daumier, que deixam evidente também a tensão entre o novo e o antigo. Numa ilustração o artista enfoca um homem que teve sua casa demolida e se expressa desorientado, comentando “que talvez tenha perdido a esposa” (Figura 7). Na outra, um casal que “se queixa da insensibilidade dos trabalhadores [...] que não demonstraram nenhum respeito pela memória” ao derrubarem o quarto em que haviam passado a lua de mel (Figura 8). Segundo Davide Lombardo (2010, p.86), o humor de Daumier nas suas representações críticas do cotidiano constituíram apenas um dos caminhos para elaborar o senso de perda frente à transformação de Paris.

Figura 7: Resultado da demolição de edificações em Paris, Daumier (1852).

Fonte: Acervo do Art Institute Chicago.

Figura 8: Casal observando as demolições, Daumier (1852).

Fonte: Harvey, 2015, p.350

Felix Thorigny e Gustav Doré também representaram as demolições. Na ilustração de ambos a transformação de grande porte do Plano de Remodelação enfatizou efeitos estéticos de edifícios do passado arruinados, chegando a detalhar pormenores de construções mutiladas. Doré representou em tom alegórico a execução do Plano (Figura 9), na parte superior da imagem está Haussmann debruçado sobre o mapa da capital, no inferior da composição estão carroceiros levando "embora estruturas medievais, com a celebração dos trabalhadores ao lado" (HARVEY, 2015, p.130).

Figura 9: Nova Paris, Ilustração de Gustave Doré (1860).

Fonte: HARVEY, 2015, p.130.

O apelo imagético das demolições também despertou especial interesse da fotografia do século XIX. Helena Gallardo (2015) chama a atenção que enquanto recurso técnico[48], a fotografia nessa época não era disponível a todos, por isso num primeiro momento constituiu-se por excelência num instrumento burguês de expressão. Os registros fotográficos tiveram papel fundamental na documentação do ambiente urbano, no registro de grandes eventos, como conflitos, batalhas e obras de reforma urbana (GALLARDO,

[48] Gallardo (2015) aborda avanços técnicos necessários para se captar cenas a noite e registrar pessoas em movimento (uma das primeiras cenas com figuras humanas foi obtida em 1838).

2015).

Charles Marville construiu uma narrativa fotográfica de Paris do século XIX. Ele registrou as barricadas de 1848, as demolições para a construção da Rua Rivoli (1850-1852), as vielas escuras e úmidas de áreas não remodeladas. Na sua coleção de imagens da cidade em modernização as demolições ocupam papel importante. O fotografo enquadrou as edificações derruídas, os escombros, os resíduos, o esfacelar de pedras do passado. Suas fotografias conseguem captar as forças de transformação da capital e suas tensões entre o antigo e novo. As fotografias das novas vias e edifícios estabelecem um contraste evidente com os enquadramentos das áreas não remodeladas e em demolição.

Renato Ortiz (2000, p.17-18) destaca que o tecido parisiense, antes da reforma, é marcado pela compartimentação, tendo como configuração básica o *quartier* (unidade de trabalho, comércio, religião e lazer) com pouca ligação com as outras células. Um desses recintos do tecido antigo é enfatizado na fotografia da Rua Montorgeuil do 2º *arrodissement,* datada de 1865-68 (Figura 10). Na narrativa fotográfica de Marville, as vielas das áreas não remodeladas da cidade ajudam a evidenciar a transformação, pois estabelecem contrastes com as integrações físicas e visuais das novas áreas em construção.

Figura 10: Rua Montorgeuil, *second arrodissement* (Paris, 1865-68), fotografia de Charles Marville.

Fonte: Acervo do Museu Carnavalet, Paris.

Na coleção fotográfica publicada na década de 1970, Marville apresenta uma série de fotos das demolições para a construção da Avenida da Ópera. As fotografias exploram diferentes ângulos da reforma urbana. Paisagens dissolventes da cidade ilustradas por Daumier foram documentadas pelo fotógrafo, as edificações aparecem derruídas, com trabalhadores em cima a executar os trabalhos de demolição[49]. Daumier em suas ilustrações pode aproximar facilmente o foco em trabalhadores e seu trabalho com a picareta (ou outros instrumentos semelhantes a martelos utilizados para demolições), já Marville precisou fixar seu equipamento no plano da rua (Figura 11).

Figura 11: Construção da Avenida da Ópera (Paris, dez.1876), fotografia de Charles Marville.

Fonte: Acervo do Museu Carnavalet, Paris.

Marville explora diferentes aproximações com os entulhos e escombros. Em algumas cenas distância seu equipamento fotográfico para obter uma imagem mais abrangente, como uma pessoa comum que se põe a assistir os trabalhos de modernização e que fica limitada no seu cotidiano a certas áreas, por não poder transpor os entulhos e escombros dos edifícios.

Outras vezes Marville parece estar no meio das montanhas de entulhos e escombros, potencializando as forças demolidoras das obras em andamento (Figura 12). O enquadramento da Rua Saint-Roch se assemelha a um cenário de guerra, os edifícios estão arruinados por destruições do homem e os entulhos marcam a interrupção do uso, rompendo

[49] Daumier em suas ilustrações pode aproximar facilmente o foco em trabalhadores e seu trabalho com a picareta (ou outros instrumentos semelhantes a martelos utilizados para demolições), já Marville precisou fixar seu equipamento no plano da rua.

práticas sociais relacionadas aquele espaço em transformação.

Figura 12: Construção da Avenida da Ópera a partir da Rua Saint-Roch (Dez. 1876, Paris), fotografia de Charles Marville.

Fonte: Acervo do Museu Carnavalet, Paris.

Na fotografia da Rua Saint-Roch as linhas focais do enquadramento apontam para o fundo da cena, em que há um edifício mais inteiro e uma silhueta difusa de uma edificação, envolta num ar brumoso. Outras fotografias nos permitem constatar que ao fundo estava a nova Ópera de Paris (Figura 13). Marville explora as tensões das transformações, estabelecendo contraste entre os transtornos das obras, dos entulhos e escombros com a força monumental da edificação da Ópera. Assim através da técnica de perspectiva, as linhas focais da imagem apontam para o porvir representado simbolicamente através da nova Ópera. A fotografia evidencia ainda o efeito integrador do plano de remodelação, que possibilitou ligações rápidas e diretas entre pontos distantes entre si, permitindo visadas inimagináveis na Paris das barricadas.

Figura 13: Construção da Avenida da Ópera (Dez. 1876, Paris), fotografia de Charles Marville.

Fonte: Acervo do Museu Carnavalet, Paris.

Marville consegue captar presente, passado e futuro em alguns de seus enquadramentos. O fotógrafo evidencia o tempo presente, em obras, marcadas pelos entulhos, escombros e vestígios dos edifícios do passado. Edifícios indicam sinais de desocupação, telhados quebrados e esquadrias em pedaços, a área em demolição apresenta-se sem sentido e sem vida. A fotografia captou a sombra e a luz do ambiente no inverno da Paris em remodelação, apresentando um ar brumoso ao fundo, em que o futuro está representado pela silhueta do monumental edifício da Ópera.

Os registros de Marville foram importantes para eternizar a cidade do passado e construir a cosmopolita capital da modernidade. As demolições ocuparam papel de destaque na transformação de Paris, despertando interesse, atenção e evocando imagens do porvir (BENJAMIN, 1994). Os "destroços da história" receberam especial interesse em escritos de Walter Benjamin[50] (1892-1940). Na sua concepção clássica de "escovar a história a contrapelo", o escritor judeu alemão vivenciou o processo de modernização e tematizou a modernidade através de um olhar crítico, daquele que enxerga o ponto de vista das minorias e não só a grande narrativa dos vencedores.

> A cidade de Paris ingressou neste século sob a forma que lhe foi dada por Haussmann. Ele realizou sua transformação da imagem da cidade com os meios mais modestos que se possa pensar: pás, enxadas, alavancas e coisas semelhantes. Que grau de destruição já não provocaram esses instrumentos limitados! E como cresceram, desde então, com as grandes cidades, os meios de arrasá-las! Que imagens do porvir já não evocam! Os trabalhos de Haussmann haviam chegado ao ponto culminante; bairros inteiros eram destruídos. (BENJAMIN, 1994, p.84)

A compressão do tempo evidente no processo de modernização fez Benjamin compor o anjo da História[51], essa abordagem nos inspira a deambular uma relação com a análise das representações imagéticas das demolições abordadas. Pois as paisagens dissolventes, as edificações derruídas, os escombros remetem ao passado, evidenciam sua perda de significado no presente e assim nos forçam para o futuro em construção.

> [...] um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a

[50] Cf. Sveltlana Boym (2001), a autora utiliza a palavra *wreckage*, na nossa tradução utilizamos destroços, que por sua vez é sinônimo de escombro. Michael Löwy (2002) discute a abordagem catastrófica e pessimista que Benjamin estabelece com o progresso, visão que se liga a condição de judeu alemão numa geração marcada por guerras e regimes totalitários (nazismo e facismo). "Não há documento da civilização que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie" (BENJAMIN apud BOYM, 2001, p.31).

[51] A inspiração de Benjamin para compor o anjo da história foi o quadro de Paul Klee (intitulado *Angelus Novus*).

> nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso[52].

Segundo Sveltlana Boym (2001, p.23), Benjamin ao se centrar no tema da modernidade (de fins do século XIX a início XX) confronta o anjo da História, num exemplo reflexivo de uma "moderna nostalgia". Benjamin e outros, como o poeta Charles Baudelaire e Nietzsche, "são nostálgicos pelo presente", não para recuperar o passado em si, mas para revelar a fragilidade do presente (BOYM, 2001). Estes críticos refutam a aparente homogeneidade do processo de construção da modernidade, evidenciando sua natureza contraditória e ambivalente.

> É crucial distinguir modernidade como o projeto crítico da modernização como uma prática social e uma política de estado que sempre se refere a industrialização e progresso tecnológico. Modernidade e modernismo são respostas para a condição de modernização e consequência do progresso. Essa modernidade é contraditória, crítica, ambivalente e reflexiva no tempo natural, ela combina fascinação pelo presente com anseio por outro tempo (BOYM, 2001, p.23).

No âmago da *Capital da Modernidade* havia forças e representações em disputa. Os periódicos da época são uma fonte importante, para refutar a aparente homogeneidade da modernização de Paris, periódicos se multiplicaram acompanhados pela "diversificação política". Os editores faziam de tudo para "driblar" a censuras impostas ou "preferiam bater de frente [...] cobrindo de glória" o inevitável fechamento do jornal[53]. O potencial das imagens derruídas da cidade na mobilização de sentimentos foram percebidas por políticos e segundo David Harvey (2015) casos de demolições foram muitas vezes usados como estratégia de discursos de monarquistas e republicanos.

> As lamentações, quase sempre entremeadas de nostalgia, eram ouvidas em toda parte. A destruição da velha Paris e a evisceração de toda a memória eram com frequência evocadas. [...] para muitos outros, o problema era a monotonia, a homogeneidade e o tédio impostos pela obsessão geométrica de Haussmann pela linha reta. [...] A Paris da multiplicidade e da diversidade estava sendo apagada e substituída por uma única cidade. Havia apenas uma rua em Paris – a Rue de Rivoli – e ela estava sendo replicada em toda parte [...] (HARVEY, 2015, p.347-349).

As imagens das áreas remodeladas de Paris foram amplamente divulgadas, conhecidas pelo mundo, ajudaram a propagar anseios pelo progresso. Mas por outro lado, a

[52] A tradução do texto de Walter Benjamin pode ser conferida na versão Michael Löwy (2015).
[53] Harvey (2015, p.358) afirma que ao fim da década de 1860, surgiam jornais e revistas todos os meses.

tematização da vida cotidiana pós-reforma deu origem a estudos críticos da modernidade. Assim, os bulevares seriam o cenário característico da figura do *flâneur*, um indivíduo desenraizado da literatura francesa de Baudelaire que foi retomado nos estudos de Walter Benjamin e George Simmel (ORTIZ, 2000). As falas sobre a metrópole cosmopolita implicaram na composição de contrastes com o passado demolido. Segundo Bruno Latour (1994), o moderno tempo do progresso e o anti-moderno tempo da tradição fazem parte de uma única concepção de tempo.

> A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras 'moderno', 'modernização' e 'modernidade' aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. (LATOUR, 1994, p.15)

A tensão entre o novo e o antigo acompanhou o processo de transformação de Paris, enquanto difundiram-se representações negativas em torno do tecido medieval e procederam-se demolições maciças nesse legado, outras representações estavam em formação. A Paris do século XIX foi marcada pelo paradigmático projeto de modernização, mas também por um período de novas leituras sobre a arquitetura do passado, inclusive com a criação das primeiras legislações visando à preservação de monumentos.

1.2. A tempestade do progresso e os vestígios do passado

O século XIX foi marcado pelos avanços tecnológicos, as rápidas transformações no ambiente (urbano e rural) evidenciaram a aceleração de ritmo do tempo. "Escritores, intelectuais e artistas foram mobilizados por uma outra força: pela tomada de consciência de uma mudança de tempo histórico, de uma ruptura traumática do tempo" (CHOAY, 2006, p.135). O choque por essa ruptura foi amplamente extravasado pelo movimento romântico.

Françoise Choay (2006, p.132) destacou que "a sensibilidade romântica descobrira nos monumentos do passado um campo de deleites de acesso mais fácil. Redes de laços afetivos múltiplos e novos foram então tecidas com esses vestígios". A pintura e a gravura romântica desenvolveram especial interesse por monumentos e edifícios antigos que foram inseridos em cenas, compondo com o ambiente, estabelecendo contrapontos, explorando a pátina do tempo, os aspectos fantasmagóricos, dotando-os de um valor pictórico (CHOAY, 2006). Principalmente o legado medieval, estigmatizado pela ação do tempo, foi usado pela

alma romântica para extravasar seu drama[54].

> Para além do imediato e puro prazer visual, a imagem pitoresca pode também gerar um sentimento de perturbação e angústia, em que se compraz a alma romântica, quando ela transforma em estigmas as marcas deixadas pelo tempo nas construções dos homens. Entendidas como símbolo do destino humano, estas adquirem um valor moral: emblema duplo da *arché* criadora e da transitoriedade das obras humanas. A ruína medieval, menos antiga, mais difundida e familiar, é uma testemunha mais dramática que a ruína antiga. O castelo fortificado reduzido a suas muralhas, a igreja gótica da qual resta apenas o esqueleto revelam, mais do que se tivessem intactos, o poder fundador que os mandou construir; mas os musgos corrosivos, as ervas daninhas que desmantelam os telhados e arrancam as pedras das muralhas, os rostos erodidos dos apóstolos no pórtico de uma igreja românica lembram que a destruição e a morte são o término desses maravilhosos inícios (CHOAY, 2006, p.133)

O movimento romântico foi apenas uma das formas de lidar com o ritmo alucinante das transformações em curso no século XIX. José Lira (2013, p.170) destacou que a aceleração das transformações evidenciou "sentimentos ligados a essa forma do estranho: medo e esperança, senso de conservação e precipitação no futuro, nostalgia e utopia, melancolia e entusiasmo". Após as remodelações urbanas e o choque das demolições, a percepção das ruínas e a sensibilidade com o antigo (já evidentes no século XIX) são retomadas e colaboram para a "consagração" do monumento histórico.

O termo "consagração" foi empregado por Françoise Choay (2006, p.125) para se referir à fase de institucionalização de práticas de conservação, pelo estabelecimento de uma jurisdição de proteção de exemplares do passado e da autonomia da restauração enquanto disciplina[55]. Na França, em 21 de outubro de 1830, foi criado um cargo de Inspetor-Geral de Monumentos Históricos, ocupado sucessivamente por Ludovic Vitet e Prosper Mérimée (CHOAY, 2006).

> O sentido original do termo é o do latim *monimentum*, que por sua vez deriva de *monere* ('advertir', 'lembrar'), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado

[54] O movimento romântico estabelece uma reação à razão e o equilíbrio ao classicismo em voga na Europa e Estados Unidos desde o século XVIII (BENEVOLO, 1998).

[55] Choay (2006, p.125) estabelece um amplo recorte temporal na fase de consagração dos monumentos histórico, indo desde as "*Voyages pittoresques et romantiques dans l'ancienne France,* publicado em 1820 por Charles Nodier e o barão Taylor [...] cujo término pode ser fixado por volta da década de 1960 ou, se desejarmos um outro marco simbólico, em 1964, data da redação da Carta de Veneza".

> qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida que pode, de certa forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2006, p.17-18).

Choay (2006) estabelece ainda uma distinção entre *monumento,* artefato criado *a priori* para lembrar e perpetuar memórias e *monumento histórico,* que é constituído a *posteriori* através do conhecimento principalmente de especialista (uma invenção ocidental do século XIX, articulada ao processo de construção da história). Para a consagração do *monumento histórico* contribuíram sensibilidades como a de Victor Hugo.

O escritor romântico foi uma das vozes a sobressair na defesa sobre os monumentos medievais franceses. No romance *Notre-Dame de Paris,* publicado em 1831, a Paris medieval era expressão de arte, beleza e homogeneidade, aparecendo em destruição pela ação humana, devido ao vandalismo do período revolucionário e as transformações empreendidas em busca da consolidação das identidades nacionais. Hugo centrou o enredo de sua obra principalmente na Catedral Notre-Dame, exemplar da arquitetura gótica que suas palavras ajudaram a atrair renovado interesse. O romance evidenciou a relevância artística da edificação religiosa, esmiuçando seus pormenores.

> Incontestavelmente, a igreja de Notre-Dame de Paris é ainda hoje um majestoso e sublime edifício. Mas, por bela que se tenha conservado ao envelhecer, é difícil não suspirar, não se indignar a gente à vista das degradações, das inúmeras mutilações que simultaneamente o tempo e os homens têm feito sofrer ao venerável monumento, sem respeito por Carlos Magno, que lhe assentou a primeira pedra, e por Filipe Augusto, que colocou a última. Nas faces desta velha rainha das nossas catedrais, ao lado duma ruga, vê-se sempre uma cicatriz. (HUGO, 2006, p.107)

A visão romântica de Hugo coloca a velhice da edificação como um aspecto positivo, que deve ser venerado, comparando-a com uma "rainha". Há na exaltação do autor sobre a cidade e arquitetura do passado uma crítica a Paris do seu tempo, conduzindo-o ao interesse romântico pela recordação de outrora. O tom do autor é de alerta para a necessidade de o homem respeitar as linhas do edifício, num período em que ainda não haviam sido fundados os critérios científicos para intervenção em bens legados do passado. Mas a ação violenta das revoluções políticas/religiosas e das transformações decorrentes de modas estéticas na arquitetura motivaram a preocupação do escritor[56]. Em *Notre-Dame de*

[56] Conforme Choay (2006, p.15), "basta lembrar as centenas de igrejas góticas destruídas nos séculos XVII e

Paris o Hugo desconstrói representações quanto à falta de arte da catedral, através de seu conhecimento e interesse pela arquitetura do período medieval.

> Notre-Dame de Paris não é, afinal, o que se pode chamar um monumento completo, definido, classificado. Não é mais uma igreja românica, não é ainda uma igreja gótica. Este edifício não é um típico. [...] É um edifício de transição. O arquiteto saxônico acabava de levantar os primeiros pilares da nave, quando a ogiva, que chegava cruzada, veio colocar-se como conquistadora sobre os largos capitéis romanos que só deviam sustentar arcos plenos. A ogiva, senhora desde então, construiu o resto da igreja. [...] Depois, esses edifícios da transição do românico para o gótico não são menos preciosos para estudar do que os tipos puros. Exprimem um cambiante da arte que sem eles se perderia. É o enxerto da ogiva no arco pleno (HUGO, 2006, p.111-112).

A popularização da obra de Hugo foi parte de outros acontecimentos que contribuíram para a ascensão dos medievalismos[57]. Em 1832 o escritor romântico publica o artigo intitulado *Guerre aux démolisseurs*, no texto ele desenvolve suas críticas que vinham circulando em notas de jornais da época desde 1825, sobre o derruir das edificações e as *"*restaurações" sem respeito às características do imóvel. Denuncia a burguesia e as classes revolucionárias de estarem causando a destruição do quadro físico do passado, causando o desaparecimento de história, memórias e tradições da antiga França[58].

Hugo (1832) utiliza as forças demolidoras a fim de justificar a necessidade de criação de legislação específica para a proteção dos monumentos na França da ação dos homens de seu tempo. O autor cita um caso recente de demolição de uma torre medieval da cidade de Laon[59] (Aisne), em que um único cavalheiro se manifestou em defesa da edificação e foi acusado de opositor ao governo local (Figura 14).

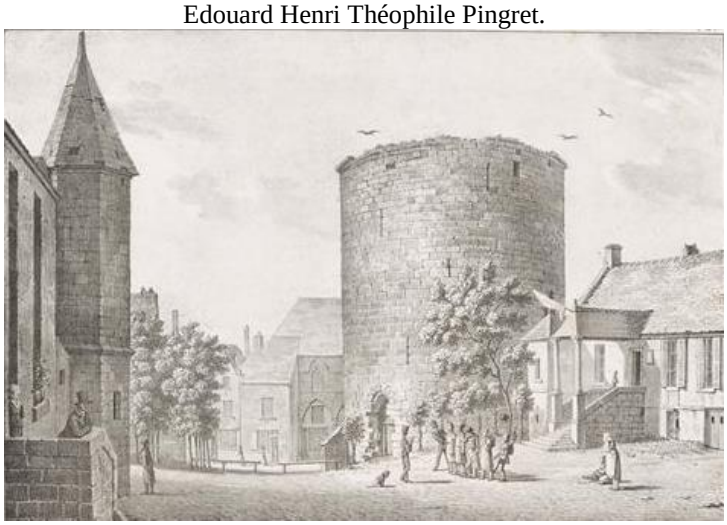
XVIII para fins de 'embelezamento', e substituídas por edifícios barrocos ou clássicos." Hugo (2006, p.110) destacou principalmente o descaso com a arte da Idade Média na França, fazendo referência a "Mutilações, amputações, deslocamento dos membros e restaurações são trabalhos gregos, romanos e bárbaros dos professores que seguem Vitruve e Vignole"

[57] Outra publicação importante um pouco anterior à obra de Hugo foram os escritos de Debret, intitulados *Encyclopédie Moderne* de 1824, uma fala de louvor ao gótico. A Inglaterra é um dos primeiros países a associar o gótico ao "estilo nacional" (CHOAY, 2006, p.74). O interesse inglês pelo gótico no século XX, esteve presente no revivalismo do gótico que marcou importantes projetos, como o Parlamento de Londres construído em 1836, projetado por Charles Barry e Augustus Pungin.

[58] *"*Todos os dias, algumas memórias antigas da França desaparecem com a pedra sobre a qual foi escrita. Todos os dias nós rasgamos uma página do venerável livro da tradição. [...] a demolição sucessiva e incessante de todos monumentos da antiga França [...]" (HUGO, 1832, p.1, tradução nossa).

[59] A demolição da Torre ocorrerá em 1831, um ano antes, de Hugo reeditar o artigo publicado inicialmente em 1825. O caso foi um dos acréscimos inseridos no texto.

Figura 14: Torre de Louis-D'Outremer, Laon – França, ilustração de 1820 de Godefroy Engelmann, Edouard Henri Théophile Pingret.



Fonte: Acervo do *Musée franco-américain*.

O conselho municipal aprovou a demolição do que chamou "monumento dos tempos da barbárie", pejorativamente para se referir ao exemplar do período da Idade Média. "[...] a velha torre, por tanto tempo inabalável, sentiu-se tremendo em seus alicerces. [...] A pobre torre começa a cair pedra a pedra, suas esculturas estão quebradas na calçada, ela espirra nas casas com seus escombros, seu flanco evapora, seu perfil é reduzido (HUGO, 1832, p.2, tradução nossa)". Observa-se na descrição sobre a demolição da torre, uma fala carregada de sensações e emoções, de alguém que vivenciou demolições e mutilações em monumentos.

A fala de Hugo expressa sua sensibilidade em torno da preservação do passado. No trabalho da história cultural, Sandra Pesavento (2005) afirma que o estudo das sensibilidades se propõe a analisar as construções mentais e os sentidos que se colocam no lugar da realidade, enquanto representações. A autora destaca que a sensibilidade se situa na "animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade." (PESAVENTO, 2005, p.10).

O escritor romântico também citou outras edificações antigas que estavam nas mãos de proprietários burgueses e vinham padecendo de intervenções desrespeitosas[60]. O autor abordou ainda as intenções de renovação urbana em gestação, a partir da construção de

[60] Entre elas a Torre de Saint-Jacques ilustrada por Daumier em uma de suas representações sobre as demolições. A "admirável torre de Saint-Jacques-de-la-Boucherie" havia sido convertida em uma fábrica de chumbo para caça, uso incompatível com a peculiaridade da edificação, conforme Hugo (1832, p.3) deixa entrever.

grandes avenidas ligando diretamente partes distantes da cidade. "O vandalismo tem sua ideia. Ele quer fazer de tudo em Paris uma rua grande, grande e grande. [...] Que devastações magníficas ao longo do caminho!" (HUGO, 1832, p.3, tradução nossa)

> [...] digamos para o governo, as comunas, os particulares, que eles são responsáveis por todos os monumentos nacionais que o acaso coloca em suas mãos. [...] Tenha esses edifícios bonitos e sisudos reparados. Tê-los reparados com cuidado, com inteligência, com sobriedade. Você tem ao seu redor homens de ciência e bom gosto que os iluminarão neste trabalho. Especialmente que o restaurador-arquiteto é frugal de sua própria imaginação, que curiosamente estuda o caráter de cada edifício, de acordo com cada século e cada clima. Deixe-o penetrar na linha geral e na linha particular do monumento colocado em suas mãos [...] mantenha as comunas sob tutela, proíbe-as de demolir [...] Quanto aos particulares, quanto aos proprietários que persistirem em demolir, que a lei os proíba [...] Há duas coisas em um prédio: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza é para todos, para você, para mim, para todos nós. Então, destruí-lo é exceder o seu direito (HUGO, 1832, p.5, tradução nossa).

A fala de Hugo (1832) sobre a destruição dos monumentos na França ficou conhecida pelo mundo[61]. Ainda na década de 1830 na França, formou-se uma Comissão dos Monumentos Históricos, responsável pelo inventário de exemplares e pela distribuição de créditos para trabalhos de restauração (DENOËL, 2014). O inventário da Comissão na França era dividido em três grandes categorias "constituídas pelos remanescentes da Antigüidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos", reconhecimento esse que provinha, "em essência, da arqueologia e da arquitetura erudita" (CHOAY, 2006, p.12).

Em 1844 foi decretada a restauração Catedral Notre-Dame, a "vasta sinfonia em pedra" do romance de Hugo[62]. O escritor era a favor dos reparos realizados por restauradores-arquitetos que respeitassem o caráter do edifício, deixando entrever a importância do uso da edificação para sua proteção. Os registros fotográficos tiveram papel fundamental na documentação da restauração da Catedral. Gallardo (2015) afirmou que ao longo do século XIX, tomou-se consciência desse papel da fotografia. Charles Marville, profissional que compôs a narrativa fotográfica da Paris do Segundo Império, registrou

[61] A contribuição de que embora o uso do edifício pertencesse ao proprietário, sua beleza era para todos, foi considerada no Projeto de Luiz Cedro (1923) que tentou criar a *Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil* ([CEDRO,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, dez. 1923, p.42). Segundo Maria Lucia Pinheiro (2011, p.262) Hugo antecipou a "figura jurídica do 'direito difuso' bastante invocado atualmente".

[62] Cf. Hugo (2006, p.108), original de 1831. Quando Luís Napoleão assumiu o poder na França, Victor Hugo foi exilado devido ao seu engajamento político, nesse período ele escreveu o romance *Os miseráveis,* lançado em 1862 na Bélgica. Segundo Harvey (2015, p.359), embora o governo francês quisesse silenciar a voz do escritor, "não conseguia impedir *Os miseráveis* de estar em quase todas as mãos pouco após seu lançamento".

restaurações em edificações[63], incluindo-se a Notre-Dame de Paris, cujas intervenções foram realizadas por Jean-Baptiste Lassus e Eugène Viollet-le-Duc.

Jean-Baptiste Lassus faleceu (em 1857) antes da conclusão do restauro e Viollet-le-Duc assumiu a conclusão da intervenção. A postura intervencionista adotada foi baseada em estudos minuciosos sobre o estilo gótico e incluiu novas criações/adições que para Viollet-le-Duc completariam a composição da edificação, realizando uma reconstituição a partir de fontes documentais. O fotógrafo Charles Marville registrou a catedral em restauro em 1851 a partir do nível da rua e em 1859-60, enfatizou a monumentalidade da edificação, enquadrando o pontiagudo pináculo concebido por Viollet-le-Duc[64] com a cidade de Paris como pano de fundo (Figuras 15 e 16).

Figura 15: Notre-Dame em processo de restauração (1851), fotografia de Charles Marville.

Fonte: Acervo do Howard Greenberg Gallery.

Figura 16: Pináculo de Notre-Dame (1859-60), fotografia de Charles Marville.

Fonte: Acervo da Livraria do Congresso, Washington D.C.

Os exemplares do medievo passam a ocupar papel de destaque na fala de teóricos da preservação no século XIX, Viollet-le-Duc e John Ruskin[65] protagonizam a polaridade de concepções sobre a maneira de proteger as edificações históricas. Enquanto o teórico francês destacava a necessidade de restauração dos monumentos em busca da completude da concepção original. O inglês carregava uma visão romântica que destacava as marcas do

[63] Conforme Charlotte Denoël (2014), Marville documentou intervenções também na Saint-Chapelle (realizada em 1836 por Félix Duban e Jean-Baptiste Lassus), o Castelo Saint-Germain-em-Laye (restaurado a partir de 1860 por Eugène Millet para o funcionamento do Museu de Antiguidades Nacionais)

[64] Ladeado pelas estátuas dentre elas o próprio arquiteto admirando sua criação. Intervenção essa de Le Duc que sobreviveu até 2019, quando foi acometida por um incêndio e ruiu junto com a cobertura. Atualmente encontra-se em discussão a restauração da edificação, cujas sólidas paredes de pedra resistiram ao fogo.

[65] Cf. Ruskin (2008), tradução da lâmpada da memória com apresentação de Maria Lucia Pinheiro. A pesquisadora destaca que ele foi o "principal teórico da preservação do século XIX na Inglaterra".

tempo da edificação como sua maior riqueza, combatendo as restaurações que vinham ocorrendo em sua época.

John Ruskin forneceu contribuições fundamentais acerca das ruínas. Os desenhos de observação do teórico inglês evidenciaram seu fascínio pelas edificações do passado e o encanto pela ação do tempo sobre a matéria. Em uma de suas ilustrações representou um processo de arruinamento do Castelo de Kenilworth na Inglaterra[66], originalmente construído em 1120. A representação reforçou o efeito erosivo da natureza sobre o anoso monumento, nela podemos perceber as aberturas com arcos ogivais incrustradas em paredes derruídas, em que nascem eras como que em um movimento de retorno da matéria à natureza (Figura 17).

Figura 17: Castelo de Kenilworth (1847), ilustração de John Ruskin.

Fonte: SPURR, 2012.

A "Idade" do monumento foi evidenciada por Ruskin (1889 [orig. 1849]) em sua obra clássica (*Seven lamps of Architecture*) como característica principal de uma edificação digna de preservação, pois seu aspecto histórico e memorial é que a fariam atingir sua plenitude, ou seja, a "perfeição verdadeira". Assim edificações civis e domésticas que atravessassem séculos poderiam se tornar monumentos, pois a "glória" do edifício não estava em sua beleza, mas em sua "Idade" (RUSKIN, 2008, p.88).

[66] Há um romance de Walter Scott sobre o Castelo, cuja publicação data de 1821. As ruínas da edificação monumental foram conservadas até os dias de hoje.

> Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está na sua Idade, [...] [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas [...] conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade (RUSKIN, 2008, p.68)

A sensibilidade romântica de Ruskin forneceu uma concepção abrangente de patrimônio, muito à frente do seu tempo, pois o teórico evidenciou a importância das edificações monumentais (alvo principal das restaurações de sua época) e também das edificações modestas do sítio urbano. Alguns desenhos das cidades visitadas pela Europa tem como tema as casas comuns num contexto de conjunto, a exemplo da ilustração da rua em Bolonha, 1845 (Figura 18).

Figura 18: *Street in Bologna* (1845), pintura de John Ruskin.

Fonte: Acervo do Art Institute Chicago.

Importante notar como a noção de pitoresco carregada pelo autor estava associada aos efeitos da passagem do tempo. Nesse sentido, Ruskin (2008, p.69, tradução nossa) afirmou a origem do termo, destacando que "há uma beleza real" nas marcas da Idade, "tão grande que tem com frequência constituído o assunto preferido de certas escolas de arte, e que imprimiu nessas escolas o caráter usual e vagamente expresso pelo termo 'pitoresco'".

> [...] em arquitetura, a beleza acessória e acidental é muito frequentemente incompatível com a preservação do caráter original [da obra]; o pitoresco é assim procurado na ruína, e supõe-se que consista na deterioração. Sendo que, mesmo buscando aí, trata-se apenas da sublimidade das fendas, ou fraturas, ou manchas, ou vegetação, que assimilam a arquitetura à obra da Natureza, e conferem a ela aquelas particularidades de cor e forma que são universalmente caras aos olhos dos homens. Na medida em que isso acarretará o desaparecimento das verdadeiras características da

> arquitetura, trata-se do pitoresco, e o artista que presta mais atenção na haste da era do que no fuste da coluna (RUSKIN, 2008, p.77).

Através da herança romântica, as ruínas teriam um sentido de completude, de materialização da pátina do tempo e das marcas da natureza sobre a obra humana.

O interesse pelos vestígios do passado fez parte do projeto de modernização. Além da consagração do monumento histórico, autores evidenciam o interesse particular desse período pelas ruínas. Na modernidade as ruínas ganhariam novos significados[67]. O estudo de Andreas Huyssen (2009, p.21, tradução nossa) afirma a tese de que "o imaginário das ruínas é central para qualquer teoria da modernidade". A composição de narrativas de uma origem autêntica (incontaminada) acompanhou os movimentos de nacionalidade no novo mundo, em busca de uma formação.

O trabalho de Nick Yablon (2010) enfoca a busca das cidades norte-americanas pela definição de uma origem[68]. Yablon (2010) afirma que uma ressignificação do conceito de ruínas ocorreu nos EUA, a coluna esfarelada foi substituída pela casa do colono, que não tinha mais do que 20 anos e estava se acabando. Yablon (2010) afirma que "as ruínas americanas não são símbolos do passado, mas de um futuro promissor", indicam, portanto, uma marcha para a civilização. Por isso o autor utiliza o termo "Day old ruins" para evidenciar a pouca idade desse passado no Novo Mundo.

George Simmel (1998) destacou a sedução específica da ruína e sua imagem de permanência. O passado, as ruínas e o passado, não seriam na modernidade como uma forma de proteção (tal qual um escudo) ou uma maneira de lidar com as transformações aceleradas do tempo?

> Ao contrário, a ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que de arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela. [...] a sedução da ruína é que nela uma obra humana é afinal percebida como um produto da natureza. [...] a ruína traz a impressão da paz [...] oferece, não obstante, uma imagem com forma segura, que permanece imóvel. (SIMMEL, 1998, p.6)

O imaginário das ruínas carregado pelo romantismo (através da reprodução do pitoresco na pintura) atuava como marco do esplendor de uma sociedade que atingiu seu

[67] Diverge da concepção de John Ruskin, pois as ruínas do teórico inglês não eram da modernidade.

[68] A transferência da concepção da escola romântica (que era bastante rígida na forma de representação) para o solo norte-americano gerou uma busca pela construção de ruínas imaginárias e compra de edificações medievais (YABLON, 2010). De 1819-37, rapazes bem nascidos que fizeram viagens pela Europa, principalmente Itália, conhecidas como American Gran Tour (1819-37).

período de ouro. Na modernidade os vestígios do passado passaram a compor a narrativa, para legitimar as definições das Nações. As leituras sobre passado seja a partir das ruínas, ou para evidenciar a importância de exemplares arquitetônicos (ante a ameaça de demolição) fizeram parte da construção da modernidade. Pois implicavam na composição de um passado em contraste com o efervescente presente e o promissor futuro.

1.3. Escombros e vestígios do passado no Brasil (anos 1910-1920)

No Brasil, desde a década de 1830 circulavam "ideias patrióticas inspiradas no Romantismo", a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (em 1938). José Ricardo Fernandes (2010) e Lilia Schwarcz (1993) destacam a atuação dos Institutos Históricos na construção da história oficial nacional. Fernandes (2010, p.6) destacou que a narrativa historiográfica "que orientou grande parte do Patrimônio nasceu nos Institutos" e voltou-se "ao estudo do passado colonial, em especial dos monumentos fundadores da nação".

A "ideia do Patrimônio Histórico no Brasil", segundo Fernandes (2010, p.7) surge nas primeiras décadas do século XX, durante a Primeira República (1889-1930). Período marcado por ciclos de modernização com raízes num fluxo cultural europeu de ideias liberais, democráticas e progressistas. Nas transformações das cidades as tensões entre o novo e o antigo se evidenciam. Os núcleos de fundação de vilas e cidades brasileiras foram alvos principais de uma nova imagem que se ansiou construir, através de "reformas redentoras" (SEVCENKO, 1985, p.78).

José Lira (2013, p.169) destaca a potência de transformação da cidade na modernidade, seus apagamentos, cicatrizes e os sentimentos ligados a esse processo de construção de novas imagens em contraste com o passado. O autor afirma que as remodelações de Haussmann em Paris, Pereira Passos no Rio de Janeiro e Prestes Maia em São Paulo, foram "operações gigantescas de destruição, estigmatizando paisagens inteiras e recalcando violentamente traços geográficos e construtivos anteriores". Essa "dinâmica urbana" se expandiu "planetariamente", fazendo com que imaginários urbanos das cidades fossem "continuamente refeitos e arruinados" (LIRA, 2013, p.170).

As imagens dissolventes seriam, assim, parte das narrativas de modernidade. Segundo Lira (2013, p.170), "cenário em ebulição, cenário em ruína: a metrópole é o lugar

onde tudo que é sólido volatiza-se"[69]. O autor afirma o papel das ruínas na percepção da transformação e materialização da efemeridade do tempo, ele destaca ainda uma possibilidade de abordagem das ruínas na experiência da metrópole presente na contribuição de Georg Simmel (1998). A presença desses resíduos do passado na experiência da metrópole teria importância também para registrar um duelo, em que é possível "entrever um estorvo arquitetônico, imobiliário, territorial [...] uma espécie de retorno do reprimido em meio ao choque permanente da vida moderna" (LIRA, 2013, p.172).

A transformação da imagem do Rio de Janeiro, capital federal, foi realizada segundo Robert Pechman (1990, p.36), mediante a um "habilidoso esforço de revelação/ocultamento operado". As áreas remodeladas foram divulgadas em periódicos da época, através de fotografias e conhecimentos produzidos sobre a cidade com a "literatura, os diagnósticos dos higienistas, os pareceres dos engenheiros, as opiniões dos técnicos". Pechman (1990) ressalta a formação e difusão de nova imagem do urbano como campo de dominação da ordem econômica que passou a atingir as mais diversas realidades do mundo.

> Curiosamente, a imagem, que quer ser *mímesis* da realidade, o reflexo da 'verdade', a própria história, oculta-se na revelação, encobrindo-se com outra realidade (o *décor*, o discurso), coisificando o olhar. Construída para funcionar como um jogo de espelhos, como se fora um reflexo imediato do real, ela substitui a própria realidade. Independentizando-se do seu próprio processo constituidor, a imagem, na sua pretensa tradução do real, funda nova realidade a partir da qual, como novo campo de saber e poder, poderão rearticular-se novas formas de dominação. A reconstrução das imagens da cidade significou, desta forma, um dos caminhos pelo qual, através do urbano, a ordem burguesa pôde se estabelecer, a partir de novas possibilidades de articulação da dominação. (PECHMAN, 1990, p.37).

Na dialética do revelar e ocultar, abordada pelo autor, áreas selecionadas do passado foram apagadas da imagem da cidade, enquanto alguns panoramas remodelados passaram a ser amplamente divulgados. Segundo Pechman (1990), na modernização do país, na cidade desejada, "não havia lugar para as impuras práticas populares: a história, a linguagem, o bairro, a religiosidade, a cultura, as formas de expressão populares são execradas e identificadas com o passado, com o atraso, com a sujeira, com a doença, com o conservadorismo".

Em paralelo a representação negativa do passado, surgiam pouco a pouco novas leituras, movimentos de (re)descoberta do legado do período colonial. Esse embate de significados fica aparente na análise sobre o processo de demolição do Morro do Castelo no

[69] Nesse trecho o autor destaca a referência ao estudo clássico de Karl Marx e Frederic Engels (1980) e as contribuições de Marshal Berman (1986).

Rio de Janeiro, realizado por Rebeca Sousa (2016). A autora evidenciou um primeiro momento do apagamento, com o corte do Morro, em 1905, na ocasião da construção da simbólica Avenida Central (gestão do prefeito Pereira Passos). Nesse ato inicial prevaleceram "argumentos de salubridade e renovação estética" dos discursos de modernização da área. Realizaram-se de maneira arbitrária demolições de antigas casas de fidalgos que serviam de cortiço, moradores foram surpreendidos com a perda da moradia, nem edificações com ordem judiciais foram poupadas[70].

Houve um segundo momento de "redenção", de sobrevivência do Morro do Castelo, que antecedeu o ato final de demolição (SOUSA, 2016, p.81). Entre as falas que se manifestaram favoráveis à permanência do morro e de suas edificações, o arquiteto francês Joseph Bouvard (de passagem pela cidade em 1907) deixou registrada sua opinião, no jornal *O Paiz*, refutando a necessidade técnico/sanitária da demolição e enfatizando a beleza pitoresca do local. Segundo a autora, nos periódicos *O Paiz* e *Correio da Manhã*, veiculam notas de religiosos, do próprio jornal e de alguns de seus eleitores apoiando uma possibilidade levantada na gestão do Prefeito Sá Freire (1919-1920) de manutenção do Morro do Castelo.

Mais do que um debate local, as leituras para o passado aparecem como um interesse comum na busca de definição de uma tradição nacional. Gustavo Barroso[71] (1888-1959) em 1912, sob o pseudônimo de João do Norte, foi um dos primeiros a destacar o interesse pelo tema ante ao quadro de descaso abandono e demolições dos exemplares de outrora, como se observa no artigo *O Culto da Saudade*, publicado em sua primeira edição no *Jornal do Commércio* do Rio de Janeiro.

> O descaso pelas nossas tradições vai se tornando crime imperdoável. [...] Nunca se viu tanto desamor. [...] Nunca se viu uma cidade assim, em que a vida das grandes artérias condensadoras do movimento, das avenidas, matasse a fisionomia costumeira das festas anuais. O Rio não tem mais tradições. [...] Oiro-preto, ninho de tradições e glórias, derroca-se, esboroa-se. Ninguém escora as ombreiras de pedra bruta, as paredes desaprumadas. A festa que ali se realizou, relembrando a conjura mineira quase ninguém compareceu. Olinda enche-se de capim. Na remodelação

[70] Sousa (2016, p.78) menciona registros em periódicos da época sobre a situação precária da população vítima das demolições que não tinha para onde ir, a exemplo de uma série de reportagens veiculadas no *Jornal do Brasil* e de charges publicadas em *O Malho.* A construção da Avenida Central teve o respaldo do Presidente da República Rodrigues Alves.

[71] Aline Magalhães (2004) destaca as contribuições de Gustavo Barroso, em sua trajetória profissional. A sua sensibilidade em torno da tradição, tornaram-no Diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922) e posteriormente integrante da Inspetoria de Monumentos Nacionais (que funcionou de 1934-1937 como um departamento do Museu).

> da Bahia, nada se poupou. No Rio, todas as tradições se apagaram. O passado não merece consideração [72].

Em 1914, com as contribuições teóricas do arquiteto português Ricardo Severo, lançou-se as bases para a inauguração do movimento neocolonial no Brasil (PINHEIRO, Maria Lucia, 2011). A conferência do intelectual foi proferida na Assembleia do estado de São Paulo, sendo em parte publicada no jornal local[73]. O autor apresentou o interesse em definir a arquitetura tradicional brasileira, evidenciando sua origem na matriz portuguesa introduzida com as edificações jesuíticas. Essa arquitetura erudita adaptada ao clima local seria para Severo o "tipo característico, que exprimia uma feição de caráter nacional, da resplandecente natureza do país, da sua tradição ética ou histórica".

> Apresenta a falar-vos de coisas esquecidas, de uma arte morta, cuja mortalha não tem a majestade das ruínas monumentais, não é um manto de epopeias [...] A arte tradicional é no fundo etnográfica, liga-se intimamente ao modo de ser dos povos desde as suas origens. [...] Os fundamentos da arte tradicional brasileira não assentam, pois nas artes elementares do primitivo indígena. [...] O aventureiro lusitano, marcador também, mas colonizador, foi-se fixando à terra descoberta e conquistada, adaptando-se ao novo meio e aí estabelecendo a tradição nacional, que herdou dos seus antepassados. [...] ([SEVERO,] O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul 1914, p.3)

O autor expôs o interesse não só pela arquitetura monumental, mas também pela casa e suas características de cobertas, portas e janelas que comporiam assim uma tradição brasileira. O arquiteto detalha plantas-baixas de casas do período colonial utilizando alguns dos desenhos de Jean-Baptiste Debret, do século XIX[74]. Maria Lucia Pinheiro (2011, p.39) evidencia que Severo se "revelava leitor atento de John Ruskin", mais especificamente da *Lâmpada da Memória* (uma das *Sete Lâmpadas da Arquitetura,* original de 1849), quando destacou a importância da arquitetura civil enquanto caracterizadora do ambiente, em que se inserem os monumentos como exceção, como destaque.

> E veio também a característica da arquitetura civil e religiosa do século XVIII de que se encontram no Rio e em algumas cidades do norte belíssimos exemplares em que se exagera a paixão pelas linhas e superfícies curvas, particularmente no ornamento interno dos templos. [...] Nos exemplares mais simples e mais comuns, a composição arquitetônica

[72] Cf. BARROSO, 1997, p.28-34. O artigo de Gustavo Barroso escrito para o *Jornal do Comércio* em 22 de dezembro de 1912 foi republicado por ocasião dos 75 anos do Museu Histórico Nacional. O pseudônimo foi adotado pelo autor a partir de 1907, "devido a sua postura oposicionista, que se cristalizava em violentos artigos contra o governo provincial", nota de rodapé da publicação do Museu Histórico Nacional.

[73] Optou-se pelo uso de colchetes antes de algumas referências no formato padrão ABNT, para facilitar a identificação de autores e documentos específicos em publicações como periódicos e relatórios oficiais. Por exemplo, [SEVERO,] O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul 1914, p.3.

[74] Mais especificamente, baseado no trabalho pictográfico de Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil* de 1834-39.

> é sempre a seguinte: uma fachada em três partes distintas, tendo o frontão sobre-elevado com suas curvas, contracurvas e volutas, ladeado por pirâmides e encimado pela cruz; a parte mediana com três janelas de lintel curvo; uma porta central ao rés-do-chão com uma decoração mais rica, cujo melhor exemplar em São Paulo foi a da Sé ultimamente demolida ([SEVERO,] O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul. 1914, p.4, grifo nosso)

A demolição da Sé de São Paulo estava inserida num contexto de melhoramentos da cidade, cujo poder econômico no século XX, não correspondia com a imagem modesta de sua área de formação. Rebeca Sousa (2016) destaca que os trabalhos de demolição ocorreram em 1912, o registro do apagamento de mais um exemplar do passado foi acompanhado pelos jornais locais (a autora utilizou notícias do jornal *O Estado de São Paulo*), por fotografias da época[75]. Eis que um exemplar que Severo apresenta interesse em descrever é justamente, um caso de edificação demolida pelos projetos de modernização, cujas negociações resultaram na construção de um novo e majestoso templo, em estilo neogótico, uma referência eclética vinda da arquitetura europeia da idade média (Figura 19). O autor demonstra-se insatisfeito com a feição da Sé do século XX, pois sua concepção de arquitetura era contrária aos "pastiches" (cópias de originais) de origem estrangeira.

Figura 19: Igreja da Sé de São Paulo antes de sua demolição em 1912, imagem da 1ª conferência de Ricardo Severo em 1914.

Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul 1914, p.3.

> Quem hoje percorrer os arrabaldes ou as capitais brasileiras não encontra, como já foi dito, um único desses tipos antigos tradicionais, e o que se edifica é vasado nos mais diversos moldes de gosto estrangeiro; raros são até os exemplares que se adaptam às condições naturais e locais do clima; a tradição perdeu-se; e o que se vê, por exemplo, na vizinha e moderna

[75] Sousa (2016, p.142) destaca o conjunto de fotografias de Afonso Freitas que registraram os trabalhos de demolição da Sé colonial, as imagens registraram "a constante presença de transeuntes [...] por conta da intenção de vislumbrar a demolição".

> cidade de Santos, constitui um caso expressivo desta desorientação. [...] Tal é, senhores e senhoras, o efeito danoso dessa corrente cosmopolita e desnacionalizadora [...] Não procurem ver, meus senhores, nesta veneração tradicionalista, diluída em nostálgica poesia do passado, uma manifestação de 'saudosismo' romântico e retrógrado. Com efeito, para criar uma arte que seja nossa e do nosso tempo, cumprirá, qualquer que seja a orientação, que não se pesquisem motivos, origens, fontes de inspiração, para muito longe de nós próprios, do meio em que decorreu o nosso passado e no qual terá que prosseguir o nosso futuro ([SEVERO,] O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul 1914, p.4).

A *Revista do Brasil* tornou-se importante meio de divulgação do debate indefinido e aberto sobre a tradição, veiculando falas de intelectuais como Gustavo Barroso (João do Norte), Alceu de Amoroso Lima (pseudônimo Tristão de Ataíde), Ricardo Severo, Monteiro Lobato, entre outros. O artigo de Alceu de Amoroso Lima, *Pelo Passado Nacional*, publicado no referido periódico, o sentido da tradição tem uma caráter mais emotivo do que o texto do arquiteto português, o autor clama a sua geração que ouça as lamentações das ruínas.

> Por algum tempo, curto em dias, mas longo em meditação e saudade, conversei as sombras dos nossos mortos nas ruínas das nossas paisagens. E se ouso agora tomar da pena, é porque deles, dos nossos mortos amados, ouvi uma longa queixa sentida contra o desamparo em que os deixam os brasileiros de hoje. É a voz das mortas gerações que fala por minha voz; a voz dos homens que primeiro desbravaram o terreno nacional, a dos que primeiro assentaram a pedra angular da nossa pátria. Acorrei, filhos ingratos desta Terra: vinde ouvir a lamentação das ruínas! ([LIMA,] REVISTA DO BRASIL, set. 1916, p.1)

O autor inicia destacando as cidades mineiras enquanto testemunhas do período aurífero e que chegaram ao século XX sem vida ("mortas"). Mas com potencial de fazer emergir no presente o respeito aos bens legados de outras gerações, como expressão do patriotismo, compreendendo o passado como "grande educador". *Tristão Ataíde* alerta para ameaça de destruição desses acervos urbanos, pela ação dos homens e das forças devastadoras do tempo.

> Para sermos verdadeiros patriotas, para alcançarmos esse patriotismo superior em que o coração é um simples colaborador da razão, precisamos comover o nosso espírito ante o espetáculo da tradição. O passado é um grande educador, comunicando-nos essa comoção indispensável ao trabalho fecundo das ideias, mas as suas lições só são verdadeiramente instrutivas, quanto têm por cenário o quadro em que ele se desenrolou. [...] Pois bem, por sobre a nossa Terra, vazia de monumentos encanecidos, sopra um grande vento iconoclasta. Ouve-se a cada passo o ruir de uma velha pedra: são a ignorância dos homens e a marcha do tempo, em sua marcha inexorável. ([LIMA,] REVISTA DO BRASIL, set. 1916, p.2)

O termo iconoclasta foi usado por outros discursos da época que se manifestaram a favor da proteção de bens do passado, em sua origem significa quebra de imagens, referiu-se a um movimento que ocorreu no império Bizantino no séc. IV e XV. O autor fala de casos de destruições, principalmente de exemplares de destaque do sítio[76]. O "terror das velhas pedras" estava tanto na demolição como nas restaurações, realizadas nas edificações sem respeito às características originais e impondo novas feições impostas pelo gosto da época. Entre os casos de demolição, o autor cita um ocorrido em Belo Horizonte, "é demolida inutilmente a velha matriz de Curral d'El Rey, para substituírem por alguma inexpressiva capelinha gótica".

Lima (1916, p.11) não se conteve e demonstrou sua insatisfação com a ameaça de demolição da Igreja do Colégio em São Paulo, "sua significação não tinha só de paulista, mas de amplamente nacional"[77]. Embora não tenha citado a recente demolição da Sé paulista, o autor encerra o artigo, destacando o desprezo pelo passado entre a grande parte da sociedade, mas ressaltando seu posicionamento solidário a agentes sociais das elites que vinham se esforçando em definir uma arquitetura nacional, movidos pelo amor à tradição.

> [...] o amor pelas velhas construções e pelas tradições nacionais, se não na massa, pelo menos em certas camadas superiores da população. E é justamente porque não desconheço os esforços de Washington Luís, de Ricardo Severo, de Aguiar de Andrada e outros, em pró da formação de uma arquitetura nacional, que a eles, mas que a ninguém, procuro tocar com a tristura de nossas ruínas. Sirva-lhes esse espetáculo de incentivo para fraquearem na obra encetada! ([LIMA,] REVISTA DO BRASIL, set. 1916, p.12)

No artigo *A questão do stylo*, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, Monteiro Lobato deixou registrado suas impressões sobre a modernização paulista, tecendo notas inclusive sobre o caso da Catedral da Sé. O autor utiliza em sua fala termos estrangeiros, a fim de evidenciar suas críticas aos estrangeirismos em voga no Brasil de sua época. Lobato se posicionou a favor dos que clamam por um estilo próprio brasileiro, para tanto destaca que se "deve retomar a linha do passado e desenvolve-la à luz da estética moderna".

> São Paulo é hoje à luz arquitetônica uma coisa assim: puro jogo internacional de disparates. [...] É deste modo a cidade inteira feita 'mixed-pickles' é um carnaval arquitetônico a berrar desconchavos em esperanto. Para remate, e como toque final de Vatel na salada, vamos ter...

[76] O autor citou a igreja de São Francisco de Assis, exaltando-a como uma das obras de arte de Antônio Francisco Lisboa (conhecido como Aleijadinho, devido suas deformidades físicas). Já as edificações civis ocupam um espaço menor na fala de Lima, diferente do interesse demonstrado por Severo desde sua primeira conferência.

[77] Cf. [LIMA,] REVISTA DO BRASIL, set. 1916, p.11. A referida edificação jesuítica não foi demolida e foi conservada até os dias atuais.

> uma catedral gótica... É o 'coup d'etrier'. Realizada a asneira de pedra só nos resta mudar o nome a cidade e adoptar como língua o volapuck. [...] Será uma caricatura fúnebre, de cimento e reboco, a forma d'arte mais digna de religiosa veneração jamais surgida sobre a terra. Caricatura profanatória. Blasfêmia ([LOBATO,] ESTADO DE SÃO PAULO, 25 jan. 1917, p.3).

Em 1917, quando Ricardo Severo profere sua segunda conferência sobre *A arte tradicional no Brasil*, o tema abordado pelo arquiteto português tinha ganhado maior visibilidade, pois vinha sendo debatido por importantes intelectuais paulistas e desta vez a comunicação foi publicada na "prestigiosa *Revista do Brasil"*[78]. Severo evidencia os fundamentos de uma busca pelas raízes da arquitetura, a partir de uma releitura da arte do período colonial, recomendando para tanto o uso do "critério etnográfico-arqueológico".

> O quadro do Brasil colônia transforma-se, pois, sob este ponto de vista, e o antepassado colono, injustamente caluniado *in memorian*, é com plena justiça reintegrado no quadro verdadeiro do seu meio natural de existência, no ciclo histórico e político do seu meio social; de tirano passa a vítima, de mártir a herói nacional. Claro é que, sendo apoucados os meios, elementares as necessidades, as artes e as indústrias limitaram-se a esse meio circunscrito de formação e desenvolvimento. A habitação reduziu-se ao abrigo do lar, adaptando as suas formas à natureza dos materiais e do clima; a povoação aconchegou-se em torno do primitivo templo, cuja proteção foi durante longo período a única guarda da primeira colônia, e distribuiu-se conforme a disposição do terreno, serpenteando as suas ruelas pelos vales ou rodeando as encostas, adquirindo esse caráter pitoresco que só dá a perfeita coesão entre a obra do homem e da natureza, essa harmonia que constitui o caráter regional da arquitetura de uma aldeia ou vila. A cidade formou-se em torno do núcleo aldeão [...] ([SEVERO,] REVISTA DO BRASIL, abr. 1917, p.399-400).

Severo destacou a necessidade de transformar o olhar para o passado, identificando valor nas ruas estreitas e serpenteantes, nos templos e habitações que foram essenciais na formação das vilas e posteriormente tornaram-se núcleos de cidades. Mesmo edificações modestas, ruínas tinham importância pelos significados atribuídos, por suas características de época e lugar, bem como pelas tradições associadas.

> Não se mede uma civilização pela grandeza dos seus monumentos, nessa avaliação intervém a arqueologia, para a qual ciência as mais rústicas ruínas tem um valor máximo e o mais modesto edifício tem uma brilhante significação, pela natureza dos seus materiais, técnica construtiva, caráter arquitetônico, época, estilo ou escola, seu destino e tradição. [...] Só o sentimento profundo da tradição, é que pode transportar-nos em espírito até essa crença antepassada, e reavivar-nos a mesma esperança infinita com que os nossos maiores ergueram para os céus essa rude oração, bela de sinceridade, só o culto do passado é que nos faz perceber a linguagem

[78] Conforme Maria Lucia Pinheiro (2011, p.39), Severo havia sido convidado a proferir a palestra na Escola Politécnica de São Paulo, devido ao "sucesso de sua conferência de 1914".

> das ruínas, traduzir o encanto e a poesia dessas grosseiras fábricas[79] de taipa, amassada com a própria terra que nos alimenta a vida e nos dilui a morte na perpétua alma do universo ([SEVERO,] REVISTA DO BRASIL, abr. 1917, p.400-403).

Os modestos templos exemplificados pelo autor tinham feições semelhantes a pequenas igrejas que vinham sendo demolidas nas cidades brasileiras em processo de modernização[80]. Severo classificou essas edificações no grupo arqueológico, em os humildes templetos do "barroco, dito jesuítico", tinham importância por sua significação, "não se percebe com os olhos mas com o coração, não se vê, mas sente-se". O segundo grupo citado constituiu-se de edificações "de maior porte, em que a arquitetura é mais erudita e estética", foram citadas entre os exemplos, a igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, em São Paulo "a do Carmo e S. Pedro (demolida)"[81].

A fala do arquiteto português destaca principalmente o legado do período colonial, abordando também a importância da difusão da linguagem clássica trazida para o Brasil durante o Império, com a Missão Francesa e a criação da Escola de Belas Artes. O sentimento de Severo com relação a arquitetura eclética da Primeira República é de estranhamento.

> Desde então, a febre de criar uma nacionalidade nova, diferente da colônia e da metrópole, provocou a degenerescência da arquitetura colonial. Os artistas nacionais recebem diretamente o influxo das civilizações estrangeiras, e, emancipados, transportam materiais, modelos e estilos com que compõem obras sem um caráter definido, na sua faina de diferenciação e de construir rapidamente uma nova pátria, que nada tenha dos tempos ominosos do domínio português; que seja somente brasileira. [...] Como quer que seja, perdeu-se completamente o fio tradicional nesse eclético labirinto de influências estranhas, que se precipitam em carreira vertiginosa para acompanharem o desenvolvimento que tomaram as principais cidades do Brasil. Deixou-se de considerar o meio físico, na conformação orográfica do seu terreno e paisagem local, o quadro social com seus usos e costumes, hábitos da vida familiar e coletiva, e não se adotaram com justeza as formas construtivas próprias dos materiais do país ([SEVERO,] REVISTA DO BRASIL, 1917, p.413-416).

Há na fala de Severo uma busca por encontrar os "moldes tradicionais" para a arquitetura do presente ([SEVERO,] REVISTA DO BRASIL, 1917, p.412). O intelectual não chega na segunda conferência a nomear o movimento de Neocolonial, o termo só

[79] Termo utilizado em textos da época para se referir a edificações, principalmente templos religiosos ao longo de seu processo de construção. Citado em documentos da igreja do Corpo Santo no Recife analisados por Braga (1955) e em documentos sobre a Sé de Salvador analisados por Peres (2009).
[80] Severo (1917) não citou o caso da Igreja da Ajuda Salvador (demolida em 1913), possivelmente por não conhecer tal edificação, já que os debates em torno das demolições tiveram uma repercussão inicialmente local, somente no fim da década de 1920 as discussões sobre a Sé de Salvador atingem repercussão nacional.
[81] Cf. [SEVERO,] REVISTA DO BRASIL, 1917, p.403.

aparece em discussões posteriores sobre a postura construtiva proposta, bem como nos debates sobre se era mais um estilo dos possíveis entre os outros tantos do ecletismo.

> Acompanhando a orientação universal de todos os velhos países, segundo o princípio das nacionalidades, surge também no Brasil uma nova reação popular de nacionalismo, movimento centrípeto de concentração, que procura equilibrar o efeito dispersivo e desnacionalizante do moderno e utilitário cosmopolitismo. É impulsionado este movimento por intelectuais brasileiros de talento e prestígio, e fundamenta-se no estudo etnográfico do povo brasileiro, na revivescência do seu folclore, no renascimento da tradição que é a alma da nacionalidade, o laço invisível que reúne em torno do lar sagrado da pátria, que é um só, toda a família brasileira que deverá ser sempre uma e inseparável sobre a terra e através do tempo ([SEVERO,] REVISTA DO BRASIL, 1917, p.417).

Maria Lucia Pinheiro (2011) afirmou que a fala de Severo foi "amplamente utilizada por Mário de Andrade", intelectual que foi determinante na criação do projeto que deu origem ao SPHAN[82]. Em artigos de Mário de Andrade de 1920[83], publicados na *Revista do Brasil*, na fala sobre os tipos arquitetônicos do que "muito bem se poderia originar um estilo nacional", identificando os centros principais da arquitetura religiosa brasileira. O intelectual visitou Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e também os estados do Norte do Brasil (em fins da década de 1920), entre eles Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

> Todas essas igrejas, assim como os templos de maior porte, edificados mais tarde, obedecem a uma certa ordem de tipos arquitetônicos que, tendo-se vulgarizado por todo o Brasil, tomaram uma feição fortemente acentuada, donde muito bem se poderia originar um estilo nacional. [...] Desenvolvida em rápida escala, a arquitetura religiosa ilhou-se em três centros principais: Bahia (a que também se ajuntará Pernambuco), Rio de Janeiro e Minas. [...] Todos eles nos apresentam tipos notabilíssimos. [...] Três escultores dominam nesses três centros: Chagas, o Cabra, Na Bahia; mestre Valentim, no Rio de Janeiro; Antônio Francisco Lisbôa [Aleijadinho] nas Minas Gerais ([ANDRADE,] REVISTA DO BRASIL, fev. 1920, p.99).

Em reação a arquitetura de origens estrangeiras, há o movimento de intelectuais em busca de definir a nacionalidade brasileira através de estudos do passado, das raízes, das tradições. Durval de Albuquerque Júnior (2011, p.54) destacou o interesse da imprensa pela "curiosidade nacionalista", fazendo com que os jornais ficassem repletos de "notas de viagem a uma ou outra área do país" da década de 1920 a 1940. Importante pontuar que a região Sul do Brasil era compreendida da Bahia ao Rio Grande do Sul e o Norte, definido

[82] Segundo Maria Cecília Fonseca (2009, p.96-97) em 1936, o ministro Gustavo Capanema solicitou a Mário de Andrade (intelectual com "experiência no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo") que "elaborasse um anteprojeto" sobre a "proteção de monumentos e obras de arte".
[83] Cf. análises de Maria Lucia Pinheiro sobre os textos de Mário de Andrade de 1920.

por contraste uma região de "resistência maior de padrões mais tradicionais de sensibilidade e sociabilidade diferenciam a maneira de ver, de dizer e de pensar a questão da nação" (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.52).

Tanto no Norte quanto no Sul do Brasil formam-se relatos fundadores da "tradição"[84]. O Recife se coloca como importante centro difusor da identidade nacional, revelando uma tradição ligada ao passado colonial e a herança portuguesa que não se identificava com o cosmopolitismo trazido pelas reformas modernizadoras. Nesse contexto, o patrimônio passa a ser evidenciado em falas como de Anníbal Fernandes, que fez uma reflexão sobre a arquitetura de seu estado através do artigo intitulado *Arte religiosa em Pernambuco*, publicado na revista *Ilustração Brasileira.* O jornalista fala de um patrimônio pouco expressivo em ameaça de destruição pelos novos padrões cosmopolitas da época ([FERNANDES,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, out. 1920, p.40).

> As igrejas são entre nós o traço da antiga civilização portuguesa. Algumas delas, destruiu-as a ação do tempo, que nada respeita: outras, porém, foram estupidamente reconstruídas e mutiladas pela ignorância e pela maldade dos homens. [...] Para atestar as épocas extintas, restam-nos apenas alguns modelos de arquitetura religiosa, mais ou menos ingênuos, singelas e despretensiosas igrejas e capelinhas que a onda do modernismo invasor vai brutalmente derruindo, dando margem à invasão do mais abjeto cosmopolitismo. ([FERNANDES,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, out. 1920, p.40)

O derruir das velhas pedras do passado vai sendo denunciado por agentes da cidade e algumas dessas falas passam a colaborar para evidenciar a necessidade de criar mecanismos de proteção dos exemplares ameaçados. É o caso do artigo de José Marianno Filho, intitulado *Esfarela-se o nosso patrimônio artístico*, publicado no jornal *A Noite* do Rio de Janeiro. O intelectual destacou o "imenso patrimônio artístico nacional" e as intervenções sem critério de sua época sobre esse acervo, descaracterizando e apagando marcas do tempo.

> O que é velho não nos merece o menor acatamento, queremos uma cidade nova, garrida, policroma, sem arte, sem caráter próprio, sem lógica, porém, nova. Por toda parte, destroem-se os vestígios do passado vetusto: raspam-se pedras, esfolam-se as fachadas das igrejas, pinta-se o bronze, lavam-se as estátuas para 'ficar novo', segundo a expressão em voga. ([MARIANNO F.,] A NOITE, 4 dez. 1922, p.1)

O autor cita a demolição do Colégio dos Jesuítas situado no Morro do Castelo, que

[84] O estudo de Albuquerque Jr. (2011, p.54), demonstra que não havia uma única definição de tradição, mas que seus sentidos se relacionavam tomavam "o espaço de onde se fala como ponto de referência", assim "São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife se colocam como centro distribuidor do sentido em nível nacional".

"ruiu por terra" sem o devido registro de seus pormenores. José Marianno (1922, p.1) aborda ações em outros países para proteção do patrimônio artístico. Fornece o exemplo do México, cujos bens passaram a ser de "tutela do Estado", através da nomeação de um curador (sob o título de 'Inspetor dos Monumentos Públicos de Arte'), que teria atribuição de defendê-los e estuda-los adequadamente.

> Ora, toda a nossa grandeza arquitetônica do passado está ainda em mãos de ordens religiosas, ou a mercê de Irmandades que, sem o menor escrúpulo, se despojam de suas alfaias, pratas, mobiliários, imagens, vendendo-as sacrilegamente aos emissários que percorrem o país em tenebrosas caravanas de rapinagem ([MARIANNO F.,] A NOITE, 4 dez. 1922, p.1)

O artigo de Marianno Filho aponta como solução para a defesa do "patrimônio sacro" a criação da *Inspetoria de Monumentos Públicos de arte*, tributação para exportação de objetos. O reconhecimento de "edifícios, monumentos públicos e civis, pormenores arquitetônicos, etc" não alteraria o direito de propriedade, apenas garantiria a "intangibilidade" do bem ([MARIANNO F.,] A NOITE, 4 dez. 1922, p.1). A colaboração do intelectual foi importante para Luiz Cedro, deputado pernambucano que desenvolveu um projeto de lei para a criação da *Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil*[85]. Embora o projeto não tenha sido aprovado, as ideias presentes nele foram retomadas no fim da década de 1920, na Bahia e em Pernambuco para a criação das *Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais.*

José Marianno Filho colaborou com a definição e difusão do movimento Neocolonial. Em 1923, publicou importante artigo na revista *Architectura no Brasil* do Rio de Janeiro, sob o título de *Os dez mandamentos do Estilo Neocolonial.* O intelectual ressaltou o valor do "espírito clássico" da arquitetura implantada pelos jesuítas, com uma "sobriedade" que recorta a paisagem com a "força estática da *massa* arquitetônica" [86]. Marianno Filho destacou o uso de elementos que são essenciais a essa arquitetura de massa, que deve empregar a "verdade" dos materiais, "sem simulação nem embuste", criticando também o excesso decorativo de exemplares de sua época. A nacionalidade estaria na continuidade com o passado, "um povo por maior que seja a cultura universal, só pode

[85] Segundo Maria Lucia Pinheiro (2011, p.259), "certamente inspirado pela euforia comemorativa nacionalista que caracterizou o ano de 1922 – com suas repercussões em relação ao movimento neocolonial". Embo projeto não foi aprovado

[86] Há nessa influência clássica semelhanças com as concepções mais tarde carregadas pelos arquitetos modernistas brasileiros.

possuir a arquitetura que lhe couber por fatalismo histórico"[87].

O projeto de Cedro, apresentado em 3 de dezembro de 1923 na Câmara dos Deputados, visava à proteção de velhas igrejas e casas coloniais. Segundo revelou o autor, a composição do projeto de criação da *Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil* tomou como referência algumas contribuições anteriores. A citar, Conferência de Ricardo Severo, colaborações de José Marianno Filho, legislação francesa (mais especificamente a lei de 30 de março de 1887) e ainda a fala de Victor Hugo em *Guerre aux démolisseurs.*

> Trata-se da defesa dos nossos monumentos históricos e nesse sentido acabo de enviar à mesa um projeto, visando colocar sob proteção do Estado todos os edifícios que apresentarem, no ponto de vista da história ou da arte, um interesse nacional [...] Essas velhas igrejas com uma fisionomia arquitetônica tão original, e essas velhas casas coloniais que tanto nos comovem, na pitoresca ingenuidade da sua expressão, valem como uma documentação curiosa da nossa própria história. Conservemos, portanto, com uma carinhosa solicitude, essas velhas pedras. Elas representam para nós a tradição viva, o trabalho acumulado dos nossos predecessores, e a sua inteligência, o seu gosto, as suas inclinações e constituem por tudo isso um espólio que temos o dever de conservar para transmitir à geração do Brasil de amanhã. ([CEDRO,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, dez. 1923, p.42, grifo nosso)

O projeto apoiou-se no respaldo jurídico dado ao termo monumento histórico através da lei francesa de 1887, que em definição se referia a obras de destaque do tecido urbano, principalmente de escala monumental e bens móveis[88]. A criação da *Inspetoria* era importante segundo a fala do pernambucano, devido ao contexto de reformas urbanas e edilícias que ameaçam de destruição o acervo legado do passado. O deputado cita Argentina e México, enquanto nações novas como o Brasil que já haviam criado legislação específica em torno da proteção de bens do passado[89].

> O culto do passado, senhores, não deve limitar-se à comemoração, como nós costumamos fazer [...] Comemoremo-lo também por outros modos menos platônicos, como o de evitar a destruição desse patrimônio que nos deixaram os antepassados [...] Pois bem, Sr. Presidente, é todo este patrimônio de preciosas antiguidades que, aí, está sem nenhum amparo ou proteção. Ele poderá sofrer, impunemente, aos nossos olhos, todos os ataques não só do tempo, como ainda do engenheiro e do mestre de obras, sem que tenhamos na lei qualquer recurso contra esses lamentáveis e rudes

[87] Cf. [MARIANNO F.,] ARCHITECTURA NO BRASIL, set. 1923, p.161.

[88] Cf. Clara E. Malhano (2002).

[89] Na década de 1920, uma série de projetos passou a ser discutido no meio legislativo em torno da definição de uma legislação brasileira para a proteção de bens do passado. A citar as iniciativas de Alberto Childe (1920), do deputado mineiro Augusto de Lima (1924), de Jair Lins (1925). Cf. PINHEIRO, Maria Lucia (2011) e FERNANDES (2010).

ultrajes ([CEDRO,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, dez. 1923, p.42).

A proteção de bens nacionais a época despertava grande interesse, conforme Maria Lucia Pinheiro (2011, p.255), prova disso foram as publicações em periódicos (como a *Ilustração Brasileira*, "revista laica de caráter cultural) do projeto de Luiz Cedro e da circular do arcebispo do Rio de Janeiro chamando o clero a se responsabilizar por suas igrejas de objetos de arte. Importante destacar que Dom Sebastião Leme fora arcebispo de Olinda e Recife no período de (1916-1921), por isso vivenciara a nova imagem do bairro do Recife construída após maciças demolições da estrutura urbana colonial que levara quarteirões inteiros e símbolos religiosos.

> Com extremos de solicitude seja cuidado o tesouro histórico e artístico das igrejas, até mesmo as mais humildes paróquias, para que se entenda assim a nossa ação protetora a tudo quanto mostre um vestígio sequer de antiguidade. [...] Outro não é, sentimo-lo bem, a aspiração dos homens cultos da nossa terra, que há tempos brada por um maior interesse na defesa dos monumentos e obras de arte nacionais [...] os nossos bispos têm procurado despertar na mocidade eclesiástica os mais fecundos gérmens de veneração e culto pelas coisas do passado ([LEME,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, abr. 1924, p.20).

Dom Sebastião Leme conhecia inclusive fala de intelectuais que passaram a denunciar a destruição dos bens do passado, entre eles Manoel de Oliveira Lima, Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre, que a essa época apresentaram interesse na causa através de periódicos locais[90]. Segundo o arcebispo, a vida moderna vinha apagando tradições da nação brasileira, ante a ameaça de destruição era "imperativo e urgente" proteger as igrejas e seus objetos de arte, enquanto elementos característicos nacionais.

> Já não é pois, sem tempo, que devemos reagir contra a onda invasora da meia cultura de uma geração avariada pelo utilitarismo e vida leviana dos nossos dias. Nunca nos pareceu tão necessário como hoje o desenvolvimento desses instintos de conservação que, tão forte no tocante à vida dos indivíduos, vai se apagando e arrefecendo no que diz com as tradições e característicos superiores da raça [...] ao nosso coração de brasileiro e sacerdote se impõe imperativo e urgente o dever patriótico de gritar uma e mil vezes que se respeitem ao menos os únicos tesouros e característicos nacionais que nos restam – **as igrejas e seus objetos de arte**. São relíquias da nossa fé, marcos da nossa nacionalidade, padrões gloriosos da nossa raça ([LEME,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, abr. 1924, p.20, grifo do autor)!

As leituras de valorização dos exemplares do período colonial foram apresentadas por agentes diversos durante o efervescente debate cultural da década de 1920, período

[90] Cf. [LIMA,] DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 jun. 1919; [FERNANDES,] 8 jan. 1920; [FREYRE,] DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 set. 1923.

de possibilidades em aberto para a arte e arquitetura. Em comum entre as falas se observaram as tentativas de definição de uma *tradição*[91], palavra que passa a ser preenchida de sentido referindo-se a imagens e símbolos da cidade colonial.

Lucio Costa em *A Alma dos nossos lares*, publicado no jornal A Noite (RJ) em 19 de março de 1924, falou de suas sensações ao voltar ao Brasil em 1917 e encontrar o Rio de Janeiro transformado pelas obras de modernização. Para ele, durante a noite as avenidas e a iluminação pareceram maravilhosas, mas à luz do dia ressaltou sua decepção com a arquitetura de "formas feias" que viu, pois para ele não representava a "imagem" do Brasil e nem a "alma" do nosso povo. O artigo de Costa faz um convite a (re)descoberta da herança colonial a fim de se encontrar o "fio da meada" de uma arquitetura brasileira.

> Não vou ao extremo de achar que já devíamos ter uma arquitetura nacional. [...] Deveríamos, porém, ter tomado, e isso há muito tempo uma diretriz, e iniciado a jornada aceitando como ponto de partida o passado que, seja ele qual for, bom ou mau existe, existirá sempre, e nunca poderá ser apagado. Para que tenhamos uma arquitetura logicamente nossa, é mister procurar descobrir o fio da meada, isto é, recorrer ao passado, ao Brasil-colônia. Todo esforço nesse sentido deve ser recebido com aplausos ([COSTA,] A NOITE, 19 mar. 1924, p.1, grifo nosso).

O interesse pela definição de uma expressão nacional, ligada ao passado brasileiro e não às raízes estrangeiras, motiva viagens de intelectuais a acervos urbanos legados do período colonial[92]. O arquiteto Lucio Costa registrou algumas de suas impressões da viagem realizada às cidades mineiras no jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro. A curiosidade pela descoberta dessa arte e arquitetura vem junto à denúncia da falta de cuidados com os vestígios de outra época.

> De minha viagem a Diamantina e pequena demora em Sabará, Ouro Preto e Mariana, tentarei apenas dar as impressões gerais que tive e as ideias que elas me sugeriram [...]. Confesso-lhe que foram muitas as surpresas. Encontrei um estilo inteiramente diverso desse colonial de estufa, colonial de laboratório, que nesses últimos anos surgiu [se refere ao movimento neocolonial] e ao qual, infelizmente, já se está habituando o povo, a ponto de classificar o verdadeiro colonial de inovação. Ao lado das construções barrocas, jesuíticas, arquitetura francamente religiosa, há a arquitetura civil, de um aspecto muito característico, e de particular interesse [...] Encontrei nessas cidades, num deplorável abandono, á mercê dos caprichos da população local, em geral sem uma conveniente

[91] Conforme Paulo Arantes (1997), a ideia da formação e seus debates avançam pelas décadas seguintes na busca pela definição de uma *tradição* que provasse a viabilidade de uma "civilização nos trópicos". O autor destacou a contribuição teórica de Roberto Schwarz que foi utilizada por Antônio Cândido para representar "o problema da formação como uma questão material de acumulação de experiência intelectual" (ARANTES, 1997, p.33).

[92] Cf. Guilherme Wisnik (2014) "Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mario de Andrade".

> educação artística [...] Naturalmente será preciso conciliar tais vestígios de uma época passada com "raffinement" da vida moderna. Surge justamente aí a principal tarefa do arquiteto. ([COSTA,] A NOITE, 18 jun. 1924, p.1, grifo nosso)

Outros intelectuais também foram a Minas Gerais e emitiram impressões de sua visita em jornais locais, posteriormente organizando publicações mais estruturas da viagem. Importante citar nesse sentido o paulistano Mário de Andrade (1893-1945) e o amigo natural de Recife, Manuel Bandeira (1886-1968). Bandeira escreveu o artigo *A Defesa de Ouro Preto*, na revista *Ilustração Brasileira*, publicada em set. 1928. Mas apenas em 1938 publicou um material mais aprofundado sobre a cidade, com a obra *Guia de Ouro Preto*[93].

Manuel Bandeira demonstrou seu interesse pelas cidades de Olinda, São Salvador e Ouro Preto, constatando que as mesmas "deveriam constituir pontos de peregrinação obrigatória para todo brasileiro que tenha gosto da história social e artística do nosso passado". O autor destaca a importância de seus núcleos coloniais em séculos anteriores, por isso ressalta que "elas fixaram mais do que as outras cidades do país o caráter da vida brasileira nos séculos XVII e XVIII" ([BANDEIRA,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, set. 1928, p.54). Ele enfatiza a necessidade de "zelar" pela tradição, não permitindo arruinamentos dos imóveis e não consentindo com as "restaurações depredadoras" que não respeitam o caráter existente.

> São Salvador é sem dúvida aquela onde a tradição é mais rica de monumentos. A atividade dos seus habitantes ainda não conseguiu reergue-la da decadência a que a levou a retirada do Governo Geral para o Rio de Janeiro em 1763. Aliás a esta circunstância se deve em grande parte a conservação do seu cunho tradicional. De vinte anos para cá ela começou a se renovar, nem sempre com o respeito desejável para com as linhas tradicionais do seu patrimônio artístico. (Ainda agora voltam a falar na demolição da velha Sé de Pero Fernandes Sardinha, talvez a igreja mais venerável da nossa terra pela antiguidade e pelo caráter). Olinda pela situação arrabalde em relação a Recife também ficou exposta às transformações que acabarão por desfigurar-lhe as feições antigas. Ouro Preto guardou maior pureza e guardou quase toda a sua pureza de estilo. A mudança da capital do estado para Belo Horizonte reduziu-a à condição melancólica de cidade morta. [...] Morta ela é única, pois nenhuma tem a incomparável unidade de fisionomia que a caracteriza. Ela será sempre a capital do passado de Minas, a aparição desse passado tão cheio de memórias heroicas, tão rico de tradição artística ([BANDEIRA,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, set. 1928, p.54, grifo nosso)

Mário de Andrade também esteve em Minas Gerais em 1924, num breve passeio

[93] Na mesma década foram pulicados por Gilberto Freyre (1968a; 1968b) o *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife* (ed. orig. 1934) e *Olinda – segundo guia prático, histórico e sentimental da cidade brasileira* (1968) (ed. orig. 1939).

batizado de “viagem de descoberta do Brasil” realizado com um grupo de modernistas[94]. Em 1926, o intelectual já tinha planejado viagem para cidades do nordeste, de 1928 a 1929, o intelectual visitou a Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, publicando notas da viagem no *Diário Nacional* e posteriormente organizando o material textual na obra *O Turista Aprendiz*.

O escritor paulista visitou uma série de cidades, tomando notas sobre peculiaridades locais, com interesse principal na arte popular. Em Recife, Mário de Andrade (2015) teve como cicerone o intelectual Ascenso Ferreira, realizou passeio pelo rio Capibaribe com o amigo Manuel Bandeira e com Gilberto Freyre. Algumas das igrejas da cidade receberam atenção especial, recebendo descrição mais detalhada. Em Pernambuco, o intelectual conheceu ainda Olinda e Igarassu.

A fala de Mário de Andrade sobre Salvador nos desperta especial interesse, pois ele transitou pelas ruas “ignoradas” da cidade, em busca de registrar traços populares locais. Ele descreveu a peculiaridade da vista a partir da Baía de Todos os Santos, bem como das construções que se amontoavam e trepavam no relevo acidentado do terreno.

> Da vista de São Salvador que a gente enxerga de bordo tem um pedaço bem no centro em que as casas se amontoam num estardalhaço de janelas, andares, telhados, parece mentira... não é mentira não, é estardalhaço. Gosto de banzar ao até pelas ruas das cidades ignoradas... aqui a impressão de estardalhaço continua. Parece incrível que se tivesse construído uma cidade assim... Ruas que tombam, que trepam, casas apinhadas [São Salvador, 7 dez. 1928] (ANDRADE, 2015, p.263)

O caso emblemático da Sé de Salvador foi citado pelo *Turista Aprendiz,* a ameaça de demolição do vetusto templo para a modernização da imagem da Cidade Alta atingira repercussões nacionais. Mário de Andrade tomou conhecimento sobre o embate e disse que foi achando “uma graça dolorida nos partidários e antagônicos da destruição” da Sé. Em seguida, ele reflete sobre sua postura. “Dizem que sou modernista e... paciência! O certo é que jamais neguei as tradições brasileiras, as estudo e procuro continuar a meu modo dentro delas [cidade de Natal, 29 dez. 1928] (ANDRADE, 2015, p.297)”.

> O problema da Sé da Bahia está mas é enunciado errado. É muito mais grandioso do que a derrubada ou não derrubada dum casarão pra alargamento de rua. O próprio centro urbano da cidade alta é que se tem de resolver se é prático ou não ficar onde está. Todas aquelas ladeiras,

[94] Além de Mário de Andrade entre os modernistas paulistanos (estava a mecenas Olívia Guedes Penteado, o casal Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade), o passeio tinha intenções de apresentar “as cidades históricas” ao poeta franco-suíço Blaise Cendrars. Conforme informações extraídas da publicação relançada do *Turista Aprendiz* em 2015, organizada pelo IPHAN, com comentários, novos documentos e fotografias (ANDRADE, 2015).

> quedas de supetão, torceduras de terrenos são absolutamente contrárias a qualquer norma utilitária de urbanismo contemporâneo. Não é possível aplainar aquilo e retificar as ruas sem arrasar tudo. Ou se destrói tudo para atualizar aquilo, ou, qualquer paliativo destruirá tradições curiosas e mesmo valiosas que nem a dita Sé, não passando de paliativo e não resolvendo nada – esse é o problema. [Natal-RN, 29 dez. 1928] (ANDRADE, 2015, p.298)

Mário de Andrade deixa entrever sua empatia pela Igreja da Sé, referindo-se a sua edificação como parte das "tradições curiosas e mesmo valiosas" da cidade. A fim de extirpar a ameaça de demolição o intelectual formula um novo problema, em que o desaparecimento da edificação emblemática não mudaria a imagem da Cidade Alta e então seria preciso arrasar tudo, o que não parece uma alternativa viável, devido aos seus custos materiais e culturais. José Lira (2015) estabelece nexos entre a digressão do modernista paulista sobre a Sé de Salvador e seus contatos com Gilberto Freyre e Manuel Bandeira.

> A digressão remete ao dilema das tradições imóveis, impermeáveis às mudanças e exigência do tempo, muitas vezes objeto de fetiches absolutamente 'prejudiciais', senão 'ridículos'. Mas se a modernização de Natal[95] não encontrava esse tipo de obstáculos, ali onde eles subsistiam, impunha-se a necessidade de conciliar os traçados e monumentos tradicionais com os imperativos utilitários da vida urbana contemporânea. Tal como em Salvador, por outro lado, no Recife o tema vinha inspirando controvérsias similares. Um dos cicerones eventuais de Mário na cidade, Gilberto Freyre, era partidário de ideias contundentes a esse respeito. Agitador do movimento regionalista no Nordeste, Gilberto liderava naqueles anos uma plataforma de defesa da diversidade regional do país contra o excesso de centralização e uniformização, o que incluía entre outras coisas, a valorização dos monumentos artísticos e históricos do Nordeste e do Recife, em especial, onde as transformações em curso segundo ele ameaçavam os traços mais característicos da cidade. Também Manuel Bandeira, justamente naqueles dias de confraternização com Mário de Andrade em sua terra natal, vinha escrevendo sobre a preservação do patrimônio arquitetônico colonial, a fisionomia histórica do Recife e sua ambiência evocativa. Tratava-se, entre outras coisas, de defender a Igreja da Madre de Deus, então ameaçada de demolição pelos novos planos viários para a cidade (LIRA, 2015, p.383-384).

Alguns casos de demolições tornaram-se emblemáticos, seja o da Catedral da Sé de Salvador, ou da Sé de São Paulo (substituída por uma neogótica), arrasamentos de trechos inteiros de núcleos coloniais, como no entorno da Igreja do Corpo Santo (no "antigo Recife") e o desmonte do Morro do Castelo no Rio de Janeiro. Em março de 1929, José

[95] Da visita a Natal, mediada pelo seu cicerone Luiz da Câmara Cascudo, Mário de Andrade infere que a referida cidade "é feito São Paulo: cidade mocinha, podendo progredir à vontade sem ter coisas que dói destruir" (ANDRADE, 2015, p. 297). Estudos pontuam que Cascudo era partidário dos planos de modernização na sua cidade e sua produção historiográfica / memorialística teria sido fundamental para a implantação de novos padrões, bem como ajudaram a construir a História e Memória da cidade. Cf. ASSUNÇÃO, 2017; FERREIRA e DANTAS, 2009; DANTAS e LIRA (2001).

Marianno Filho publica uma série de artigos intitulados "Urbanite Aguda" no *O Jornal*, no qual o principal alvo da crítica era o ex-prefeito da capital do País, engenheiro Carlos Sampaio (governo de 1920-22), sucessor de Francisco Pereira Passos, que empreendeu o arrasamento do Morro do Castelo e com ele a demolição do Colégio dos Jesuítas. O líder do neocolonial destacou o "amadorismo" da solução urbana e a falta de sensibilidade com as peças nobres da edificação tratadas como entulhos para a execução do aterro da Glória.

> Que fez você – esteta de última hora – das arcadas, colunas e capitéis de mármore lavrado do colégio dos jesuítas? Não os abandonou você cruelmente na lama das ruas? [...] Essas vozes terríveis o esperançoso urbanista ouve diariamente em consciência, mas sente-se incapaz de lhes dar resposta. E daí, saca por conta do futuro, como se as suas palavras pudessem calar o espírito público ([MARIANNO FILHO,] O JORNAL, 8 mar. 1929, p.4).

A falta de zelo com núcleos coloniais, a construção de novas vias sem consideração com traçados seculares, as demolições e "restaurações" sem respeito às características de símbolos religiosos passaram a ser alvo de denúncia pelos agentes das cidades. As críticas de intelectuais do movimento neocolonial e de modernistas em torno das referências estrangeiras da arquitetura eclética clamavam pela definição de um caráter nacional[96], cujo fio da meada estava no entendimento de bens legados do período colonial enquanto referência e tradição.

É nesse sentido que podemos evidenciar que o debate sobre a tradição estava em aberto e por que não dizer em disputa. As leituras regionalistas / nacionalistas, o interesse de modernistas pela (re)descoberta do Brasil, entrecruzam-se no fim da década de 1920. Período em que as ideias em torno da proteção de bens do passado circulavam entre periódicos da época, também passavam a ser debatidas entre juristas (através de projetos submetidos à aprovação no meio legislativo) e carregadas por agentes chaves (intelectuais e técnicos) que transitaram entre áreas geográficas distintas, a exemplo do citado Mário de Andrade[97].

[96] Pesquisas de Maria Lucia Pinheiro (2011) e Carlos Kessel (2008b) contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre o Neocolonial, esclarecendo definições superficiais e ampliando a compreensão de sua contribuição para a arquitetura brasileira. Seus trabalhos desconstroem a compreensão do Neocolonial como um desdobramento do ecletismo, estabelecendo elos do movimento com a modernidade.

[97] José Ricardo Fernandes (2010, p.11) afirmou que a pedido de Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde do Governo de Getúlio Vargas) Mário de Andrade concebeu o anteprojeto de lei visando à preservação do patrimônio em 1936 (a época o intelectual era Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo). O texto do modernista paulistano "sofreu injunções políticas no Ministério da Educação e somente parte dele é aproveitado posteriormente na edição do Decreto-Lei nº25/37, o documento é válido até hoje.

CAPÍTULO 2

O MARTELO DO PROGRESSO E AS VELHAS PEDRAS DO PASSADO EM RECIFE (ANOS 1910-1920)

Recife
Não a Veneza americana
Não a Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais
Não o Recife dos Mascates
Nem mesmo o Recife que aprendi a amar depois – Recife das revoluções libertárias
Mas o Recife sem história nem literatura
Recife sem mais nada
Recife da minha infância
[...]
Foi há muito tempo
A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha pela boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
[...]
Recife
Rua da União
A casa do meu avô
Nunca pensei que ela acabasse
Tudo lá parecia impregnado de eternidade
Recife meu avó morto
Recife morto Recife bom Recife brasileiro como a casa de meu avô

Manuel Bandeira, 1979 [orig.1925], p.121-123.

2.1. Recife: obras urbanas de 1909-1918.

Desde o século XIX, a cidade do Recife se dilatava, "num ritmo acelerado", passando por um processo de urbanização que buscava a inserção da capital "no conjunto do Império brasileiro e nas relações mundiais do capitalismo"[98]. O corpo físico do Recife passa a ser objeto de discurso de administradores, médicos e letrados, o marco inicial dessa modernização foram as realizações de Francisco do Rego Barros ("barão, depois conde, da Boa Vista") que à frente do governo da província (de 1837-1844) trouxe uma equipe de "engenheiros, técnicos e operários" para atuarem na *Repartição de Obras Públicas* (ARRAIS, 2004, p.14).

No governo do Conde da Boa Vista houve tentativa de intervenção no núcleo de formação da cidade[99]. Estavam em gestação as intenções de reformar o sítio que havia acumulado sucessivas camadas de tempo da ocupação de um povo. Os lotes estreitos e cumpridos, os seus sobrados colados uns aos outros eram testemunhos da herança portuguesa na forma de dispor as quadras, adequando-se ao formato alongado da porção de terra limitada por água e fortificada pela muralha e suas portas (Figuras 20 e 21).

Figura 20: Rua da Cadeia (posteriormente Marquês de Olinda), fotografia de Moritz Lamberg, 1880.

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Figura 21: Rua do Bom Jesus, fotografia de Moritz Lamberg, 1880.

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

[98] Cf. Raimundo Arrais (2004). O estudo historiográfico do autor justifica a importância da perspectiva da história cultural urbana sobre o Recife. A ênfase na produção material/simbólica do tecido urbano, utilizando o método das representações sobre essa urbe, como meio de preencher lacunas deixadas por uma escrita da História de Pernambuco que enfatizou os grandes feitos heroicos, como a "guerra dos holandeses e os mascates, a revolução de 1817 e a de 1848" (2004, p.22).

[99] Conforme informação da revista *Arquivos* (1942, p.94) a proposta de intervenção do governo do Conde da Boa Vista enfrentou "grande oposição, refletida na imprensa da época". O debate em torno dessa primeira intenção de reformar o núcleo de formação do Recife, ainda não foi discutida mais profundamente nos estudos historiográficos sobre a cidade.

Fotografias do alemão Moritz Lamberg tiradas em 1880 demonstram o aspecto do eixo principal de circulação do núcleo de formação da cidade, em duas cenas, com as rua da Cadeia e a do Bom Jesus. As imagens urbanas do fotógrafo se comparam aos melhores do gênero de fotografia paisagística dos oitocentos, entre eles Augusto Stahl e Marc Ferrez. Os enquadramentos do autor demonstram o adensamento característico de séculos de ocupação do núcleo colonial[100], fizeram parte das 48 imagens publicadas no *Álbum Vistas de Pernambuco* de 1880.

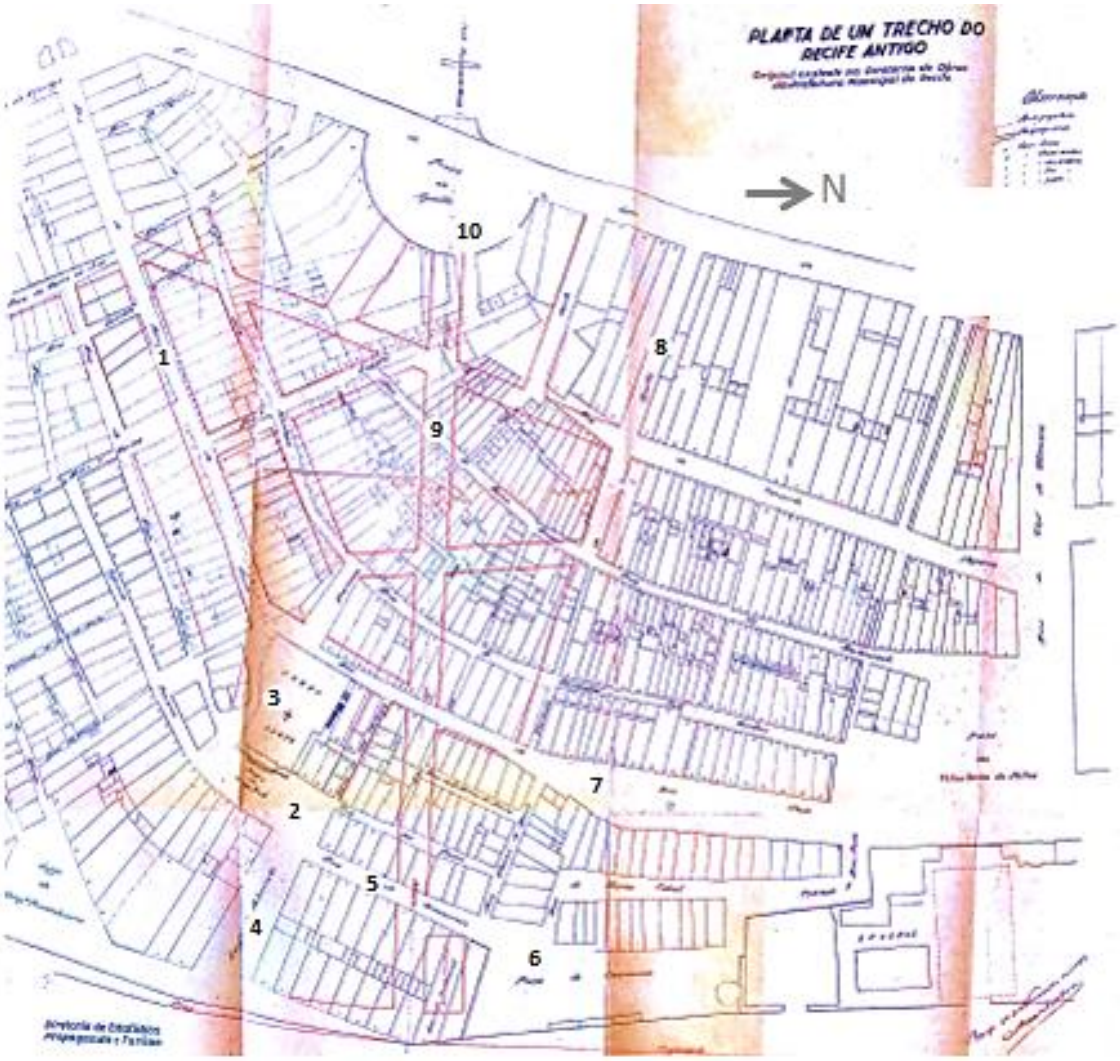
Em 1887/88 o engenheiro Alfredo Lisboa, chefe da Comissão dos Portos e das Obras Públicas gerais de Pernambuco, apresentou sua primeira proposta de intervenção no Porto e em suas conexões urbanas. O projeto já tinha intenções de demolir uma significativa quantidade de edificações. Pois propunha um novo eixo de circulação no bairro, através da abertura de uma Avenida (denominada Rio Branco, a espelho da Capital Federal) rasgando o tecido existente do mar a uma das pontes do antigo istmo.

A proposta através de alargamentos e extensões destacava a importância da rua da Cadeia (posteriormente chamada de Marquês de Olinda), reforçando o acesso a ponte 7 de setembro[101], a mais antiga de ligação com o continente. Nessa ocasião não se cogitou o prolongamento da rua da Cadeia até a esplanada frente ao mar, pois no meio do caminho estava a Igreja do Corpo Santo (Figura 22).

Segundo Cátia Lubambo (1991) o projeto chegou a ser aprovado, mas foi seguido de tentativas frustradas de execução. Essa primeira proposta, no entanto teve forte influência nas obras urbanas executadas entre 1909-1918, sabe-se que a intervenção realizada foi fruto de um desenvolvimento das intenções iniciais claramente esboçados no projeto de 1887/1888 de Alfredo Lisboa[102]. O engenheiro continuaria a amadurecer e articular a execução da proposta de remodelação do istmo nos anos seguintes. Em 1892, Alfredo Lisboa apresentou sua proposta para o porto do Recife *V Congresso de Navegação de Paris*[103].

[100] "Lamberg produziu também imagens de núcleos coloniais, tipos populares, casas coloniais, espécies do reino vegetal e das principais cidades do Brasil" (WANDERLEY, 2017).
[101] Atualmente denominada de Ponte Maurício de Nassau.
[102] A revista *Arquivos* (1941, p.93), da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo abordou o projeto de Alfredo Lisboa de 1887/1888 e destacou que ele ainda não "evoluído para a demolição da Igreja do Corpo Santo".
[103] Informação do relatório de Domingos de Sampaio Ferraz sobre o *Porto de Pernambuco* de 1914.

Figura 22: Proposta de reforma do bairro do Recife (1888), eng. Alfredo Lisboa.



Fonte: ARQUIVOS, 1942.

Alfredo Lisboa se tornou um importante articulador para a concretização das obras urbanas de 1909/1918, ele foi diretor da Subcomissão da Comissão Fiscal e Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro [104], criada em 1907, "para elaborar os estudos definitivos dos melhoramentos do Porto do Recife" (LUBAMBO, 1991, p.75). No mesmo

[104] Além do diretor foram nomeados "auxiliares, Lothario Hehl, José Pires dos Rios, José Cesário de Melo Filho e Sylvio Faria" (LUBAMBO, 1991, p.75).

ano o Plano Geral de Melhoramentos do Porto do Recife e seu orçamento foram aprovados pela Comissão da Capital Federal (BRASIL, 1907). A União ficou responsável pelo contrato com empresa para o melhoramento do Porto, realizado com a *Societé de Construction du Port de Pernambuco* em 4 de agosto de 1908.

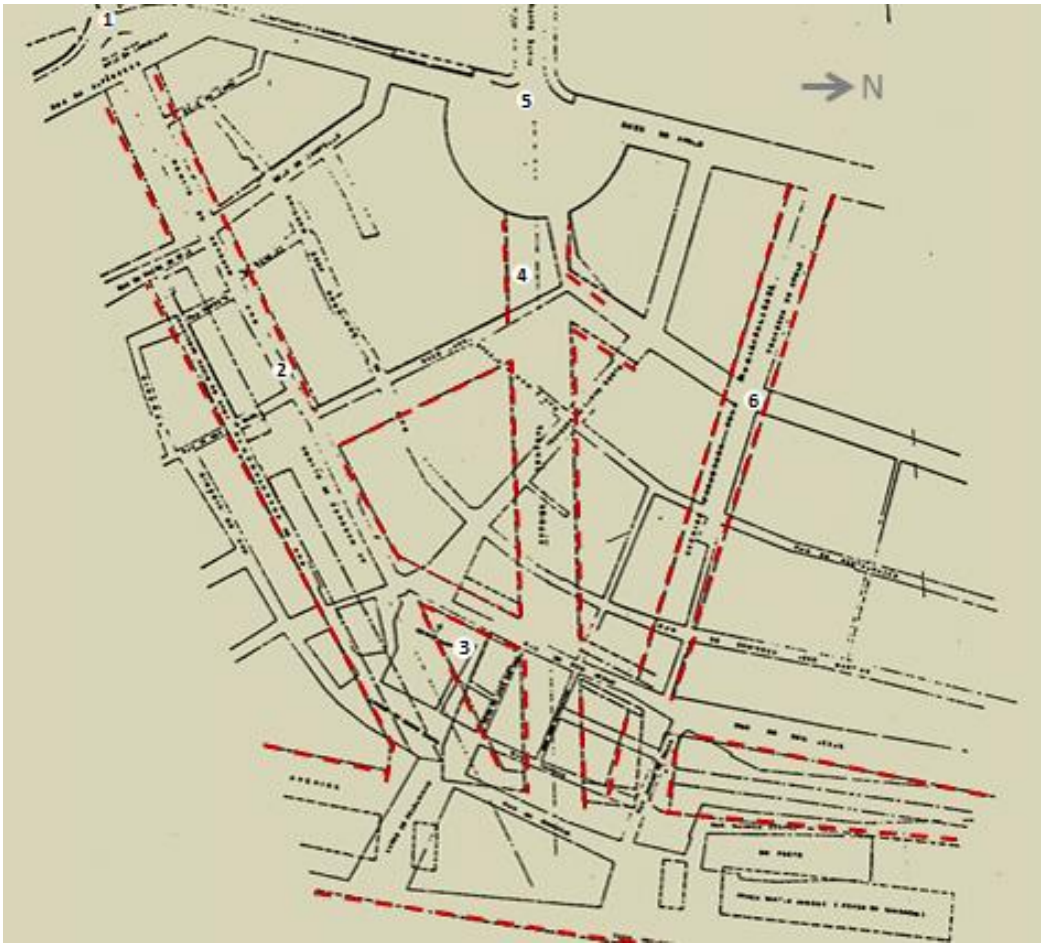
> Enquanto a empresa construtora executava as obras do plano relativas ao melhoramento do Porto (propriamente dito), outros trabalhos eram efetuados, administrativamente, pela subcomissão[105]. Foram, assim, desapropriados por utilidade pública: – Construções dentro da **faixa de 60m de largura** para o futuro cais. – Construções dentro da **faixa de 24m de largura,** em prolongamento da ponte Buarque de Macedo até a linha do cais, para abertura de uma avenida (hoje Av. Rio Branco). – Construções dentro da **faixa de 20m de largura** para o alargamento da rua Marquês de Olinda, desde a ponte Sete de Setembro até encontrar a nova avenida (LUBAMBO, 1991, p.91, grifo da autora).

O que se observou sobre a prerrogativa de modernização do porto, importante motor econômico da capital, foi a transformação da imagem de todo o trecho de formação da cidade (LUBAMBO, 1991). A planta de intervenção apresentada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1910, apresentou a essência do projeto aprovado, que tinha como eixos estruturadores a criação de duas novas avenidas, a Rio Branco e a do Cais, sobre o tecido existente (Figura 23). O novo conjunto viário previa ainda os alargamentos da Rua Marquês de Olinda e da Travessa do Apolo (posteriormente denominada Av. Barbosa Lima).

A abertura de 20m de largura para a construção da Avenida Rio Branco rasgou a adensada ocupação de uma margem a outra do istmo, com outras proporções, mas a semelhança da abertura da Avenida Central no Rio de Janeiro. Criou-se um novo eixo sobre a área construída, motivando numerosas demolições. A construção da avenida do Cais, posteriormente denominada Alfredo Lisboa, transformou a vista da cidade a partir do acesso portuário. O cais, a nova avenida e seus galpões evidenciaram a modernização do antigo núcleo urbano marcado por seus sobrados estreitos. Registros fotográficos das obras são impactantes, permitem vislumbrar a escala das demolições efetuadas (Figura 24).

[105] Conforme decreto nº 7.003 de 2 de julho de 1908, as demolições necessárias a execução dos trabalhos deveriam ser realizadas pela Comissão de Obras entregando a área "livre e desembaraçada" para a empresa contratada (BRASIL, 1908).

Figura 23: Projeto de duas avenidas, 1910, apresentado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.



Fonte: Adaptado de Lubambo (1991, p.169) – destaque em vermelho das novas vias propostas.

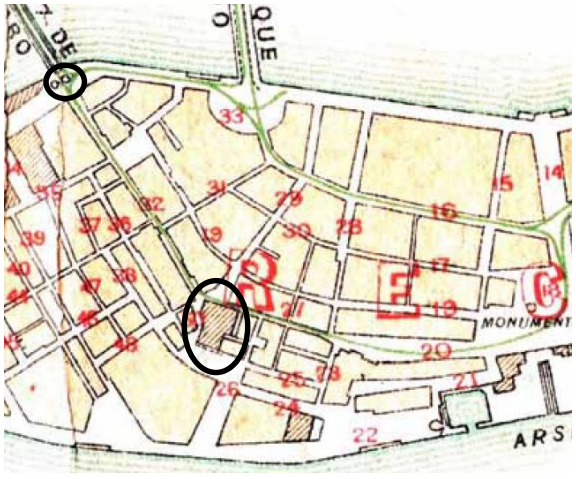
Figura 24: Trabalhos de construção do cais de oito metros e da Praça Rio Branco (atual Praça do Marco Zero), Recife, 1912.

Fonte: ARQUIVOS, 1942.

A rua Marquês de Olinda, não foi apenas alargada, pois no meio do caminho para o acesso rápido da Ponte Sete de Setembro (atual Maurício de Nassau) a nova via do Cais, estava a Igreja do Corpo Santo e seu entorno de sobrados modestos que configuravam espaços livres de importância fundamental no tecido marcado pelo construído. A edificação representava o marco religioso inicial da ocupação do Recife e estava situada no principal eixo de circulação do istmo, conectada ao seu largo e ao pelourinho. A transformação da antiga rua em Avenida foi realizada mediante alargamento e extensão até a nova via do Cais, ocasionando demolições maciças, inclusive da igreja e do arco de Conceição, que era uma das antigas portas das muralhas do Recife colonial.

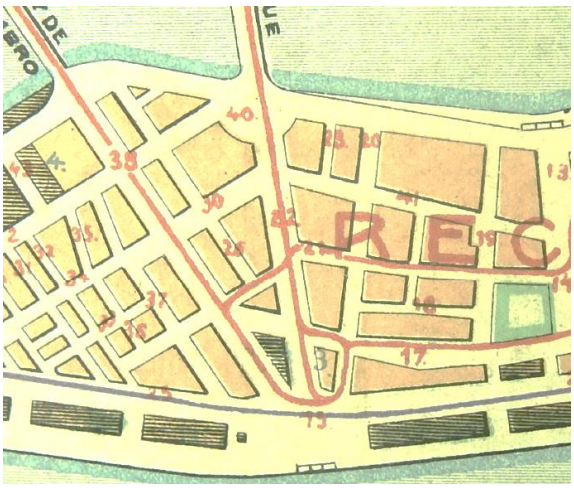
Houve ainda o alargamento da Travessa do Apolo e uma série de outros pequenos trechos de vias foram criados pela municipalidade, promovendo uma renovação completa da área do Recife situada entre as projetadas avenidas de ligação da Avenida do Cais e as duas pontes sobre o rio Capibaribe. Documentos sobre a cartografia histórica do Recife nos permitem comparar as transformações físicas[106], através o levantamento cartográfico de 1906/1907 (Figura 25) e o realizado em 1914 (Figura 26). A observação dos dois mapas demonstra que o processo de demolição foi bastante acelerado nos cinco primeiros anos de obras.

Figura 25: Trecho da planta do Recife de Sir Douglas Fox e H, Michell Whitley (1906/07).



Fonte: MENEZES, 1988 (circunscrito em preto o Arco da Conceição e a Matriz do Corpo Santo).

Figura 26: Trecho da planta do Recife em 1914.



Fonte: Planta da cidade..., 1914.

[106] Mapas completos da cidade em 1907 e 1914, respectivamente compõem os anexos 1 e 3. Mapa de Sir Douglas Fox (e Sócios) e H. Michell Whitley (Profissionais Membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres) data de 1906/1907, utilizado como base para o estudo das transformações urbanas do núcleo inicial até os primeiros anos do século XX, publicado no *Atlas Histórico Cartográfico do Recife* (MENEZES, 1988).

A análise comparativa dos dois mapas cartográficos demonstra os eixos estruturadores da circulação implantados no trecho reformado. Na planta de 1914[107], destaca-se a nova Avenida do Cais com seus novos armazéns na frente de água que margeia a costa e a Praça Santos Dumont, espaço livre situado no encontro das vias transversais com vistas para o mar (atual praça do Marco Zero). A comparação também permite evidenciar dados de recenseamento que atestam que as demolições ocorreram quase todas até 1913[108], incluindo-se a Igreja do Corpo Santo e o Arco da Conceição, cujas demolições foram realizadas através de edital específico.

Os dados são provenientes dos relatórios de recenseamento Municipal e da recebedoria do Estado. Eles apontam que cerca de 480 imóveis foram desapropriados no bairro do Recife durante a reforma realizada na década de 1910 (LUBAMBO, 1991, p.123). O quantitativo considerado pela autora não contabilizou edificações que não foram alvo de acordos de indenização, como as edificações ruinosas e os mocambos. As mesmas fontes foram utilizadas no Relatório de Saneamento de 1917 do Engenheiro Francisco Saturnino de Brito para os cálculos do Plano de Esgotamento Sanitário da cidade.

A transformação de grande porte realizada no período de 1909-1918 sobre esse antigo trecho do Recife resultou numa percepção de tempo acelerada. À medida que borrou a imagem do passado, apontando para um futuro fundado na fé pelo progresso. Mas no contrapelo desse processo de modernização, observa-se a proliferação de falas ligadas a elementos do passado, saudosismos, sentimento de perda de referências e estranhamentos com a área remodelada.

2.2 Imagens dissolventes do Recife colonial

O caso da demolição da Igreja do Corpo Santo e por extensão de seu entorno, nos permite evidenciar um processo muito mais complexo, que não se encerra com a derrubada da edificação. Pois o exemplo tornou-se emblemático, após a demolição física, o caso passou a ser utilizado enquanto representação para mobilizar sentimentos e enfatizar discursos retóricos sobre a importância da proteção de exemplares do passado. Mas como se deu a modificação da percepção em relação à Igreja do Corpo Santo, que derruiu em 1913

[107] O Recife em 1914 pode ser conferido no anexo 3, em que trecho analisado na figura 25 foi marcado em tracejado.
[108] De 1909-1910, 239 imóveis foram demolidos, de 1911-1913, um total de 207 e de 1914-1923, apenas 70 foram demolidos (LUBAMBO, 1991, p.128).

e na década seguinte passou a ser retomada como exemplo do que não poderia ocorrer novamente, inclusive colaborando para a proteção de outros exemplares do passado.

2.2.1. Considerações históricas sobre o núcleo de formação do Recife

Para entendermos a disputa de significados associadas à área da Igreja do Corpo Santo e seu entorno, foram importantes os documentos da Irmandade do Santíssimo Sacramento que administrou a edificação. Assim como as análises sobre o sítio, com base em estudo da cartografia histórica do Recife[109] e nas paisagens urbanas ilustradas por pintores do século XIX. O local arrasado pelo Plano Geral de Melhoramentos do Porto e pelas intervenções da municipalidade, não era simplesmente uma representação do atraso e sujeira, pois os escombros da herança colonial levaram consigo referências urbanas, que davam suporte memória e identidade de certos grupos.

As fontes sobre o Recife destacam a ancianidade da locação da primeira fundação religiosa do seu sítio (MENEZES, 1988; BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868]). A *Igreja Matriz de São Frei Pedro Gonçalves*, foi como originalmente chamou-se a *Matriz do Corpo Santo*[110]. Braga (1868, p.14) destaca o surgimento do pequeno núcleo de habitantes do Recife, "na sua máxima parte composto de famílias de pescadores e outros homens destinados à vida marítima, já aqui haviam edificado uma pequena Capela". O nome da estrutura primária religiosa veio de São Frei Pedro Gonçalves, o "representativo místico" para proteção dos que se aventuravam ao mar. O Frei era invocado em ocasião de tempestade, para os espanhóis e portugueses era apelidado de *Telmo*, como presságio de bonança, assim *Santelmo* ou *Corpo Santo* (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.17).

Segundo Menezes[111] (1988), o esboço de Diogo de Campos Moreno (Sargento-Mor da costa), de 1609, apresenta a estrutura primária da igreja de S. Frei Pedro Gonçalves como referência de destaque na organização do núcleo de formação da cidade (Figura 27). Na

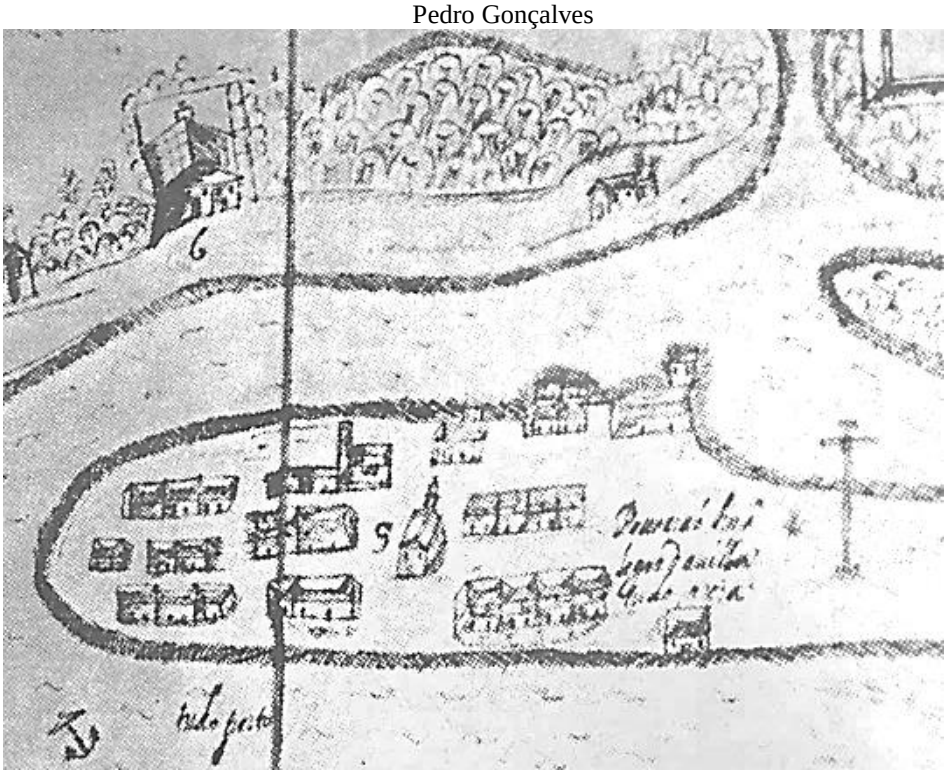
[109] Sobre a cartografia anterior ao século XX, utilizou-se como fonte o *Atlas Histórico Cartográfico do Recife*, organizado por José Luiz Mota Menezes (1988).

[110] Parte dos documentos da Irmandade do Santíssimo Sacramento se perdeu no tempo. No fim da década de 1860, o português João Pereira Rebello Braga (1823-1870), sócio do recém-criado Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), escreveu o *Memorial Histórico da Igreja Matriz de São Frei Pedro Gonçalves* utilizando o acervo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que reunia documentos como livros de receitas e despesas, atas das mesas regedoras, livro da fábrica (construção do templo), dentre outros.

[111] O estudo descreve a formação da cidade, as transformações no núcleo de ocupação inicial e a expansão urbana. A pesquisa ilustra a evolução urbanística, tendo como recorte temporal a fundação da cidade (em 1537) até o ano de 1906/1907, quando se publicou o mapa realizado por Sir Douglas Fox (e Sócios) e H. Michel Whitley.

representação o espaço sagrado ocupava a porção central do povoado, a edificação religiosa fora implantada descolada do casario do entorno, servindo de referência para a conformação dos espaços livres vizinhos.

Figura 27: Desenho de Diogo de Campos Moreno (1609), número 5 corresponde a ermida de S. Frei Pedro Gonçalves



Fonte: MENEZES, 1988, p.17

> O desenho do códice de Diogo de Campos Moreno nos mostra a disposição do casario, que, em redor da ermida de S. Frei Pedro Gonçalves, organizava-se como primeiras ruas da povoação. Assim, no que se refere à disposição das ruas, vemos já definirem-se as futuras da Cadeia, em seus inícios junto à ermida e a detrás da cadeia, chamada do Bispo Sardinha [...] Por detrás da Ermida, em direção ao istmo, vem já configurar o que seria 'a rua que vai para a Praça dos Judeus' [...] Correndo no alinhamento da fachada da Ermida temos na direção norte a titulada em 1906 de rua do Torres. (MENEZES, 1988, p.17)

Menezes (1988, p.17) afirma que em representação de 1631, observa-se algumas ruas mais definidas, entre elas a Marquês de Olinda (Rua da Cadeia Velha), do Bispo Sardinha (do Encantamento), do Torres, entre outras. Nesse período, o Recife possuía aproximadamente 70 casas e a povoação continuava "organizada em torno da ermida e limitada pelo pouco de terra firme" [...]. A disposição do casario e o sistema de circulação seguiam o eixo estreito e longo da "lingueta" orientado da vila de Olinda para o sul.

O crescimento do Recife é considerável a partir de 1631, quando se estabelece a sede do governo Holandês em Pernambuco (1630-1654), a dominação do território estabeleceu-

se após incêndio em Olinda. A ocupação flamenga se deu desde a ilha de Antônio Vaz até a lingueta, realizaram-se assoreamentos, aterros, criaram-se novas ruas paralelas e ortogonais às existentes. Construiu-se uma ponte de madeira (inaugurada em 28 fev. 1643) permitindo a primeira ligação entre as duas porções de terras que se desenvolviam separadas pelo Rio Capibaribe (MENEZES, 1988, p.25).

No período holandês o espaço sagrado do Recife, concentrado na ermida católica de S. Frei Pedro Gonçalves, foi saqueado e o templo passou a servir à religião Luterana (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.18). Também nessa época data a construção da primeira Sinagoga construída na América Latina (MENEZES, 1988). Após a expulsão dos flamengos, o Recife se firmou "como capital e lugar mais importante" (MENEZES, 1988, p.29). Em 1655, a Ermida de S. Frei Pedro Gonçalves se tornou Matriz, "sob a já conhecida denominação de Corpo-Santo" (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.21).

A irmandade do Santíssimo Sacramento e as doações dos fiéis custearam uma série de obras na capela primitiva, realizadas de 1666 a 1671. No início do século XVIII, a Matriz do Corpo Santo passou por mais uma fase de "melhoramentos", acompanhando a prosperidade do Estado e do Recife, que passou a posição de vila com jurisdição própria, independente de Olinda, através da Carta Régia de 19 de Novembro de 1709 (BRAGA, 1955 [ed.orig. 1868], p.29). Naquele século a Irmandade recebeu consideráveis doações de fiéis, incluindo-se bens imóveis e terrenos (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.32).

O istmo do Recife em 1733 foi representado em mapa pelos engenheiros militares Diogo da Silveira Veloso e João Macedo Corte Real, esse desenho de referência foi sobreposto ao registro cartográfico de 1906/1907 (realizado por Sir Douglas Fox e Sócios e H. Michel Whitley) no trabalho de Menezes (1988) sobre o desenvolvimento do Recife de 1537-1907 (Figura 28). O Recife em 1733 era uma cidade fechada pela muralha, em que os acréscimos de casarios, apertavam-se sobre a faixa de terra limitada pelo rio Capibaribe, pelo mar e pela estrutura de defesa montada a partir da porta do Bom Jesus.

> Na verdade a forma da península definiu, por sua vez qualquer tipo de crescimento, e, mesmo com a tentativa de transformá-la em 'moderna', a exemplo daquela Nova Maurícia, a terra seca disponível encurva o 'ortogonalismo' desejado. As ruas estreitas e os becos a identifica com as cidades medievais, mas seguramente não foi assim, com base nas teses da idade média que ela surgiu. A aldeia do Recife é fruto da disponibilidade de terra e assim permanecerá dependendo sempre. Com ausência de claros, largos, praças ou adros, exceto aqueles da Igreja do Corpo Santo e do Pelourinho, o adensamento das construções fazem do Recife um lugar diferente de Olinda, diante da grande ausência de áreas verdes. Uma

aglomeração urbana tomada ao mar. (MENEZES, 1988, p.30)

Figura 28: Mapa do Recife em 1733, referencial de Diogo Veloso e João Real sobre base de Douglas Fox (1906/07).

Fonte: Menezes (1988, p.30)

A Matriz de S. Frei Bento Gonçalves desempenhava um papel de destaque no núcleo de ocupação dentro das portas da muralha. Pois a edificação se situava no principal eixo de circulação do istmo, compreendido da Rua do Bom Jesus (junto ao Arco de mesmo nome) a Rua Marquês de Olinda (junto ao Arco da Conceição, na entrada da ponte de ligação a ilha de Santo Antônio). Também porque o templo relacionava-se diretamente com os poucos espaços livres disponíveis, devido ao adensamento construtivo ocorrido no ao longo dos séculos XVIII e XIX. O símbolo religioso, marco da ocupação inicial do Recife, compunha um conjunto com os sobrados estreitos de seu entorno, acumulando significados com a passagem do tempo, em que o sagrado, o político, o social e o cultural partilhavam o mesmo espaço.

Ao passo que o Recife crescia para além do núcleo inicial, a Irmandade do Santíssimo Sacramento sentiu necessidade de construir uma igreja própria na freguesia de Santo Antônio, para servir de filial a Matriz. Em 1742 a Irmandade colocou o novo templo

como objetivo, a partir de então viabilizou a obra com a compra da casa de pólvora por duzentos e cinquenta mil reis (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.37-40). A pedra fundamental foi lançada em 1752, para a construção foram demolidas as instalações existentes no terreno. A edificação foi acabada em 1765 e até o ano de 1790 foi recebendo os materiais importados (obras de talha, pinturas, douramentos, etc).

Em 1790, a freguesia de S. Frei Pedro Gonçalves foi dividida em duas paróquias, a irmandade do Santíssimo Sacramento ficou com propriedade da Igreja construída no bairro de Santo Antônio, enquanto a irmandade de S. Frei Pedro Gonçalves se manteve com a Igreja de mesmo nome, também conhecida como Matriz do Corpo Santo (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.46-47). O contrato realizado entre as duas irmandades (em 27 de agosto de 1793) demonstra que ambas colaboraram para viabilizar a construção da nova igreja.

> [...] A irmandade de S. Frei Pedro Gonçalves entrará desde logo com as pedras do frontispício, cal, tijolo, madeiras e mais materiais que prontos e houver de ter: e assim mais entregará logo a morada de casas, que comprou a Manoel Fernandes de Oliveira, para ser demolida junto com as duas imediatas, que a Irmandade do Santíssimo há de comprar para esse feito[...] ficando ambas as Irmandades obrigadas a suprir com todos os seus rendimentos e esmolas para a feitura da Igreja até se completar de todo [...] (CONTRATO..., 1793 Apud. BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.48)

Os acordos entre as irmandades (do Santíssimo Sacramento e de S. Frei Pedro Gonçalves) também implicaram na construção uma nova Matriz do Corpo Santo, no mesmo terreno a igreja existente (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868]). Em 30 de setembro de 1800 teve início a solenidade de benção ao terreno do novo templo, para tanto haviam sido demolidas a igreja primária e algumas casas do entorno (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.68). Durante o período de obras a Matriz provisória ficou sendo a Capela de Bom Jesus das Portas[112], para onde transladaram o Santíssimo Sacramento. A construção transcorreu em bom ritmo e sem grandes percalços, no dia 5 de junho de 1812 a igreja iniciou suas atividades com o recebimento da imagem do Santíssimo vindo da Capela temporária.

O memorial escrito por Braga (1955 [ed. orig. 1868], p.75) evidencia a importância da Matriz no século XIX. Segundo o autor, a inauguração da Matriz[113] foi um grande acontecimento. “[...] atraindo de toda parte imenso concurso de Fiéis, jubilosos por verem

[112] A capela do Senhor Bom Jesus das portas ficava num arco, que serviu de porta para a povoação do Recife pela parte norte. Em 1850 o arco foi demolido e a imagem do Senhor Bom Jesus foi transferida para a Igreja Madre de Deus (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.68).

[113] Após a inauguração do templo algumas obras continuaram a ser executadas, entre elas os arremates do frontispício e as duas torres (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.85).

traduzido em fato, mais um triunfo da Religião, simbolizado na construção de um Templo de grandiosas proporções, e de não menos elegância e magnificência" (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.75). A nova edificação recebeu diversas melhorias após sua inauguração (paramentos de materiais nobres, douramentos de certos ornamentos, dentre outros) e trabalhos de conservação (a exemplo das obras na sua cobertura em 1854 e 1855).

A igreja era tida como um dos mais "belos templos da cidade do Recife[114], ganhando-lhes, além disso, a primazia nas mais antigas e gloriosas tradições, que vão encontrar sua origem na fundação da primitiva Capela" (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.95). A Matriz do Corpo Santo havia adquirido força simbólica com o passar do tempo. O objeto cultural havia presenciado o cotidiano do seu povo e acontecimentos importantes da cidade, como a visita de Dom Pedro II em 27 de novembro de 1859.

> [...] no propósito de dar as mais exuberantes provas do quanto aprofunda na história do país os fatos, que ela registra, não esqueceu de por si próprio investigar os que se prendem ao nascimento da povoação do Recife; e no interesse de bem o conseguir, buscou [Dom Pedro II] como ponto primordial a Igreja do Corpo Santo. (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.96)

As representações iconográficas do século XIX também reforçam a importância da Matriz do Corpo Santo e seu largo no cenário da urbe. O local foi tema de gravuras de pintores estrangeiros que vieram atuar no Brasil, destacam-se as gravuras do alemão Emil Bauch (em 1852), do suíço Luis Schlappriz (de 1863-68) e do alemão Luiz Adam Cornell Krauss (de 1878). As composições demonstram a harmonia do conjunto composto pela igreja, seu largo e os casarios do entorno, colados uns aos outros e alinhados no limite do lote. A cena urbana registrada por Emil Bauch[115] em 1852, apresenta o espaço público com bastante uso, repleto de pessoas de vestimenta simples em atividades diversas, é possível observar, também, o extenso uso de cavalos e carroças nos afazeres cotidianos da cidade (Figura 29).

[114] Através da Carta Imperial de 8 de março de 1823 a vila de Santo Antônio do Recife foi elevada a categoria de cidade, afirmando sua já considerada posição de Capital da Província (BRAGA, 1955 [ed. orig. 1868], p.81).

[115] Parte da iconografia desses pintores foi exposta no Instituto Ricardo Brennand no Recife e o estudo dessa coleção de arte foi publicado no livro *O Oitocentos Brasileiro na Coleção Ricardo Brennand* (LEITE e SILVA, 2015).

Figura 29: Largo do Corpo Santo, gravura de Emil Bauch (1852).

Fonte: acervo do Instituto Ricardo Brennand.

A gravura de Schlappriz fez parte do álbum *Memória de Pernambuco – álbum para os amigos das artes*[116], de 1863. A publicação contou com cerca de 30 imagens de "paisagem, tipos e costumes do Recife do século XIX" (MENDONÇA, 2014). A coleção de gravuras foi a primeira inteiramente litografada na cidade, graças à parceria de Schlappriz com o alemão Francisco Henrique Carls, que em 1861 havia fundado um estabelecimento litográfico. Segundo Jovita Mendonça (2014), a importância do álbum de Schlappriz e Carls se deve não só a qualidade técnica, mas também ao mérito artístico-histórico de congelar a paisagem da cidade em gravuras em uma outra geografia que não o Rio de Janeiro (cidade que concentrou grande parte das representações litográficas durante período imperial).

A representação de Luis Schlappriz, de 1863, (Figura 30) enquadra o mesmo conjunto urbano harmônico representado por Emil Bauch, em 1852. O lado direito da cena é marcado pela presença da igreja como elemento de destaque em meio aos sobrados estreitos, a ilustração evidencia a sombra da edificação sobre o seu largo. No espaço livre emoldurado pela edificação sagrada e o casario civil, foram representados movimento de pessoas à frente da igreja, pequenos grupos em tom de conversa, "negociantes e comissários de açúcar" diferenciam-se com roupa social e chapéu, alguns negros em afazeres cotidianos e cavalos. Essa cena congelada do passado obteve maior circulação em sua época e também nos períodos seguintes[117].

[116] O historiador Gilberto Ferrez (1908-2000) organizou uma nova publicação do álbum de gravuras de Luis Schlappriz em 1981.

[117] A gravura da Praça do Corpo Santo de Luis Schlappriz (1863-68) foi publicada no *Jornal do Recife* em 26 de abril de 1922 e em 17 de novembro de 1928. A conhecida cena do século XIX também ilustrou o importante *Livro do Nordeste*, original de 1925, de autoria de Gilberto Freyre et al.

Figura 30: Praça do Corpo Santo, gravura de Luis Schlappriz (1863-1868).

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2012.

2.2.2. A demolição da Matriz do Corpo Santo e de seu entorno (1910-1918)

Na década de 1910, o ciclo de modernização derruiu para sempre a cena do Largo do Corpo Santo, tão representativa de toda a história da cidade do Recife. O que vela e o que desvela o processo de demolição desse núcleo colonial? Quais os registros deixados pelos que presenciaram as imagens dissolventes e os escombros produzidos pela modernidade?

Observemos uma série de notícias veiculadas nos periódicos locais, no período de 1910 a 1913, ano em que se efetivou a demolição da Matriz do Corpo Santo. Em outubro de 1910, o *Jornal do Recife* deixa entrever uma questão em torno da demolição da Igreja do Corpo Santo. O artigo do periódico demonstra total apoio ao projeto em andamento de remodelação do bairro do Recife. A argumentação em prol dos melhoramentos, parte da representação negativa do tecido legado do passado, de vielas sem qualidade estética. Para então, evidenciar os benefícios de se transformar a imagem da cidade com implantação de um conjunto de vias de novos padrões técnicos e estéticos.

> É incalculável o valor que a abertura das duas avenidas, Central e Marquês de Olinda trás para a cidade do Recife. [...] O Recife atual, inestético e monótono, de ruas esconsas e vielas escuras, vão mudar de roupagens, surgindo, em prazo não muito longo um aspecto novo e agradável,

> apresentando aos olhos do viajante, com suas avenidas e seus prédios arquiteturalmente belos, uma perspectiva cheia de beleza e magestosidade. A projetada Marquês de Olinda, a nossa ver e de todos, sem dúvida, é para os melhoramentos do Recife, como que a última pincelada do artista, que desperta a vida no conjunto de sua obra. Não quer isto dizer, porém, que a outra avenida nenhum valor tenha por si só, não; mas o que é fato é que ela não apresentaria, com essa grandeza, que todos sonhamos, e seria um contraste compungente junto à atual rua da Cadeia. A sua inexecução seria uma amaríssima decepção para os Pernambucanos, que ansiosamente, esperam tão grande quão extraordinário melhoramento (JORNAL DO RECIFE, 26 out. 1910, p.1, grifo nosso).

Nota-se na matéria que havia certos embates em torno da construção da Avenida Marquês de Olinda. A começar por se falar de uma possível inexecução da nova via ou mesmo uma mudança de traçado para poder preservar a Igreja do Corpo Santo. O texto destacou que foram oferecidas "propostas vantajossímas" por parte da Comissão Fiscal do Porto ao Bispo de Olinda Dom Luiz de Britto, que ainda não havia resolvido apoiar a demolição do antigo templo.

> Há, porém, dizemo-lo com tristeza, um problema que, apesar da boa vontade e dos esforços da Comissão Fiscal, ainda não teve solução. Trata-se da Igreja do Corpo Santo que está a decidir da abertura da referida Avenida, pois a sua permanência determinará mudança de traçado e alteração da planta, o que não é, de forma alguma, conveniente por questões técnicas (JORNAL DO RECIFE, 26 out. 1910, p.1).

Enquanto as obras no entorno da Igreja aconteciam em ritmo acelerado, em paralelo ocorriam reuniões com as irmandades e definições para o acordo de desapropriação da edificação. Registros do fotógrafo Francisco du Bocage documentaram as obras de modernização do Recife (Figura 31 e 32), a cargo da *Societé de Construction du Port de Pernambuco*. As obras estavam em ritmo acelerado e era preciso a definição quanto à demolição da Matriz do Corpo Santo.

Figura 31: O bairro do Recife em reforma, fotografia de Francisco du Bocage, cerca de 1910.

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Figura 32: Construção dos novos Armazém na frente de água de acesso a cidade (c.1910), fotografia de Francisco du Bocage.

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Em 1911 as negociações para a demolição da Matriz do Corpo Santo continuaram. No dia 2 de janeiro, houve uma assembleia extraordinária realizada no consistório da irmandade do Santíssimo Sacramento, administradora da Igreja, para deliberar sobre a desapropriação do templo 'por utilidade pública'. Foram convidadas as partes interessadas: o governador do Estado (Herculano Bandeira), a Comissão Fiscal das obras do Porto, além das principais entidades e representantes das corporações religiosas existentes na matriz, são elas a do Sacramento, Almas, Rosário e Passos (JORNAL DO RECIFE, 1 jan. 1911).

A assembleia extraordinária não ocorreu por falta de *quórum*, portanto foi realizada segunda convocação, para o dia 5 de janeiro (JORNAL DO RECIFE, 5 jan. 1910, p.3). A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos do Corpo Santo também realizou assembleia em janeiro para falar sobre a desapropriação da Matriz, a convocação foi motivada por um ofício expedido pela irmandade do Santíssimo Sacramento que administrava o imóvel (JORNAL DO RECIFE, 21 jan. 1911).

No dia 5 de abril de 1911 foi publicado o Edital da Avenida Marquês de Olinda chamando proprietários de imóveis que seriam desapropriados por razão da abertura da referida via para realizarem acordo junto a Comissão Fiscal, no período de 28 de abril a 10 de maio (JORNAL DO RECIFE, 15 abr. 1911). A nota cita o respaldo jurídico do decreto nº 8.591 de 8 de março de 1911, mais especificamente a cláusula VI, aditiva ao contrato de 4 de agosto de 1908 referente ao plano de melhoramentos do porto do Recife[118] (celebrado entre a *Société de Construction du Port do Pernambuco* e o Governo).

[118] Cf. legislação associada, os decretos nº 6.738 de 11 nov. 1907 e nº 8.591 de 8 mar. 1911, respectivamente (BRASIL, 1907; BRASIL, 1911).

Conforme o texto do referido decreto (BRASIL, 1911), as verbas de desapropriação seriam de 5.300:000$ (5.300 contos de réis[119]), verbas de administração da comissão fiscal e trabalhos imprevistos seriam de 4.941:197$, e a execução das avenidas Central e Marquês de Olinda seria realizada mediante depósito em moeda estrangeira, 38.100.100 francos, efetuado pela *Société*.

As desapropriações com proprietários de imóveis particulares foram realizadas primeiro, o acordo de demolição da Matriz do Corpo Santo e do Arco da Conceição foi tratado em edital específico. As obras caminhavam em ritmo acelerado, enquanto ainda estava em negociação o alargamento e extensão da Avenida Marquês de Olinda, realizavam-se editais de serviços de calçamento e outras melhorias das avenidas já executadas.

O decreto nº 8.591, de 26 de abril de 1911, aprovou o orçamento para a abertura da avenida Marquês de Olinda, via que com a demolição da igreja do Corpo Santo conectaria a ponte Sete de Setembro a nova via do Cais do Porto. Pelo documento a obra foi declarada de utilidade pública, implicando na desapropriação de terrenos e imóveis compreendidos em seu caminho. O documento de artigo único foi assinado pelo presidente na República, Hermes da Fonseca, e pelo diretor geral de Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra[120] (ocupou o cargo de 1910-1912).

Em 26 de agosto do mesmo ano, a comissão fiscal das obras passou a convocar os proprietários de imóveis da rua Marquês de Olinda que seriam desapropriados parcialmente para comparecerem no *Escritório do serviço de desapropriações*[121] a fim de realizarem acordos no período de 29 de abril a 10 de setembro (A PROVINCIA, 2 set.1911). No total de 36 edificações seriam modificadas, recuando suas fachadas do lado da rua Marquês de Olinda, para avançá-las na direção das ruas do outro lado.

Em 31 de agosto de 1911 foi aberta a concorrência para a demolição da Igreja do Corpo Santo e do arco da Conceição, que eram as edificações de caráter religioso e singular do trecho em reforma. O edital destacou como cláusula primeira a necessidade de "cautela" para retirar com o "máximo cuidado todo o material aproveitável, como sejam obras de talha, de cantaria, etc". Na cláusula segunda, foi definido que a empresa contratada estaria

[119] Importante salientar que o réis foi o padrão monetário brasileiro do início da colonização até 30 de outubro de 1942, quando foi substituído pelo cruzeiro. A atual moeda brasileira é o real, padrão monetário que entrou em vigor em 1 de julho de 1994 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007, p.1).
[120] Importante agente impulsionador do projeto de modernização de Salvador de 1912, implantado no início do primeiro período de governo de Seabra no estado da Bahia (1912-1916).
[121] Localizou-se Rua do Comércio nº 14, 1º andar.

responsável pela demolição e que os escombros deveriam ser removidos pela Comissão das Obras do Porto. A terceira cláusula estipulou uma quantia de natureza caução como garantia da empresa contrata pela execução do serviço (A PROVINCIA, 2 set. 1911, p.3).

Em novembro de 1911 ocorreram eleições estaduais para governador, se candidataram o general Dantas Barreto e Francisco de Assis Rosa e Silva, representante de oligarquia tradicional e proprietário do jornal *Diário de Pernambuco* (GOMES, 2016). Quando o *Diário* divulgou um resultado favorável a Rosa e Silva, teve início uma série de conflitos pela cidade. O general consegue através de um golpe ser reconhecido como candidato[122], apoiado pelo Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca e as forças nacionais, Pernambuco torna-se o primeiro estado a fazer parte das "Políticas das Salvações", retirando do poder um candidato da oligarquia tradicional local.

O ano de 1912 foi marcado pela mudança política, nos jornais pouco se abordou sobre o andamento das negociações para a demolição da Igreja do Corpo Santo. Algumas notícias indicam que o processo de viabilização do alargamento e extensão da rua Marquês de Olinda estava em curso, pois se anunciava a iminente demolição do Arco da Conceição (Figura 33), situado no acesso à Ponte Sete de Setembro (JORNAL DO RECIFE, 11 fev. 1912). O texto não demonstra qualquer pesar pela iminente derrubada de mais uma das antigas portas da muralha do Recife colonial, dando a entender que a construção não tinha qualquer utilidade no cenário da época.

Figura 33: Arco da Conceição, fotografia de Francisco du Bocage (1898).

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

[122] O então governador Estácio Coimbra, acionou o Congresso para reconhecer o General como candidato eleito. Após o golpe, durante quase todo o ano de 1912 o *Diário de Pernambuco* deixou funcionar, pois suas máquinas e arquivos foram destruídos, por um empastelamento com indícios de ter sido forjado pelo próprio Rosa e Silva, proprietário do periódico (GOMES, 2016).

> Um despacho telegráfico do Rio nos dá uma boa notícia. Afinal vai ser demolido o vetusto *Arco da Conceição*, aquele espantalho, que se ergue na entrada da ponte do Recife. Não há nisto ofensa à religião. É uma necessidade para o aformoseamento da cidade e, assim, não há argumentos avelhantados, que a possam negar. Que perde a religião com o seu desaparecimento? (JORNAL DO RECIFE, 11 de fevereiro de 1912)

Durante o ano de 1912, a Matriz do Corpo Santo continuou com algumas de suas atividades básicas, sermões de domingo, a tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos foi realizada algumas vezes. Mas as atividades ficaram limitadas pelos inconvenientes "das demolições" que estavam sendo realizadas em seu entorno (JORNAL DO RECIFE, 31 mar. 1912, p.3). Observa-se uma menor frequência de uso da igreja nesse ano[123].

No fim de 1912, foram anunciadas no *Jornal do Recife* reuniões da Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Pedro Gonçalves, administradora da Matriz do Corpo Santo, algumas inclusive com as outras irmandades (das Almas, dos Passos e do Rosário) que utilizavam a edificação (JORNAL DO RECIFE, 12 dez. 1912, p.2). Em 9 de janeiro de 1913, designou-se a assinatura da escritura pública de compra da Igreja-matriz do Corpo Santo (A PROVÍNCIA, 5 jan. de 1913).

A escritura inicialmente seria assinada pelo Arcebispo Dom Luiz de Brito e os representantes das quatro irmandades religiosas (a do Sacramento, das Almas, dos Passos e do Rosário). Os irmãos nomeados para o ato foram respectivamente, Manoel Carvalheira, Augusto Fernandes, barão de Casa Forte e José Moreira de Souza Primo. "O crédito concedido pelo governo federal para a desapropriação do referido templo e do Arco da Conceição sobe a quantia de rs 500:000₵000". A pedido do cônego João Augusto, o arcebispo dispensou sua assinatura do ato de desapropriação (A PROVINCIA, 5 de janeiro de 1913, p.1).

Os escombros dos casarios demolidos desorientavam qualquer mobilização em favor da conservação da Matriz do Corpo Santo. O significativo Largo da Igreja estava para sempre mutilado, com ele enorme parte da história da cidade era apagado. Um fragmento registra o cenário desolador que a Igreja jazia em 1913, em meio a entulhos por todos lados e sob um grande areal de poeira.

[123] Na noite de 21 de setembro realizou-se a importante festa dos Passos na Igreja "com a imponência dos anos anteriores" (JORNAL DO RECIFE, 21 set. 1912, p.2). Também se celebrou missa solene de final de ano (JORNAL DO RECIFE, 29 dez. 1912, p.2).

> A cada passo os bondes são interrompidos pela aglomeração de carroças que, ao chegarem junto ao oitão da matriz do Corpo Santo, dão "o prego", no grande areal ali existente. Depois de grande luta, os carroceiros conseguem afinal desbravar o caminho e então seguem todas as carroças, em disparada, levantando grandes nuvens de pó, que, além de emporcalhar as vestes das pessoas que vão nos bondes, invade lhes narinas e a boca, com sério risco para a saúde. (A PROVÍNCIA, 30 jan. 1913, p.3)

A fotografia de Francisco du Bocage de 1913 (Figura 34), eternizou os instantes finais da Igreja do Corpo Santo, quando a edificação estava na iminência de cumprir o seu destino traçado pelo martelo do progresso. As forças demolidoras estão evidentes na imagem captada pelo fotógrafo, um documento burguês por excelência (caro acessível a poucos) que registrou os resíduos estratégicos de um passado que se queria superar, ajudando a compor a narrativa de modernização do Recife.

Figura 34: Igreja do Corpo Santo ao centro da fotografia panorâmica de Francisco du Bocage (1913).

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

A desapropriação da Igreja do Corpo Santo ficaria completa com a retirada dos jazigos e celebração da última missa. A essa época falava-se da possibilidade "de uma futura igreja Matriz", como afirma notícia sobre o edital de convocação dos proprietários para a retirada dos jazigos (A PROVÍNCIA, 16 fev. 1913, p.4). No dia 6 de março de 1913 o Santíssimo Sacramento foi instalado provisoriamente na Igreja Madre de Deus, conforme determinou o arcebispo Dom Luiz de Brito (A PROVÍNCIA, 13 fev. 1913). Nesse dia ocorreu a procissão dos Passos e a última missa da Matriz do Corpo Santo (em intenção dos mortos sepultados no templo ao longo dos séculos). Os momentos finais da edificação foram noticiados nos periódicos acompanhados repetidamente da justificativa "tem de ser demolida por utilidade pública, para as obras do porto do Recife" (A PROVÍNCIA, 2 mar. 1913, p. 4).

A tradicional procissão da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos saiu da Matriz do Corpo Santo em direção ao convento do Carmo pela última vez. Participaram da despedida além das irmandades do Sacramento, Almas, Passos e Rosário, as confrarias de Sant' Anna, Bom Jesus das Portas, Mãe dos Homens[124]. Também estiveram presentes as ordens "terceiras do Carmo e de São Francisco, representantes das altas autoridades do estado, das guarnições federal e estadual, oficiais da guarda nacional, colégios, escola e diversas bandas de música" (A PROVÍNCIA, 7 mar. 1913, p.2).

A procissão parou parte da cidade, como informou a pequena notícia sobre evento no jornal *A Província* (7 mar. 1913). "Avultado foi o número de pessoas que durante o dia visitaram em despedida o grandioso templo que vai ser demolido dentro em breve" (JORNAL DO RECIFE, 7 mar. 1913, p.2). Após o evento começam os trabalhos de demolição da Igreja do Corpo Santo, os materiais que poderiam ser reaproveitados foram retirados com cuidado.

Em abril já se anunciava o leilão do material demolido da Matriz do Corpo Santo para o dia 21 do corrente mês. O aviso informava que o venda dos materiais da antiga edificação estava autorizado pelo arcebispo Dom Luiz e pelas irmandades do Sacramento, das Almas, dos Passos e do Rosário (A PROVÍNCIA, 2 de abril de 1913, p.7). O anúncio foi publicado algumas vezes durante abril e o leilão ocorreu "na praça do Corpo Santo em frente a igreja" em obras de demolição.

> Das obras de talha, do tradicional tapa-vento que existia na entrada do saudoso templo, altares, colunas, ricas sanefas douradas, grades, pias e em geral dos adornos do referido templo. [...] O anunciante chama a atenção das diversas irmandades, confrarias, conventos, capelas, colégios e estabelecimentos pios para o excepcional leilão, o primeiro do gênero (A PROVÍNCIA, 2 abr. 1913, p.7).

As profundas transformações pelas quais passavam a área de formação da malha urbana do Recife ocorriam sem uma oposição pública evidente nos periódicos da época. A partir de 1914, observam-se os primeiros registros, impressões e ponderações sobre as maciças demolições realizadas no período de 1909-1913[125]. O artigo de Theotônio Freire[126], publicado no *Jornal do Recife*, destaca o papel estratégico que as demolições efetivadas

[124] Cf. A PROVINCIA, 2 de março de 1913.
[125] Segundo Raimundo Arrais (2006, p.33), a primeira fase modernização do Recife ocorreu de 1909-1913 e a segunda fase de 1922-1926.
[126] Homem das letras, ficcionista Pernambucano, primeiro presidente da Academia Pernambucana de Letras (fundada em 1901).

tiveram na percepção de que se removaça a cidade, a substituição do núcleo colonial pelas novas avenidas reforçava do discurso de modernização.

> A velha cidade de casas arcaicas erguendo-se em ruas estreitas e vielas escuras, desarticulando-se, desagrega-se, dispersam-se lhes os membros, atrofiam-se lhe os órgãos; mas pela natureza mesma da vida das cidades, isso não é mais do que uma transição necessária, depois do que, ela se mostra mais formosa, retomando novos alentos, removaçando, por assim dizer. Vão desaparecendo os becos, dando lugar a extensas ruas arejadas; estas alargam-se, alongam-se, embelezam-se com os prodígios arquiteturais e transformam-se em avenidas ([T. FREIRE,] JORNAL DO RECIFE, 12 jul. 1914, p.1).

Importante notar na fala do autor que presenciou a transformação da cidade, as forças evidentes nas paisagens dissolventes da demolição do núcleo colonial do Recife. Theotônio Freire se mostrou abalado com a ação das picaretas, dos alviões e das enxadas, instrumentos usados para o arruinamento das edificações. Há na descrição do escritor uma sutil sensibilidade com os paredões, torres, lajes, estruturas de madeira, material da melhor qualidade, que se desfizeram em escombro, em pó.

> A picareta cavou, o alvião aluiu, a enxada arrastou e removeu o escombro. Traves, caibros, ripas, tijolos, lajes, tudo ruiu, de alto a baixo. Vigamentos de madeira de lei, arrancada das nossas florestas, pedras extraídas das nossas pedreiras ou vindas do reino [...] tudo isso caindo, desfeito talvez em pó, indemne outras vezes da ação do tempo, ia envolvendo essas coisas inanimadas na mortalha alvadia da poeira desprendida em nuvens da caliça em que se desfaziam os paredões e as torres dos edifícios alterosos ([T. FREIRE,] JORNAL DO RECIFE, 12 jul. 1914, p.1).

O arruinamento da Matriz do Corpo Santo, certamente foi marcante para Theotônio Freire, que cita o caso. Para ele um caso que marca "irreverência dos tempos práticos" tratando o material sagrado do passado de maneira indiferente. Basta lembrar tábuas de madeira de lei, balaustradas de pedra, elementos de mármore e granitos foram vendidos por meio de leilão em frente à igreja em demolição. A força simbólica de derruir o templo sagrado e seu entorno era parte do que o autor chamou renascimento do Recife, que começava pela transformação do seu "núcleo ancestral".

> Da secular matriz do Corpo Santo restam somente as alfaias e as imagens transferidas para outro templo. Os materiais dispersaram-se por lugares vários e, - irreverência dos tempos! – as grossas tábuas de vinhático e as pesadíssimas lajes de granito, as balaustradas de pedra, os mármores insculpidos e tudo mais que constituía o arcabouço e o revestimento da agigantada fábrica, foi poeira que o vento varreu e dispersou indiferente, na irreverência dos tempos práticos de hoje pelas crenças sagradas de antanho... ([T. FREIRE,] JORNAL DO RECIFE, 12 jul. 1914, p.1).

No ano de 1914 ocorre uma redução das obras urbanas por falta de verbas[127], o momento motivou uma crítica do ponto de vista técnico das obras do porto em andamento. A publicação do engenheiro Domingos de Sampaio Ferraz questiona a solução técnica adotada nas obras do Porto e seu vultoso custo. O documento argumenta que o projeto era "inútil, contraproducente e perigoso à navegação" (FERRAZ, 1914, p.242).

O argumento crítico do engenheiro sobre as obras é apoiado em registros documentais[128] sobre a área portuária e seus projetos, a ermida primária do Corpo Santo e seus casarios modestos são citados enquanto imagem característica do Recife na vista a partir do mar. Ferraz (1914, p.242) questiona a necessidade das obras em questão devido a seu "elevadíssimo custo", que sob o discurso de melhorar o funcionamento do Porto, terminou por realizar um grande arrasamento da área urbana.

Em 1914, o governo fez uma tentativa de abrir uma concorrência para a construção de uma nova ponte Sete de Setembro, mas pelas condições financeiras impostas não houve interessados e o projeto caiu no esquecimento. Até que por volta de 1916 a estrutura metálica (de 1865) apresentou problemas físicos, necessitando reparo imediato para a segurança de pedestres e veículos. O Diretor das Obras Públicas fez um estudo sobre as condições físicas da estrutura, orçando o custo de trabalhos de reparos, da desapropriação do Arco de Santo Antônio e outras despesas[129].

Em 28 de dezembro de 1916, mediante contrato firmado entre a repartição de *Indústria e Obras Públicas* e o engenheiro Lambert Riedlinger, ficou definida a construção de uma nova estrutura de concreto, sem o reaproveitamento da estrutura metálica da ponte existente. O governo "entrou em acordo com o arcebispado para demolir o arco de Santo Antônio, serviço este indispensável ao embelezamento da obra, pela importância de 15:000$000" (BORBA, 1917, p.10). Após a derrubada do Arco da Conceição em 1913, em 1917 foi abaixo o Arco de Santo Antônio (Figuras 35 e 36).

[127] Informação obtida da publicação *Saneamento do Recife* de 1917 de autoria do engenheiro Francisco Saturnino de Brito. Mais especificamente no volume II da obra, no resumo do relatório de 1915, apresentado ao governador Manoel Borba em fevereiro de 1916.

[128] Ferraz (1914) utiliza citações da obra *Tratado Descritivo do Brasil,* de Gabriel Soares de Souza (1587), apoia-se em Lancaster

[129] Informações obtidas na mensagem do Exm. Sr. Dr. Manoel Antônio Pereira Borba, governador de Pernambuco, lida por ocasião da instalação da 2ª sessão da 9ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado aos 6 de março de 1917.

Figura 35: Vista para Rua Marquês de Olinda a partir da Ponte Sete de Setembro, com o arco da Conceição já demolido, fotografia de 1914.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Figura 36: Arco de Santo Antônio, fotografia de 1910.

Fonte: Acervo do IAHGP.

O ciclo de obras do Porto iniciado em 1909 estava em vias de finalização, mas as demolições efetivadas permaneceram ecoando nas falas da cidade. Saturnino de Brito (1917, p.85) deixou entrever em seu relatório que não foi sensato o oneroso rasgo das avenidas "demolidoras de valiosas construções". O engenheiro lamenta os "mais de seis mil contos" retirados de empréstimo em 1909 para as obras do Porto, cujos juros dariam para construção de lares confortáveis para operários, substituindo miseráveis mocambos. Brito aponta ainda para soluções técnicas que não implicariam no arrasamento de quarteirões inteiros, a exemplo das vielas sanitárias[130] que manteriam o "pitoresco" e satisfariam os requisitos higiênicos[131].

> Apesar de não ter sido possível à Comissão de Saneamento apresentar um *Plano geral* mais amplo e detalhado, o esquema organizado fixa os elementos principais a seguir, de acordo com o esquema da rede de esgotos, e sugere alguns outros melhoramentos planimétricos a estudar e adoptar sensatamente, sem a preocupação onerosa, e por vezes absurda, dos rasgos de avenidas em longas *linhas retas*, demolidoras de valiosas construções existentes; respeitando os elementos poligonais das ruas é mais lógico, mais econômico e mais estético promover os alargamentos laterais (BRITO, 1917, p.85, grifo nosso).

Nos últimos anos da década de 1910, há notas em jornais locais de católicos que solicitam a construção de uma nova Igreja do Corpo Santo, com o emprego das verbas do acordo de desapropriação (assinado em 9 de janeiro de 1913). Um grupo dirigiu a nota ao

[130] Brito (1917, p.87) explica que a solução técnica das vielas sanitárias "representa a abertura, em terreno edificado, de uma vila ou rua seguindo o talvegue para sanear os fundos dos quintais e facilitar a execução dos serviços de esgotos sanitários e pluviais em terreno acidentado".

[131] Esse trecho do relatório confirma o posicionamento de Saturnino de Brito em relação ao plano de Avenidas para o Recife apresentado nos primeiros anos do século XX e que foi implantado a partir de 1909. A opinião do sanitarista foi lembrada pela Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco no relatório de 1930 (FERNANDES, 1930a).

arcebispo pedindo que se executasse uma edificação de “arquitetura moderna” (JORNAL DO RECIFE, 20 set. 1917, p.4). Uma comissão de senhoritas havia se reunido na Rua São Jorge e estavam dispostas a buscar apoio para reivindicar ao arcebispo, as irmandades, demais paróquias e a imprensa a construção de uma igreja mais modesta que a demolida, mas “digna das tradições do católico povo da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves [...] esperamos que nosso pedido seja aceito quanto antes, afim de que possamos atestar aos nossos filhos que, por utilidade pública foi demolido um monumento sagrado, mas, foi erguido outro” (A PROVÍNCIA, 8 mar. 1919, p.2).

2.3. A salvaguarda do remanescente do velho Recife (anos 1920).

Apesar da imagem da antiga Matriz do Corpo Santo e de seu entorno terem sido apagadas da paisagem da urbe, sua representação passou a ser retomada em anos subsequentes mobilizando lembranças, saudosismos, estranhamentos como o novo cenário da *Belle Époque* (Figura 37), bem como utilizada em falas contrárias às demolições de elementos remanescentes do velho Recife.

Figura 37: Cartão Postal da Praça Rio Branco, pós-reforma.

Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Na circulação de falas ligadas ao passado, visível a partir dos anos 1920 no Recife, Raimundo Arrais (2006, p.35) destaca a participação de autores pernambucanos[132] nesse

[132] Arrais (2006) se deteve na produção textual dos intelectuais: Manuel Bandeira, Joaquim Cardozo, Antônio Austragésilo e principalmente Gilberto Freyre.

movimento em torno da tradição. Segundo o autor, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, foram "cronologicamente os fundadores, ou pelo menos os catalizadores, desse sentimento de apego ao passado".

> De fato, os autores pernambucanos que entraram no Recife do início do século XX foram dominados por um forte sentimentalismo que transformou a arte numa tarefa de recuperação do passado, levando-os a ensaiarem, pelas letras, movimentos de retorno e reconquista do que julgavam, e sobretudo sentiam, perdido. [...] Buscando a infância patriarcal de onde irradiava o calor familiar, esses autores percorriam um mundo não perturbado por aquele sentimento de estranhamento que percorria uma sociedade em que as relações entre os indivíduos pareciam estar sendo regidas por princípios impessoais [...] (ARRAIS, 2004, p.35).

Manoel de Oliveira Lima (1897-1928) importante intelectual brasileiro, natural de Recife, jornalista e historiador, escreveu o artigo *Um monumento histórico* para evidenciar o valor da igreja colonial de Nossa Senhora da Conceição da Vila Velha de Itamaracá (PE). O autor chama a atenção para o descaso com a edificação, que se arruinava sem os devidos reparos em dois arcebispados seguidos, o de Dom Luiz de Brito e de Dom Sebastião Leme. A argumentação de Oliveira Lima, publicada no *Diário de Pernambuco* em 29 de junho de 1919, classificou a edificação entre as "relíquias pátrias" que "não só na Europa" como na "própria América, professam respeito e carinho". Ele exemplificou um caso na Argentina, de reconhecimento como *"monumento histórico"* de um engenho em Tucuman.

Oliveira Lima chama a atenção da Mitra pelo descaso com a igreja e apela ao Instituto Arqueológico que não permita o desaparecimento "de uma recordação mais do nosso período colonial, do qual tanto nos devíamos orgulhar" ([LIMA,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 jun. de 1919, p.3). O intelectual cita a sensibilidade inclusive com as ruínas desse legado, a exemplo do forte do Buraco que mesmo "aos pedaços" guarda um interesse *pitoresco*[133]. A argumentação segue acionando bens ameaçados e demolidos. A fortaleza do Brum que a época estava para ser demolida (mas não foi) e a Igreja do Corpo Santo "a mais antiga do Recife" arrasada com as obras do Porto no ano de 1913. O intelectual que já conhecera e morara em cidades da Europa (Portugal, Berlim e Londres) e nos Estados Unidos.

> Em Londres, em pleno Strand[134], que é uma das suas mais importantes e compridas artérias, a rua bifurcou-se para deixar de pé uma igreja com

[133] A noção de pitoresco utilizada por Oliveira Lima, aparece desde sua obra de 1893, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, em que a percepção do tradicional Recife, uma síntese da cidade que ele conhecia com a leitura dos viajantes europeus, entre eles de Henry Koster (ARRAIS, 2006).

[134] Oliveira Lima que já havia morado em Londres, citou um caso em Londres de ameaça de demolição de uma igreja. No início do século XX, o Conselho de Londres havia proposto a demolição do templo para o

> tradições iguais àquelas nossas. Em Pernambuco é que o traçado das avenidas tinha forçosamente que ser dogmático, não podendo sofrer uma modificação que nem resultaria antiestética [...] A pátina do tempo é um elemento insubstituível: chega a ser um feitiço ([LIMA,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 jun. 1919, p.3).

Neste trecho a crítica de Oliveira Lima (1919) é dirigida as obras de melhoramentos empreendidas no bairro do Recife na mesma década, mais especificamente ao caso da Igreja do Corpo Santo, pois a ampliação da Avenida Marquês de Olinda, não poupou a Matriz do bairro do Recife. O autor demonstra estranhamento com a arquitetura construída após as demolições e conclui o texto pedindo "que nestes tempos turvos possa aparecer um governo com menos escrúpulos do que os anteriores, o qual tome posse [...] de quanto for patrimônio religioso".

Outro agente importante para a transformação do olhar sobre o legado colonial, foi Anníbal Fernandes. O jornalista ensaia suas primeiras falas em defesa de exemplares do passado na *Coluna de Uns e de Outros* do *Diário de Pernambuco*¸ publicada no período de janeiro de 1919 a dezembro de 1922. O tema da tradição foi algo que Fernandes afirmou ter sido motivado num primeiro momento pela leitura do livro *Na Argentina: impressões 1918-1919* de Manoel de Oliveira Lima, mais especificamente o capítulo "O carinho pela tradição" que aborda "o amor" por objetos de arte do passado e alguns lugares ligados ao registro da história do país estrangeiro. As palavras de Oliveira Lima despertam emoção em Fernandes (1920) e uma sensação de perda do passado, evidenciando um "desamor à nossa tradição" no caso do Brasil (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 8 jan. 1920, p.3)

> Lá o interesse, o orgulho com que tudo isso é guardado e conservado, ao passo que entre nós, o desleixo, o relaxamento, a indiferença, o pouco caso, a estupidez, a ignorância e a maldade! E no entanto quanta preciosidade se tem perdido, quanta riqueza se tem atirado fora, quanta antiguidade autêntica se tem inutilizado, sem que os elementos de cultura se ergam para protestar, para reagir, para impor até pela violência o respeito às sagradas relíquias de nossa história! ([FERNANDES,] DIARIO DE PERNAMBUCO, 8 jan. 1920, p.3, grifo nosso).

O termo relíquia foi utilizado para se referir a objetos e locais que entraram em contato com grandes acontecimentos da História. Nessa concepção os elementos de ligação com o passado, receberiam "uma aura de sacralidade" e uma carga de "afetividade". "Nessa relação com o passado não havia lugar para a razão ou a crítica, pois as emoções deveriam inundar essa experiência de se conhecer o que não mais existia" (MAGALHÃES, 2004,

alargamento da via Strand. Uma campanha envolvendo o artista Walter Crane advertiu sobre o caso e o artefato terminou sendo mantido.

p.29). A noção de relíquias circulava carregada pela criação dos museus nos anos 1910 e 1920.

A percepção de perda das tradições nesse texto de Fernandes não se refere às demolições dos núcleos coloniais, mas a venda de objetos de arte brasileiros, inclusive para o exterior. O autor foi um dos primeiros a criticar a intervenção realizada na Sé de Olinda, que dotou a igreja de feições neogóticas, apagando na fachada os traços originais da edificação (Figura 38 e 39). O jornalista destacou o desrespeito às relíquias nacionais, que deviam ser cultuadas enquanto artefatos tangíveis da história da pátria.

Figura 38: Fotografia da Sé de Olinda no final do século XIX.

Fonte: MENEZES, 1985.

Figura 39: Sé de Olinda com sua feição neogótica, fotografia de Benício Dias.

Fonte: MENEZES, 1985.

A leitura de *Colunas* anteriores escritas por Anníbal Fernandes, permite observar que a sensibilidade do autor com a tradição aparece primeiramente no texto de 8 de janeiro de 1920. Pois anteriormente, na mesma *Coluna* ele evidenciara a importância do remodelamento da cidade, realizado a espelho da transformação da imagem do Rio de Janeiro[135], que num período de quinze anos haviam borrado a herança colonial e fizeram emergir no imaginário coletivo a percepção de que se construía uma capital moderna.

Na *Coluna de Uns e de Outros* de 14 de janeiro de 1920, Fernandes tece críticas ácidas a estética das novas edificações das áreas remodeladas. O que o autor chama de "arte nova" se refere ao que se convencionou chamar na arquitetura de ecletismo[136], orientação

[135] "O remodelamento de uma cidade, sob o ponto de vista estético, dá sempre bons resultados, e é um erro pensar que constitui uma despesa inútil. O Rio é uma prova eloquente. […] se não pelo encanto das urbes hoje tão diferente daquela de há quinze anos passados, foco de febre amarela, cheia de vielas, de becos, deselegante e sem 'chic'. ([FERNANDES,] A PROVÍNCIA, 21 nov. 1919, p.3)

[136] Cf. Nestor Goulart Reis Filho (1997) – *Quadro da Arquitetura no Brasil.*

estética que permitiu o uso de ornamentos historicistas góticos, árabes, clássicos, dentre outros. O jornalista chama atenção para a falta de "bom gosto" do que se estava construindo em nome dessa arte. Fernandes vai mais além, "deseja" que o movimento que estava havendo em São Paulo, o qual o classifica como "renascimento arquitetônico", se refletisse também no Recife. Apesar de não citar o nome do movimento, observa-se que o autor fala do que se chamou de Neocolonial[137], que se restringiu ao uso de ornamentos aos do passado brasileiro, como uma maneira de afirmar uma identidade nacional por meio das referências às tradições.

> [...] casaria com ares de modernismo e por onde a chamada 'arte nova' vai alastrando a sua insuportável 'macarronada'. Não é preciso muito esforço, nem se faz mister possuir conhecimentos técnicos para descobrir os mostrengos que a ignorância petulante vai espalhando [...] Na Paulicéia, o renascimento arquitetônico guiado pelo Sr. Ricardo Severo e uma plêiade de distintos construtores, vai encantando entre os intelectuais e alguns capitalistas esclarecidos o mais promissor acolhimento. Trata-se de criar para nós o nosso tipo de habitação [...] libertar-nos daquela imitação bárbara que se derrama, vencedoramente pelo contágio, através do país inteiro. O que se estava vendo, o que se vê ainda, é a mais completa corrupção do bom gosto. ([FERNANDES,] DIARIO DE PERNAMBUCO, 14 jan. 1920, p.3)

Enquanto os exemplares do período colonial ganhavam defensores e interessados, circulava entre jornais locais tentativas de construção de uma nova igreja do Corpo Santo, a intenção partia de católicos e das irmandades do templo demolido, que sentiam a ausência das tradições religiosas[138]. Havia divergências quanto ao destino das verbas provenientes da desapropriação do templo demolido em 1913. Um artigo assinado por Eduardo Morais (A PROVÍNCIA, 14 nov. de 1920) sugeriu que em vez de construção de uma nova edificação se restaurasse a Igreja Madre de Deus (onde estava provisoriamente as imagens da Matriz demolida) e outra parte do dinheiro para se colaborasse na construção de um Hospital, utilizando a quantia aplicada e o valor da venda do terreno permutado a época dos acordos de venda do imóvel (escritura assinada em 9 de janeiro de 1913).

No entanto, uma reunião realizada com as Irmandades da antiga igreja do Corpo Santo (Almas, Sacramento, Passos e Rosário) definiu por unanimidade a construção de uma nova igreja ao invés da restauração sugerida na igreja Madre de Deus. Houve proposta para a localização da nova construção no bairro da Boa Vista pelo bairro do Recife ter se tornado

[137] Cf. Carlos Kessel (2008b) – *Arquitetura Neocolonial no Brasil;* Maria Lucia Pinheiro (2011) – *Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.*
[138] Cf. notícias do JORNAL DO RECIFE (26 ago. 1917; 20 nov. 1917; 31 mar. 1922).

"essencialmente comercial" após as obras do Porto. Porém venceu "a opinião dos demais presentes que, escudados na tradição deram preferência para o bairro do Recife" [139].

Em 1922 teve início um novo ciclo de obras de modernização, nota do *Jornal do Recife* (assinada por J. Uruama) criticou os melhoramentos municipais em andamento, por não se conhecer o projeto e por desconsiderar o estudo anterior do engenheiro Francisco Saturnino de Brito sobre a cidade. O texto ainda destacou o "amor" de Brito com as "coisas da nossa história" que o fez "defensor de dois fortes do Brum e Cinco Pontas, oferecendo aos administradores projetos para a conservação dessas relíquias do nosso passado" (JORNAL DO RECIFE, 23 nov. 1922, p.1). O autor, temeroso do novo ciclo de obras que ameaçava demolir mais "relíquias", cita o caso da Igreja do Corpo Santo para sensibilizar os leitores e fortalecer sua argumentação.

> Esta questão de embelezamento, entre nós, oferece dificuldades que a nossa rotina custa transpor. Em primeiro lugar não temos uma repartição técnica com seus planos gerais obrigatórios, uma autoridade cuja voz seja ouvida no assunto. Isso quanto ao plano de expansão que até hoje só foi tentado criteriosamente por S. de Brito. Por outro lado, digamos com franqueza, não temos um arquiteto. São Paulo tem o seu Ramos de Azevedo, nós temos os nossos quebradores de ricos azulejos e vitrais de igrejas, demolidores de velhos monumentos como a Igreja do Corpo Santo, o forte do Brum... (JORNAL DO RECIFE, 23 nov. 1922, p.1, grifo nosso).

Embora houvesse interessados na construção de uma nova igreja do Corpo Santo, a edificação não foi realizada. Parte das verbas, recebidas com a desapropriação do templo demolido, foi utilizada em fins da década de 1920 na *restauração* da Igreja Madre de Deus, onde estava provisoriamente instalado o Santíssimo Sacramento desde 1913. O caso de demolição ganhou força simbólica e colaborou ainda para evidenciar a emergência da preservação da Igreja Madre de Deus[140].

Na década de 1920, no ceio de uma campanha de divulgação das imagens do Novo Recife, realizadas por periódicos da época *Revista da Cidade* e *Revista de Pernambuco.* As fotografias apresentavam por contraste o velho (com suas ruas escuras e estreitas) ao lado do "Novo Recife" com seus "majestosos" edifícios (Figuras 40 e 41). Inquietações ante a perda da imagem tão característica da cidade tornam-se evidentes, multiplicam-se falas que

[139] Reunião foi realizada no dia 27 de maio de 1923, seu resultado foi publicado em *A Província* (29 mai. 1923, p.8).

[140] Artigo específico sobre *A restauração da igreja Madre de Deus* confirma sua restauração em fins da década de 1920 (publicado no *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais* de Pernambuco de autoria de Aníbal Fernandes, 1930). A edificação foi tombada na década de 1930, integrando a listagem inicial que marcou a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

demonstram a falta de identificação com as transformações realizadas na paisagem urbana e na estrutura da sociedade durante a Primeira República.

Figura 40: "Velharias do Recife"

Fonte: Revista da cidade, 14 nov. 1926, p.21

Figura 41: Praça Rio Branco, pós-reforma.

Fonte: Revista de Pernambuco, 1925, p.34.

Em 1923, Gilberto Freyre expressou seu estranhamento com as áreas remodeladas, em artigo produzido para o *Diário de Pernambuco*, o qual era parte de uma série de *Artigos Numerados*, publicados semanalmente de 22 de abril de 1923 a 15 de abril de 1925[141]. No texto de número *24*, Freyre se refere à arquitetura eclética como arquitetura de "confeitaria", estabelecendo um contraste com a linha "sóbria" casa colonial ligada à história local. O autor se refere ainda, às novas vias aberta com as obras do Porto (1909-1918) de "Haussmanismo de segunda mão" ([FREYRE,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 set. 1923, p.1).

> A casa colonial do meu amigo sr. Othon Bezerra de Mello é outra casa assim: tem caráter. Recorda essas nossas casas de engenho, vastas e boas, na sua repousada brancura de cal. Faz sentir quatrocentos anos de vida pernambucana – social e econômica. [...] Não agrada a muitos a linha sóbria dessa casa. Nada mais natural. Num Recife que vai todo virando confeitaria, a arquitetura sóbria dos nossos avós se torna estapafúrdia. O que se quer é o arrebicado; o açucarado; o confeitado. Haussmanismo de segunda mão a todo o pano. E desse furor não parecem escapar os próprios edifícios eclesiásticos. Também eles se têm deixado arrebicar e salpicar de confeitos. Tudo isso fala – toda essa nossa arquitetura de confeitaria. Revela os homens: sua vida, sua moral, seu gosto ([FREYRE,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 set. 1923, p.1).

[141] Freyre já era colaborador frequente dos jornais locais. Mesmo no período que estudou na América do Norte, Freyre foi atuante, produzindo para o *Diário de Pernambuco* a série de artigos intitulados *Na outra América*, publicados de 1918 a 1922.

No artigo *34*, Freyre apoiou a iniciativa do deputado pernambucano Luiz Cedro de apresentar um projeto de criação de *Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil*[142]. "Nunca nossos monumentos precisaram tanto de defesa oficial" ([FREYRE,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 9 dez. 1923, p.1). O autor destacou o Arsenal da Marinha como exemplar importante dos tempos de outrora que tinha sobrevivido às demolições de grande porte realizadas no bairro do Recife, principalmente no período de 1909-1913. "Entretanto é só por milagre que o velho Arsenal está de pé. Os construtores de cimento armado [...] farejam-lhe gulosamente o local. A Inspetoria de Monumentos Históricos, incumbiria proteger os edifícios como o Arsenal."

Em artigo de número *91*, publicado em 1925, Freyre continua a criticar as modernizações que ocorreram no Recife, demonstrando prezar "as tradições" locais e apoiar a defesa de seu "patrimônio artístico". O autor classifica de "vandalismos", tanto as restaurações como a realizada na Sé de Olinda, quanto os casos de demolições dos Arcos (da Conceição e de Santo Antônio) e a demolição da Igreja do Corpo Santo. Ele utiliza os exemplos para dar ênfase a sua fala, mobilizando sensibilidades em torno da valorização das características nacionais.

> Não falemos dos arcos. Nem da Sé de Olinda. Porque não há pernambucano com uma centelha de gosto cujo orgulho não se amarfanhe a lembrança da destruição dos arcos e da restauração[143] da Catedral – Nesses atentados – o último dos quais tão corajosamente denunciado pelo Sr. Aníbal Fernandes – ficou para sempre o traço de inferioridade de toda uma geração. [..] Hoje não há cerimônia nem rodeio em alterar por dentro e por fora e mesmo destruir – como no caso da igreja do Corpo Santo, cujo inútil sacrifício à engenharia provocou no seu inteligente traçado o Sr. Saturnino de Brito[144] – uma velha igreja ou um velho monumento ou uma característica nacional qualquer. É exatamente essa sem cerimônia que não deve continuar impune no seu furor. ([FREYRE,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11 jan. 1925, p.3, grifo nosso).

Em 1925, Freyre ainda foi o articulador de uma importante publicação, intitulada *Livro do Nordeste*, que contava com a colaboração de outros escritores locais que tinham

[142] O projeto que não foi aprovado, destacou o valor de tradição velhas igrejas e casas coloniais, evidenciando o pitoresco de sua expressão (PINHEIRO, Maria Lucia, 2011)

[143] A igreja da Sé de Olinda, entre 1911 e 1920, recebeu reforma, mudando de estilo, ganhando uma linguagem neogótica. Foi mais uma ecletização do imóvel do que um trabalho de restauro em busca de recuperar as características anteriores da construção (CABRAL, 2016).

[144] Não se pode atribuir a Saturnino de Brito a culpa pela demolição da Igreja do Corpo Santo, havia interesses econômicos enormes envolvidos na obras do porto de 1909-1918 (LUBAMBO, 1991). Podemos também lembrar trecho do relatório de 1917 de Brito (1917, p.85) em que o engenheiro demonstra soluções alternativas, menos custosas do que o rasgo das "avenidas em longas *linhas retas*, demolidoras de valiosas construções existentes".

em comum a identificação com o Recife do passado. Nessa obra Freyre participou com o artigo *Vida Social no Nordeste: aspectos de um século de transição*, em que ele evidenciou aspectos da vida nos engenhos e das relações sociais da sociedade patriarcal escravista.

> Comparando o Nordeste de 1825 com o de 1925 tem-se quase a impressão de dois países diversos. A própria paisagem, o próprio físico da região, alterou-se profundamente. É outra, a sua crosta. Outra, a fisionomia. Perdeu a paisagem aquele seu ar ingênuo dos flagrantes de Koster e de Henderson para adquirir o das modernas fotografias de usinas e avenidas novas. (FREYRE, 1979 [ed. orig. 1925], p.75)

Freyre (1979 [orig. 1925]) cita as avenidas novas construídas sobre o núcleo urbano colonial, apenas para ajudar a marcar novo ritmo da cidade em 1925. O autor se detém mesmo é no passado. Ele se identifica com esse outro tempo, encontrando segurança, inclusive na própria arquitetura da casa grande, que detalha destacando a edificação do engenho Megahype.

> Desses exemplos nenhum melhor que a casa do engenho Megahype de Baixo em Pernambuco. Levantada sobre duro gneise, ainda hoje, com suas paredes pensas e o seu abalcoado meio podre, dá a paisagem uma como nota feudal. Adivinha-se na sua argamassa o óleo de baleia das 'casas fortes'; e o conjunto dos seus torreões de telhado em pirâmide e beiral aguçado em azas de pombo ou cornos de lua, de suas arcarias e dos seus balcões, dá uma ideia de fixidez e aconchego verdadeiramente patriarcais (FREYRE, 1979 [ed. orig. 1925], p.86).

O *Livro do Nordeste* contou com ilustrações que evidenciaram a identificação dos colaboradores da edição com o Recife antes da reforma. Entre os desenhos realizados pelo artista Manoel Bandeira, estavam a casa grande do Engenho Megahype descrita por Freyre (Figura 42). Também foram representados pelo artista casarões modestos do Cais de Santa Rita de 1825 e a Torre Malakoff como expressão do Recife de 1925 (Figura 43), foi sintomática a escolha do autor pela ilustração da edificação que permaneceu inerte na paisagem modernizada[145]. Não há qualquer representação da área remodelada no bairro do Recife (em consequência das obras do Porto de 1909-1918).

[145] A Torre Malakoff já havia sido evidenciada enquanto exemplar do Recife de outrora em artigo anterior de Gilberto Freyre (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 9 dez. 1923).

Figura 42: Casa Grande do engenho Megahype, desenho de Manoel Bandeira (1925).

Fonte: FREYRE; MOTA, 1979 [ed. orig.1925], p.99.

Figura 43: Torre Malakoff, desenho de Manoel Bandeira (1925).

Fonte: FREYRE; MOTA, 1979 [ed. orig. 1925], p.99.

Entre os colaboradores do Livro, estão Joaquim Cardozo, Oliveira Lima, Luiz Cedro, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Anníbal Fernandes, Júlio Bello, Mário Melo e Adhemar Vidal[146]. Os autores se debruçaram a enfatizar as tradições regionais. Havia uma sensação comum entre eles de perda do passado, como podemos perceber nos versos de Manuel Bandeira[147]. O poeta faz relação da cidade com o seu avó morto, fornecendo um ar fúnebre ao Recife de sua época, tão diferente daquele de sua infância.

A igreja do Corpo Santo aparece entre as ilustrações do *Livro do Nordeste*, com gravura de página inteira da gravura de Luís Schlappriz, como representação simbólica do Recife que havia sido perdido. A conhecida cena do Recife no século XIX sob a legenda de "destruída pelo haussmanismo". Raimundo Arrais (2006) evidencia a relação das falas dos recifenses sobre a cidade com as consequências das tensões provocadas pelos ciclos de modernização.

> Essa espécie de desterro dos recifenses em relação ao Recife combinou-se com as recordações de infância que, na idade madura, emergiram nesses homens. Nos seus escritos, a paisagem da cidade vai concentrar as marcas das tensões provenientes da transformação da cidade, se convertendo no foco da nostalgia de um mundo perdido no passado. Na visão deles, dentro da cidade em transformação, a paisagem social, física, urbanística, humana e política apresentava ainda os grandes marcos da ordem antiga combalida pelos golpes da modernização, por isso podiam servir de eixo para a reconstrução daquele mundo (ARRAIS, 2006, p.35)

[146] Escreveu sobre "Um século de via paraibana" e foi cicerone de Mário de Andrade em sua viagem ao nordeste (ANDRADE, 2015). A publicação original do "Turista Aprendiz" é de 1973, tendo sido a edição relançada recentemente pelo IPHAN com novos documentos (textuais e iconográficos) e textos analíticos. Em relação ao período de Mário de Andrade na Paraíba, numa perspectiva da história cultural urbana, ver Trajano Filho (2008).

[147] Trecho do poema foi transcrito na capa desse capítulo.

Após a publicação do *Livro do* Nordeste, Gilberto Freyre foi importante articulador do primeiro *Congresso Regionalista do Nordeste* que ocorreu em fevereiro de 1926. Um dos temas abordados no evento foi o "estilo colonial", Freyre reflete sobre o termo em artigo intitulado *Espírito e não estilo.* "Não sendo um estilo, não tendo a rigidez ou a definida sistematização de um estilo – que o espírito colonial de casa me parece a sugestão mais rica, mais forte, mais pura, mais fecunda para o desenvolvimento de uma linha nossa, de uma expressão nossa" ([FREYRE,] DIARIO DE PERNAMBUCO, 21 fev. 1926). Chama esse espírito colonial de "fio" criador, um "ponto de apoio honesto, autêntico", para a arquitetura brasileira. A fala de Freyre, ultrapassa os limites regionais, evidenciando os exemplares do período colonial enquanto representativos de uma "expressão" nacional.

Os escombros das edificações do sítio remodelado do Recife, continuam a ser usados para mobilizar sensibilidades em torno dos exemplares do passado. O jornalista Anníbal Fernandes usou como mote de seu artigo, uma notícia veiculada no jornal do Rio de Janeiro, em que um morador da capital federal estava de passagem por Recife e resgatou dos entulhos da obra de "restauração" os azulejos da velha Sé de Olinda. Fernandes aproveitou para relembrar outras destruições de "relíquias", nomeadamente a Igreja do Corpo Santo e os Arcos (da Conceição e de Santo Antônio).

> Convém não esquecer aqui que a ideia da reconstrução ou coisa que o valha da Sé de Olinda partiu de D. Luiz de Brito, homem bondoso e simples mas completamente ignorante e sem espírito. [...] Impassível assistiu ele o desmoronamento da velha Sé e a estúpida destruição de um patrimônio artístico que dinheiro nenhum pagaria. Impassível ainda, diante da derrubada dos arcos que em qualquer cidade do mundo seriam respeitados. [...] No momento preciso em que essas relíquias da cidade eram sacrificadas, por serem consideradas 'estorvos ao progresso', faltou-nos uma voz [...] ([FERNANDES,] DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27 dez. 1927, p.3)

O artigo do jornalista sofreu protestos por apontar como culpado das destruições o falecido Dom Luiz de Brito, esse é um dos textos do autor que mobilizou polêmicas em torno dos escombros do passado. Em 1928, Anníbal Fernandes já havia adquirido fama de "defensor do patrimônio artístico Pernambucano"[148]. Surgem também outros artigos sobre o tema dos escombros do Recife de outrora, que passam a repercutir nos jornais da época.

[148] Trecho citado extraído do artigo do *Jornal do Recife* (29 jan. 1928, p.9), que defende a memória de Dom Luiz Raymundo da Silva de Brito, destacando que a demolição da Matriz do Corpo Santo havia sido consequência das obras do Porto que por extensão remodelou a imagem do bairro do Recife. Texto anterior do mesmo jornal é ainda mais enfático em reação ao artigo de Anníbal Fernandes (publicado no *Diário de Pernambuco*, 27 dez. 1927), afirmando que o jornalista tinha "ânsia de notoriedade" (JORNAL DO RECIFE, 28 dez. 1927, p.1).

O *Jornal do Recife* abordou ruas que desapareceram "com o velho bairro colonial do Recife nas demolições que o remodelaram fazendo surgir dos escombros as novas avenidas, na verdade esplendidas, mas incaracterísticas e banais"[149]. A Igreja do Corpo Santo foi descrita como elemento articulador do velho bairro do Recife, há na representação do passado um ar saudoso. "Tudo isto a Civilização, Deus louvado, destruiu e alinhou. Ficou apenas a saudade que é o que fica ordinariamente de tudo que se acaba (JORNAL DO RECIFE, 26 jan. 1928, p.1)".

> O velho bairro do Recife, no seu emaranhamento de ruas tortas e desiguais, tinha assim o aspecto de uma selvagem bacia hidrográfica natural em que as diversas artérias fossem os cursos d'água, e não corrigida ainda pelas necessidades da civilização. A sua mais importante rua – a da Cadeia, se torcia toda e estreitava desde o arco da Conceição até os fundos do Corpo Santo que parecia e, relação a ela um morro de pedra embargando o curso natural de um rio. Esta rua terminava em dois becos que assim abraçavam a antiga igreja matriz: o beco da esquerda se alargando na rua do Bom Jesus com um ribeirão que recebesse ainda a confluência de outros regatos; o da direita, numa curva acentuada, desembocando no largo do Corpo Santo como um igarapé que desaguasse num lago. Também naquele largo ia dar a rua do Vigário. A do Encantamento era paralela a da Cadeia. Todas as ruas do bairro, sempre tortas e desiguais como cursos d'água primitivos e incultos, caminhavam direta ou indiretamente para o grande delta daquela estranha bacia hidrográfica que formavam as vastas bocas para o mar: o largo do Corpo Santo e a Lingueta (JORNAL DO RECIFE, 26 jan. 1928, p.1)

Em 1928, formaram-se as condições favoráveis à criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco, o estado tornou-se o segundo do Brasil (primeiro foi a Bahia) a compor uma instituição local destinada à proteção de "relíquias" do passado (objetos de arte e bens imóveis). Neste ano Júlio Bello era governador de Pernambuco, sua aproximação com as ideias tradicionalistas e o próprio contato com Gilberto Freyre, Anníbal Fernandes, entre outros, colaborou para formação da Inspetoria.

Com relação aos bens imóveis, a instituição era um aparato com intenções de evitar as "restaurações" com transformação estilística como a realizada na Igreja da Sé de Olinda, também salvar edificações de destaque do sítio urbano ameaçadas de demolição. A representação das demolições da Igreja do Corpo Santo e dos Arcos (Conceição e Santo Antônio) contribuiu como recurso retórico para evidenciar a necessidade da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco. O momento era oportuno, pois seriam iniciadas as obras de restauração da Igreja Madre de Deus e havia ameaça de demolição da

[149] O trecho citado é parte de uma série artigos sobre o historiador Pereira da Costa, escritor interessado em histórias das antigas ruas da cidade.

Torre Malakoff[150], simbolicamente descrita por tradicionalistas como remanescente do antigo bairro do Recife.

A criação da Inspetoria de Pernambuco foi aprovada através da Lei nº 1918, de 24 de agosto de 1928. Nesta ocasião houve a súbita demolição da casa grande do engenho Megahype pelo próprio proprietário, que preferiu dinamitar o imóvel ao saber da pré-seleção do bem entre as edificações que seriam considerados monumentos históricos pela instituição[151]. Pois o regulamento da instituição previa penalidades em casos de destruição, degradação ou alteração das características dos monumentos artístico ou histórico que estivessem sob sua proteção.[152] Na época do caso, Júlio Bello emitiu comentário no jornal local, acionando os escombros da edificação, junto com outros eventos anteriores ([BELLO,] A PROVÍNCIA, 12 out. 1928).

> Não sei porque pode causar estranheza a homens inteligentes e ciosos das conquistas da civilização a defesa do nosso pobre patrimônio artístico e tradicional de que eram expoentes tão interessantes o velho solar de Megahype, os azulejos da catedral de Olinda, a matriz do Corpo Santo e os arcos de um lado e do outro da ponte Maurício de Nassau. [...] Defender a integridade do pouco que temos como elemento apreciável de tradição não é condenar o progresso útil ([BELLO,] A PROVÍNCIA, 12 out. 1928, p.3)

Uma "importante fase d'A Província foi iniciada a 19 de agosto de 1928, assumindo a direção os jornalistas Gilberto Freyre e José Maria Belo" (NASCIMENTO, 1966, p.231), nesse período o jornal deixou evidente sua aproximação com o governo de Estácio Coimbra e o Partido Republicano de Pernambuco. As páginas dos jornais reuniram contribuições de Aníbal Fernandes, Júlio Belo, Manuel Bandeira, Luís Jardim, dentre outros. *A Província* realizou uma decisiva "campanha da Aliança Liberal", envolvendo-se diretamente nos acontecimentos de outubro de 1930, "sendo sua redação e as oficinas depredadas e empasteladas, deixando então de circular por mais de um ano" (NASCIMENTO, 1966, p.234).

A aproximação do jornal *A Província*, com as ideias regionalistas (lideradas por Gilberto Freyre) e a Inspetoria de Monumentos criada em 1928, será discutida junto com

[150] Debate em torno da Torre Mallakoff foi citado por Rodrigo Cantarelli (2012) e problematizado enquanto caso de ameaça de demolição (para o alinhamento da Rua São Jorge) no estudo de Rebeca de Sousa (2016). Sousa (2016) aprofunda a leitura das falas sobre o torreão desde a origem do nome da edificação, analisando até conteúdos das falas dos agentes que se posicionaram sobre o caso.

[151] Cf. o caso de demolição da edificação foi abordado por Cantarelli (2012). A demolição foi noticiada em jornais da época e posteriormente citrado por estudiosos da arquitetura colonial, entre eles José Marianno Filho e Luís Saia.

[152] Cf. Dócio (2014) e Cantarelli (2012).

entendimento de como se forma em Pernambuco e também na Bahia leituras institucionalizadas locais em torno de seus bens móveis e imóveis. Pois, entende-se que a mobilização das demolições em posicionamentos de intelectuais, técnicos e instituições na década de 1920 e 1930[153] é parte de um debate em nível nacional sobre a questão da preservação, que fica ainda mais evidente quando analisamos os casos de demolições em paralelo com os de outras cidades que também foram alvo de modernizações de grande porte.

[153] A discussão entorno da década de 1930 compõe o capítulo 4.

CAPÍTULO 3

O MARTELO DO PROGRESSO E AS VELHAS PEDRAS DO PASSADO EM SALVADOR (ANOS 1910-1920)

De quantas coisas, velha Sé, me lembro!
[...]
Portas do Carmo... nunca me convidem
Para festa
Nesta
Rua em que sírios e árabes residem.
Velha Sé que nasceu numa idade longeva...

Quem lhe pode esquecer, alegre ou triste?
Quem lhe pode esquecer, se ainda, hoje, existe
A sua tradição, inteiramente, só
Nas mãos da preta Eva,
Do cururu, do vatapá, do mocotó?

Velha Sé, que o destino não lhe açoite
Nos altos casarões salpicos de elegância...
Deve ser sempre a Sé da minha infância:
- A velha Sé do mocotó da meia-noite.

Nada de estilo novo...
Novo, o frágil pincel... novo, [...]

Não derrubem jamais esta igreja da Sé

Deixem de pé,
A maior tradição do nosso povo.
Primeiro olhar que Deus lançou sobre o Brasil!

Francisco de Mattos, original de 1929
(A TARDE, 13 jul. 1933)

3.1 Salvador: obras urbanas dos anos 1910-1920

As eleições para o governo da Bahia foram conflituosas, em 28 de março de 1912 tomou posse José Joaquim Seabra. A eleição foi marcada pelo bombardeio à Salvador[154], assim o estado se tornou o segundo depois de Pernambuco a se aliar ao presidente Marechal Hermes da Fonseca. A substituição dos grupos oligárquicos oposicionistas nesses estados contou com o apoio de tropas federais, através das "Políticas das Salvações" (SANTOS, 1990, p.53).

Uma vez no governo da Bahia com o apoio político do presidente, José Joaquim Seabra quis marcar sua gestão de 1912 a 1916 "com obras capazes de redimi-lo na opinião pública", devido a sua posse "nas circunstâncias dramáticas de um bombardeio a uma cidade aberta" (TEIXEIRA et al, 1978, p.11). As referências de Seabra eram as obras de reforma do período de Pereira Passos na Capital Federal, ele fora ministro do Estado no Rio de Janeiro durante a abertura da simbólica Avenida Central carioca (TEIXEIRA et al, 1978). Enquanto ministro, havia apoiado a construção da Rede Ferroviária baiana e as obras do porto, reativando a intervenções para melhoramentos dos transportes na Bahia.

As ambições do governo estadual de implantar um ciclo de modernização na cidade de Salvador foram partilhadas com o intendente municipal, candidato seabrista, Júlio Brandão. A intendência municipal já havia executado intervenções na Cidade Baixa, pois as obras da Cidade Baixa eram parte das obras do Porto da Bahia. A estreita faixa de areia junto à encosta foi alargada a partir de aterros. Construíram-se quarteirões inteiros e abriu-se uma larga via (de 20 metros), atual Avenida Jequitaia, nas proximidades da Praça Marechal Deodoro, anteriormente denominada Praça do Ouro. As transformações foram registradas em fotografias da época e em periódicos, a exemplo da revista *Ilustração Brasileira*[155] que publicou um suplemento especial sobre a modernização da Bahia (Figura 44).

[154] Conforme Edilton Santos (1990, p.56) "os danos foram enormes: destruição de metade do Palácio Rio Branco e incêndio da Biblioteca Pública, localizada no mesmo prédio; destruição do Teatro São João, da Câmara Municipal, do Palácio do Arcebispado e do 'Matadouro dos Porcos'; danos na Igreja da Sé e muito mais".

[155] Robert Pechman (1990, p.36) destaca o papel das revistas ilustradas e de outros veículos "de formação e divulgação da imagem da cidade" (fotografias, pareceres técnicos e literatura).

Figura 44: Praça Marechal Deodoro e seus arredores na Cidade Baixa.

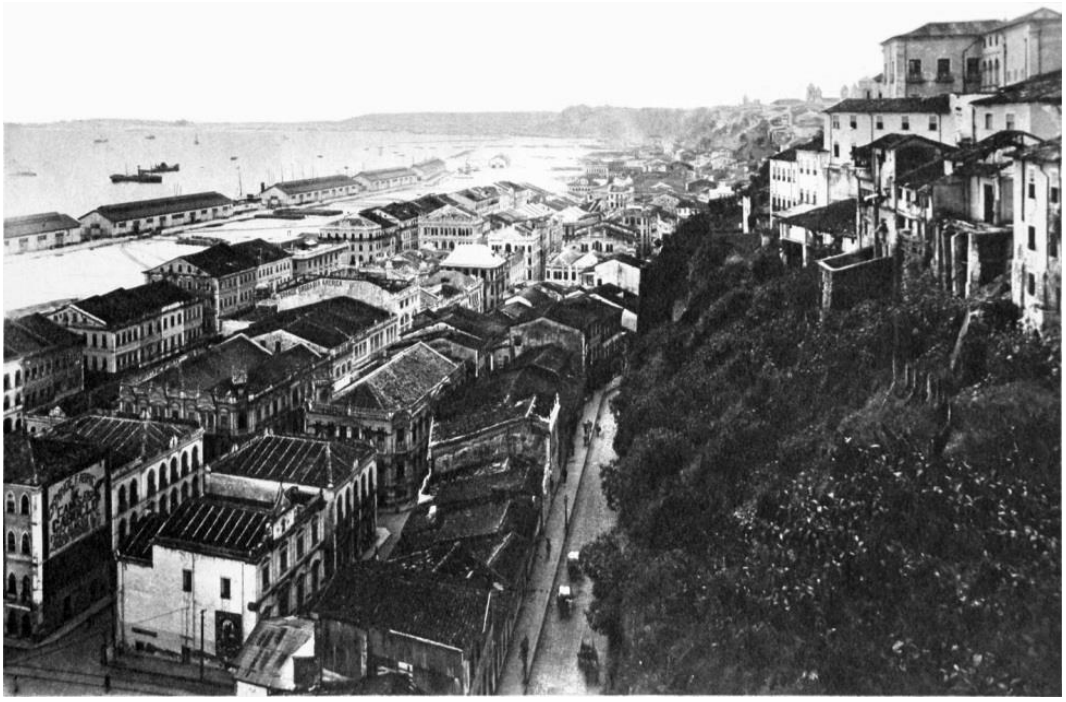
Fonte: ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914, p.15.

Nas mensagens de governo do Estado da Bahia do ano de 1912, Seabra destacou o que havia sido realizado na Cidade Baixa com seu apoio e apresenta um plano de melhoramentos para parte da Cidade Alta. O governador associa a imagem da estreita faixa de terra da parte Baixa (antes dos aterros) com a expressão do atraso da cidade. Diante das justificativas econômicas de uma capital com importante atividade portuária, a vista a partir do acesso marítimo precisaria ser reinventada, modernizada.

> [...] iniciei a reforma desta cidade. Absolutamente necessária, máxima na parte baixa, onde a atividade mercantil, a falta de espaço, se sentia oprimida, e o aspecto da estreita faixa ocupada entre a colina e o mar patenteava a conservação do passado, mais que atraso, os testemunhos formais de uma verdadeira decadência. Estes melhoramentos devem ser estendidos a toda capital, porque ponto de convergência com o litoral do país e os centros de civilização exterior, onde na Europa e na América do Norte, se acham os grandes mercados de sua exportação, não deve esta cidade continuar no abandono em que já se não encontram, mesmo entre nós, capitais de muito menor importância. (SEABRA, 1912, p.9, grifo nosso)

Na seção "obras do porto" das mensagens do governo, Seabra destaca a modificação do padrão construtivo da Cidade Baixa com a substituição de ruas estreitas e sinuosas da herança colonial e a demolição de edificações. O aspecto colonial fora transformado por padronizados edificações que ainda estavam "em plena execução" em 1912 (SEABRA, 1912). O aterro foi concluído e m 1914, fotografia tirada para a revista estadunidense Mentor Magazine em 1917, mostra as novas edificações construídas na frente de água (Figura 45).

Figura 45: Cidade Baixa com o aterro concluído. Fotografia tirada em 1917 para revista Mentor Magazine (EUA), nº126.



Fonte: Acervo Guia Geográfico da Bahia.

> Esta área será dividida em quarteirões separados entre si por espaçosas ruas que facilitarão a pronta saída das mercadorias. Isto, porém, de nada serviria se a nossa cidade baixa, com suas ruas estreitas e sinuosas, não fosse igualmente modificada, de forma a corresponder ao plano aprovado, apresentado, por sua vez, ruas largas correspondente àquelas. [...] O plano adotado está em plena execução, as demolições dos prédios fora dos alinhamentos aprovados estão sendo feitas [...] (SEABRA, 1912, p.59-60)

A Cidade Baixa foi intensamente transformada de meados do século XIX até a década de 1910, através de ciclos de modernização, modificou-se o aspecto espremido da parte baixa. O ímpeto modernizante se estenderia a outras partes da cidade no início do século XX. O intendente municipal, Júlio Brandão, compartilhava as intenções de transformação da imagem da cidade com o governo Seabrista. Em 8 de julho de 1912, a Intendência celebrou o contrato com a *Companhia de Melhoramentos*, tendo como objeto os *Melhoramentos da Rua Chile e circunvizinhas*, situados na antiga Freguesia da Sé.

Cláusulas do referido contrato foram divulgadas nos jornais locais *Gazeta do Povo* (aliado ao governo) e *Diário da Bahia* (oposicionista), devido a alguns questionamentos do *Diário* sobre o caso da intervenção na Rua Chile. Sobre o assunto a *Gazeta do Povo* informa que ficou definido que caberia ao Município fazer a desapropriação dos imóveis, entregando no prazo de 60 dias os prédios comerciais e dentro de 30 dias os habitacionais. Havia uma exceção para os casos de preferência ao proprietário do imóvel que poderia realizar por seu

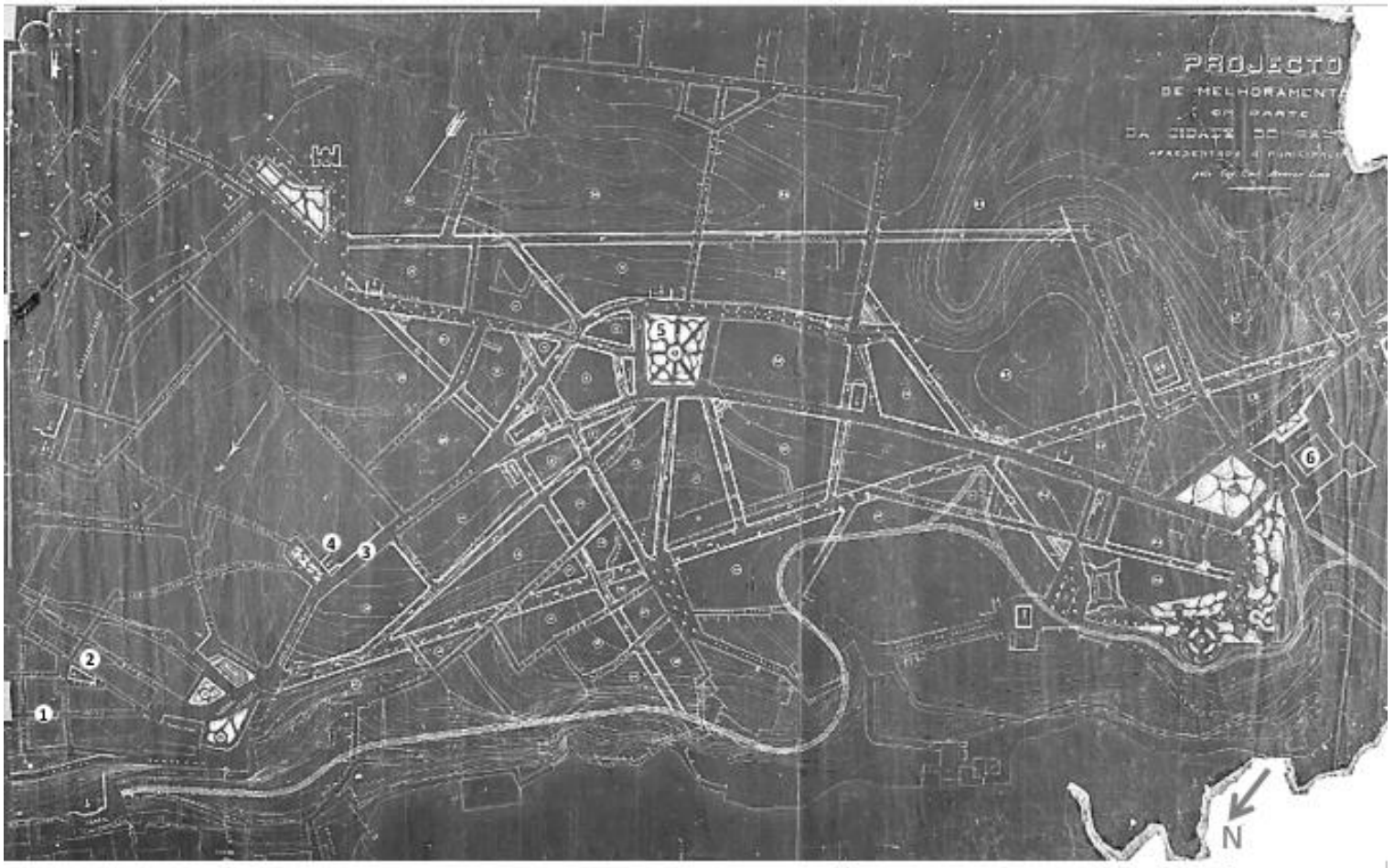
custo o corte na edificação e sua reconstrução. A *Companhia,* por sua vez, deveria indenizar o Município pelas despesas com os prédios e "reconstruir, de acordo com as plantas e alinhamento aprovados", iniciando a demolição 8 dias contados a partir do recebimento das chaves (GAZETA DO POVO, 28 set. 1912, p.3). As cláusulas estabeleciam ainda que a empresa poderia ficar com "os terrenos acrescidos, onde o novo alinhamento deixar sobras, gratuitamente".

As negociações para o alargamento da Rua Chile, situada no distrito da Sé, ocorriam em paralelo à confecção de um projeto de melhoramentos para a parte alta de Salvador. Com tal intervenção, Seabra almejava marcar seu governo no Estado, seguindo o feito de grandes modernizadores. Em Paris, o Barão Haussmann abrira a simbólica Avenida da Grande Ópera, na Capital Federal, Pereira Passos havia aberto a Avenida Central. Em Salvador, J.J. Seabra havia de abrir a Avenida Sete de Setembro. O projeto de melhoramentos da parte Alta de Salvador (Figura 46) vinha para transformar as "velhas ruas de São Bento, de São Pedro, os becos do Senado e do Mocambinho, o Rosário de João Pereira, as Mercês, tudo deveria ser transformado para dar lugar à nova Avenida" (TEIXEIRA et al, 1978, p.11)

O projeto de melhoramentos de parte da cidade de Salvador foi concebido pelo engenheiro Jerônimo Teixeira de Alencar Lima e aprovado pelo decreto nº 1.183, 9 de outubro 1912. As obras deste ciclo de modernização receberam verba orçamentária estadual destinada às obras públicas. Na prancha da proposta os novos trechos viários da intervenção foram destacados com traços mais espessos, as vias já existentes e as linhas topográficas do terreno foram contornadas com traçado estreito. As praças foram diferenciadas com hachura branca.

O trecho da Avenida Sete representado no desenho de Alencar Lima ia da Praça Castro Alves (no encontro com a Rua Chile), passava pela Praça da Piedade e terminava na Praça Dois de Julho (nas imediações do Forte de São Pedro). O eixo estruturador da intervenção era avenida Sete de Setembro que partia da Rua Chile, modificando nomes e fachadas de pequenas ruas existentes do trecho representado. A extensa avenida haveria de chegar à Barra em fases posteriores, fazendo a ligação viária do núcleo antigo com as áreas de expansão margeando a costa na direção sul.

Figura 46: Projeto de melhoramentos em parte do Salvador de autoria do Eng. Civil Alencar Lima.



LEGENDA: 1 RUA CHILE ; 2 IGREJA DA AJUDA ; 3 AVENIDA SETE DE SETEMBRO; 4 CONVENTO DE SÃO BENTO; 5 PRAÇA DA PIEDADE; 6 FORTE DE SÃO PEDRO.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador, coleção EPUCS, nº001.795.

O projeto de Alencar Lima não enfatizou os imóveis a serem demolidos com a proposta. Mas a comparação dessa cartografia com a planta da cidade de Salvador, organizada pelo engenheiro Adolfo Morales de Los Rios, de 1894, permite evidenciar algumas edificações que passaram a ser a pedra no caminho do progresso. Os apagamentos realizados em Salvador, a fim de fazer emergir uma nova imagem para a cidade, não ocorreram de maneira silenciosa como nos faz pensar a história da modernização das capitais brasileiras. As vozes que se levantaram contrárias aos planos de remodelação foram taxadas de forças oposicionistas aos governos vigentes, a exemplo do trecho de notícia do jornal *Gazeta do Povo*.

> Assim também compreendeu o grande reformador do Rio de Janeiro, o engenheiro Pereira Passos, e nada valeu contra seu propósito benemérito o clamor da opinião retrógrada, que ali, como aqui, se levantou em delírios de cólera com a pretensão de desanimar o eminente brasileiro. Dela, porém, Pereira Passos não se arreceou. Acusavam-no de megalômano, sonhando, da noite para o dia, transformar uma cidade colonial em uma capital europeia, de perdulário e louco, mas ele não arrefeceu, para afinal triunfar heroicamente na opinião mundial que assistiu assombrada a execução de sua obra e hoje a admira entusiasticamente (GAZETA DO POVO, 28 set. 1912, p.3, grifo nosso).

Conforme a *Gazeta do Povo*, os embates aos planos de remodelação da cidade ocorreram também no Rio de Janeiro. Segundo o argumento do texto o Intendente Municipal Júlio Brandão deveria se manter firme na execução dos melhoramentos de Salvador à semelhança do que ocorrera na capital da república. Em 1912, havia uma confluência de interessados em modificar a imagem da Rua Chile e suas imediações, o que incluiu a demolição da Igreja da Ajuda para a construção de uma nova edificação. As pedras da extinta capelinha receberam discursos de defesa de seu valor histórico, mas as estratégias dos que levaram adiante seu destino, venceram, restando ao povo assistir com pesar a última missa[156].

Enquanto as negociações sobre a demolição da Ajuda ocorriam, outras edificações estiveram sobre ameaça da picareta do progresso. O mosteiro de São Bento foi sistematicamente defendido pelo abade beneditino e pela comunidade religiosa, revogando-se assim o equivocado decreto de sua demolição e adiando-se a ameaça de sua mutilação[157]. Os casos da Ajuda e do Mosteiro Beneditino serviram aos debates políticos da época, utilizados em textos de ataque e defesa ao governo de Seabra veiculados em jornais da época.

[156] Os trabalhos de demolição iniciaram em 15 de setembro de 1912.

[157] Os casos da Ajuda e do Mosteiro Beneditino foram detalhados no próximo item do capítulo, a discussão teve seu ápice em setembro de 1912 com notícias diárias sobre o tema das demolições.

Enquanto o Mosteiro de São Bento resistiu, a igreja de São Pedro deu passagem às retificações e alargamentos da Avenida Sete de Setembro. A contrapartida do governo foi, embelezar a Praça da Piedade nas redondezas da extinta edificação religiosa e construir uma nova igreja de mesmo nome. A reunião com o cabido para tratar da desapropriação da Igreja de São Pedro foi realizada no dia 13 de abril de 1913 (GAZETA DE NOTÍCIAS[158], 12 abr. 1913, p.1). Os termos do acordo de demolição da igreja foram rapidamente realizados, no final do mês já se anunciou a "derradeira missa na Igreja Matriz de São Pedro" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 abr. 1913, p.1)

> Sempre amante e fiel conservadora de suas tradições, reuniu-se ontem a população da velha cidade do Salvador, no que consta de mais seleto, para assistir à derradeira missa, que se celebrou na igreja matriz de São Pedro em vésperas de ser atingida pela picareta do progresso, que por ali vai fazer passar a Avenida 7 de Setembro. (GAZETA DO POVO, 28 abr. 1913, p.1).

A última missa foi acompanhada de grande número de fiéis que ocuparam todo espaço interno da igreja e ainda a praça em frente ao templo. Estiveram presentes o Governador José Joaquim Seabra, o arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva e "representantes do clero regular e secular". A cerimônia se estendeu em procissão para a igreja Matriz da Lapa para onde seriam transferidas as imagens da igreja que seria demolida, no dia 3 de maio. Na lapa o povo não pode entrar e os presentes receberam de "um confrade da irmandade", os postais com a fotografia do templo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 abr. 1913, p.1). Estaria o anônimo que distribuiu as imagens realizando um solitário e silencioso protesto à demolição?

> Não é um simples monumento, é um templo sagrado, augusto e venerável que vai desaparecer para sempre do nosso meio; sobranceiro testemunho das lutas, fases por que tem passado em diversas épocas a cidade de Thomé de Sousa, cedendo o passo à marcha de novas evoluções, que em breve transformarão num centro modelo. Em todos os semblantes transparecia um ar de tristeza [...] De quando em vez uma lágrima, um suspiro vinha despertar, em um ou outro ponto, sua alma vencida pela saudade, na última despedida. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 abr. 1913, p.1).

O jornal aproveita o momento de despedida para fazer algumas reminiscências históricas sobre o vetusto templo, concluído em 28 de junho de 1554. Em 1667 a estrutura primitiva passou por obras, pois parte dela havia ruído com ação de tempestades. Em 1679, a igreja da São Pedro foi elevada à categoria de matriz (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 abr. 1913, p.1). A demolição da Igreja de São Pedro, realizada pelo governo estadual, se fez sem polêmica evidente nos jornais locais. A desapropriação da edificação foi feita pela quantia

[158] Jornal cujo primeiro exemplar data de 7 de setembro de 1912.

de 380 contos de reis. A compensação de se construir uma nova edificação na Praça da Piedade (Figuras 47 e 48) parece ter anestesiado a opinião pública que se despediu da antiga edificação sem conter os sentimentos ([ANSELMO,] GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 mai. 1913, p.1).

Figura 47: Procissão de transladação das imagens da antiga igreja de São Pedro, fotografia de 1912.

Fonte: Acervo do Guia Geográfico da Bahia

Figura 48: Igreja de São Pedro construída na década de 1910 na Praça da Piedade.

Fonte: Teixeira et al, 1978, p.9.

A *Gazeta de Notícias* destacou a derrubada de tradicionais templos do período colonial como um marco de construção do progresso na capital Baiana. Outras tantas cidades que estavam se modernizando e vinham pondo abaixo edificações seculares. A matéria cita no Recife, o caso da derrubada da "igreja tri secular do Corpo Santo" para dar lugar a uma ampla avenida. No Rio de Janeiro foi mencionada a demolição do "velho convento da Ajuda" para a construção de um Hotel e da "velha igreja de S. Pedro" para dar lugar à estação de bondes. Em São Paulo, "desapareceram as tradicionais igrejas do Colégio e do Rosário, marcos da fundação da bela Paulicéia" ([ANSELMO,] GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 mai. 1913, p.1).

> Lá se vai por terra mais um templo majestoso, na velha cidade de Thomé de Souza, que rejuvenesce ao impulso do progresso que estão lhe injetando os patrióticos governos do Estado e do Município. Os governos progressistas vão destruindo os velhos templos e edifícios sagrados pela piedade e pelos séculos, para edificarem nos lugares por eles deixados as construções de moderno estilo arquitetônico, belos expoentes do atual progresso. Inúmeras já têm sido as igrejas demolidas. ([ANSELMO,] GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 mai. 1913, p.1).

As demolições de símbolos religiosos se multiplicavam pelo Brasil. Os apagamentos foram usados como estratégia para marcar no imaginário coletivo a percepção de que a cidade rejuvenescia. Dos escombros das edificações antigas construía-se uma nova imagem para Salvador. O conjunto arquitetônico situado na praça da Piedade

passava por transformações, com a construção da nova Igreja de São Pedro e corte parcial da edificação em que funcionava o Senado. Também estava em negociação a construção da sede do Gabinete Português de Leitura.

A edificação em que funcionava o Senado desde o início da Primeira República, havia sido concebida originalmente para ser uma unidade escolar, o projeto coube ao arquiteto formado na Bélgica José Alioni. Este prédio, situado na Praça da Piedade, perdeu sua completude estilística clássica quando teve uma de suas alas demolidas[159] pelas novas conexões viárias previstas no projeto de Alencar de Lima (Figuras 49 e 50). O arquiteto protestou contra a mutilação, argumentou sobre os "direitos autorais sobre projetos arquitetônicos", uma questão nova a época e que só anos depois passou a "constituir em jurisprudência" (TEIXEIRA et al, 1978, p.10).

Figura 49: Fotografia do Edifício do Senado (c.1906)

Fonte: Teixeira et al, 1978, p.10.

Figura 50: Praça da Piedade por volta de 1930.

Fonte: Acervo salvador antiga.

Os cortes parciais também agiram com desrespeitosa atitude sobre as edificações do passado, resultando em mutilações, ou mesmo apagamento de toda a fachada da construção, como as realizadas na Igreja do Rosário e no Convento das Mercês, por ocasião da construção da Avenida Sete de Setembro. Através da operação sistemática de alinhamentos e retificações, construía-se pouco a pouco a simbólica Avenida Sete de Setembro, o sonhado legado do governo Seabrense no caminho da superação do passado da antiga cidade de Salvador[160].

> Obras e melhoramentos, de modificação desta cidade, cujo aspecto colonial assinalava, depois da Independência, em dois regimes diferentes, nas mais contrárias situações da política, sucedendo-se no poder vontades e opiniões de todos os partidos, o descuido simultâneo das administrações deste Município e dos Governos da Bahia, eu, como vos prometera e era

[159] Após a mutilação, a edificação passou a integrar o patrimônio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (SALVADOR..., 2012, p.368).
[160] Conforme afirma Seabra nas Mensagens de Governo, do ano de 1913.

> necessário, me decidi sem demora a inicia-los e lhes promover [...] eu estava e estou cumprindo, os projetos e as obras que sabeis, os trabalhos que impulsiono, os reais melhoramentos que, como símbolos do nosso caminhar para a civilização, e interrompendo a inércia do passado, se levantam do nada, e crescem, e se adiantam, e hão de ser, em próximo futuro, a irrecusável prova documental da criadora e patriótica atividade desta época. (SEABRA, 1913, p.15, grifo nosso)

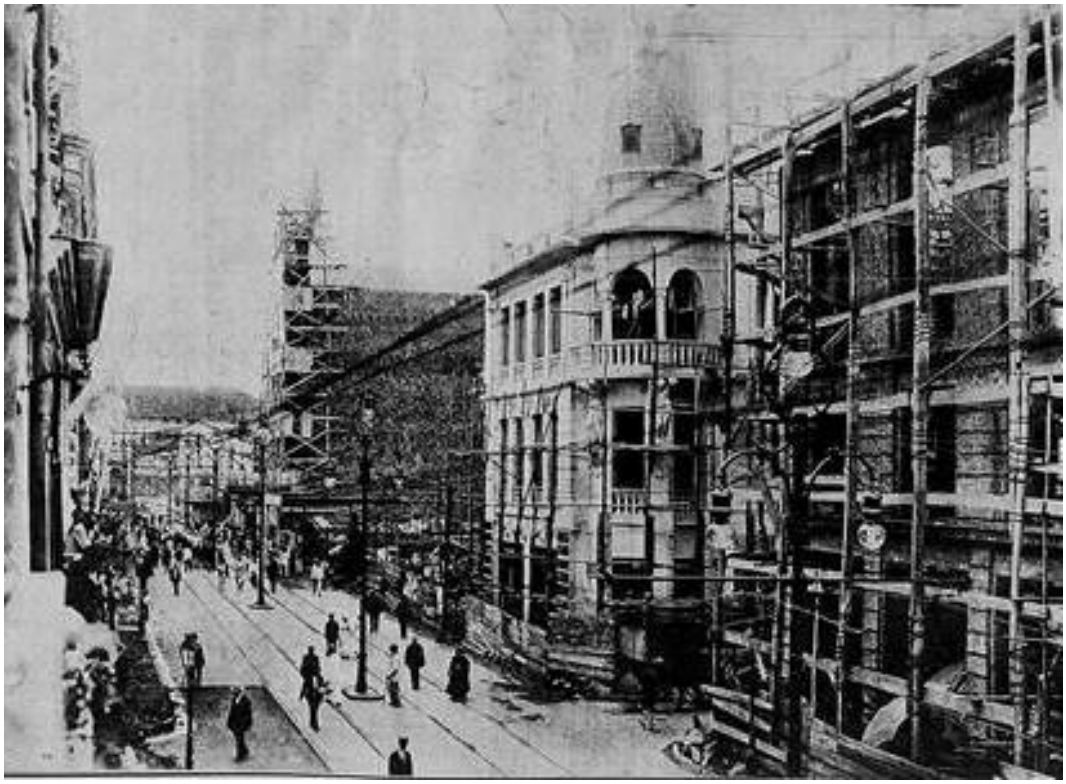
As desapropriações foram realizadas diretamente pelo governo, que entregava as chaves das edificações diretamente a empresas privadas que ficaram responsáveis pelas demolições. Nas mensagens do governo, Seabra não deixa entrever reações às negociações realizadas com os proprietários dos imóveis civis e religiosos para a execução do Projeto de Melhoramentos de Alencar Lima, de 1912.

> Pela minha parte não quis que fossem as desapropriações uma causa de demora. Ativei-as por esse motivo, eu mesmo; e de tal modo se tem conduzido o Governo nesse melindroso encargo, que até hoje, e espero que assim será até o fim, não foi mister lançar mão do recurso judiciário. Solícitos em me atender aos convites, os proprietários, em geral, não se abroquelam em descompassado exigir, antes se honram, tratando e contratando indenizações por seus prédios a mutilar ou destruir, da colaboração a que o Governo os chama e pela qual tem sido possível, entre vontades tão entendidas, a generosa manifestação da sua mútua tolerância. (SEABRA, 1913, p.53)

Em 1913 e 1914 as remodelações da imagem da Cidade Alta de Salvador estavam em plena execução. Governo do Estado e Município estavam à frente das obras. A transformação da Rua Chile ganhou bastante destaque a época. Para o alargamento da via foram demolidas as edificações de número par. Segundo a *Gazeta de Notícias* (25 fev. 1913, p.1), "o alargamento e aformoseamento desta via pública, uma das artérias de viação de maior tráfego que temos nesta capital". Fotografia de 1914, publicada na revista *Ilustração Brasileira* no suplemento especial sobre a modernização da Bahia, mostra os novos edifícios ainda em construção[161] (Figura 51).

[161] A fotografia é parte do suplemento especial da revista *Ilustração Brasileira* sobre a modernização da Bahia

Figura 51: Rua Chile (Cidade Alta) alargada e asfaltada, como os novos edifícios ainda em construção.



Fonte: ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914, p.18.

No contrapelo dos andamentos das obras de modernização, surgem sensibilidades em relação à velha cidade, que com as demolições parecia estar sendo apagada para dar lugar a uma jovem forma urbana. O artigo *A Cidade do Salvador – seu remodelamento*, publicado no suplemento especial sobre a Bahia do periódico *Ilustração Brasileira*, deixa entrever algumas das representações que passam a ser associadas à malha legada do período colonial. A velha cidade invocaria o amor à tradição e o sentimento de saudade pelo passado. A imagem da antiga Salvador mobilizavam sensações de estabilidade e de felicidade dos tempos de outrora.

> Uma cidade que se transforma, ou que se remodela, tem nossas vistas sob múltiplos aspectos. Todas as vezes que sabemos uma capital passa por transformações, o respeito ao passado, dá aí o amor à tradição, sacode-nos intensamente os nervos, e, por vezes, até lágrimas nos traz aos olhos. [...] Sem dúvida, uma capital moderna vive as tradições da velha cidade que ela foi, em tempo. Em toda fachada nova, de caprichos arquitetônicos, se conhece a saudade que uma era deixou [...] Satisfaz, depressa, o passado. Recordamo-lo, com tranquilidade. Sorrimos. Somos felizes. Mas, essa felicidade é passageira; dura apenas um momento: enquanto levantamos a pedra simbólica, que pesa sobre cada ilusão! [...] Sim. A obra do homem do século que vivemos, como obra que se não funda em filosofias baratas do *laisser faire*... é brusca, instantânea, violenta. ([FELIX,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914, p.2).

O suplemento especial sobre a modernização na Bahia compara a saudade de outra era com as sensações ante as ruínas. "A poesia das ruínas! Dolorosa, tedienta, transpassada... Apiedamo-nos das ruínas, gosemo-las, será melhor dizer – que a piedade é um sofrimento íntimo, e sofrer, intimamente é gozar alegrias que outrem desconhece" (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914, p.2). O texto transparece um questionamento em aberto da época sobre as preexistências, à medida que as intervenções urbanas iam avançando dilemas entre o antigo e novo tornaram-se evidentes.

A área de formação da cidade de Salvador e seus símbolos deveriam ser entendidas enquanto "relíquias"? Poderiam ainda passar por remodelação, mas e o "respeito" e os "sentimentos" com relação ao passado? Como deveriam ser as intervenções no espaço em "velhas cidades", dada à importância dessa herança? O artigo cita a obra de Camillo Sitte como uma referência para o tema da construção racional do espaço. A obra de Sitte, *A Construção das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos*, publicada em 1889, falava de considerar o "pinturesco" da imagem urbana, a consideração do sítio e do respeito ao passado[162], que caberiam bem ao caso de Salvador. As contribuições do autor circulavam no Brasil, carregadas principalmente através das falas de técnicos do meio urbano brasileiro, entre eles Saturnino de Brito.

Embora na introdução haja momentos de identificação com a imagem antiga de Salvador, na conclusão e no restante do suplemento especial sobre a modernização da Bahia há uma clara vontade de remodelação, de adesão aos projetos de melhoramentos. É na difusão dos ideais progressistas, nos seus ciclos de modernização das cidades, em que surgem casos de edificações situadas no caminho da construção das novas avenidas. São discussões interessantes, de um período em que ainda não havia meios oficiais de preservação do passado.

> Não fora caber-lhe remodelar a velha capital do Brasil colonial... Não estivesse em seu programa de sábio Governo do Município do Salvador fazer surgir da velhíssima cidade de Thomé de Souza uma moderníssima capital, obra de fôlego que a vontade superior administrativa daquela autoridade realiza, a despeito dos maiores obstáculos... Remodelar a cidade do Salvador dá ares de epopeia homérica. Porque pouco se fizera, durante séculos, para lhe tirar o caráter primitivo. Ao contrário, parece, todos os esforços eram no sentido de lhe conservar. Respeito ao passado,

[162] Costa (2003, p.98-99) destaca "a utilização do suporte histórico como instrumento projetual" na obra de Camillo Sitte. "Suas considerações a respeito do passado não têm caráter de erudição, mas é uma forma de compreensão dos princípios que nortearam, no passado, a construção das cidades e que deveriam ser apreendidos, não em sua forma, mas em sua essência". Nesse sentido, para Sitte a arte poderia ceder lugar aos aspectos higiênicos "quando fosse o caso" (COSTA, 2003, p.98-99).

> daí o amor à tradição, naturalmente. Sabia o antigo aspecto geral da Metrópole. Seu cunho avoengo era a poesia natural da cidade – guarda das relíquias do Brasil de antes do Império. [...] Realize, inteira, a obra iniciada, e o Governo do Município da cidade do Salvador, Governo forte e consciente e sábio, terá cumprido o melhor programa acaso seja exigido a um administrado urbano. Depois, o Dr. Júlio Viveiros Brandão sabe atender aos diversos problemas que oferece a cidade que governa ([FELIX,] ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914, p.2, grifo nosso).

Após uma página de contextualização dos planos de remodelação das cidades, o suplemento da *Ilustração Brasileira* segue apresentando os prédios símbolos da "Nova Bahia". Entre as edificações há imagens das obras do Paço Municipal, o novo prédio da assistência municipal, um projeto para o Teatro Municipal do arquiteto italiano Virsi (a ser construído no local do teatro São João), o novo quartel do Corpo de Bombeiros, a nova Igreja da Ajuda (construída em "estilo manuelino"), o novo Mercado Municipal (na Cidade Baixa). Também são apresentados alguns palacetes de pessoas abastadas da época, sedes de bancos, hotéis, indústrias, edificações em que funcionavam cafés e jornais da época.

3.2 Imagens dissolventes da Salvador colonial

O suplemento sobre a modernização da Bahia oculta embates que ocorreram a época das transformações apresentadas. O texto da *Ilustração Brasileira* que acompanha as fotografias da Igreja da Ajuda é contido: "Bem no coração da capital que se remodela, a igreja da Ajuda tinha de desaparecer, embora uma obra-prima do estilo barroco" (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914, p.10). O caso de demolição da Igreja da Ajuda e a ameaça ao Mosteiro de São Bento não passaram despercebidos. As tensões e as visões em disputa ficam evidentes nos periódicos locais de 1912. A discussão sobre os dois exemplares da Salvador colonial ocorrem em mesmo momento, possuem agentes que transitam entre os dois casos e apresentaram desdobramentos em demolições posteriores.

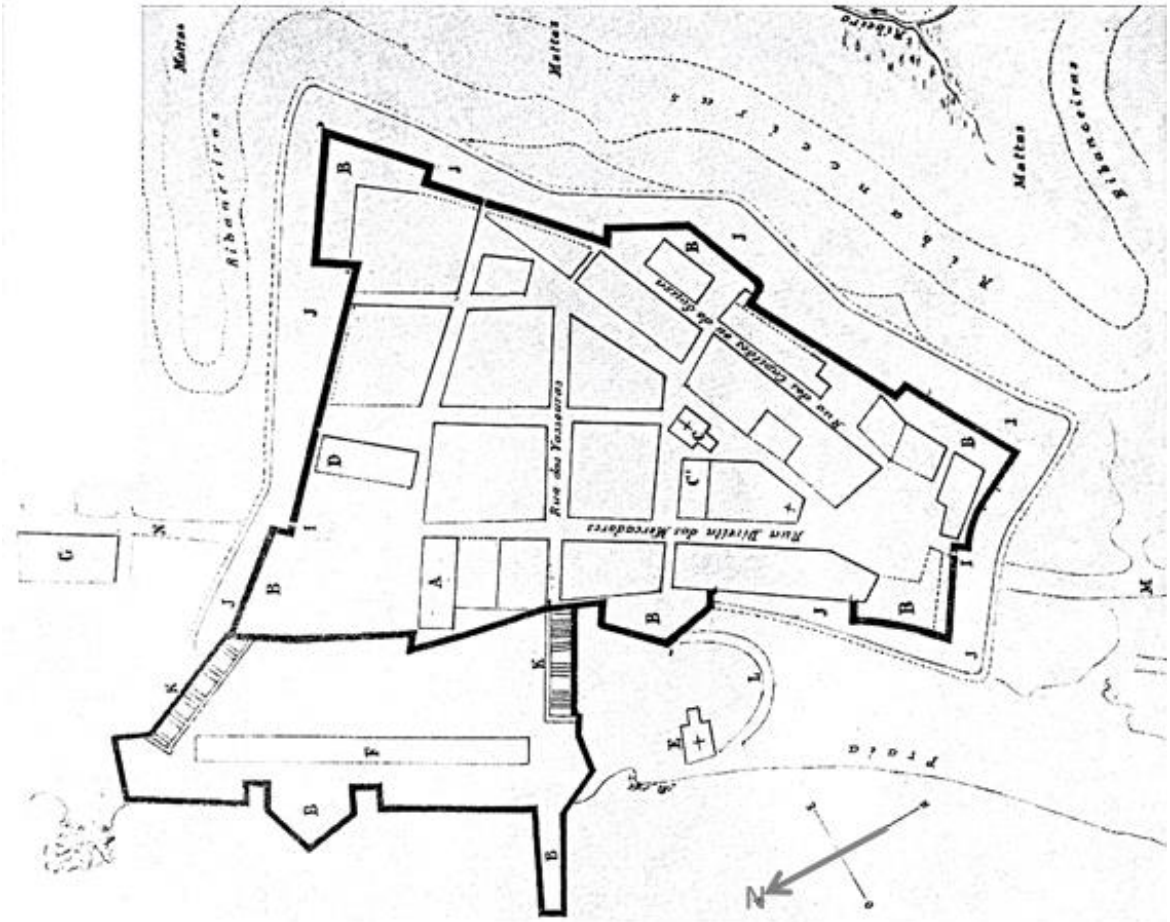
3.2.1 Considerações históricas sobre o núcleo de formação de Salvador

Em busca de compreendermos as tensões entre o antigo e o novo, bem como as representações sobre o passado colonial que estavam em disputa. Partimos de análises sobre o sítio, baseando-se na cartografia histórica de Salvador e na iconografia urbana, principalmente fotográfica. As edificações ameaçadas pelo ciclo de modernização iniciado em 1912, estavam diretamente associadas ao núcleo de formação da cidade e aos símbolos

de sua imagem colonial.

A começar pela igreja da Ajuda "erguida por Manuel de Nóbrega e pelos jesuítas" que estava presente dentro da muralha primitiva da fundação de Thomé de Sousa em 1549 (Figura 52), conforme podemos observar em desenho de Theodoro Sampaio[163] baseado em documento histórico arquivado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O núcleo era bastante compacto, possuindo duas portas, uma ligada ao caminho da Vila Velha e outra porta ligada a edificações de destaque (Casa de Câmara e Cadeia e Palácio do Governo) e ao caminho de degraus de acesso a parte baixa.

Figura 52: Planta da cidade de Salvador da primitiva fundação de Thomé de Sousa em 1549.



LEGENDA: A PALÁCIO DO GOVERNADOR; B BALUARTES; C IGREJA DA AJUDA; C' PALÁCIO DO BISPO; D CASA DA CÂMARA; E IGREJA DA CONCEIÇÃO (ERMIDA); F ARMAZÉM; G HOSPITAL; I PORTAS DA CIDADE; J FOSSO EM TORNO DOS MUROS; K CAMINHO EM DEGRAUS; L CAMINHO EM RAMPA ; M CAMINHO PARA VILA VELHA; N CAMINHO PARA O COLÉGIO.

Fonte: Acervo digital do Guia Geográfico da Bahia.

[163] A reconstituição feita pelo engenheiro Theodoro Sampaio foi publicada em obra póstuma – *História da Fundação da Cidade de Salvador*, 1949 (REIS FILHO, 1968).

Conforme Nestor Goulart Reis Filho (1968, p.68), Salvador, Rio de Janeiro, São Luís e Belém foram as "cabeças da rede urbana em suas regiões e constituíam parcelas do território sob responsabilidade direta da Coroa", esse "interesse especial" se manifestou de várias formas, pois o governo central português já nos primeiros séculos de colonização (XVI e XVII) forneceu "arquitetos e engenheiros militares" para construções nessas cidades.

No século XVII, em 1625 a cartografia histórica demonstra a expansão norte da área amuralhada (Figura 53). Reis Filho (1968) destaca alguns trechos na cartografia dessa época, entre eles o Terreiro de Jesus, a Praça da Sé, Praça da Cidade[164] e o Mosteiro de São Bento. Dentre as edificações religiosas "a única a aparecer com torre é a da Sé, talvez porque na época só as matrizes pudessem tê-la" (REIS FILHO, 1968, p.179). O autor destaca ainda a importância das ordens religiosas para a "manutenção de um quadro urbano permanente", além de desempenharem os "papéis principais nas atividades culturais e artísticas" em "face a pobreza do meio" (REIS FILHO, 1968, p.178).

Figura 53: Vista da cidade de Salvador, desenho de Benedictus Mealius, cerca de 1625.

Fonte: REIS FILHO, 1968 – extraída da Carta nº LXVII do Catálogo de Iconografia.

[164] Praça da Cidade, corresponde ao espaço livre próximo a antiga porta representada na cartografia do século XVI, onde situavam-se a Casa de Câmara a Cadeira e Palácio do Governo.

Em Salvador, as construções particulares de residência e trabalho situadas na área amuralhada eram constituídas de casas térreas ou sobrados que eram edificados sobre os limites frontais e laterais do lote, seus telhados "compunham-se fundamentalmente, de duas águas, que lançavam o produto das chuvas sobre o leito das vias públicas e quintais" (REIS FILHO, 1968, p.156). Até meados do século XVII, "as construções particulares não chegariam a ocupar uma posição de destaque no meio urbano", devido ao interesse de "aplicar os recursos no meio rural".

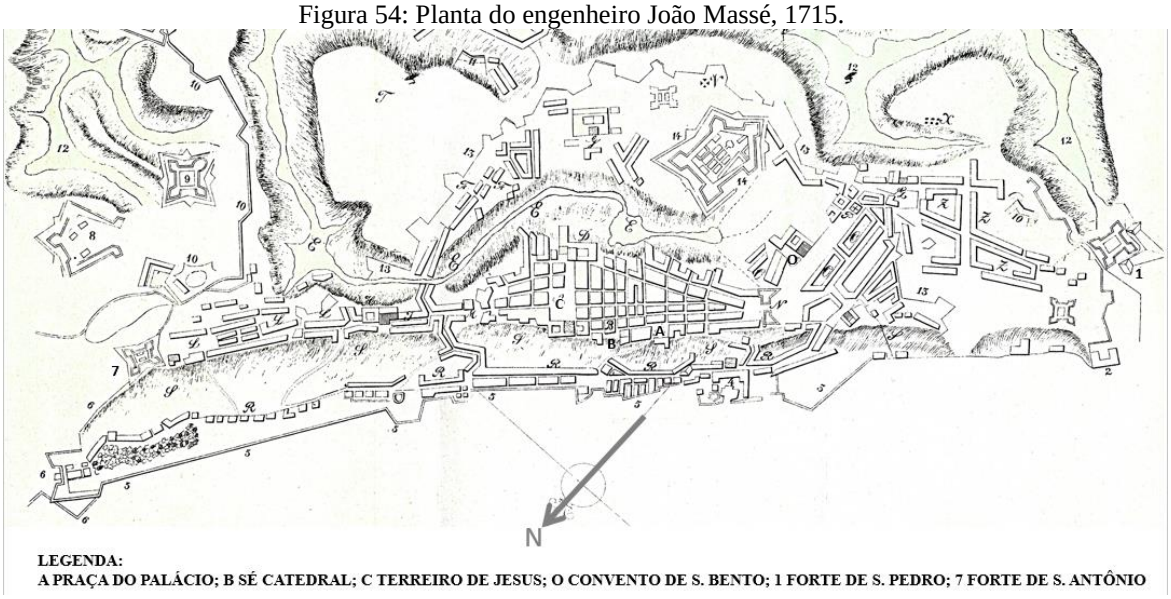
Antônio Heliodório Sampaio (1999, p.54) destaca que no período de 1549 a 1650 a ocupação urbana de Salvador privilegiou a ocupação nas "cumeadas" das colinas da cidade alta, a expansão foi realizada "no sentido norte, em direção ao forte de Santo Antônio e no sentido Sul em direção ao mosteiro de São Bento.

> A forma física resultante neste subperíodo é hipodâmica (xadrez), com quadras de casas justapostas, lado a lado, num traçado regular, embora já apresentando ruas longitudinais de cumeada, com casas em fileiras, em testadas estreitas e sem recuo, ocupadas a partir dos caminhos tradicionais. As praças "secas", abertas em um dos lados, são um padrão de referência, ficando os fortes, igrejas e edificações institucionais, sempre em posições de destaque no conjunto, intencionalmente a cavaleiro de visuais internas e externas, e obedecendo tipologias arquitetônicas mais específicas, apresentando-se como configurações marcantes no conjunto edificado. (SAMPAIO, 1999, p.55)

Na segunda metade do século XVII houve a "intensificação da vida urbana, as construções residenciais adquiriram nova significação" (REIS FILHO, 1968, p.159). De 1651 a 1822 houve o aumento da ocupação em fileiras, acompanhando os espigões da cidade alta, a ocupação da "segunda linha de colinas, no sentido do 'dique' do Tororó" e o "desenvolvimento linear da cidade-baixa no sentido Água de Meninos" (SAMPAIO, 1999, p.56). Em 1715 engenheiro João Massé visitou a cidade de Salvador para elaborar um "Plano de Fortificação da Capital do Brasil" (Figura 54), que foi executado em parte, por dificuldades como invasão de áreas (REIS FILHO, 1968) e descumprimento dos civis e governantes locais ao traço planejado (SAMPAIO, 1999).

> [...] no século XVIII, com o deslocamento definitivo para Cuba e para as Antilhas da primazia do comércio internacional, vão sendo afetadas as economias do nordeste, colocando Bahia e Pernambuco em posição secundárias, embora nunca excluídas totalmente do quadro internacional. Quadro internacional que vai dar a tônica do desenvolvimento interno, dada à dependência ao comércio externo. (SAMPAIO, 1999, p.58)

Figura 54: Planta do engenheiro João Massé, 1715.



Fonte: Acervo digital do Guia Geográfico da Bahia.

Na década de 1720 foi estabelecida uma política urbanizadora centralizadora, em que cidades-portuárias, como Salvador, tiveram "papel estratégico" no controle do comércio interno. No século XIX, o papel portuário da cidade continua evidente, a capital sofre de "dificuldades crescentes motivadas pelos desequilíbrios da antiga estrutura econômica herdada da colônia, implicando em *déficits* orçamentários artificialmente reparados via empréstimos bancários" (SAMPAIO, 1999, p.66).

Em torno de 1845 foram contraídos empréstimos para a construção de ferrovias, usinas, obras no porto, melhoramentos urbanos e construção do elevador hidráulico ligando cidade alta e cidade baixa. Em 1871 começam a operar as linhas de bonde na cidade, ligando o centro antigo as áreas de expansão Vitória, Graça, Barra, Federação, Quintas e etc. Ao longo do século XIX, Salvador triplicou sua população, saltando de "50 mil habitantes em 1800" para "174 mil em 1890" (SAMPAIO, 1999, p.70).

Fotografias de Marc Ferrez registraram imagens importantes de Salvador do século XIX. As lentes ajudam a compor documentos importantes sobre a vista para baía de todos os Santos e sua transformação ao longo do tempo. A imagem captada por Ferrez em 1875 (Figura 55), quando era fotógrafo da Comissão Geológica do Império, demonstra a ocupação da cidade alta com suas edificações de destaque, principalmente edificações religiosas. Também é possível observar as edificações menores acompanhando a encosta e seus caminhos de acesso a cota inferior. A cidade baixa apresenta-se com suas novas edificações, construídas após aterros na estreita faixa de terra à margem de água.

Figura 55: Trecho da fotografia panorâmica de Marc Ferrez, 1875 – pça. da cidade à ig. de S.Bento.

Fonte: Acervo digital do Guia Geográfico da Bahia.

3.2.2 A demolição da Igreja da Ajuda e as ameaças ao Mosteiro de S. Bento (1912)

Em 1912 tem início um "período crítico" de alteração da Salvador do século XIX (SAMPAIO, 1999, p.80). A pesquisa em periódicos da Bahia no ano de 1912, quando teve início a execução do Projeto de Melhoramentos de Alencar Lima, revela uma série de embates levantados à época acerca das demolições, cortes e ameaças de edificações da urbe. O debate em torno dos casos do Mosteiro de São Bento e da Igreja da Ajuda receberam especial destaque nos periódicos locais no mês de setembro, devido ao posicionamento de dois líderes religiosos, o abade beneditino Dom Majolo Caigny e o padre José Basílio Pereira.

O embate sobre o Mosteiro de São Bento teve início em agosto, após uma matéria do *Jornal de Notícias* assinada por anônimos que lançou a ideia de usar o local da edificação para a construção de um teatro. O símbolo religioso ocupava posição de destaque na ladeira margeada por sobrados de uso residencial, sua implantação dominante fora enfatizada pelas iconografias do século XIX, a exemplo da fotografia de Marc Ferrez de 1874 (Figura 56).

Figura 56: Mosteiro de São Bento, fotografia de Marc Ferrez (1874).

Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles

A notícia surpreendeu o abade, que achou por bem realizar uma palestra para a comunidade a fim de abordar o valor artístico do templo em questão. A fala do líder religioso foi divulgada na edição de agosto de 1912 da revista *A Paladina do Lar*. O periódico mensal foi publicado na cidade de Salvador entre os anos de 1910-17, constituiu-se na primeira "revista direcionada e dirigida exclusivamente por mulheres" da cidade (MAZZONI, 2010).

Caigny se colocou na posição de "amigo da arte", argumentando sobre o valor artístico das determinadas edificações religiosas, tal qual o Mosteiro de São Bento da Bahia. O abade demonstrou-se atento a defesa de edificações, principalmente de cunho religioso, citando casos em países como França, Itália, Alemanha e Bélgica de respeito e zelo por bens do passado. Na sua fala o termo *monumento* já é empregado, conceito que só foi institucionalizado na Bahia e também em Pernambuco, com as Inspetorias Estaduais em fins da década de 1920.

> Em todos os países cultos, [...] os governos, que ainda se respeitam a si próprios, dão sobejas e inequívocas provas de seu interesse pela conservação dos monumentos religiosos, dignos de ufanarem-se de um estilo que tem o cunho da arte, e por isso mesmo digno de merecerem o título de glórias nacionais. [...] Respondo pois que a igreja abacial de S. Bento merece ser considerada como monumento religioso mais digno de conservação de toda a Bahia, tanto por suas proporções, que a fazem a mais vasta da cidade, como por causa de seu estilo, que à atenção e ao amor de todos os amigos da arte. [...] a igreja de S. Bento recomenda-se, sem termo de comparação, pela pureza das linhas de seu estilo e magnificência de sua cúpula. [...] ela imita suas puras linhas do estilo renascença, o que não se encontra nas outras igrejas da Bahia ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR ago. 1912, p.238-239, grifo nosso).

Nessa palestra o abade não estendeu a outras igrejas da Bahia o mesmo valor artístico que evidenciou para o Mosteiro de São Bento, demonstrando-se ferozmente contra a demolição do mesmo, que seria na visão do abade um ato bárbaro. " [...] si, para edificar em seu lugar um teatro, o martelo destruidor viesse demolir este monumento, a principal, para não dizer a única joia arquitetural religiosa que possui a Bahia [...] em pleno século XX, um ato brutal e mesquinho de refinado vandalismo" ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR, ago. 1912, p.240, grifo nosso).

No mesmo mês, a revista feminina também divulgou uma carta do padre José Basílio Pereira em apoio à fala apresentada por Dom Majolo Caigny, afirmando que o caso do Mosteiro de São Bento não era somente de menosprezo da arte, mas também, das "tradições locais". Pereira estende sua fala a todos os "edifícios religiosos, mais ou menos ameaçados, senão já condenados", enfatizando o amor que se deve ter pelo que é passado

de uma geração para outra, como "relíquias de avós" ([PEREIRA,] A PALADINA DO LAR, ago. 1912, p.1-2).

> A pequena capela da Ajuda, levantada pelas mãos do P. Manuel da Nóbrega e de seus companheiros, os primeiros evangelizadores desta cidade, vindos com o governador Thomé de Sousa em 1549 [...] doe-me profundamente vê-la prestes a ser arrancada de seus alicerces e removida para outro local; e para que? Para transformarem-na exteriormente e darem-lhe uma fachada no estilo manuelino. ([PEREIRA,] A PALADINA DO LAR, ago. 1912, p.3, grifo nosso).

O que realmente levariam os escombros da Igreja da Ajuda? Na fala do Padre a demolição do modesto templo levaria além das tradições, sensação de dor, causada pela perda de uma referência do passado. As palavras do Padre Pereira demonstraram bastante coerência na argumentação e nos questionamentos sobre os casos da Capela da Ajuda e da Igreja da Sé de Salvador. Enquanto a maior parte dos periódicos informavam os apagamentos das urbes, com notas curtas, sem muitas informações, evitando-se grandes holofotes. *A Paladina do Lar* permitiu que o líder religioso entrasse em detalhes com informações principalmente sobre a Sé. Não houve censura às palavras do Padre, que discutiu as possibilidades apresentadas para os meios de demolição completa da Sé (com dinamite ou picareta?) ou o corte no corpo físico do templo.

> Não me conformo também que se trate como sem valor e imprestável a igreja da Sé. [...] Realmente, não poucas tradições, e bem valiosas, encerra a velha igreja da Sé. [...] Poderemos nos deixar de preza-la, e, prezando-a, veremos indiferentes o braço armado para abatê-la? Resolvido a princípio o seu total arrasamento, diz-se agora assento cortar-lhe só a parte inferior do corpo. Não sei por que segredos da arte e da estética se impedirá que fique assim um aleijão, e desafio os apologistas do projeto a demonstrarem que essa mudança do propósito de demolição para o de um corte não é um claro testemunho de que não precedeu aos planos um estudo sério do assunto [...] O recuo da última hora, segundo consta, se deve ao seguinte: o fundado temor de que a demolição completa à dinamite, abalando e o paredão fronteiro, que em 1751 se fendeu em três pontos, atirasse à baixa da montanha e sobre as obras do porto uns destroços que certamente não cairiam lá como chuva de flores; e, por outro lado, a consideração de que o total arrasamento à picareta consumiria longo tempo e grosso dispêndio, e atormentaria a sofreguidão a chegar a termo, patenteando também que os antigos, pela qualidade dos materiais empregados e solidez da mão de obra, sabiam dar a seus edifícios a duração de séculos ([PEREIRA,] A PALADINA DO LAR, ago. 1912, p.4, grifo nosso).

Pereira também posiciona sua opinião ante a disputa jurídica pela propriedade do palácio arquiepiscopal, edificação ligada à Igreja da Sé por uma passagem acima do nível da rua. Segundo o padre, o argumento do Governo de que o palácio havia sido construído

mediante verbas públicas era infundada, pois havia registros de que "o arcebispo que comprou o terreno e construiu o edifício para si e seus sucessores, autorizado a isso pelo Rei" ([PEREIRA,] A PALADINA DO LAR, ago. 1912, p.5). A separação da Igreja do Estado deixou algumas questões como essa em aberto, evidentes principalmente na hora em que surgem religiosos e instituições que reivindicam seus direitos[165], ante a ameaça de demolição da herança legada do passado.

Em 8 de agosto o *Jornal de Notícias* anuncia um projeto de corte transversal na Igreja abacial do Mosteiro de São Bento, como parte das obras estaduais de execução do Projeto de Melhoramentos de autoria do engenheiro civil Alencar Lima ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR, set. 1912). Novamente o abade mobiliza uma palestra a comunidade, desta vez versando "sobre a mutilação da igreja". O líder religioso expõe dois argumentos, de ordem técnica e estética, pelos quais se posiciona contra a intervenção na edificação. Concluindo que o corte no corpo físico comprometeria a estrutura de apoio da pesada cúpula e mutilaria a beleza da obra de arte.

No fim de agosto, o abade foi surpreendido pelo Decreto n.1 59 de 24 de agosto de 1912 que obrigava a desapropriação do Mosteiro no prazo de 6 meses, a fim de que se efetivasse sua completa demolição[166], liberando uma área de 1200 metros quadrados para edificações em pleno eixo estruturador da remodelação. A primeira reação de Caigny foi escrever um "aviso ao povo baiano" e distribuí-lo em forma de folheto, num total de 500 exemplares, pelas principais ruas da cidade[167]. O líder religioso mostrou-se indignado com as intenções do estado de demolição do patrimônio beneditino na cidade de Salvador. O abade em consequência do que chamou de "decreto draconiano" levantou uma questão ao povo baiano.

> É ao povo baiano que me dirijo para perguntar se desejam que os Monges de S. Bento fiquem na cidade do Salvador, ou que se retirem para terras mais hospitaleiras, onde tanto o Governo civil como Eclesiástico estão ansiosos para os receber ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.2).

Seria o decreto uma "expulsão forçada" da ordem beneditina? E ainda, era vontade

[165] Segundo destacou Pereira (1912, p.6), havia registro de auxílio do Estado em alguns momentos da construção do palácio e em obras de manutenção, mas a argumentação dele é de que o templo era posse do Prelado e este não era apenas um inquilino na edificação.

[166] O decreto foi publicado no jornal *Gazeta do Povo* no dia 27 de agosto de 1912.

[167] No dia 26 de agosto o "aviso ao povo baiano" passou a circular na cidade, conforme afirma Fernando da Rocha Peres (2009). O texto do abade repercutiu nos jornais e em setembro foi republicado na revista feminina [A] PALADINA [DO LAR], edição especial (set. 1912, p.1-2) que abordou a "História do Projeto de Demolição do Mosteiro de São Bento da Bahia".

da população dispensar a ação da ordem religiosa da cidade? Após o aviso dado ao povo baiano pelo abade beneditino, o jornal *Diário da Bahia* fez em suas páginas uma espécie sondagem sobre o pensamento da opinião pública sobre a questão do Mosteiro de São Bento. O plebiscito foi realizado através do periódico em que o público leitor foi convidado a responder, com sim ou não, a pergunta: "Convém a permanência dos monges beneditinos nesta capital?" Nos resultados parciais publicados, entre os respondentes a maioria julgou que sim seria importante manter a presença da ordem em Salvador, 73 sins contra 7 nãos[168] (DIÁRIO DA BAHIA, 1 set. 1912, p.1).

No mês de setembro, as falas do padre Pereira e do abade beneditino estamparam primeiras páginas de importantes jornais locais. A leitura dos periódicos do referido mês nos permite evidenciar a formação de uma polaridade nos discursos apresentados. De um lado os que apoiavam o novo governo utilizaram como principal veículo de divulgação o jornal *Gazeta do Povo* e a partir de setembro de 1912 também o estreante *Gazeta de Notícias*. De outro lado, estava o *Diário da Bahia* representando aqueles que foram taxados grosseiramente de oposicionistas por defender tradições e bens imóveis ameaçados de demolição pela execução do projeto de melhoramentos.

Nos primeiros dias de setembro o *Diário da Bahia* publica um texto bem estruturado sobre a fragilidade da construção de "avenidas simbólicas". O artigo de título *Calo da Ignorância* chama atenção para as demolições necessárias à intervenção na Rua Chile apresentada pelo Intendente Municipal, engenheiro Júlio Brandão. O primeiro ponto questionado foi como se esperava tirar parte da população de suas casas sem a construção de edificações para abrigar as famílias.

> Mas nenhum poder no mundo nos fará calar as verdades que ainda temos o dever de semear e repetir. Ora, nesta questão de avenidas simbólicas está entrando pelos olhos de todos que muita coisa teria o governo de fazer antes de substituir os símbolos pela realidade. Como é que se vai destruir uma boa parte da capital sem se haver cogitado, previamente, da construção de casas para agasalhar os que têm sair das que vão ser demolidas? (DIARIO DA BAHIA, 3 set. 1912, p.1)

Segundo o artigo, a construção das "avenidas simbólicas" tinha grande ênfase na visibilidade, no registro de transformação da imagem de parte da cidade. Enquanto faltava ao que se chamou "fosforescências progressistas", a articulação estrutural com os sistemas de água e esgoto, além da já dita preocupação com a população das edificações desapropriadas. Durante o mês de setembro, as críticas às intervenções urbanas e suas

[168] Resultado final 112 sim e 10 não.

demolições foram a principal estratégia do *Diário da Bahia* na oposição ao governo seabrense.

> O pensamento dominante é inaugurar as avenidas, com estardalhaço de músicas e discursos e de lhes dar nomes de batismo precoces [...] glorificações bajulatórias [...] O que não podemos é concordar com essas fosforescências progressistas, em que culmina o atabalhoamento, a ignorância, a bajulação. Esta última especialmente vai devastando tudo nesse desfazer da história pela onomástica das ruas (DIARIO DA BAHIA, 3 set. 1912, p.1).

O artigo *Calo da Ignorância* destaca ainda o relevo particular de Salvador com suas montanhas e colinas, compara a paisagem local a cidades como Sidney, Nápoles e Istambul. Refere-se ainda a presença desses morros no tecido como sinônimo de "atraso". O texto foi encerrado pedindo cautela na execução de um projeto de grande porte devido aos previsíveis problemas financeiros. Observam-se receios e incertezas durante a execução do plano, ampliada porque a intervenção se faria mediante demolições maciças na cidade existente.

> Porque lhe pedimos que não quebrem as tintas de verde esmeraldino das nossas montanhas e colinas, levantando à sua falda e espinhaço ruas e avenidas, jardins por fora e bairros chineses por dentro. Porque nos confrange a ideia de uma cidade remodelada sem água e esgotos. Porque nos apavora a perspectiva de ficarmos meio demolidos, por não podermos levar ao fim os planos de construção, pela anemia das nossas finanças. É por isto. É por isto que nos consideram 'calejados' como epigrafaram o artigo de ontem, quando eles é que têm o calo da ignorância, no funda da consciência, e o da brutalidade no recôndito da alma (DIARIO DA BAHIA, 3 set. 1912, p.1).

No dia 4 de setembro, a *Gazeta do Povo* publica o texto "*Guarda negra das tradições...*" essa denominação foi empregada pelo jornal da situação para se referir aos defensores dos exemplares do passado, como afirma a matéria, muitas vezes classificados grosseiramente de oposicionistas do governo. O jornal assim justifica o emprego do termo para denominar uma "curiosa oposição", formada por "tradicionalistas" que passaram a defender velhas pedras, como as da Igreja da Ajuda.

> Uma das formas interessantes que assumiu a oposição ao governo atual do Estado é essa que por último pretextou a defesa da santidade das coisas antigas. Dizendo-se inspirada no respeito e na veneração de relíquias sagradas, ei-la que apanha as pedras dos nossos *monumentos* demolidos para com elas, agressivamente e vociferando grossas injúrias, lapidar o governo remodelador da cidade (GAZETA DO POVO, 4 set. 1912, p.2).

A fala do que seria a *Guarda Negra* defendia que o progresso daquele momento só seria venerado pelos povos se "repousar no prestígio da tradição". Por isso, colocaram-se em "paralelo" as pedras da Igreja da Ajuda com o campanário de *San Marco* em Veneza que

"em homenagem às tradições" reconstruiu-se a torre que havia ruído[169]. Embora a comparação não se equivalesse, o caso foi mobilizado para persuadir o leitor. A matéria também pretendia refutar o dito "*vandalismo"* realizado pelo intendente Municipal através do desmerecimento do valor artístico da modesta construção da Ajuda.

> Entretanto, os nossos tradicionalistas não têm a proteger imagens, sacrários, símbolos divinos, mas apenas algumas paredes lisas, barracas e casarões de tetos verminados, montões de pedras donde a arte está com certeza tão ausente quanto longe ainda nos achamos de possuir um caráter arquitetônico. (GAZETA DO POVO, 4 set. 1912, p.2).

O artigo se refere ainda à "fúria iconoclástica do sr. Governador" desde sua participação nas obras do porto ao projeto de melhoramentos que se iniciava no ano de 1912. O texto evidencia as transformações de imagem realizadas por essas obras. O casario da cidade e suas pequenas proporções, palmilhadas pelos primeiros mercadores, estavam prestes a "ceder à revolução topográfica promovida por este governo profanador!...". Ora se a tradição era uma "poesia criadora" associada à solidez das edificações de "pedra e cal", poucos sabiam ser gratos à herança local, como o *Diário da Bahia* do Sr. Severino Vieira (GAZETA DO POVO, 4 set. 1912, p.1).

> Se o intendente fez jus a uma crônica beatíssima de maldições, o governo do Estado, que vai reconstruir num plano mais vasto, sobre as demolições de numerosas antiguidades, merece todos os raios de cólera tradicionalista, porque este pretende nada menos que construir com os *restos da alma popular* 'uma cidade hermeticamente fechada às tradições', onde não se poderá mais 'viver no passado'. (GAZETA DO POVO, 4 set. 1912, p.1).

No jornal *Diário de Bahia* os melhoramentos defendidos pelo Governador, foram vistos por outros ângulos. O artigo *Entre a bigorna e o martelo,* publicado no dia 4 de setembro, utilizou como subtítulo "pânico das avenidas", a fim de se referir às famílias que estavam sem destino com as demolições. A matéria questionou ainda a vaidade do Plano de melhoramentos para Salvador ante as condições econômicas locais.

> Podem berrar a vontade, que lhes não iremos por isso à gorja; o que não conseguirão, porém, nunca, jamais, é arrancar da consciência pública a convicção dolorosa da leviandade, da falta de ponderação, do descaso pelo bem estar do povo, da ausência ou despropósito dos planos, da despreocupação criminosa pelo nosso futuro econômico, do açodamento e balburdia megalômana, com que o governo atual ameaça derrocar, num passe mágico, toda a parte da cidade, que vai da praça Castro Alves ao

[169] O paradigmático represtino do campanário de San Marco em Veneza, foi um caso de cópia da forma do original que ruiu em 12 de julho de 1902, devido ao próprio peso da antiga estrutura. "Os argumentos para embasar a opção pela reconstrução basearam-se na vontade popular que via nessa operação uma necessidade simbólica para o sentimento de coletividade de Veneza" (RODRIGUES, 2017, p.2). As obras do novo campanário foram concluídas em 1912 sob o mote de "como estava e onde estava".

> Campo Grande e à Barra, sem outro móvel que não seja, em rigorosa análise, a louca vaidade de fazer de Haussmann, embora sem pataca! (DIARIO DA BAHIA, 4 set. 1912, p.1)

A execução da extensa Avenida Sete de Setembro e as demolições, que se fizeram necessárias para sua viabilização, mobilizaram interessantes posicionamentos sobre os projetos urbanos em andamento. O governador da Bahia José Joaquim Seabra havia acompanhado de perto as reformas aos moldes parisienses no Rio de Janeiro e esteve determinado a abrir ligações inimagináveis na cidade alta, já que na cidade baixa a proeza já havia sido realizada pelo intendente municipal com a abertura da avenida Jequitaia.

> Mas, não: s. ex. [referindo-se ao Governador José Joaquim Seabra] veio do Rio com a cabeça cheia de avenidas; e como já encontrasse em via de execução as grandes obras de remodelação da cidade baixa, e o Sr. Júlio Brandão de plano feito para igual empresa, pausada e gradual, na parte alta da cidade, afigurou-se lhe que ficaria mal, se não entrasse também no *steeple-chase* das demolições, e disse com seus botões: 'ah! Vocês vão à Jequitaia e ao Carmo, pelo Pilar e pela Sé afora? Pois eu hei de ir ao farol da Barra, ainda que isso me custe pôr no chão o Sr. D. Majolo, ou derribar o Sr. Octaviano!' (DIARIO DA BAHIA, 4 set. 1912, p.1)

Em pôr no chão o Sr. Dom Majolo, entende-se passar por cima do principal opositor da demolição do Mosteiro de São Bento. A matéria afirma haver sempre outras possibilidades ao projeto de Alencar Lima, menos custosas a Bahia financeiramente e socialmente. "Ela [a Bahia] está consternada diante do espetáculo de grande parte da sua população andar de mala às costas[170], ameaçada pela picareta demolidora da *engenharia salvadora* e pela corda de enforcar esticada pela usura dos proprietários de casas (DIARIO DA BAHIA, 4 set. 1912, p.1, grifo nosso)".

Devido ao caso do Mosteiro, Carlos Ribeiro, advogado e jornalista político redator-chefe do *Diário da Bahia*, pediu demissão de um contrato que tinha com o engenheiro Alencar de Lima envolvendo a Avenida 2 de Julho (DIÁRIO DA BAHIA, 4 set. 1912, p.1). Segundo o informe de Ribeiro, em consideração às "tradições" o jornal do Sr. Severino acolheu em suas colunas o apoio ao abade beneditino Majolo Caigny.

Em 5 de setembro, a *Gazeta do Povo* publica um artigo intitulado *Em torno das avenidas* como que para responder a matéria do dia anterior do jornal *Diário da Bahia* de subtítulo "pânico das avenidas". O texto se posicionou em apoio às ações do governo atual que teria como objetivo "engrandecer a Bahia" com suas obras. O jornal atacou a moral dos

[170] Os temas da população que perdeu sua moradia e conluios dos proprietários interessados na valorização dos terrenos após as reformas urbanas foi ilustrada por Honoré Daumier, a Paris do cronista mostrou ângulos diferenciados da remodelação da imagem da cidade.

governos anteriores[171], condenando-os de ter utilizado dinheiro do povo para outros fins que não a coletividade (GAZETA DO POVO, 5 set. 1912). Entre as leituras de setembro, o embate entre os dois jornais fica cada vez mais explícito.

> Está tudo direito. O *Diário* já quer discutir e não quer mais agressões. Uma coisa, porém, nós não podemos deixar passar sem um reparo – é quanto a folha oposicionista diz que nós é que agredimos, que são nossos os excessos. É muito conhecido o *Diário* nas descomposturas (GAZETA DO POVO, 5 set. 1912, p.2).

O *Diário da Bahia* seguiu afirmando sua postura oposicionista ao governo. O jornal torna a destacar a gravidade da "mania das avenidas" de Seabra, "com o fim de se ostentar em galas de aformoseamentos supimpas uma cidade a que faltam as condições primordiais de higiene" (DIÁRIO DA BAHIA, 5 set. 1912, p.1). Mais uma vez o simbolismo da Avenida Sete de Setembro e de suas conexões foi criticado pelo jornal, alertando para o engano do governo e seu desnorteamento.

A chave do argumento do texto foi a própria resposta de José Joaquim Seabra ao abade beneditino Dom Majolo Caigny em conferência realizada para esclarecer o decreto n.1 59 de 24 de agosto de 1912 de desapropriação forçada do mosteiro. A reunião com o governador foi conseguida pelo abade, na ocasião o chefe do Estado garantiu que não ocorreria a demolição total da edificação religiosa. O decreto, portanto, segundo Seabra havia sido um mal-entendido, um "qui pro quo"[172].

> Quando levantamos a nossa palavra de prudência contra as loucuras do presente o adversário vê nisso o sentimento de atraso, da rebeldia ao progresso. No entanto, já deve estar no ânimo da Bahia que as condições financeiras do Estado não suportam os encargos desse progresso diabólico, destruidor. [...] Uma condição que se deveria impor a qualquer dos avenideiros, como preliminar, deverá ser a de construir previamente habitações ao alcance dos menos favorecidos (DIÁRIO DA BAHIA, 5 set. 1912, p.2).

Esclarecido o "qui pro quo" do Decreto de demolição completa do mosteiro de São Bento, ainda restava a ameaça do corte transversal da edificação. No dia 5 de setembro de 1912, o abade recebeu a Comissão Técnica no Mosteiro de São Bento, como havia sido acordado na reunião com o governador. No mesmo mês, a edição especial da *A Paladina do Lar*, detalha a fala de Dom Majolo Caigny contra a proposta de mutilação do templo

[171] A matéria deixa claro que atual governo era de oposição aos governos anteriores de 1900 a 1911, em que sucederam no Estado da Bahia, respectivamente Severino Vieira (1900-1904), José Marcelino (1904-1908) e João Ferreira Araújo Pinho (1908-1911).

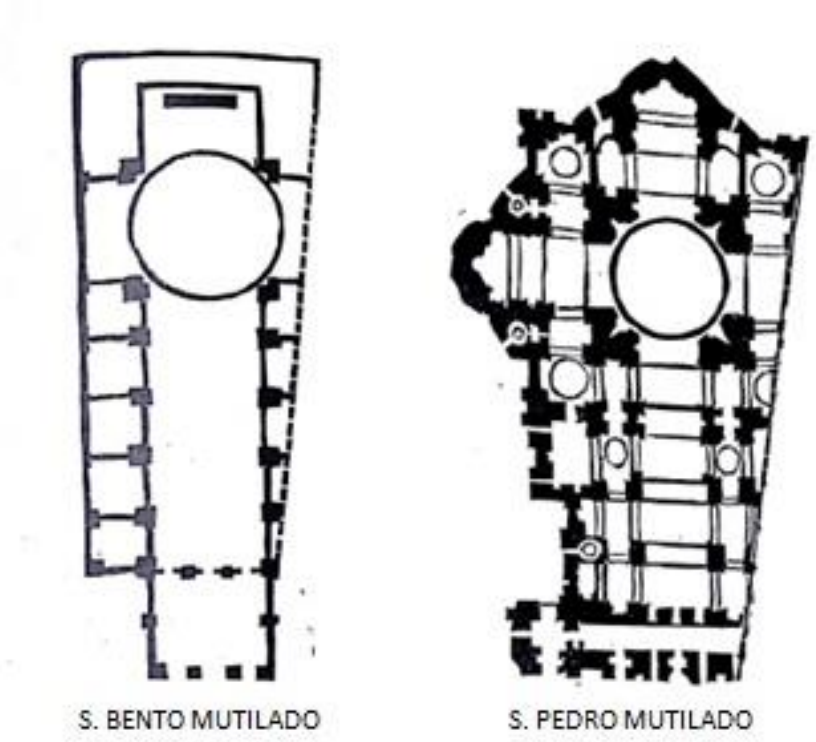
[172] Caigny após conclusão do caso do Mosteiro, conseguiu publicar em outubro de 1912 um caderno especial com a *História do projeto da demolição do Mosteiro de São Bento da Bahia* na revista *A Paladina do Lar*.

apresentada ao grupo de técnicos na ocasião da visita.

O abade ressaltou uma primeira questão de ordem técnica e outra estética, concluindo que o corte longitudinal numa das laterais do corpo físico da edificação comprometeria a estrutura de apoio da pesada cúpula e mutilaria a beleza da obra de arte (Figura 57). A argumentação foi embasada no conhecimento sobre o comportamento de edificações religiosas do estilo renascentista, cujos princípios estavam presentes na estrutura da Igreja do Mosteiro.

> Ora basta um estudo muito elementar da arquitetura religiosa para saber que os contrafortes das igrejas góticas são, nas do estilo renascença, substituídos pela solidez das paredes do transepto e pelos muros das galerias exteriores. Logo, cortar essas paredes e esses muros, é tirar os próprios contrafortes, que devem suportar toda pressão formidável das altas cúpulas. [...] Pois bem, qualquer estilo de arquitetura religiosa exige absolutamente um conjunto e uma harmonia de partes essenciais, de modo que tocar-lhes é mutilar e destruir a beleza do edifício. ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.263-264).

Figura 57: Comparação entre a possibilidade de mutilação da Igreja de São Bento com a de São Pedro em Roma.



Fonte: A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.27.

A fim de dar maior peso as justificativas estrutural e estética apresentadas, o abade comparou a proposta de corte no templo com a suposição de que se fizesse semelhante intervenção na Igreja de São Pedro, em Roma, Itália. Foi diferente a versão da visita escrita pelos jornais a favor dos projetos de melhoramentos. Na *Gazeta de Notícias* o tom era de

descrença na fala de Caigny, segundo o periódico ele "quis prelecionar aos ilustres profissionais e professores algumas noções elementares sobre estabilidade das construções, benefício que eles delicadamente agradeceram por não poderem aceitá-lo. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 set. 1912, p.3)"

A *Gazeta de Notícias* destacou ainda que "foi impressão unânime entre os profissionais presentes" que a cúpula do Mosteiro não sofreria problemas estruturais com a demolição de uma das partes laterais exteriores da edificação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 set. 1912, p.3). A resposta da comissão seria oficializada pelo engenheiro civil presente Alexandre Góes (Secretário do Estado) em documento técnico demonstrando cientificamente o comportamento da maciça cúpula. A notícia não faz qualquer menção à questão estética levantada por Caigny. Como mostra o desenho comparativo entre a igreja abacial de São Bento e a de São Pedro, a mutilação ficaria evidente na percepção da edificação se fosse executado o projeto de corte numa das laterais do corpo físico da edificação.

No dia 7 de setembro de 1912, o *Diário da Bahia* divulga uma carta do Monsenhor Basílio Pereira, colocando-o no comando do que a *Gazeta do Povo* chamou de "*Guarda Negra das tradições"*. O jornal oposicionista não achou que o termo humilhasse os defensores de bens do passado, como era intenção da imprensa do governo, pois o Padre poderia tomar o apelido para si com muita honra. A letra de punho de Pereira afirma seu posicionamento contrário à demolição da Igreja da Ajuda[173].

> Se isto é dito de referência à capela da Ajuda, não pode o articulista negar que havia também aí muito o que se pudesse conservar, e que foi transportado e será reposto em o novo templo; tudo se conciliaria, portanto, substituindo o imprestável e reformando, quanto fosse preciso, o santuário ali mesmo onde estava. O que se vai fazer, entretanto, é dar à irmandade da Ajuda um edifício para as funções do culto, mas perdendo a Bahia católica um dos mais antigos padrões da sua civilização cristã. ([PEREIRA], DIÁRIO DA BAHIA, 7 set. 1912, p.1).

Pereira apresenta um conceito mais abrangente de *monumento*, que não se limita às obras suntuosas, como fora citado pelo literato baiano, Xavier Marques na *Revista do Instituto Histórico*. Para o padre a nova Capela da Ajuda não carregaria a estratificação do

[173] Conforme documenta o PEQUENO GUIA das igrejas da Bahia de 1950, a antiga capela da Ajuda fora construída originalmente pela Companhia de Jesus durante a fundação da cidade do Salvador no mês de abril de 1549. Ao longo, dos anos sofreu modificações, construída inicialmente em taipa, reconstruída em pedra e cal em 1579. Com "a dissolução da Companhia, [...] caiu em decadência, apresentando triste aspecto de abandono, deserta de fieis até 1823". Em 1827, o governo imperial cedeu à edificação a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos.

tempo e suas tradições. Assim o caso da Ajuda não deveria, ainda, equivaler ao do Campanário de Veneza reconstruído pelo "homem moderno" como quis persuadir o periódico aliado do governo. Na fala do religioso a noção de *monumento* abrangia também as obras modestas feitas pelo homem que ao longo do tempo adquiriram valor enquanto "documento histórico".

> Essa ideia é estreita e mesquinha, visto que exclui a maior cópia de monumentos históricos, todos os que não foram erigidos intencionalmente, pedra por pedra, pela gratidão ou nobre orgulho dos homens, mas constituíram-se, por assim dizer, da estratificação dos fatos, ao transcorrer de anos e séculos, durante a vida de muitas gerações. [...] Um *velho edifício* de aparência *tosca, inestético* e *carcomido,* é capaz de encerrar em seus muros caliginosos memória de milhares de lactos, individualidades e épocas que interessam à glória ou educação dos povos, tornando-se por isso digno do respeito e carinho das gerações... ([PEREIRA,] DIÁRIO DA BAHIA, 7 set. 1912, p.1, grifo do autor)

O padre destaca a "fúria" do moderno sob "pretexto de melhoramento e aformoseamento das cidades" na destruição de "muitos desses monumentos que falam como se foram a boca do passado". Pereira demonstra conhecer casos inclusive nos países ditos "civilizados" de homens de "inteligência e cultura" que vinham se manifestando contra as demolições de exemplares da tradição. Segundo o líder religioso não se tratava de ser contra a modernização, mas ter uma proporcionalidade entre o "amor do progresso com o prestígio da poesia", que seria a conservação de velhas pedras ([PEREIRA,] DIÁRIO DA BAHIA, 7 set. 1912, p.1).

O líder religioso destaca um sentimento comum de perda entre os fiéis, tom que também apareceu em manchetes de jornais sob o título de "A última missa na Ajuda" (Figura 58). Segundo Pereira, "até mesmo aqueles que cautelosos fugiam de 'entrar na investigação das razões pró e contra a demolição da relíquia de nossos maiores', não podiam sempre recalcar um grito de mágoa" ([PEREIRA,] DIARIO DA BAHIA, 7 set. 1912, p.1). A carta destaca o derradeiro ritual religioso do templo fadado à demolição, como o momento de mais expressivo protesto da "voz pública" de "inúmeros operários baianos"[174].

> Uma multidão imensa e respeitosa lhe enchia literalmente as ruas centrais, multidão calculada em cem mil pessoas... Que fazia essa mole humana? Acompanhava estátuas que saiam da velha Ajuda, a capela veneranda por sua antiguidade histórica, e condenada à demolição pelo progresso, em

[174] Segundo Pereira, foi um protesto pacífico dos que assistiram o ritual, uma mobilização que se sobrepôs em força as falas dos líderes religiosos, como o Padre Menezes que demonstrou sua dor com a perda da antiga capela e abade benedito Dom Majolo Caigny que disse que em outras cidades a capela teria sido conservada enquanto monumento histórico sem se estender no assunto.

> nome da estética... Quero consignar aqui o expressivo fato, não imprevisto aliás, daquela multidão estupenda, toda impregnada de um sentimento de afeto, e onde, aqui e ali, rompiam soluços da alma popular... Porque? Seriam obras primas de arte aquelas estátuas? Talvez não. E que o fossem. [...] Devo igualmente mencionar, pois que está na voz pública, a significativa manifestação de inúmeros operários baianos ([PEREIRA,] DIÁRIO DA BAHIA, 7 set. 1912, p.1)

Figura 58: O povo espalhado em frente à Igreja da Ajuda na celebração da última missa.

Fonte: O IMPARCIAL, 20 ago. 1933, p.8.

Em reação a extensa carta de Basílio Pereira, Xavier Marques - um dos redatores da *Gazeta do Povo* - escreveu matéria dirigida ao padre. A fim de esclarecer ao religioso que a citação de seu artigo sobre a importância da tradição cabia para o forte de São Pedro, mas ele não estendia o mesmo valor à Igreja da Ajuda que segundo ele, não tinha valor artístico, se quer a "modesta capelinha" mereceria à "categoria de monumento histórico" ([MARQUES,] GAZETA DO POVO, 11 set. 1912, p.1). Portanto, a antiga edificação deveria dar espaço às exigências viárias, higiênicas e estéticas da época.

Em 12 de setembro de 1912, ainda repercutia a carta do Padre. O jornal aliado ao governo *Gazeta do Povo* torna a taxar de oposicionistas[175] os que proferiram palavras em defesa das pedras da igreja da Ajuda. A compensação para a demolição da antiga edificação era a construção de uma nova, para onde seriam transportadas as imagens e alfaias existentes

[175] Segundo o periódico, tratava-se de um "zelo suspeito dos políticos contrários à demolição da igreja" (GAZETA DO POVO, 12 set. 1912, p.1).

(GAZETA DO POVO, 12 set. 1912).

Pereira não se intimidou com as palavras da *Gazeta do Povo*, tornou a argumentar sobre o valor de tradição da Capela da Ajuda. No artigo de 13 de setembro de 1912, Pereira fez referência ao caso da Sé de São Paulo, igreja cujos trabalhos de demolição iniciaram em 24 de maio de 1912, a fim de se construir um novo templo no monumental estilo neogótico. O padre utilizou uma notícia do periódico *O Paiz* para embasar sua fala sobre o evento paulista, ao citar as palavras do arcebispo Duarte Leopoldo, Pereira destacou que a Sé existente era "apoucada" e representava a "mesquinhez de uma catedral que seria magnifica para os tempos coloniais" e na década de 1910 destoava da "pujança do progresso" da capital.

> Mas, ainda mesmo dado que o espírito renovador em São Paulo varresse até o último traço das tradições religiosas, eu poderia chamar a atenção dos que invocam tal exemplo para o que se tem escrito em livros e jornais sobre as diferenças entre os diversos Estados do Brasil e as notas características de seus respectivos povos, apontando-se como do baiano e de outros, o tradicionalismo, que neles imprimia e guarda mais integro e vivo o sentimento e cunho de sua origem e nacionalidade. Uma prova de que o paulista não o possui em tão alto grau [...] ([PEREIRA,] DIÁRIO DA BAHIA, 13 set. 1912, p.1)

Pereira utiliza o exemplo da Sé de São Paulo para mostrar a diferença de escala do que estava projetado para a edificação em comparação com a situação da Igreja da Ajuda. Aquela se tornaria uma catedral monumental, enquanto no que se estava projetado para a Ajuda as proporções se manteriam as mesmas, apenas o exterior ficaria "mais elegante". Na comparação que o padre estabelece com os casos de demolição está também presente a afirmação de um contraste entre uma região de herança colonial com certo grau de tradicionalismo e a metrópole paulista cosmopolita.

A reação do Padre Basílio Pereira não foi suficiente para impedir o destino da antiga Capela da Ajuda. No dia 14 de setembro de 1912, uma nota do Intendente Municipal, Júlio Brandão, informou sobre o lançamento da pedra fundamental da nova edificação que seria erguida no mesmo terreno da que haveria de ser demolida[176] (Figuras 59 e 60). Próximo à nota do Intendente, o jornal continuou a dar respostas ao padre, desta vez pelo artigo do dia anterior veiculado no *Diário da Bahia.*

[176] Cf. GAZETA DO POVO, 14 set. 1912, p.1.

Figura 59: Antiga Igreja da Ajuda (1579-1912)

Fonte: ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914.

Figura 60: Igreja da Ajuda inaugurada em 6 de jun. de 1913.

Fonte: ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 16 set. 1914.

O artigo "Alto lá, padre!" acusa o líder religioso de estar se envolvendo em assuntos políticos e que estava sendo hipócrita ao dizer que era movido por "sentimentos de patriotismo"[177]. O texto possui tom ofensivo e alerta Pereira pare que se cale, não se metendo, assim, em assuntos que não os religiosos. No mesmo número do jornal, também em primeira página a fala do escritor Xavier Marques, refutando de maneira polida a fala do padre de que tradições se perderiam com a demolição da Igreja da Ajuda, pois outra edificação seria construída de mesmo nome. O escritor era favorável às intervenções em curso, que para ele estavam dotando a cidade de higiene e de melhorias viárias, a custa de algumas paredes que estavam constituindo-se de estorvo ao desenvolvimento material da cidade (MARQUES, GAZETA DO POVO, 14 set. 1912, p.1).

> Sinto não poder votar à Capela da Ajuda o mesmo apreço, do ponto de vista histórico, que ligo às muralhas do forte de São Pedro, quando confronto as memórias dos fatos que ambas essas antiguidades representam. E são essas memórias que me dão a medida do seu valor tradicional (MARQUES, GAZETA DO POVO, 14 set. 1912, p.1).

Marques coloca em dúvida ainda a importância "histórica", da antiga Capela, porque segundo ele não havia certeza entre técnicos e historiadores quanto a cronologia da mesma em relação as demais edificações religiosas do núcleo de formação da cidade. Não há perda nas palavras do escritor, seria, assim, uma causa de pátria a construção da nova Capela, uma oportunidade "de desfazer para melhorar a obra dos nossos antepassados" ([MARQUES,] GAZETA DO POVO, 14 set. 1912, p.1).

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental da nova Igreja foi acompanhada

[177] A partir da década de 1930, a institucionalização do patrimônio no Brasil legitimou a relação do patrimônio com a memória e identidade nacionais, evidenciando um vínculo com o sentimento de patriotismo apresentado em falas anteriores à formação das políticas patrimoniais.

por “centenas de pessoas do povo”, assim como a última missa realizada em início de setembro (GAZETA DO POVO, 15 set. 1912, p.1). Também participaram do ato, representantes do governo e da igreja (arcebispo da Bahia, parte do cabido e membros da Irmandade dos Passos da Ajuda). O Arcebispo, Dom Jerônimo Thomé da Silva, benzeu a pedra de cantaria em que fora gravada a data de 14-09-1912, proferiu algumas palavras e em seguida junto com os representantes do governo, colocou a pedra numa cava junta a uma cruz improvisada (GAZETA DO POVO, 15 set. 1912, p.1). No dia seguinte tiveram início os trabalhos de demolição da antiga capela.

Diante da demolição da Capela da Ajuda, por precaução o abade beneditino Dom Majolo Caigny, enviou aos jornais o número especial da revista feminina *A Paladina do Lar*, contando sua versão da ameaça de demolição total e depois da mutilação da edificação. O jornal *Gazeta do Povo* informou ter recebido a edição especial da revista e destacou que as “investidas” tanto do abade, quanto do padre Pereira, eram “descorteses” com o governo atual e quase revolucionárias (GAZETA DO POVO, 15 set. 1912, p.1).

A época do início da demolição da Igreja da Ajuda, os jornais *Diário da Bahia* e *Gazeta do Povo*[178] protagonizavam a discussão em relação ao governo e suas obras de remodelação. No dia 17 de setembro de 1912, o artigo de Padre José Basílio Pereira retoma o termo - “guarda negra das tradições” - utilizado pelo jornal situacionista para se referir ao seu posicionamento em defesa da salvaguarda de bens do passado. A fala do Padre em defesa das pedras da tradição havia despertando a fúria de jornais aliados ao Governo[179].

Segundo Pereira (DIÁRIO DA BAHIA, 17 set. 1912, p.1) a origem do nome vinha das histórias da Itália na Idade Média, em que “os mais perversos dos senhores feudais” tinham a seu dispor “uns *guardas negros* que, a uma ordem dada, embuçavam-se, afivelavam uma máscara, cingiam um punhal e iam de emboscada assassinar a qualquer cidadão que seu amo lhes indicava”. No artigo direcionado ao público leitor do *Diário da Bahia*, o padre manteve suas palavras proferidas em defesa da Igreja da Ajuda e da tradição. Segundo ele, seu discurso não estava ligado politicamente à oposição do governo, mas a seu julgamento pessoal de homem de religião e das letras.

[178] A exemplo do artigo *Moral de ladrões* em que o jornal do governo torna a atacar a moral da oposição, que segundo o periódico havia roubado em sua época na administração e onde incluía no grupo o Sr. Severino e o Padre Basílio Pereira (GAZETA DO POVO, 16 set. 1912).

[179] Notícias coletadas na *Gazeta do Povo* e na *Gazeta de Notícias* no ano de 1912 apresentaram falas em apoio às reformas urbanas e de oposição aos líderes religiosos que apresentaram discursos em defesa de exemplares ameaçados pelo progresso.

Na mesma edição do *Diário da Bahia* (17 set. 1912) foi publicada uma carta aberta assinada pelo acadêmico de direito J. J. da Silva Freire em apoio ao Padre[180]. O texto inicia citando trecho da fala do Padre Antônio Vieira proferido na igreja da Ajuda, no período de ocupação holandesa de parte do nordeste. Freire aciona a histórica fala para comparar a situação atual, do governo de J.J. Seabra, em que não se vinha respeitando a população da Capital.

> Deverei, como estais, estar acastelado pela paciência do perdão, pois que sabeis, como sabeis, da origem do governo presente, origem bastante ensurdecedora pelos tiros de artilharia, para que se não extinga em nós sua lembrança; devereis, como estas, estar certo de que se as igrejas de pedra e cal de séculos atrás não são poupadas pela fragilidade dura da picareta do progresso, vós, pobre criatura humana, de carne e osso do século passado, também não o serias, em vossa pessoa veneranda, pela fortaleza mole de uma língua amarga! ([FREIRE,] DIÁRIO DA BAHIA, 17 set. 1912, p.1, grifo nosso)

As palavras proferidas pelo Padre Pereira foram esmorecendo em meio aos escombros da demolição da Igreja da Ajuda, pois o Governo havia vencido essa batalha. Após o início dos trabalhos de demolição, o foco da *Gazeta do Povo* passou a ser o abade Beneditino que ainda esperava sua resposta quanto ao corte da Igreja abacial do Mosteiro. As 32 páginas da edição especial de *A Paladina do lar* sobre a "História do projeto de demolição do Mosteiro de São Bento" passaram a repercutir nas falas dos jornais.

A publicação do abade no periódico feminino foi mais cuidadosa nas palavras do que o aviso dado por ele ao povo baiano. Caigny estruturou argumento consistente sobre o valor artístico do Mosteiro de São Bento, evidenciando a monumentalidade e particularidade do exemplar de referência renascentista. Na fala do beneditino não há extensão do reconhecimento de valor a outras edificações locais. Inclusive Caigny não demonstra qualquer objeção ao caso semelhante ocorrido em São Paulo, cujo mosteiro de São Bento ameaçado de corte de 9 metros, foi por sugestão do abade paulista demolido (em 1903).

> Quem conhece São Paulo, sabe que a semelhança que existe entre a topografia da rua, largo e mosteiro de São Bento daí e daqui é muito grande, com uma única diferença notável que *a vantagem estética pertence à Bahia.* [...] Pois bem, meu colega paulista teve que demolir sua velha igreja, que construída de barro estava para cair. A ocasião era propícia para a Intendência Municipal reclamar *um corte de 9 metros*, a fim de alargar a rua que aí é assaz estreita. ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.29).

A ordem beneditina entrou em acordo com a Intendência Municipal paulista para a

[180] Outra matéria em defensa do Padre Basílio foi publicada no dia 19 de setembro, desta vez por um autor que se manteve no anônimo (DIÁRIO DA BAHIA, 19 set. 1912).

construção de um novo e grandioso Mosteiro (construção iniciada em 1910), como compensação pela demolição do antigo. Nas palavras de Caigny, a Intendência de São Paulo era "bastante culta, progressista e econômica", conseguindo assim uma grande vantagem para a cidade de construir uma abadia que quando terminada seria "uma verdadeira glória arquitetural"[181]. De fato, a situação financeira de Salvador não era a mesma da paulista e as reuniões realizadas do governo local com Caigny não foram suficientes para convencê-lo a demolir e sequer mutilar o Mosteiro.

O papel do abade Caigny foi essencial para salvar do "martelo demolidor" a Igreja de São Bento de Salvador e por extensão todo o conjunto arquitetônico composto por seu mosteiro. Ele utilizou como estratégia a mobilização da comunidade através de palestras e conseguiu aliados entre os periódicos da época. Na *A Paladina do Lar* registrou versão detalhada da "história do projeto de demolição do mosteiro". Finalizou a edição especial da revista feminina com um apelo "as altas autoridades civis" (o Intendente – Júlio Brandão e o governador – J.J. Seabra) para que não mutilassem a "formosa igreja".

> E si a formosa igreja abacial tivesse ruído sob o martelo demolidor, é certo que tão cedo não construir-se-ia uma outra igual [...] Termino pois com *o sincero e respeitoso pedido* às duas altas autoridades civis que podem dirimir em paz essa questão de S. Bento, que por amor à arte e conforme o desejo do povo sensato da Bahia, não seja mutilada a formosa igreja abacial. ([CAIGNY,] A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.31).

O *Diário da Bahia* inseriu a questão do Mosteiro de São Bento em suas primeiras páginas. O jornal continuou a abrir espaço ao abade para que ele se defendesse das pesadas críticas que recebeu após a publicação em meados de setembro da edição especial da *A Paladina do Lar.* A *Gazeta do Povo* e também a *Gazeta de Notícias* tentaram convencer a opinião pública das intenções pessoais e políticas por trás da fala do líder religioso, assim como fizeram com o padre Basílio Pereira. Os líderes religiosos fizeram questão de se defender das acusações dos periódicos ligados ao governo.

Quanto às acusações sobre a gestão financeira do patrimônio beneditino, o abade informou que todas as compras e vendas (de terras e propriedades) foram realizadas com "a licença da Santa Sé" (DIARIO DA BAHIA, 18 set. 1912, p.1). Explicou que a reconfiguração do patrimônio beneditino se deu no contexto de implantação de novas exigências de higiene e salubridade. Para tanto, foi realizada a venda do convento de Brotas (em Santo Amaro) e de casas "arruinadas", parte dos recursos da alienação foram aplicados em reparos no

[181] Cf. A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.29.

mosteiro de São Bento e outra parte na construção de casas dentro dos novos padrões sanitários da época (DIARIO DA BAHIA, 21 set. 1912, p.2).

A resposta do editor G. Junior é ríspida com o abade, acusando o religioso de estar diminuindo o patrimônio da ordem beneditina na Bahia, enquanto supostamente mandava recursos para o estrangeiro ([G. JUNIOR,] GAZETA DO POVO, 22 set. 1912). A *Gazeta de Notícias* também veiculou matéria para enfraquecer o discurso de Caigny, com o texto "a gula do Sr. Majolo", entre os subtítulos "mudança forçada" e "viva o dinheiro". "O frade vende tudo. A própria alma venderia, se a tivesse" (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 set. 1912, p.1).

A acusação foi acompanhada de uma lista de terras, propriedades e objetos vendidos na administração do beneditino. Entre as edificações vendidas pela Ordem Beneditina, outra matéria da *Gazeta do Povo* citou o sobrado localizado no largo do Teatro São João, "onde funcionou o jornal *A Bahia* e hoje demolido por causa dos melhoramentos da cidade, devendo ser edificado em seu lugar um grande prédio para um hotel modelo" ([G. JUNIOR,] GAZETA DO POVO, 25 set. 1912, p.1).

Os jornais aliados do governo souberam desviar o foco da demolição da Igreja da Ajuda com o ataque diário aos líderes religiosos que se manifestaram em defesa de exemplares do passado. Em meados de 21 de setembro, as matérias sobre a Ajuda haviam perdido sentido devido à demolição da antiga capela, a discussão sobre o Mosteiro estava repetitiva e a decisão final sobre o projeto de corte na edificação aguardava decisão do Governador e do Intendente Municipal. Assim ao final do setembro outros acontecimentos ganharam as primeiras páginas dos jornais, que passaram a veicular uma polêmica envolvendo a Encapação da *Light*, processo de tomada de posse pela municipalidade da empresa privada estrangeira, mediante indenização, durou de 1911 a 1913[182].

Na edição de inauguração do jornal *A Tarde,* na primeira página, com direito a foto, foi publicada uma matéria sobre a Capela da Ajuda. O texto em homenagem a antiga edificação que estava ainda em demolição, é de autoria do engenheiro Theodoro Sampaio, formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (em 1877) e que, desde 1904, atuava na área urbano-sanitária no Estado da Bahia. Na concepção do engenheiro a cidade perdia um *patrimônio histórico*, o valor da edificação era de ligação com as gerações passadas, as

[182] Grupo *Light and Power Co.*, liderado em Salvador pelo empresário norte-americano Percival Farquhar. Nesse período, "longas discussões tomaram jornais e os debates do Conselho Municipal" (SAES, 2007, p.232).

velhas pedras eram "testemunhas confidentes das nossas glórias e dos nossos desfalecimentos".

> Com a demolição da velha igreja da Ajuda que ora se inicia, não há como negar que o patrimônio histórico da cidade diminui, perdendo um dos seus monumentos mais antigos. Não é sem pena para os corações bem formados e grande mágoa para os que prudente se inspiram no passado, ver por terra, destruídos, esses muros, mais de uma vez renovados, no mesmo sítio [...] Tem esse valor histórico a velha igreja prestes a desaparecer. ([SAMPAIO,] A TARDE, 15 out. 1912, p.1).

Theodoro Sampaio fala de acontecimentos que ocorreram na igreja desde sua primitiva estrutura, coberta de palha e de paredes de taipa de mão. O engenheiro negro, filho bastardo criado pelo Padre Manuel Fernandes Sampaio, abre as páginas do novo jornal com suas palavras sobre o patrimônio derruído dos antepassados. Na estruturação do texto, observam-se sensações de perda e mágoa por um progresso que rompe com o passado.

> Não iremos mais longe nesta evocação de um passado distante. [...] ante a igreja derruída, a dor que nos fica pela mágoa sem remédio de perdê-la. Necessidades novas, atendíveis, aliás, dessa mesma sociedade que cresceu e prosperou à sua sombra, estão a reclamar espaço e a promovê-lo até com sacrifício multissecular dos próceres das gerações antigas, que ali repousam [...] o progresso verdadeiro não se firma, com o calear aos pés o passado que nos honra, mas bem ao contrário, se agiganta e se eleva nas privas de veneração que lhe tributa ([SAMPAIO,] A TARDE, 16 out. 1912, p.1).

A demolição da Igreja da Ajuda e a ameaça do Mosteiro de São Bento não passaram despercebidas no ano de 1912. Os casos foram utilizados nos embates políticos da época, de um lado o governador J.J.Seabra e de outro oposicionistas como ex-governador Severino Vieira do jornal *Diário da Bahia*[183]. Mas nas falas proferidas em defesa das edificações religiosas havia um debate muito mais amplo em formação, os casos abordados se ligam à demolição da Igreja da Sé, evento que teve repercussão nacional e tornou evidente o movimento local da Bahia em defesa de seus "monumentos".

3.3 A morte anunciada da Sé de Salvador (anos 1910-1920).

No período de 1912-1916, o distrito da Sé, núcleo de formação da cidade, foi alvo de investidas do governo para a transformação da sua imagem de feições antigas e em processo de decadência (econômica e física). Em 1912 foram projetados alargamentos nas

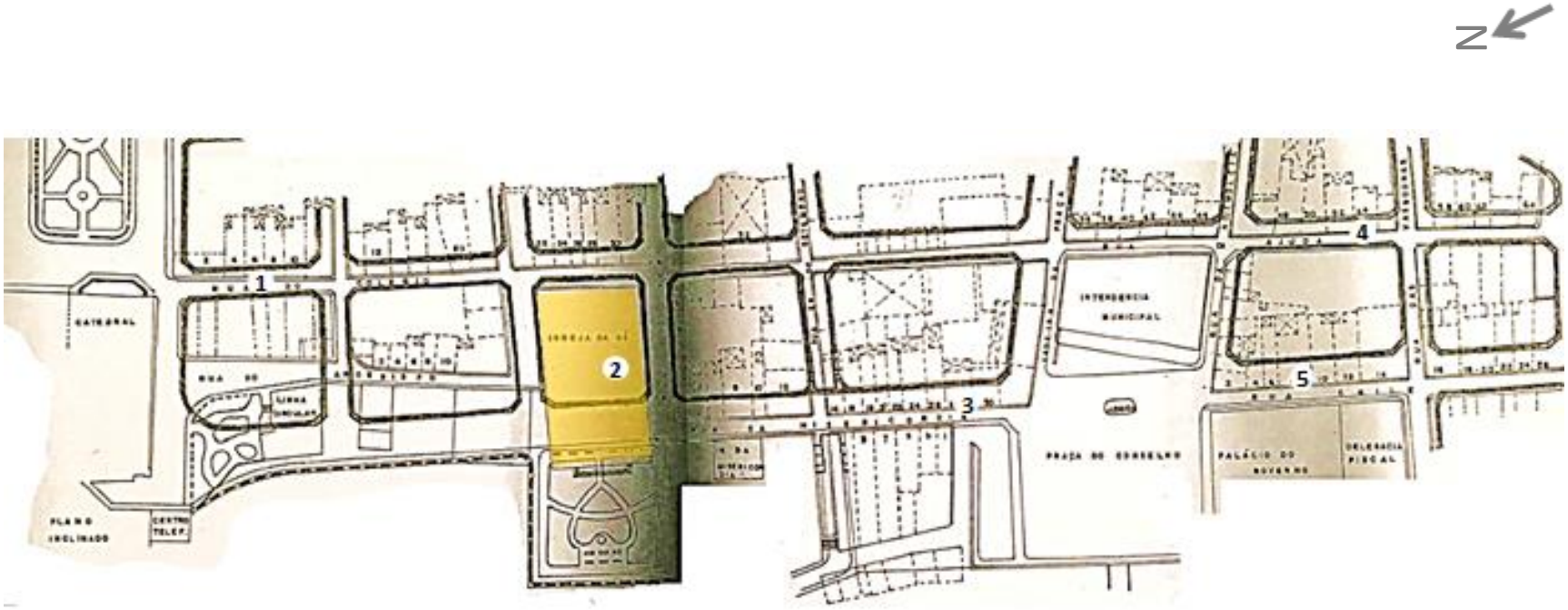
[183] Conforme Santos (1990, p.45), "Seabra e Severino se conservariam inimigos irreconciliáveis até a morte."

ruas Chile, da Misericórdia, da Ajuda, do Arcebispo e do Colégio[184]. Diante das transformações viárias, a Igreja da Sé que ocupava mais de um quarteirão passou a ser apresentada como um "trambolho" no caminho do progresso (Figura 61).

A pesquisa de Fernando da Rocha Peres (2009), originalmente publicada em 1974, realizou um trabalho de micro história, sistematizando os acontecimentos do processo que levou a derrubada da Igreja da Sé em 1933. O caso tornou-se emblemático, transcorreram 21 anos entre as primeiras investidas contra a edificação e a sua demolição em 1933. A presente pesquisa colabora com o estudo anterior de Peres (2009), destacando o rico debate urbanístico mobilizado ante a morte anunciada do vetusto templo.

[184] Durante o governo de J. J. Seabra os referidos alargamentos, foram realizados. Cf. Eloisa Petti Pinheiro (1992), *Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920: um estudo da modernização urbana.*

Figura 61: Melhoramentos municipais no distrito da Sé, 1912.



LEGENDA: 1 RUA DO COLÉGIO; 2 IGREJA DA SÉ; 3 RUA DA MISERICÓRDIA; 4 RUA DA AJUDA; 5 RUA CHILE.

Fonte: Adaptado de Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – Igreja da Sé em destaque com amarelo.

Segundo Peres (2009, p.58), "a questão de início esteve colocada no plano jurídico de posse do bem material"[185]. De um lado a Arquidiocese e de outro a Irmandade do Santíssimo Sacramento disputaram a propriedade do templo, ambas interessadas em conseguir um bom negócio com a desapropriação do imóvel. Em agosto de 1916, a pressão sobre a demolição da Sé torna-se concreta através de uma proposta da *Companhia Circular de Carris da Bahia* para melhorar os serviços de bondes na Cidade Alta (PERES, 2009, p.61).

No ano de 1916, ia se firmando a ideia de que a propriedade da Igreja da Sé era da Mitra[186] (Arquidiocese) ainda que não houvesse documento que comprovasse essa afirmação. Em 10 de agosto daquele ano, Dom Jerônimo Thomé da Silva convocou o Cabido para uma sessão extraordinária[187], em que se fixou uma quantia de 300:000$000 por metro quadrado em caso de corte ou demolição da Igreja. O valor era exorbitante, visto que a Igreja de São Pedro, por exemplo, havia sido desapropriada pela quantia total de 380:000$000. Esse acordo entre a Arquidiocese e a Circular "foi invocado várias vezes" até 1933, quando se firmou o contrato definitivo de demolição (PERES, 2009, p.62).

Apesar da proposta concreta da *Circular*, alguns fatores colaboraram para postergar a morte anunciada da Sé primacial do Brasil. Entre eles, em 1916 mudou-se o governador da Bahia, assumindo Antônio Moniz que ficou à frente do cargo até 1920. A problemática finança do Estado e o contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) retardaram o andamento das obras de melhoramentos urbanos da Capital. José Joaquim Seabra retorna para o segundo mandato como governador da Bahia de 1920-1924.

Ao retornar ao governo da Bahia, J.J. Seabra retoma seu projeto de modernização da Capital. No entanto, no ano 1924 morre o arcebispo da Bahia, Dom Jerônimo Thomé da Silva, para seu lugar é nomeado Dom Augusto Álvaro da Silva que ocupou a sede vacante de 1925 a 1968. Em julho de 1925 o atual Intendente Municipal, engenheiro Joaquim Wanderley de Araújo Pinho, renova o interesse de demolição da Igreja da Sé (PERES,

[185] A separação da Igreja do Estado deixou algumas questões como essa em aberto, evidentes principalmente na hora em que surgem religiosos e instituições que reivindicam seus direitos, ante a ameaça de demolição dos seus bens.

[186] Conferir por exemplo a breve matéria com o Monsenhor Cruz que respondeu objetivamente que o templo era da Mitra (A TARDE, 20 jul. 1916) Segundo informa Peres (2009, p.63), "A pendência jurídica quanto ao bem ainda não era um estorvo, pois uma comissão havia delegado poderes ao arcebispo [desde 1912] [...] para que ele entabulasse as negociações com as autoridades civis, ressalvando os direitos da Irmandade do Santíssimo Sacramento."

[187] O jornal *A Tarde* noticiou a reunião do Cabido convocada pelo Dom Jerônimo para decidir sobre o caso da Sé (A TARDE, 11 ago., 1916).

2009). A resposta do Dom Augusto foi clara de que ele queria fazer valer o aceite de Dom Jerônimo da quantia de 300:000$000 por metro quadrado.

> É evidente que o preço de aquisição da igreja calculado na base do metro quadrado sempre foi o nó da questão. Outros surgirão por acréscimo. Com cálculo feito na época, depois da cubagem, o imóvel sairia para a Circular pelo fantástico preço de 600 contos de réis, e a empresa recusava-se a pagar a importância, porque sabia que, em último caso, o Município poderia, se quisesse, desapropriar o bem por utilidade pública, até judicialmente. (PERES, 2009, p.69)

Peres (2009, p.65) afirmou que em 1925 "os ajustes vão emperrar quanto ao preço do imóvel sagrado". A Intendência Municipal, a Circular e a Arquidiocese passaram a realizar propostas e contrapropostas para chegar a um acordo sobre o destino da Igreja da Sé. Os documentos entre as partes negociantes foram expostos em jornais da época, abrindo "caminho para agressões e críticas de várias procedências" (PERES, 2009, p.70). Observa-se em matérias da época inclusive o surgimento de propostas à circulação de bondes no distrito da Sé caso não houvesse a demolição da Sé.

No jornal *A Tarde,* mesmo periódico que havia iniciado com matéria saudosa do engenheiro Theodoro Sampaio sobre a Igreja da Ajuda, uma matéria evidencia a importância de se dar andamento aos melhoramentos no distrito da Sé. O que basicamente havia sido realizado no "coração da cidade" foi à abertura da Rua Chile, cuja reconstrução de edificações do lado terra ainda não havia sido completada mais de 10 anos após as demolições. O jornal trata a edificação como um "aleijão", "velho trambolho, velha ruína sem nenhuma beleza nem traço histórico" que compensasse "as vantagens de seu arrasamento" (A TARDE, 5 nov. 1925, p.1).

> O centro da cidade, o seu âmago, o seu cérebro e coração, os pontos onde estão localizados os órgãos vitais do Estado e onde mais concentrados ainda deviam eles estar: tudo continua na mesma, com os mesmos aleijões, as mesmas monstruosidades aberrantes, ou os mesmos terrenos baldios em plena rua Chile, a artéria principal da Cidade Alta, eixo forçado no trânsito e das comunicações desta. (A TARDE, 5 nov. 1925, p.1)

Segundo Peres (2009), os jornais da época não deixaram esquecer as intenções de derrubada do templo. Muitas matérias não pouparam apelidos negativos à Sé primacial do Brasil. A notícia do periódico *A Tarde* não discute se deve ou não derrubar a igreja, trata o caso como resolvido há anos atrás, inclusive diz que a demolição era vontade da opinião pública.

> Muito mais altas e múltiplas são as razões de alcance geral, que gritam e clamam pela demolição do mastodonte informe, absurdo de pedra e cal, malfadado de começo [...] Desde os motivos de ordem estética até os de

> ordem higiênica, passando pelos de conveniência do tráfego, tudo pede, reta rua, exige que a Sé obsoleta em verdade uma ex-Sé, favoreça a cidade com sua ausência desejada (A TARDE, 5 nov. 1925, p.1, grifo nosso).

A igreja da Sé era edificação marcante do núcleo de formação e de identificação da cidade desde as mais remotas origens, pois havia sido representada em inúmeros documentos escritos e iconográficos. As visadas privilegiadas do vetusto templo incomodavam aos que sonhavam com uma nova imagem para a capital baiana. As fotografias dos séculos XIX e início do XX registram a importância das vista da urbe a partir da Baia de Todos os Santos[188] (Figura 62).

Figura 62: Trecho fotografia panorâmica de Marc Ferrez em 1875, igreja Sé vista a partir da baía.

Fonte: Adaptado de Acervo do Guia Geográfico da Bahia.

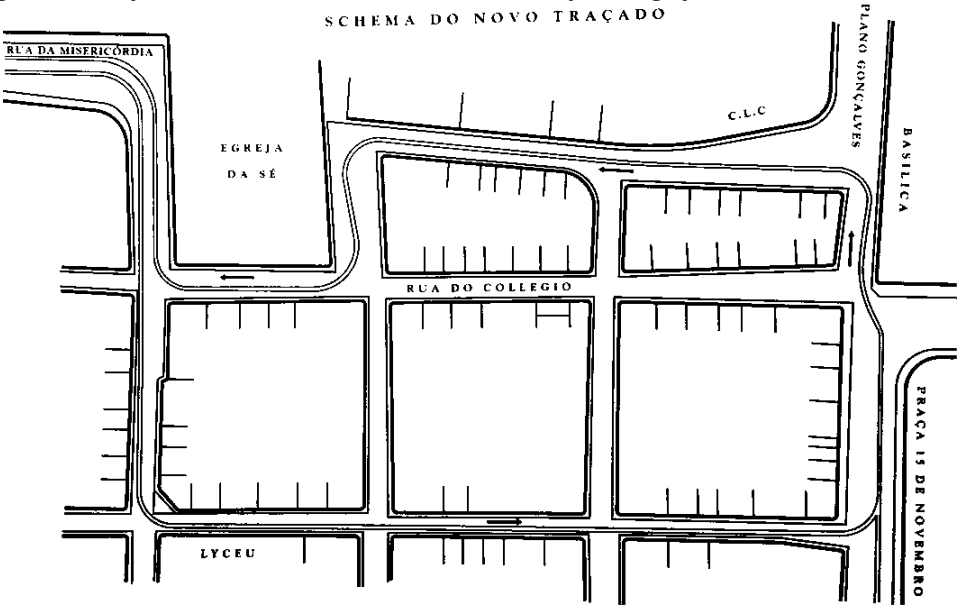
Outro ângulo da Igreja da Sé que incomodava aos interessados na sua demolição era sua visada a partir da Rua Chile, rua alargada e remodelada segundo os padrões de modernidade desde o primeiro governo de J.J.Seabra (1912-1916). A notícia do jornal *A Tarde* pressionava o Intendente Municipal e a Linha Circular a chegarem num acordo sobre

[188] Alguns foram os fotógrafos que utilizaram as panorâmicas para registrar essa importante vista da capital baiana, entre eles Benjamin Mulock, em 1860, posteriormente Guilherme Gaensly, em 1873, e Marc Ferrez, em 1875. Mulock (1829-1863) nasceu na Inglaterra, foi engenheiro e fotógrafo autodidata, trabalhou na capital baiana entre 1859 e 1862, período em que documentou a paisagem urbana e o interior baiano, pois foi contratado pela empreiteira de John Watson para registrar a construção da quinta estrada de ferro construída no Brasil. Gaensly (1843-1928) nasceu na Suíça, viveu em Salvador desde a infância. Teve contato com Alberto Henschel, importante retratista do Estado. De 1899 a 1925, ele foi fotógrafo oficial da *The São Paulo Railway, Light and Power Company*, período em que produziu uma importante série de fotos sobre a chegada dos imigrantes ao Porto de Santos e à cidade de São Paulo. Marc Ferrez (1843-1923), realizou trabalhos para a Marinha Imperial, a Comissão Geológica e Geográfica do Império. No século XX produziu o álbum da Avenida Central, apresentando a capital do Brasil em seu processo de modernização. Parte das fotografias das paisagens urbanas do Brasil está na coleção privada do pesquisador e historiador Gilberto Ferrez (1908-2000), neto de Marc Ferrez, atualmente o acervo iconográfico encontra-se sobre curadoria do Instituto Moreira Salles e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

a edificação religiosa. A matéria ainda divulga um desenho esquemático do traçado alternativo de bondes caso a demolição da Igreja da Sé não fosse realizada.

O desenho foi divulgado através do Intendente Municipal (Figura 63) e era resultado de uma proposta à circulação de bondes apresentada pela Linha Circular (através de ofício), se não fosse possível o município colaborar financeiramente com a desapropriação da Igreja da Sé (A TARDE, 5 nov. 1925). A notícia quer ainda colocar a culpa na Arquidiocese que vinha querendo fazer cumprir um ajuste realizado em 1916, em torno da avaliação do imóvel realizada pelo engenheiro Theodoro Sampaio. A importância requerida não era razoável para a Companhia Circular, tratava-se por "embaraços invendíveis" e assim cobrava-se uma atitude do Município para a resolução da questão.

Figura 63: Traçado de bondes alternativo caso a demolição da Igreja da Sé não fosse realizada.



Fonte: PERES, 2009, p.196

As negociações em torno da demolição da Sé foram se arrastando por anos[189]. A visibilidade da disputa entre agentes religiosos, privados e governamentais foi despertando atenção de outros grupos (a exemplo de intelectuais, técnicos e políticos). Ao longo do moroso processo de ameaça, a Igreja da Sé foi ganhando simpatizantes e defensores. Entre as figuras de peso, podemos citar o presidente da república Washington Luís (mandato de

[189] O trabalho de Peres (2009) aborda os jogos de interesse, as tentativas de se chegar a um acordo que fosse vantajoso às partes interessadas. Notícias do jornal *A Tarde* divulgaram falas das partes negociantes. Podemos destacar entre as matérias, a da Companhia Circular pressionando para que se chegue a um acordo (A TARDE, 5 nov. 1925). Também, a confirmação do arcebispo, Dom Augusto, que continuava interessado em negociar a "Velha Sé" (A TARDE, 2 ago. 1926). Bem como, a afirmação da disposição do Intendente Municipal em realizar a desapropriação da edificação (A TARDE, 20 jul. 1928).

1926-1930), o governador Francisco Góis Calmon (1924-1928), a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia[190] (criada em 1927) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

No ano de 1928 o caso da Sé baiana extrapolou a discussão local, como demonstram as revistas de números 54 e 55 do IGHB, pois elas reúnem cerca de uma centena de páginas contra a demolição da Igreja da Sé. Dentre os protestos se destaca por sua repercussão o *Protesto Coletivo Contra a Demolição da Sé,* assinado por meia centena de letrados membros da cultura baiana. O documento foi divulgado a época em "milheiros" avulsos e também chegou às mãos do Presidente da República, Washington Luís[191], via contato direto do engenheiro Theodoro Sampaio[192] (então deputado da Bahia na Câmara dos Deputados).

O protesto coletivo, datado de 7 setembro de 1928, com 64 assinaturas, foi publicado na revista nº 54 do IGHB (1928). O documento foi assinado por sócios do IGHB, membros da Academia de Letras, professores e artistas. A demolição da Sé foi considerada um "desprezo às tradições da Pátria", a crítica recai sobre o "urbanismo ilógico" que chama de "obstáculo ao progresso" exemplares do passado como o templo em questão e a pequena igreja da Ajuda ([PROTESTO CONTRA...,] RIGHB, 1928, p.436).

> Antes que o camartelo comece a obra de destruição dessa odiada *Cartago imaginária – a velha Sé da Bahia* – contra a qual vociferam os Catões de um urbanismo ilógico, seja-nos lícito levantar o nosso protesto contra a negrada empresa, que assinalará uma fase de inominável desprezo às tradições da Pátria e retrocesso na história de nossa civilização. [...] A pretexto de melhoramentos de uma rua, arrasou-se a igreja da Ajuda, onde muitas vezes se ouviu a prodigiosa palavra do Padre Antônio Vieira, e que não poderá jamais ser esquecida, quando se estudar a luta dos Holandeses nas plagas baianas. Querem juntar a tantas calamidades a demolição da Sé que, sem respeito à lição da história, chamam de *trambalho,* de obstáculo ao progresso da Bahia [...] ([PROTESTO CONTRA...,] RIGHB, 1928, p.435-436).

[190] Uma das primeiras ações da Inspetoria baiana foi realizar uma lista dos monumentos históricos do estado, na categoria templo religiosos, a polêmica Igreja da Sé foi incluída na listagem junto com as novas igrejas da Ajuda e de São Pedro, cf. Anais do Arquivo Público do Estado, vol.15 (BARROS, 1928). Analisaremos mais detalhadamente os documentos dessa instituição em capítulo específico sobre os desdobramentos dos casos de demolições, pois entendemos que a criação da mesma ocorreu devido às consequências das ameaças sofridas aos antigos exemplares locais.

[191] No início de seu governo enquanto presidente da República, em 1926, Washington Luís havia visitado a capital baiana, ocasião em que visitou as igrejas coloniais e proferiu um discurso no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia sobre a importância do passado. Alceu de Amoroso Lima (1916) aponta Washington Luís como agente social ligado ao interesse pela tradição desde sua atuação como Prefeito na cidade de São Paulo (1914-1919).

[192] Peres (2009) apresentou correspondência entre o Prof. Manuel Augusto Pirajá da Silva (um dos autores do *Protesto Coletivo*) com Theodoro Sampaio, que em contato direto com o Presidente Washington Luís o entregou em mãos o *Protesto Baiano.*

O caso da igreja da Ajuda aparece nos discursos dos que se manifestaram em defesa da Sé no final da década de 1920. Mais de uma década depois da demolição da pequena igreja, o que sua representação poderia deixar enquanto ensinamento? Os escombros da Ajuda haviam sido levados pelos trabalhos de demolição, mas o debate mobilizado ante sua perda ainda estava em aberto e ficou evidente com as contínuas investidas contra o templo da Sé baiana.

> Tal é a desabrida linguagem, a desmedida impaciência, dos que reclamam a demolição da Sé, que, se não é o ódio que os anima, o asco que lhes causam as paredes denegridas do templo, não se pode atribuir a impulso de patriotismo a campanha levantada na imprensa. Eis porque entendemos necessário este protesto. É a palavra da grande maioria da população que, se não conta na imprensa órgãos que lhe traduzam a opinião e vontade, não se acha, entretanto, insulada. Em todo o país, nos centros de mais brilhante cultura, tem ecoado, como um dobre funéreo, aos ouvidos de homens laureados nas letras e animados pelo amor da Pátria, a notícia da projetada demolição da Sé. Muitas vezes, manifesta-se o progresso, não por uma vertiginosa marcha para frente, levando de roldão quanto se antolha, mas por uma respeitosa e conscienciosa parada junto a uma gloriosa relíquia do pretérito. Destruir um monumento, o mais notável do Brasil colonial, para alargar uma praça, pode ser tudo menos a obra de um bem entendido progresso ([PROTESTO CONTRA...,] RIGHB, 1928, p.438-439).

Os demais textos reunidos nas revistas do IGHB foram protestos particulares, muitos deles escritos originalmente em periódicos[193], outros como cartas e comunicações dirigidas ao Instituto Histórico no período de setembro a dezembro de 1928. A edição de nº 54 da RIGHB, apresenta vozes de representantes das instituições baianas voltadas à guarda da memória e história locais; a citar Francisco Borges de Barros (Diretor do Museu do Estado da Bahia e Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia) e Bernadino de Sousa (Secretário perpétuo do IGHB). Também foram apresentados posicionamentos dos diretores do Museu Paulista (Affonso Taunay) e do Museu Histórico Nacional (Gustavo Barroso – pseudônimo João do Norte), situado na Capital Federal.

Os representantes das instituições voltadas à guarda da memória e história se referiram a igreja da Sé como "monumento" histórico, as falas exaltaram seu valor de tradição, enquanto testemunha de acontecimentos e elemento de rememoração do passado. Bernadino de Sousa profere seu protesto contra a demolição do templo que chama de uma das "relíquias da velha cidade colonial". O secretário fala em nome do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e para apoiar seu discurso cita trecho de William Morris que afirma a

[193] Jornais da Bahia, como *A Tarde*, *Diário de Notícias*, de outras regiões, o *Estado de São Paulo*, do Rio de Janeiro o *Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, Revista Cruzeiro.*

importância de edificações antigas enquanto monumentos da nação. Também lembra em sua fala a "famosa circular" de Dom Sebastião Leme sobre os antigos templos.

> De feito, quando vejo, dia sobre dia, repetidos atentados do alvião dos modernizadores, levando de arrancada os nossos monumentos de tradição, confrangesse-me a alma diante da impenitência dessa volúpia do ideal vermelho da destruição do passado, em prol de um pretenso conforto do presente. Por isso o meu voto é contra a derrubada da "mãe das igrejas brasileiras" a velha e tisnada Sé metropolitana de outrora, em cuja nave se marcam 372 anos de existência aureolada pelo amicto da nossa religião. Não, pelo que de arte nela encerra, que é um nada, mas pelos recordos memorandos que ali se adensam, entre os quais se exalta a sua antiguidade venerável coeva dos primórdios da organização cristã da Bahia e do Brasil. Diante de seus altares se ajoelharam e rezaram as gerações do primeiro povoamento da nossa terra e na passada de quase quatro séculos ante eles se prostraram todas as gerações que aqui nos precederam: são, por dizê-lo, fragmentos veneráveis das almas dos nossos progenitores a projetaram sobre os nossos corações os eflúvios do amor e da saudade de tempos que não voltam mais ([SOUSA,] RIGHB, 1928, p.399-400).

Affonso Taunay (RIGHB, 1928, p.416) destaca a particularidade da freguesia da Sé, o que chama de "ilha do passado" e argumenta sobre a necessidade de conservá-la "zelosamente". O discurso do diretor do Museu Paulista é estruturado por exemplos de cidades europeias em que se mantiveram núcleos medievais "de fachadas tão curiosas e pitorescas", a exemplo de Ruão, Carcassone, Nuremberg, Rothemburgo, Veneza, Chester, etc. ([TAUNAY,] RIGHB, 1928, p.417). Conforme o autor, naquela época os monumentos medievais dessas cidades atraiam turistas, mas o Brasil o que tinha herança do passado?

> Procedendo com este critério, dispunham no entanto, as municipalidades de Ruão e de Nuremberg de acervos riquíssimos de elementos. Em suas cidades abundam os monumentos. No Brasil não; temo-los muito poucos e o passado nos deixou os mais escassos recursos. Precisamos não alienar coisa alguma. É pobre, é pequeno é mediocremente belo o que há? Não faz mal; acima de tudo é ambiente, vale como ambiente. Enquadra as memórias dos tempos e das gerações... ([TAUNAY,] RIGHB, 1928, p.419, grifo nosso).

Taunay (RIGHB, 1928) insinua uma noção de ambiente, de recinto, que estende o valor memorial não só aos grandes monumentos mais a um conjunto, ainda que formado por edificações modestas. Nesse sentido, aciona frase de Victor Hugo para que "não destruamos açodadamente recintos que nos falam das antigas gentes brasileiras" ([TAUNAY,] RIGHB, 1928, p.419).

O texto do Diretor do Museu Paulista é extenso e demonstrou o grande interesse do seu autor no caso baiano[194], pois citou vários agentes que emitiram posicionamentos em

[194] O artigo antes de ser publicado na Revista do IGHB, havia sido impresso no Jornal do Comércio do Rio

torno da polêmica morte anunciada da Igreja da Sé. Taunay (RIGHB, 1928) cita as falas anteriores de José Wanderley de Araújo Pinho e do Engenheiro Theodoro Sampaio. Também mencionou o discurso do governador da Bahia, Vital Soares, que pedira respeito ao distrito da Sé. Bem como comentou protestos contemporâneos de Braz do Amaral, de Bernadino de Sousa.

Gustavo Barroso, diretor Museu Nacional, também emitiu importante artigo no jornal da capital federal, o qual foi republicado na revista do IGHB de 1928. O texto assinado com o pseudônimo João do Norte inicia abordando as iniciativas do estado de Minas Gerais em "defesa do patrimônio artístico, tradicional e histórico" local. Em seguida, o autor estabelece uma comparação com o Estado da Bahia, partindo de considerações feitas pelo ex-presidente da República Washington Luis quando visitou a capital baiana[195].

Barroso (RIGHB, 1928, p.455) reconhece a Igreja da Sé baiana como um "patrimônio" nacional, chamando atenção para o "crime" que se estava tramando há alguns anos em prol das modernizações no antigo distrito. No que muitos não viram qualquer valor artístico, o diretor do Museu Nacional destaca a excepcionalidade da arte do portal lateral do templo voltado para a Rua Chile.

> Obra antiga e batida pelos temporais das lutas na guerra holandesa, com sua fachada que dá para o mar ainda incompleta, ela apresenta os característicos mais puros do barroco português do início, no seu meio revestimento. Pôde dizer-se que é uma igreja da Renascença. Toda a suntuosa floração do Renascimento se sente na porta lateral que dá para a atual rua Chile. Como trabalho de pedra de obragem bem lavrada nesse estilo é esse um dos raros exemplares existente em toda a América. [...] Dada a sua antiguidade e valor tradicional, a Sé Velha da Bahia, como as igrejas mineiras, deixou de ser coisa local para pertencer de fato ao patrimônio do Brasil, Brasil-Raça, Brasil-Nação, Brasil-Humanidade, Todos os brasileiros têm o direito de velar por ele e daí o que me arrogo nestas colunas de jornal ([BARROSO,] RIGHB, 1928, p.455, grifo nosso).

No discurso de Barroso, a igreja da Sé é representada como símbolo da nação. Seu aspecto físico trazia as marcas do tempo. As paredes tinham coloração dos anos, sua fachada trazia a singeleza e robustez do espírito do renascimento arquitetônico (Figura 58). Muitos agentes enfatizaram a pátina da vida do templo como um valor, histórico ou de tradição, que possuía uma forte ligação com o passado.

---

de Janeiro, na data de 5 de agosto de 1928.

[195] Em agosto de 1926 o jornal *A Tarde* registra visita do presidente da República Washington Luís a Salvador (A TARDE, 16 ago. 1926).

Figura 64: Igreja da Sé, fachada voltada para a Baía de Todos os Santos. Fotografia de Eduardo Braga, 1928.

Fonte: PERES, 2009, p.19.

A fala de Barroso sobre as características arquitetônicas do templo confirmara o que havia dito 3 dias antes o artista José Wasth Rodrigues[196] também para o jornal Estado de São Paulo. Rodrigues (RIGHB, 1928, p.456) era um estudioso da arte colonial, que já havia realizado viagens à Bahia e a Pernambuco em 1921. Seu breve protesto destacou ancianidade da Igreja, construída em fins do século XVI, classificando-a como monumento histórico "em que se notam característicos muito acentuados do Renascimento" ([RODRIGUES,] RIGHB, 1928, p.456). A fala do artista é seguida de nota do jornal Estado de São Paulo em apoio à causa da Sé.

Professores também escreveram protestos individuais contra a demolição da Igreja da Sé, entre eles docentes atuantes na Bahia (Jayme Cunha da Gama e Abreu, Catedrático da Politécnica e Pirajá da Silva, Faculdade de Medicina) e na Faculdade de Direito de São Paulo (Hermes de Lima). O professor Jayme Cunha da Gama e Abreu da cadeira de *Arquitetura, Higiene dos edifícios e saneamento das cidades* destacou a necessidade de um plano para o melhoramento do distrito da Sé, que até agora não havia sido apresentado. Para ele era preferível à demolição de outros casarios[197] a "velha Sé" que teria valor enquanto

[196] O artista (1891-1957) apresentou interesse pela história e arte do período colonial, foi um dos primeiros estudiosos do tema. Por volta de 1918 inicia viagens de estudo para Minas Gerais, depois percorre o Norte do país em 1921, esteve na Bahia e em Pernambuco – conforme Maria Lucia Bressan Pinheiro (2006), essas viagens foram financiadas por Ricardo Severo. Suas ilustrações interessaram Monteiro Lobato, que convida o artista a ilustrar a *Revista do Brasil.* Quadros de José Wasth Rodrigues foram encomendados pelo diretor do Museu Paulista da USP (Affonso Taunay). Em 1945, publicou a obra *Documentário Arquitetônico Relativo à Antiga Construção Civil* (ENCICLOPÉDIA..., 2017).

[197] Conforme Abreu (1928), algumas edificações já haviam sido condenadas por sanitaristas que atuaram na

“relíquia”. “É necessário um plano largamente estudado, amplamente observado à luz de princípios de arte e de higiene que não podem ser descurados, uma visão segura das possibilidades futuras e das necessidades de época [...]” ([ABREU,] RIGHB, 1928, p.413).

A fala de Pirajá da Silva (RIGHB, 1928, p.427) destaca a “velha Sé” entre os “monumentos históricos e arquitetônicos da Bahia”. Para ele vinham “destruindo as relíquias do glorioso passado baiano” e aciona o caso da Igreja da Ajuda, para mobilizar o sentimento de perda, de emoção dos que (como ele) presenciaram a última missa da capela demolida em 1912. O professor utiliza a Itália e seu zelo pelas ruínas do seu passado como exemplo a ser seguido.

> A Itália moderna despende somas fabulosas para desentranhar as ruínas do seu passado e as conservar no coração das cidades. O célebre Foro Romano é um montão de ruínas, mas a Itália compreende que essas muralhas esboroadas e colunas partidas entrelaçam sua grandeza passada à presente. A velha Sé oferece aos espíritos esclarecidos inesgotável manancial de satisfação espiritual ([SILVA,] RIGHB, 1928, p.431).

O posicionamento de Hermes de Lima é de que o coração da cidade não deveria ser tratado como outras partes da cidade quanto às posturas municipais. Pois suas “velhas ruas estreitas de casas graves” conferiam um “aspecto singular e original”. Segundo o professor, a “uniformidade medíocre das cidades tipo modernas” não deveria atingir o distrito da Sé ([LIMA,] RIGHB, 1928, p.397).

> Reduzir a velha cidade, no seu coração tradicional, às exigências das posturas municipais que comandam necessidades modernas de tráfego, largura de ruas, e outras preocupações niveladoras das terras sem história e monumentos, assume proporções de atentado que na Bahia ameaça consumar-se [...] Para ser uma cidade civilizada, não será necessário à Bahia demolir o antigo, o pitoresco, o monumental. ([LIMA,], RIGHB, 1928, p.397-398).

Com essa manifestação coletiva, membros importantes da sociedade baiana se colocaram ao lado de outras vozes da população que se manifestaram em favor da tradição, contrariando posicionamentos da imprensa local que insistiam em levar adiante a demolição da Sé. O protesto coletivo se juntou a outros protestos individuais publicados na revista do IGHB de 1928, a citar o texto de dona Leocádia de Sá Martins Catharino representante da elite política da época e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

O padre José Basílio Pereira, um dos líderes do debate sobre as demolições em 1912, também emitiu carta para mostrar apoio ao secretário perpétuo do Instituto Histórico sobre o caso da Sé. O discurso do líder religioso continuava coerente com o proferido em 1912

cidade, Theodoro Sampaio e posteriormente Saturnino de Brito.

(na ocasião da demolição da Igreja da Ajuda) e mesmo enfermo, residindo em outra cidade na Bahia, fez questão de não se calar.

Os especializados na ciência do direito também estavam atentos às causas dos exemplares do passado. Na revista do IGHB de 1928, há protestos do Promotor Público da Capital Baiana (João Rocha Ferreira Bastos) e dos Deputados Braz do Amaral e Ramiro Berbert de Castro. O promotor público da Capital enaltece o valor de tradição da Igreja da Sé e também apela para a consciência do povo baiano. "O que envergonha e humilha é essa inconsciência, esse menosprezo pela verdade e pela arte com que se brada aos quatro ventos que a higiene e beleza da cidade exigem que se ponha abaixo a Sé" ([BASTOS,] RIGHB, 1928, p.472).

Braz do Amaral provocou o povo, diferenciando os brasileiros dos italianos com relação à conservação do passado, esses últimos seriam um povo de "sentimentos de civilização", enquanto a atitude nacional era de selvageria, posto que nada se conservava. Nesse período já circulavam no Brasil referências internacionais de casos de conservação e restauração de exemplares do passado. Sobre a Igreja da Sé, Amaral buscou alicerçar sua justificativa em experiências estrangeiras, principalmente as da Itália.

> Aquela construção tem cunho indelével, solene e grave que o passar dos séculos, com tantas e tantas chuvas, dá aos monumentos, e que tem Westminster, as Tulherias, S. Pedro de Roma e outras construções idosas, o que em outros meios, para o espírito dos povos cultos, desperta atenção e respeito, mas que em outros provoca sentimentos muito diversos. Ela já sofreu o desastre da perda do seu belo fronstispício [...] Quando surgem problemas destes entre povos que têm sentimentos de civilização, os governos, municipalidades, engenheiros e arquitetos, procuram resolver a questão de modo menos radical do que o arrasamento e mais de acordo com esses sentimentos [...] Em Roma, a coluna Trajana se encontrou no trajeto de uma via pública, acrescentando-se a circunstância de jazerem em volta dela muitas colunas outras, caídas, mas inteiras e outras partidas, assim como frontões, etc. Lá, porém, não derrubaram a coluna Trajana, atirando os pedaços para entulho do terreno, que é ali deprimido. As municipalidades e os arquitetos romanos levantaram uma muralha em torno do terreno, onde se acha a coluna com seus velhos mármores partidos, em torno, e junto a esta muralha, encimada por uma grade de ferro, corre a rua por onde passam os elétricos e o público ([AMARAL,] RIGHB, 1928, p.466-467).

O deputado Ramiro Berbert de Castro cita o argumento de Amaral discordando da generalização de que o brasileiro nada conserva, pois destaca o momento o qual viviam o caso da Sé atingira uma repercussão nacional[198]. Nesse sentido, o deputado salienta que de

[198] Segundo Castro (1928, 448), a fala sobre a importância da Sé da Bahia para a nação - do "escritor tradicionalista, João do Norte, (Gustavo Barroso)" - teve "notável repercussão na imprensa".

“toda a parte as vozes se multiplicam nesses protestos patrióticos”. Uma representação comum a muitos dos protestos citados foi o valor de tradição que a Sé possuía, Castro em sua fala apresenta uma definição desse valor. O deputado utiliza o caso da antiga Igreja da Ajuda como recurso retórico da sua argumentação, a demolição do exemplar em 1912, teria sido para ele um exemplo de “morte da tradição”, “um atentado contra o patrimônio espiritual de um povo”.

> A tradição é uma evidência consagradora do passado. É o inquebrantável liame entre passado e o presente, e que se prende ao futuro. É uma força intemerata de conservação de fatos, ou de feitos, de ideias ou sentimentos de floração artística, intelectual, progressista ou religiosa de uma determinada época da atividade construtora e bendita das gerações que nos antecederam. Daí a necessidade de conservarmos muitas das coisas que trazem dos tempos mais remotos certas características, que servem de estímulo aos que vão surgindo para o mesmo encadeamento dos fatos sociais, para o nosso heroísmo, para a nossa fé, e para o nosso orgulho. Eis porque não deve morrer a tradição, porque é ela o mesmo sentido consciente da história. A morte da tradição é sempre um atentado contra o patrimônio espiritual de um povo. Foi essa, de certo, a razão que inspirou o sentimento de revolta[199], na Bahia, contra a destruição da antiquíssima Igreja da Ajuda, onde o Padre Antônio Vieira proferiu muitos de seus eloquentes e monumentais sermões ([CASTRO,] RIGHB, 1928, p.445).

Os protestos contra a demolição da Sé continuam na revista de nº55 do RIGHB de 1929 com os posicionamentos dos Institutos Históricos, Brasileiro e de São Paulo. Também reúne mais três artigos publicados em periódicos, um de Anselmo Albuquerque, outra da *Era Nova* e o outro de José Marianno Filho (ex-diretor da ENBA e líder do movimento neocolonial no Brasil) fechando os protestos do período de setembro a dezembro de 1928.

Affonso Celso (RIGHB, 1929, p.391), presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destacou a importância do “culto aos monumentos do passado” para a “ciência e consciência das origens, do adiantamento, da civilização”. A argumentação cita a importância das ruínas da antiguidade, destacando que o insano propósito de demolição foi impedido em casos como da Catedral de Reims, que terminou sendo restaurada. Após lembrar um pouco da história ligada a Capelinha da Ajuda e a Igreja da Sé, Celso finaliza

[199] Na extensa documentação coletada sobre o caso da Igreja da Ajuda não se infere “o sentimento de revolta” de uma parcela mais abrangente do povo baiano. Porém foram ouvidas vozes em oposição a demolição, principalmente a fala do Padre Basílio Pereira que despertou a fúria dos jornais situacionistas e terminou por mobilizar apoio do jornal *Diário da Bahia*, (oposicionista ao governo) e consequentemente a defesa de alguns leitores. O dito “sentimento de revolta” parece ter sido usado para dar mais eloquência ao discurso, demonstrando seu uso retórico para sensibilizar o povo quanto ao caso da Igreja da Sé. A fala do Deputado Ramiro Berbert de Castro foi publicada também no Jornal do Comércio de 16 de setembro de 1928.

evidenciado que havia alternativa de realizar os melhoramentos no distrito da Sé sem derrubar o antigo templo como queriam numerosas sumidades da época[200].

Os protestos contra a demolição da Igreja da Sé de 1928, destacaram o valor tradicional do templo, ainda que fosse tratada enquanto ruína, relíquia de outra geração, a edificação merecia ser mantida como referência do passado. José Marianno Filho (RIGHB, 1929, p.400-401) encerra os protestos contra a demolição da Sé, evidenciando que o caso abriria um precedente negativo justamente num momento em que a questão da tradição chegara a um debate nacional[201].

> A IGREJA da Sé está ameaçada seriamente pelo terrível camartelo do progresso, que já fez ruir algumas das mais belas edificações da Bahia colonial, como a Igreja da Ajuda, destruída cruelmente, sob pretexto de atravancar a histórica rua [...] Essa relíquia, que a alma baiana devia defender carinhosamente, restaurando lhe as linhas primitivas, vai tombar sobre o solo, porque assim decidiram os graves homens do governo que souberam fazer ouvidos surdos à revolta dos espíritos cultos da Bahia, cujo manifesto amplamente divulgado, é um brado vibrante contra o condenável atentado ([MARIANNO FILHO,] RIGHB, 1929, p.401).

O caso da Sé de Salvador ainda não estava resolvido. A grandiosa escala do templo, sua presença em importantes vistas da cidade incomodava interesses de capital envolvidos na nova imagem do velho distrito da Sé. As discussões em torno do templo evidenciaram um momento local de mobilização em prol da preservação e um debate aberto em nível nacional sobre a questão da tradição a partir dos anos 1920.

[200] Celso cita a alternativa viável esboçada pelo professor Dr. Jayme Cunha da Gama e Abreu em um plano para o distrito da Sé, a proposta consta no anexo F da pesquisa de Peres (2009), retomaremos a sua discussão em capítulo posterior nas discussões finais que antecederam os trabalhos de demolição da Igreja da Sé.

[201] Marianno Filho (RIGHB, 1929, p.401) fala de um "momento em que a consciência nacional reconhece publicamente a existência de sua arquitetura tradicional", possivelmente o autor se refere às discussões sobre os exemplares do passado, estimuladas pelo reconhecimento do movimento neocolonial (o qual havia liderado) nos primeiros anos da década de 1920.

CAPÍTULO 4

USOS DE DEMOLIÇÕES EMBLEMÁTICAS NO DEBATE CULTURAL URBANO

Escombros da Igreja da Sé de Salvador. Fonte: PERES, 1974.

O aprofundamento do olhar para os casos de demolições evidencia um processo mais longo e complexo de formação de novas representações em torno do legado colonial. Os debates em torno da tradição, de seus elementos de suporte físico e sua própria definição intensificam-se em meio às tensões entre o novo e o antigo ocasionadas pelos projetos de modernização. O termo tradição é citado nas falas em defesa dos elementos do passado, mas os seus sentidos estavam em aberto, como se percebe na fala de agentes da época. Pouco a pouco as vozes que se manifestaram contrárias a casos de demolições, a época recebidas em tom revolucionário, foram sendo moldadas, formando leituras institucionalizadas locais e depois nacionais do patrimônio artístico e histórico brasileiro.

Casos emblemáticos de demolições passam a ser usados por sua força representativa, tornando presente anos depois a ausência de edificações singulares do sítio urbano levadas pelo tempo acelerado das modernizações. O capítulo discute alguns dos desdobramentos das demolições no debate cultural urbano, evidenciando a colaboração dos casos para a formação de um momento nacional de institucionalização do patrimônio histórico/artístico. Afinal, as novas leituras apresentadas em torno da arquitetura do passado teriam implicações na própria configuração urbana da cidade, na seleção do que preservar e do que apagar.

4.1. Em falas institucionalizadas sobre a preservação de bens móveis e imóveis

4.1.1. O âmbito local, Salvador e Pernambuco, na virada para os anos 1930.

Os casos de demolições, seus embates e o crescente interesse em definir a tradição local acabariam formando na Bahia e em Pernambuco um contexto propício a tentativas pioneiras locais de preservar monumentos através da criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais. Essas Instituições tiveram sua atuação associada aos Museus Estaduais, a criação das mesmas se justificou num contexto de saída de objetos de arte do Brasil para constituir coleções estrangeiras e de sucessivas perdas de bens imóveis (por demolições, reformas desrespeitosas ou mesmo devido a própria ação do tempo). A legislação das Inspetorias trouxe para um contexto local o projeto apresentado pelo deputado Luiz Cedro em 1923 da *Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil.*

Os institutos históricos criados no século XIX contribuíram para a criação das

Inspetorias[202]. Mário Melo, secretário perpétuo do *Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco* (IHAGP, criado em 1862), compartilhou com Francisco Borges de Barros associado do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB, criado em 1894) a ideia de criação de Inspetorias Estaduais, mostrando inclusive o plano que levaria adiante, o que entusiasmou o baiano[203]. Entre os sócios estavam letrados da época, em geral professores, médicos, jornalistas, advogados, entre outros. Intelectuais que foram importantes para circulação de ideias sobre a preservação como demonstraram os casos de demolições abordados em Recife e Salvador.

A atuação das Inspetorias de Monumentos Estaduais circulou entre periódicos da época. Por exemplo, notícias sobre a instituição de Pernambuco veicularam em jornais locais (*A Província* e *Diário de Pernambuco*) e também em periódicos franceses (*Paris-Soir* e *Revue de L'Amerique Latine*). O jornal *A Provincia*, durante a direção de Gilberto Freyre, tornou-se o principal divulgador da atuação da Inspetoria pernambucana, o que demonstra a aproximação das falas sobre a preservação dos bens inventariados com o discurso do movimento regionalista. Schwarcz (1993, p.117) identifica os regionalistas com a elite rural tradicional de Pernambuco, que "[...] desejava através de seus romantismos culturais preservar o passado como um escudo contra o futuro incerto".

As leituras sobre os bens estaduais formadas pelas Inspetorias receberam influências das visões carregadas por grupos (como os regionalistas) e instituições da época (nomeadamente dos museus e Institutos Históricos). Lilia Schwarcz (1993, p.99) que estudou a trajetória dos Institutos Históricos, destaca que tinham o objetivo de "construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos."

As Inspetorias de Monumentos da Bahia (criada a partir da Lei nº 2.032/1927) e de Pernambuco (criada a partir da Lei nº 1.918 / 1928) tiveram como uma de suas primeiras ações a seleção dos monumentos que carregariam a função de dar suporte à construção da história oficial. O relatório de 1930 da Inspetoria Baiana utiliza categorias para a classificação dos monumentos que deveriam ficar amparadas pela proteção legal, são elas:

[202] Fernandes (2010) destaca que a construção da memória nacional começa muito antes do SPHAN, já na primeira metade do século XIX, quando sob proteção do imperador D. Pedro II, em 1838, cria-se o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) e o *Arquivo Nacional*. Lilia Schwarcz (1993) enfoca na atuação dos *Institutos Históricos* sua atuação na construção da História oficial brasileira.

[203] Cf. Extrato do Relatório de 1930 de Inspetoria dos Monumentos, publicado nos Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia – escrito pelo Inspetor Francisco Borges de Barros (BAHIA, 1931).

a) edifícios religiosos, b) edifícios da arte profana, c) campos históricos, d) subterrâneos[204], e) monumentos e estátuas, f) fortalezas coloniais (BAHIA, 1931).

Quanto aos bens imóveis, o relatório de 1930 demonstra o reconhecimento de valor principalmente de exemplares da arquitetura religiosa barroca, civil e militar. Entre os listados na categoria *edifícios religiosos*, estavam algumas das edificações que sofreram ameaças de demolição durante a implantação do *Projeto de Melhoramentos* de Jerônimo Teixeira de Alencar Lima e seus desdobramentos. A Sé baiana parecia passar por uma fase de redenção após manifestações públicas em sua defesa do ano de 1928. A edificação estava entre os Monumentos Religiosos que mereciam atenção especial da Inspetoria Baiana. No entanto, a instituição estava condicionada aos posicionamentos do Governador do Estado, que tinha efetivamente o poder de reconhecer como monumentos os bens registrados pela Inspetoria (DÓCIO, 2014).

Também foi inserido na listagem o Convento de São Bento, que fora ameaçado de demolição total e depois de corte parcial (na década de 1910). Surpreendentemente a Igreja da Ajuda também foi incluída na categoria de *edifícios religiosos*, embora tenha sido uma edificação totalmente demolida em 1912 para a reconstrução de uma nova capela com feições ecléticas[205]. Possivelmente, a modesta igreja tenha sido inventariada pela força histórica de sua localização que permaneceu a mesma, além dos objetos de arte da antiga edificação que foram transferidos para a nova construção.

Na categoria B, entre *edifícios de arte profana* estavam edificações que haviam exercido importante papel administrativo, palácios e casas em que moraram pessoas importantes da história oficial (tabela 1). Na listagem foi incluída a edificação da Câmara Municipal (antigo Senado da Câmara), situada na Praça da Piedade e mutilada em uma de suas alas pelos melhoramentos da cidade. Observa-se ainda que a Câmara Municipal foi incorporada entre os edifícios somente na listagem de 1930, pois na primeira relação publicada em 1928 o bem não constava (BAHIA, 1928), enquanto as igrejas da Sé, São Bento e da Ajuda haviam sido consideradas desde o primeiro momento.

[204] Na categoria *d* estava o subterrâneo da Catedral de Santa Thereza, em *campos históricos*, locais como Monte Paschoal, Pontal de Santo Antônio da Barra, dentre outros.

[205] Documento da *Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais* assinado em 31 de dezembro de 1936, que consta nos *Anais do Arquivo Público da Bahia* do ano de 1938, aborda com mais detalhes os critérios de seleção dos bens do inventário, na categoria *igrejas e edifícios religiosos* destaca que foram considerados "monumentos nacionais todas as igrejas e conventos anteriores a 1823". (BAHIA, 1938, p.467).

Tabela 1: Lista de bens imóveis em Salvador realizada pela Inspetoria de Monumentos da Bahia (grifo nosso).

CATEGORIA A - Monumentos religiosos
Palácio Arquiepiscopal, o Noviciado (Colégio dos Órfãos de S. Joaquim). Ermida da Graça, Convento da Lapa, **a Sé**, a Catedral, igreja da Conceição da Praia, Convento de S. Francisco, Ordem 3ª de São Francisco, Ordem 3ª de São Domingos, Igreja de Santo Antônio da Barra, **Convento de S. Bento**, Convento da Soledade, Ordem 3ª do Boqueirão, Ordem 3ª da Santíssima Trindade, Convento do Carmo, Convento do Desterro, Igreja da Penha, Igreja do Bonfim, Convento da Piedade, Igreja da Misericórdia, Convento de Santa Thereza, Igreja de Sant'Anna, Saúde, Nazareth, **Ajuda**, Corpo Santo e Pilar e o Leprosário Dr. Rodrigo de Moraes.
CATEGORIA B - Monumentos de Arte Profana
Palácio Rio Branco, (antigo Palácio dos Governadores e Vice-Reis), Câmara Municipal (antigo Senado da Câmara), Paço Saldanha, Edifício do Diário da Bahia, Centro Operário (antigo Palácio Ferrão), Palácio do Berquó (Ginásio S. Salvador), Prédio n.8, Ladeira da Praça, onde nasceu o Visconde do Rio Branco, Pantheons de Pirajá e da Lapinha, Palácio da Vitória, Faculdade de Medicina, Casa onde nasceu Ruy Barbosa, Palácio Aguiar (Canella), casa onde nasceu o Dr. Francisco de Castro, Calçada, Instituto Histórico, a primeira casa construída em Mont-Serrat, casa do Aljube, onde fora a prisão eclesiástica, casa da rua de S. Francisco.
CATEGORIA F – Fortalezas coloniais
Santo Antônio da Barra, Santa Maria, S. Marcello, Gamboa, S. Pedro, Mont' Serrat

Fonte: BAHIA, 1931.

O inventário dos monumentos selecionados foi uma das primeiras ações da Inspetoria de Monumentos da Bahia (BAHIA, 1931). A listagem de imóveis classificados não foi tão abrangente como propôs o deputado Luiz Cedro em 1923, que apresentou uma noção de *monumento histórico* baseada nas "repercussões das ideias de John Ruskin" (PINHEIRO, Maria Lucia, 2011, p.260), incluindo entre os monumentos históricos de preservação não só as velhas igrejas, mas as casas coloniais que, na concepção de Cedro, compunham uma comovente paisagem pitoresca e também valiam como documentação histórica.

Bens modestos eram assim passíveis de serem considerados *monumentos históricos* desde que estivessem articulados às narrativas da "história oficial" contada por especialistas. Dos relatórios das Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais da Bahia e de Pernambuco infere-se que casarios comuns em que viveram pessoas importantes do passado foram reconhecidos pela instituição baiana, enquanto o reconhecimento da arquitetura religiosa do período colonial predominou na leitura pernambucana institucionalizada (BAHIA, 1931; PERNAMBUCO, 1930).

Em ambos os relatórios observa-se uma grande atividade em relação à delimitação de *monumentos,* como lápides e marcos, dando suporte à construção da história e memória oficial. Em relação aos bens imóveis, uma atividade predominantemente prescritiva[206] é observada, abrangendo o registro no inventário, artigos para jornais época sobre o legado edilício local e ofícios de comunicação a representantes de instituições governamentais/religiosas (BAHIA, 1931; PERNAMBUCO, 1930).

Os relatórios das Inspetorias de Monumentos da Bahia e Pernambuco demonstram o interesse de ambos os estados nos bens móveis e imóveis do período colonial. No documento da Bahia, na descrição dos artefatos do passado há ênfase na herança legada dos tempos da colônia considerada como indispensável "ao estudo da evolução da arte nacional" (BAHIA, 1931, p.566). Com a ação das Inspetorias de Monumentos, podemos destacar a institucionalização de uma nova relação com arte legada do período colonial. A representação de que nossa herança edilícia era sinônimo de atraso e de falta de higiene estava em disputa, a partir do interesse pelos testemunhos do passado e sua capacidade em compor a história oficial e as características da nação brasileira.

> [...] jesuítas, grandes formadores da nossa nacionalidade, nas construções dos nossos templos monumentais [...] as construções de arte religiosa, apesar dos pesares, foram as melhores conservadas na Bahia. Alguns têm sido devido á sua solida construção em cantaria de Lisboa e nessa argamassa de cal e azeite de baleia [...] O luxo religioso da Bahia foi imitado por todas as outras Capitanias destacando-se de Pernambuco e Minas Gerais, em cuja Capital, Villa Rica, hoje Ouro Preto, se ergueram suntuosos templos e se traçaram as empolgantes obras do Aleijadinho (BAHIA, 1931, p.566)

Na classificação de monumentos da Bahia foram incluídos exemplares da arquitetura militar, religiosa e civil do período colonial[207], na listagem de Pernambuco, o Inspetor Anníbal Fernandes reconheceu como monumentos, majoritariamente, as fortalezas militares e a arquitetura religiosa barroca[208]. A restrita abrangência do inventário pernambucano em relação ao baiano foi alvo de críticas de Mário Melo, membro do Instituto Histórico local

[206] Prescritiva porque além do reconhecimento das edificações eram apresentadas recomendações quanto ao zelo ou preservação do imóvel, também orientações para a execução de reformas, atentando para que não se mudassem o estilo característico da construção.

[207] Por exemplo, o forte de São Marcelo, o Convento de São Bento, a Igreja da Sé e o edifício do Diário da Bahia. Estes e outros bens da listagem foram publicados no Extrato do relatório de 1933 dos Anais do Arquivo Público e Inspetoria dos Monumentos (BAHIA, 1931).

[208] Entre estes, o Forte do Buraco, a Igreja Madre de Deus, a Igreja Bom Jesus dos Martírios (no bairro de São José) e a Igreja de São Pedro dos Clérigos (em Santo Antônio). O documento com a listagem dos bens inventariados de Pernambuco não foi encontrado. Nesse caso, adotou-se a relação feita por Rodrigo Cantarelli (2010, p. 79), através dos documentos analisados da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais.

(IAHGP), a discussão entre Fernandes e Melo foi veiculada nos periódicos *A Província* e *Diário de Pernambuco* na virada para os anos 1930.

Mário Melo destacou a ausência da arquitetura civil na listagem pernambucana, deixando de fora edificações administrativas e outras de personalidades da história oficial[209]. Cantarelli (2010, p.80) destaca entre as "[...] causas mais prováveis para a ausência da arquitetura civil nessa listagem tenham sido os acontecimentos envolvendo a demolição do Engenho Megahype". Caso em que a destruição do imóvel foi realizada pelo proprietário que temeu as restrições impostas pelo reconhecimento de valor patrimonial. Entre as limitações do bem, o *Regulamento da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco* previa multas e até a desapropriação[210] do imóvel por utilidade pública caso o proprietário não realizasse acordo para conservar a edificação (PERNAMBUCO, 1929, p.6).

A legislação da Inspetoria de Monumentos da Bahia previa ainda "a desapropriação de circunvizinhanças do monumento", incluindo também o terreno necessário para dar melhor acesso ao bem reconhecido. Vanessa Dócio (2014) destaca que esse foi "o primeiro instrumento legal a apresentar, em nível estadual, a noção de entorno". Pois havia uma clara preocupação com a valorização do melhor ângulo de acesso ao monumento, ou seja, de sua visibilidade.

Os termos "monumento" e "patrimônio" aparecem como sinônimos nos documentos das Inspetorias da Bahia e de Pernambuco (BAHIA, 1931; PERNAMBUCO, 1930). A noção do monumento/patrimônio aparece ligada a duas categorias de valores, o artístico e o histórico, como podemos observar no Regulamento pernambucano. "ART. 4º - A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais incumbir-se-á da coordenação e execução das medidas de proteção e conservação do Patrimônio artístico e histórico de Pernambuco."[211]

O Inspetor Anníbal Fernandes enfatizou o interesse pela arquitetura religiosa barroca[212] que ajudassem a contar a história oficial. "A arte religiosa toma assim no meio

[209] Cf. Texto *Arqueologia e História* de Mário Melo publicado no *Diário de Pernambuco* em 22 de setembro de 1930.
[210] A desapropriação era prevista desde a proposta de criação da *Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil* de Luiz Cedro (de 1923). Cf. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1929
[211] Cf. PERNAMBUCO, 1929.
[212] É preciso lembrar que devido à demolição da Casa Grande do Engenho Megaype houve receio de incluir na listagem dos monumentos do Estado de Pernambuco os bens imóveis de propriedade particular.

de nós aspectos inteiramente inéditos, de uma incomparável riqueza, de uma incontestável originalidade" (PERNAMBUCO, 1930, p.30). A singularidade e opulência dos exemplares foram categorias consideradas para o reconhecimento dos imóveis locais. Desse modo, reconheceu-se o valor patrimonial da Capela do Convento de S. Francisco em Olinda, em que jazia sepulturas da nobreza olidense dos tempos da guerra holandesa. Enquanto, capelas mais modestas e populares foram deixadas de fora da listagem pernambucana, a exemplo da igreja do Rosário dos Pretos[213].

> [...] foi o trabalho preliminar da Inspetoria que se apegou a um critério exato e preciso, acolhendo apenas aquilo que é incontestável e líquido. Mistificações 'arqueológicas' e calinadas 'históricas' como a de se querer passar a atual igreja do Rosário dos Pretos de Goiana por do século do descobrimento, não merecem ser levadas a sério. A primitiva capelinha, que conforme a tradição oral ali existiu, essa desapareceu de há muito. Não quero dizer com isso – aqui e repito – que a igreja deva ir abaixo [...] Mas daí para considera-la um 'monumento nacional', vai uma certa diferença... A Inspetoria tem que se apegar em casos como esse a fatos indiscutíveis afim de não cair no ridículo. Agora mesmo está se preocupando essa repartição com a conservação da capela do Capítulo do Convento de S. Francisco de Olinda onde se acha a sepultura [de] [...] gente da velha nobreza olindense, ainda do tempo da guerra holandesa. (PERNAMBUCO, 1930, p.21)

Em Pernambuco, o valor do barroco religioso foi evidenciado também nos anexos do relatório da Inspetoria. O artigo de Ribeiro Couto[214] (1898-1963), anexado ao documento oficial da instituição, destacou as igrejas enquanto monumentos históricos e artísticos do passado capazes de guardar por sua arquitetura a "tradição nacional" dos tempos coloniais, o que consistia uma grande linha característica nacional, da qual o ecletismo e sua origem estrangeira não fazia parte.

> Porque o gótico não é um capricho, mas a resultante dos movimentos e do espírito de uma época, que se pôde chamar de gestação do mundo contemporâneo. Todavia, a aplicação arbitraria desse estilo a igrejas no Brasil é um atentado à nossa fisionomia espiritual. Como se toda a gente começasse a falar inglês, francês ou alemão. A arquitetura, como a língua, é uma fatalidade histórica, da qual cada povo, pelo gênio criador, deve tirar os elementos de diferenciação artística, de definição da sua

[213] Schwarcz (1993) aborda as questões raciais que envolviam a construção da história oficial pelos Institutos Históricos, privilegiando os testemunhos dos grandes feitos da elite branca, em detrimento dos grupos excluídos, como negros e os índios.

[214] Letrado, nascido em Santos, voz atuante nos periódicos de São Paulo (*Jornal do Comércio*, *Correio Paulistano*) e Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil*). Em 1928, Ribeiro Couto exerceu funções pública no exterior, de 1931-1935 atuou junto ao consulado de Paris. Eleito em 1934 para Academia Brasileira de Letras (ACADEMIA..., 2016). Durante extensa permanência na Europa (mesmo após se aposentar em 1952, manteve-se no exterior), foi agente divulgador da literatura brasileira, mantendo sua colaboração para o *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *A Província* (de Pernambuco).

> personalidade. A fatalidade arquitetônica brasileira é o barroco. Tudo que fugir ao barroco [...] não passa de uma vulgar apropriação do alheio, que desfigura o aspecto tradicional das nossas cidades, em marcha para a identificação incaracterística. [...] Há meio século que dura o assassinato iterativo do barroco, com a conivência passiva do poder público e indiferença iletrada da multidão. [...] Levantamos monumentos absurdos, copiados de cidade estrangeiras, degenerando-nos a olhos vistos, desprezando a oportunidade de continuar a grande linha da tradição nacional.[215]

As associações do barroco com o caráter nacional não foram concebidas pelas Inspetorias Estaduais, havia um movimento mais abrangente de busca de definição da nação brasileira. As representações dos exemplares dos tempos da colônia com a identidade nacional aparecem em falas como *A arte tradicional do Brasil* de Ricardo Severo (proferida em 1917). Também emergem em protestos contra a demolição da igreja da Sé de Salvador, principalmente no ano de 1928, quando o caso tomou uma repercussão nacional (RIGHB, 1928). José Fernandes (2010, p.2) destaca que a eleição do "barroco colonial como ícone da identidade nacional" ocorreu antes da atuação do SPHAN. O autor destaca principalmente a colaboração dos Institutos Históricos e cita os projetos de leis propostos nos anos 1920 como provas de que a preocupação patrimonial iniciou antes de 1937.

A Inspetoria de Monumentos de Pernambuco não se omitiu no caso da Torre Malakoff (antiga edificação do Arsenal da Marinha), como demonstram ofícios expedidos em 1929 e publicados nos apêndices do relatório da Inspetoria (PERNAMUCO, 1930). Os documentos demonstram comunicações do Inspetor em defesa do torreão (ainda que esse não estivesse entre a listagem de bens reconhecidos), alegando a relatividade da opinião de que a edificação não tinha "valor histórico ou arquitetônico". A argumentação endossa a Torre como "o último remanescente do antigo Recife", rememorando as forças demolidoras (dos anos 1910) que haviam arrasado a fisionomia característica da cidade ([ofício nº 26,] PERNAMBUCO, 1930, p.69).

> Esse edifício que a cidade inteira conhece como a torre de Malakoff pode-se dizer que é o último remanescente do velho Recife. Do Recife da metade do século passado, tão cheio de colorido e de pitoresco, com os seus arcos, os seus sobrados meio mouriscos e as suas ruas estreitas que lhe davam um certo ar napolitano. A torre de Malakoff ficou de tal modo ligada à fisionomia da cidade que podemos considerá-la ainda hoje quase o seu monumento característico (PERNAMBUCO, 1930, p. 64).

[215] Cf. PERNAMBUCO, 1930, p.48-49, grifo nosso. Trecho que consta em artigo de Ribeiro Couto escrito para o *Jornal do Brasil* e publicado nos anexos (com devida identificação de autoria) do Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais escrito pelo Inspetor Anníbal Fernandes.

O juízo de valor de que a torre Malakoff não teria valor histórico ou arquitetônico, também foi utilizado como argumento nos casos dos arcos da Conceição e de Santo Antônio, demolidos devido à realização das obras do porto de 1909-1918 (PERNAMBUCO, 1930, p.65). As demolições dos anos 1910 foram rememoradas para destacar a perda da fisionomia pitoresca da cidade com suas ruelas e sobrados modestos. Importante ressaltar a comparação de "Nápoles, cidade com tradição na defesa dos 'panoramas-visual"[216], com núcleos coloniais brasileiros, aparece nos debates em torno da preservação no Recife, em Salvador[217] e também do Rio de Janeiro[218]. O termo pitoresco foi citado em falas para expressar o interesse pelo conjunto, pelo entorno ou pela ambiência dos bens, conceitos que só seriam incorporados efetivamente nas políticas patrimoniais posteriormente.

Os documentos da Inspetoria de Pernambuco ainda destacam que a engenharia urbana poderia propor uma modificação na Av. S. Jorge, através de "pequenos desvios de alinhamento", como o "sanitarista Saturnino de Brito mostrou tecnicamente, quando foram apresentados os traçados de nossas avenidas do Recife, que se podia perfeitamente conservar o Corpo Santo" (PERNAMBUCO, 1930, p.65). O relatório cita ainda posicionamentos individuais que se manifestaram durante o processo de demolição[219].

Os estudos de Rebeca Sousa (2016, p. 162) revelam indícios de mudança de sensibilidade apresentados nas falas sobre a Torre, que foi mobilizada enquanto repositório de memórias de uma antiga urbe que havia perdido sua fisionomia pitoresca com as demolições anteriores. O Instituto Histórico e a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco foram importantes na defesa da Torre Malakoff, que foi preservada. O caso repercutiu nos periódicos da época[220], ganhando dimensão pública.

---

[216] Cf. Renata Cabral (2013, p.116). A autora destacou as contribuições italianas de legislação de tutela do patrimônio, destacando em especial o desenvolvimento da noção de "ambiente" e as contribuições de Gustavo Giovannoni.

[217] Conferir publicação do Diário da Bahia (3 set. 1912), o artigo do jornal aparece nas discussões em torno das demolições da Igreja da Ajuda e da ameaça de demolição do Mosteiro de São Bento (que findou sendo preservado).

[218] Cf. Rebeca Sousa (2016, p.85), artigo da revista FON-FON, publicado em 25 de dezembro 1921, faz relação do Morro do Castello (que estava em processo de demolição) com a vista de Nápoles.

[219] A citar a comunicação de um membro do Instituto Arqueológico (na sessão de 1º de dezembro de 1904) que propôs a demolição dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio e o protesto "do saudoso Alfredo de Carvalho" que se opôs a proposta apresentada. As edificações foram demolidas respectivamente em 1913 e 1918.

[220] O debate em torno do futuro do imóvel foi noticiado nos jornais *A Província* e *Diário de Pernambuco*, de 1929 a 1930. A fonte periodista foi utilizada nos estudos de Rodrigo Cantarelli (2012) e Rebeca Sousa (2016) para abordar o caso de ameaça de demolição da Torre Malakoff.

As perdas de bens pernambucanos passaram a ser usadas em discursos retóricos para a formação de sensibilidades e de uma certa consciência da opinião pública. No relatório, o Inspetor Anníbal Fernandes afirmou de maneira bastante otimista a formação de uma "mentalidade" favorável à defesa de bens do passado. O Inspetor de Monumentos compara a postura da sociedade no final dos anos 1920 com os anos 1910, quando ocorreram vendas de objetos de artes, reformas que mudaram o estilo das edificações e demolição maciça do antigo núcleo colonial do Recife (PERNAMBUCO, 1930, p.4).

> A preocupação do Governo na defesa do nosso patrimônio artístico e histórico tem dado resultados compensadores [...]. Hoje, felizmente, essa mentalidade se acha inteiramente modificada [...]. Anos atrás, tudo isso não lograria se quer a mais ligeira referência do noticiário da imprensa. E a prova está na derrubada dos Arcos, do Corpo Santo, da velha Sé de Olinda; da venda, como ferro velho, dos canhões de bronze de nossas fortalezas, da retirada de velhos móveis e lustres do Teatro Santa Izabel [...], da exportação por atacado de moveis, prata, louças, etc. etc. (PERNAMBUCO, 1930, p. 4, grifo nosso)

A Revolução de 1930 ocasionou uma mudança substancial na atuação da Inspetoria de Monumentos. O primeiro Inspetor, o jornalista Anníbal Fernandes, foi afastado do cargo e Mário Melo (secretário perpétuo do IAHGP) assumiu o posto. Era conhecida nos jornais locais a crítica de Mário Melo à limitação da lista de Monumentos pernambucanos. O início da atuação do novo Inspetor foi marcada pela inclusão de bens aos já inventariados, dando ênfase principalmente ao "culto de tudo aquilo que estivesse relacionado ao passado insurgente e revolucionário de Pernambuco", discurso esse do Instituto Arqueológico agora "incorporado ao da Inspetoria de Monumentos" (RODRIGUES, 2012, p.150). No período de 1930 a 1933, muitas ações realizadas pela Inspetoria foram "propagadas como ações do Instituto Arqueológico", possivelmente por intenções de Mário Melo de "ofuscar as acusações de negligência que o IAHGP recebia, por parte de Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes" e construir "uma memória de defensor dos monumentos" para o Instituto junto à população (RODRIGUES, 2012, p.153).

O secretário perpétuo do IAHGP e Inspetor dos Monumentos assumiu ainda o cargo de "Secretário Geral do Plano da Cidade", comissão criada em 1931 para regular a remodelação do Recife. Conforme Rosane Loretto (2008, p.107), a participação de Mário Melo demonstrou "a particular preocupação com o destino dos monumentos da cidade, tendo como base a experiência da Reforma do Bairro do Recife, em 1913. Preocupava-se combater o monopólio das decisões projetuais, como foi o caso da Matriz do Corpo Santo, que a engenharia portuária condenou com o peso de sua insuficiência técnica."

A *subcomissão de história, tradição e monumentos da cidade* apresentou em 1931 um estudo dos monumentos que deveriam ser preservados rigorosamente e os que em último caso poderiam ser destruídos. A listagem de Monumentos da Subcomissão do Plano da Cidade incorporava os bens reconhecidos pela Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco, acrescentando mais construções, ampliando a leitura sobre o patrimônio local (tabela 2). Entre as edificações que aparecem na listagem da *subcomissão*, está a torre Malakoff, que não estava na listagem da Inspetoria, embora sua defesa estivesse presente no relatório da Inspetoria de 1930 (PERNAMBUCO, 1930).

Tabela 2: Lista da subcomissão de história, tradição e monumentos da cidade do Recife.

CATEGORIA – Monumentos a serem preservados rigorosamente
No bairro do Recife - cruz do Patrão, forte do Brum, igreja do Pilar, torre Malakoff, igreja Madre de Deus, ruínas do forte do Buraco, ruínas do forte do Picão. Em Santo Antônio - Palácio do Governo, edifício da Biblioteca Pública, Teatro Santa Isabel, convento de São Francisco e suas igrejas (inclusive a Capela Dourada), igrejas do Espírito Santo, da Congregação, do Carmo, matriz de Santo Antônio, igreja da Conceição dos Militares, igreja de São Pedro dos Clérigos e a igreja do Terço. Em São José – Forte das Cinco Pontas e a Igreja da Penha. Na Boa Vista – Palácio Episcopal, igrejas matriz da Boa Vista, da Soledade, do Rosário, da Santa Cruz, da Estância, da João de Barros e o quartel da Soledade. Nas Graças – casa conhecida como "a panela dos cupins" No Poço da Panela – igreja Matriz, a igreja da Jaqueira, a campina de Casa Forte e o Arraial Velho. Outros bairros – igrejas matriz da Várzea e da Torre e o Arraial Novo da Várzea
CATEGORIA - Monumentos que em último caso poderiam ser destruídos
Antiga Casa da Moeda (no bairro do Recife), igrejas de Santa Tereza e do Livramento, quartel (antiga Academia do Paraíso).

Fonte: RIAHGP, 1931.

Vanessa Dócio (2014, p.64) que estudou a trajetória da Inspetoria da Bahia afirmou que a instituição passou por um período de fragilidade com a "mudança nos quadros políticos locais, ocasionada pela Revolução de 1930". Com a dissolução do Congresso pela revolução, foi impedida a criação de um projeto voltado à preservação de bens móveis e imóveis do deputado José Wanderley de Araújo Pinho (membro do IHGB). Conforme Maria Lucia Pinheiro[221] (2011, p.281), caso a lei fosse aprovada daria reforço aos bens listados na Bahia e de Pernambuco, pois no art. 2º parágrafo segundo do documento

[221] A autora afirma ainda que o projeto do deputado membro do Instituto Histórico da Bahia, "em muitos aspectos, viria a constituir a base do Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937 (PINHEIRO, Maria Lucia, 2011, p.281)".

constava que os efeitos da lei passariam a valer sobre "as coisas, e seus proprietários ou possuidores, anteriormente catalogadas pelas Inspetorias Estaduais de Monumentos ou repartições congêneres"[222].

> A partir dos anos 30, inicia-se um processo de centralização política que levará a formação de um Estado de viés nitidamente autoritário. A construção da nacionalidade adquire novos contornos, com a comemoração de efemeridades nacionais e a edificação de monumentos cívicos (FERNANDES, 2010, p. 9).

Após a Revolução de 1930, instalou-se o governo de Getúlio Vargas, presidente que ficou no poder até 1945. Na era Vargas, deu-se destaque aos monumentos que marcavam "grandes feitos 'heroicos' de nosso passado"[223]. Um das ações do governo foi promulgar o Decreto nº 22.928 em 12 de julho de 1933, que erigiu a cidade de Ouro Preto em "monumento nacional". O termo monumento, também usado nas Inspetorias da Bahia e Pernambuco, prevaleceu no documento. O reconhecimento de valores histórico e artístico foi mais abrangente, pois considerou a malha urbana, com seus bens monumentais e modestos, destacando-se as feições coloniais da cidade.

> Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação (BRASIL, 1933, p.1).

Na Bahia, as mudanças políticas dos anos 1930 não foram benéficas para a igreja da Sé, pois em agosto de 1933 iniciaram os trabalhos de demolições. Os jornais *A Tarde, O Imparcial* e *O Estado da Bahia* (sendo esse o jornal de apoio ao governo) noticiaram os derradeiros argumentos dos que protestavam e dos que estavam a favor da demolição.

> Contra tal demolição protesta o Instituto Histórico da Bahia. Protestam sociedades outras. Escritores, historiadores, críticos, poetas, jornalistas reclamam. A esses protestos se esperava que viesse junta-se o da Irmandade, guarda da velha relíquia. Devia ser este o mais autorizado, o mais legítimo, o mais comovido. Mas, com surpresa geral, a Irmandade comparece em juízo, vem protestar apenas contra o pagamento do preço da indenização ao Revmo. Arcebispo Primaz, que conforme diz, se apropriou indebitamente da quantia de 300 contos: e, sem nenhuma cerimônia, com uma candidez seráfica, declara redondamente que, uma vez embolsada, não se oporá à derrubada da velha Sé 'devido ao seu estado

[222] Cf. Cabral e Jacques, 2018, p.16, trecho do projeto de Lei do Deputado Wanderley Pinho do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, digitalizado pelas autoras.

[223] Essa medida era o reconhecimento do "barroco mineiro na formação da cultura nacional", reforçando sobretudo "o imaginário republicano" de que a cidade de Ouro Preto "fora palco do primeiro movimento de libertação colonial que propunha a implantação de uma República", legitimando o líder do movimento da Inconfidência Mineira, Tiradentes, como "mártir e herói nacional" (FERNANDES, 2010, p.9).

> de ruína e a necessidade que tem esta gloriosa terra de remodelar as suas ruas.' ([JUNQUEIRA AYRES,] A TARDE, 10 jul. 1933, p.2)

Podemos destacar que há uma tendência da época de identificar alguns dos monumentos como relíquia, por ter pertencido a alguém importante ou ser testemunha de um grande feito. O artefato reveste-se, assim, de sacralidade e tornando a ligação com o passado mediada pelas emoções. Vozes diversas nos anos 1910 e 1920 utilizaram o termo para se referir a determinadas edificações, para citar algumas, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Lima, Anníbal Fernandes (Inspetor de Monumentos de Pernambuco), Pe. Basílio Pereira, Dom Sebastião Leme, Manuel Bandeira, Marianno Filho e membros do IGHB[224].

Nos argumentos em defesa da Sé há menções a importância da igreja da Sé como parte da feição característica da cidade. Embora, a listagem da Inspetoria de Monumentos da Bahia houvesse incluído as igrejas sem reconhecimento do seu conjunto urbano característico, diferente do que ocorreu com Ouro Preto, através do Decreto nº 22.928 (BRASIL, 1933).

> A Sé está por dias. Em nome do progresso, derruba-se a mais antiga das Sés do Brasil. Defendendo o descongestionamento do tráfego, as picaretas e os martelos criminosos vão começar a sua ação destruidora. Invocando a estética de uma cidade que vale muito pela sua feição própria, diferente de quantas outras existem pelo Brasil afora. [...] que é tudo isso senão a história mesma de um povo escrita no livro de ouro de nossas catedrais, de que a Sé é das páginas mais vividas? Que respondam os responsáveis pelo crime que se vai praticar contra o patrimônio moral, religioso, artístico e histórico de nossa terra. [...] eu sentirei a tua falta e condenarei os teus algozes e o meu brado se juntará aos de teus filhos, que muito te exaltam e te querem! E prosseguirás ereta na cidade desdobrada do meu coração! ([CARNEIRO,] O IMPARCIAL, 12 jul. 1933, p.3, grifo nosso)

Importante destacar a percepção da importância do ambiente nos argumentos em defesa das edificações ameaçadas de demolição, mas a proteção efetiva de conjuntos não é institucionalizada nas primeiras leituras locais. Nos argumentos, o termo pitoresco foi empregado frequentemente para fazer referência ao ambiente e conferir aspecto de interesse ao aspecto colonial da cidade de Salvador. As vielas brasileiras foram comparadas as de cidades medievais europeias.

> E a Europa? Chester, Ruão e Nuremberg não guardam cuidadosamente as relíquias medievais de sua vida, onde, a paz das catedrais suntuosas, figuram as vivendas pobres, habitadas pela plebe e que se alinham em vielas estreitas, escuras, poupadas pelas picaretas dos urbanistas estudiosos e cultos? [...] E todo o bairro que vai da rua da Assembleia à Baixa do Sapateiro, no pitoresco de ruas íngremes e apertadas em que ao

[224] Conforme protesto assinado por muitos membros do IGHB e a própria fala do secretário perpétuo do Instituto.

> par de casas anônimas, erguem-se moradas nobres com portais blasonados, alguns monumentais, como o do Solar dos Ferrões e o do atual Liceu de Artes e Ofícios, não significará, para o Brasil, o que, para a França, para a Inglaterra e para a Alemanha significam certas vielas de Ruão, de Chester e de Nuremberg? ([DUVAL,] O IMPARCIAL[225], 18 jul. 1933, p.3)!

Os trabalhos de demolição da igreja da Sé foram realizados de agosto de 1933 à abril de 1934[226]. No dia 2 de agosto de 1933, iniciou-se a abertura dos túmulos (figura 65). O ato foi publicado no jornal *O Estado da Bahia*, lembrando aos leitores as justificativas postas, como a ameaça do templo em ruir. "Cedo ainda e já bastante numerosa era a massa de curiosos, que estavam defronte da sacristia da Sé, atraída pela mobilização de caminhões da Prefeitura."

Figura 65: Reportagem de 1ª página sobre início dos trabalhos de demolição da Igreja da Sé de Salvador.

O Estado da Bahia

Propriedade da Empreza Editora "O ESTADO DA BAHIA"

ANNO I | Director: ALTAMAR ALLEIRO | CIDADE DO SALVADOR, 2 DE AGOSTO DE 1933 | End. Teleg. GREMIO — Telep. 4264 | Num. 173

SERVIÇO TELEGRAPHICO DAS AGENCIAS HAVAS, BRASILEIRA E DE CORRESPONDENTES ESPECIAES

O caso de São Paulo

OS PRODROMOS DA DEMOLIÇÃO DA SE'

A' espera do zelador — Uma lage de quase uma tonelada — A tumba de D. Monteiro de Vide — Os ossos dum bispo, que morreu em cheiro de santidade — Qual foi a imagem que fez o milagre do Padre Vieira? — Não se achou o bastão de ouro duma lenda

A questão do Chaco

O PRIMEIRO TUMULO ABERTO

Um dos caminhões da Prefeitura encaminhado para a Cathedral as imagens do velho templo

Outro flagrante da condução de imagens, apanhado, ontem, á porta da sacristia da Sé

Fonte: ESTADO DA BAHIA, 2 ago. 1933, p.1

O primeiro túmulo aberto foi o de D. Monteiro de Vide (enterrado em 1722), "rezava a crônica do povo, existiam um bastão com cinco quilos de ouro e um anel de valor subido, com os quais o sepultaram". Os ossos foram retirados de uma lápide de "mais de 800 quilos" e foram colocadas em um caixão, mas nada se encontrou de joias (ESTADO DA BAHIA,

[225] Também foi divulgada no jornal *O Imparcial* (18 jul. 1933) uma publicação de Manuel Mesquita dos Santos, *A Sé primacial do Brasil: estudo histórico.* Conforme anunciou o periódico, o livro trazia imagens da igreja e os objetos de arte do "afamado monumento nacional com documentos inéditos pertencente ao arquivo da Arquidiocese da Bahia".

[226] No arquivo municipal da Fundação Gregório de Mattos, há uma pasta com as folhas de pagamentos quinzenais dos funcionários que trabalharam na demolição da edificação. Nos 8 meses que seguiram as demolições em alguns meses houve inclusive trabalho noturno.

2 ago. 1933, p.1). As imagens foram transportadas em caminhões da Prefeitura, sem qualquer cerimônia de transladação como era tradicional nos períodos anteriores e como ocorreu em outros casos de demolição.

Em agosto, os jornais oposicionistas continuaram a publicar argumentos vigorosos em protesto a demolição da Sé. A citar o artigo do médico e professor Luiz Pinto de Carvalho[227] (1877-1965) que destacou a questão de propriedade, envolvendo o reconhecimento de um bem enquanto *Monumento Histórico*[228]. A igreja da Sé por ser testemunha do passado deveria pertencer à população e não mais a Mitra, ao Município ou a *Circular* (empresa privada de bondes).

> [...] a Sé constitui inalienável **monumento histórico** de imenso valor tradicional [...] os **monumentos históricos,** só pelo fato de o serem, pelo valimento que lhes traz a sedimentada pátina dos séculos, adquirem forais de verdadeiras **obras de arte**. [...] porque os monumentos históricos escapam à posse particular de A ou B, passando ao domínio da população e da riqueza pública. De onde se infere, portanto, haver a Mitra vendido o que já lhe não pertencia, se porventura algum dia pertenceu, e a prefeitura comprado, aliás com próprio estadual e com o dinheiro da Circular, aquilo que se não poderia expor à venda ([CARVALHO,] O IMPARCIAL, 3 ago. 1933, p.1)

A pátina dos séculos era renegada nos argumentos dos jornais ligados ao governo. No jornal *O Estado da Bahia* a edificação estava em estado de podridão e ameaçava ruir. No artigo situacionista, as marcas do tempo haviam levado qualquer beleza da edificação, com esse juízo de valor a atual simplicidade do seu frontispício sem as duas torres não tinha interesse artístico qualquer.

> Durante anos e anos as suas paredes negras e mal remendadas fediam e cobriam-se de limo, na marcha lenta para a ruína, enquanto por sobre as suas lajes, túmulos de santos varões da igreja, iam e vinham, apenas, pobres e velhas beatas, que jamais tiveram um pensamento sobre o passado. Quantos dentre os que agora derramam rios de tinta e lágrimas pela sua próxima demolição teriam pesquisado as revelações históricas, que se inferem daquelas pedras tumulares? (O ESTADO DA BAHIA, 7 ago. 1933, p.3)

[227] Viveu de 1877-1965. Formou-as na Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) em 1898. Em 1907 foi efetivado como professor da FAMEB. Em 1920 tornou-se membro honorário da Academia Nacional de Medicina. Em 1945 aposentou-se, mas sua atividade intelectual continuou após afastar-se da atividade de ensino, como demonstram seus textos publicados em jornais locais (*Correio do Brasil, Gazeta do Povo, O Norte, O Imparcial, Jornal de Notícias, Diário de Notícias, A Tarde*). De 1945 a 1964 foi presidente da Academia de Letras da Bahia (FAMEB, 2019).

[228] O emprego bem aplicado do termo revela influência de ideias de preservação vindas da Europa, pois conforme Françoise Choay (2006), o *Monumento Histórico* foi uma invenção ocidental (do século XIX) para se referir a artefatos que recebem reconhecimento de especialistas de seu valor para a construção da história.

A edição de 9 de agosto de 1933 de *O Imparcial* dedica artigos extensos sobre o caso de demolição da Igreja da Sé. Entre os textos do jornal, estava mais uma argumentação de Pinto de Carvalho, agente que foi um dos mais ativos defensores da edificação na imprensa, no período da iminente derrubada. A fala deixa entrever que havia um processo de defesa ocorrendo em outras instâncias, como telegramas enviados para a capital da República assinados "pela nata dos nossos homens de significação intelectual", destacando-se também o apoio da *Federação baiana pelo progresso feminino,* da *Escola Politécnica*, da *Faculdade de Medicina*, da *Biblioteca Pública*, do *Instituto Histórico*, da *Inspetoria de Monumentos*, da *Associação Comercial* e da *Associação Universitária* ([CARVALHO,] O IMPARCIAL, 9 ago. 1933, p.8).

O docente destacou o valor histórico da edificação, "a sagrada pátina dos muitos séculos representados pelas suas negras paredes", apresentando outros exemplos pela Europa de conservação dos "vestígios do passado", como as ruínas de Roma, e a guarda "como relíquias" de monumentos públicos na França. Em 1933, mais um número da revista do IGHB foi publicado com protesto sobre o caso da Sé, destacadamente uma coletânea de artigos do Prof. Dr. Luiz Pinto de Carvalho[229].

Foram chamados de "passadistas"[230] aqueles que proferiram falas em defesa de velhas pedras do passado, como as que se manifestaram no caso da Sé. Há na definição uma generalização, colocando no mesmo grupo: engenheiros politécnicos, professores, membros dos Institutos, líderes religiosos, representantes de instituições (como a Inspetoria de Monumentos e o Museu Nacional).

O debate sobre a preservação estava posto na Bahia e o caso de demolição da Sé, que estendera de 1912 a 1933, teve papel relevante para entendermos a formação da noção de patrimônio a nível local e depois nacional. Vanessa Dócio (2014) relaciona a origem dos debates de preservação do patrimônio na Bahia com o processo de reforma urbana da cidade de Salvador, que ameaçou e demoliu áreas selecionadas do tecido urbano legado do período colonial.

[229] Além de textos de Godofredo Filho e do Engenheiro Eurico da Costa Coutinho.

[230] Termo usado pelos jornais a favor da demolição e também em documentos oficiais, como encontramos no parecer do Conselho Consultivo do Estado, referente às conveniências de ser cedido o prédio estadual da Palma ao município, para figurar entre as vantagens acertadas com o arcebispo ([PINTO DE CARVALHO,] RIGHB, 1933). No artigo foram citados alguns dos que protestaram contra a demolição, entre eles "Theodoro Sampaio, Octavio Mangabeira, Vital Soares, Bernadino Souza, Afonso de Taunay, Hermes de Lima, Arthur Neiva, Pirajá da Silva, Braz do Amaral, Borges de Barros, Basílio Pereira, Anselmo Albuquerque, Ulysses Paranhos, Berbert de Castro, Gama e Abreu, Gustavo Barroso," dentre outros.

> As discussões que deram origem à noção de patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia foram iniciadas logos nos primeiros anos do século XX, no bojo dos acontecimentos que marcaram o processo de reformas urbanas na Cidade de Salvador, capital do Estado, é o processo de demolição sistemático das edificações antigas que iria motivar o início dos debates acerca da sua preservação e, ao mesmo tempo, dar margem a elaboração de um discursos calcado no por que preservar. (DÓCIO, 2014, p.11)

4.1.2. O âmbito nacional, a construção de uma política federal de preservação do patrimônio, anos 1930.

As falas em torno da demolição da Sé desde 1928 haviam atingido repercussão nacional, circulando principalmente na Capital Federal. Mas sua demolição ocorreu num período de transformação do que "era libelo" (revolucionário) nos anos 1920 em ação concreta e política cultural nacional nos anos 1930 (RUBINO, 1992, p.54). Caminhava-se para a institucionalização do patrimônio a nível federal.

Após o reconhecimento da cidade de Ouro Preto enquanto "Monumento Nacional" surgiu uma demanda de atividades de conservação dos imóveis e dos espaços públicos, assim em julho de 1934 foi criada a *Inspetoria dos Monumentos Nacionais* (IMN), após uma reformulação da legislação do *Museu Histórico Nacional*, criado desde 1922 como uma das respostas às tensões entre tradição e modernidade[231].

A *Inspetoria dos Monumentos Nacionais* centralizava o reconhecimento de bens na figura do Gustavo Barroso, concentrando a construção da memória no Distrito Federal. Entre os 12 artigos da legislação, apenas 2 se referiam a bens imóveis, os demais foram dedicados a objetos histórico-artísticos. Aline Magalhães (2004) ressaltou o limite legislativo da proteção de bens imóveis de nível federal quando comparado a projetos elaborados anteriormente. O termo relíquia usado por Barroso foi empregado para se referir desde objetos até edificações num esforço de colecionar relíquias para o culto da tradição.

> Buscando acumular relíquias para o *culto da saudade*, Barroso formou coleções de vestígios do passado, a partir das quais ainda é possível conhecer monumentos que não existem mais, como a Sé da Bahia, pintada

[231] "A imagem da nação próspera e bela difundida pela Exposição Internacional aliava-se às construções do passado, que fora retomado como meio de justificar o presente e cultivar o orgulho patriótico, organizando e disciplinando os indivíduos" Assim, "Nessa tensão o Museu Histórico Nacional foi fundado, constituindo-se numa instituição moderna voltada para o culto das tradições, fruto da aceleração da história imposta pela dinâmica industrial e da dicotomia entre tradição e modernidade que envolvia os projetos de construção simbólica da nação durante as comemorações do centenário" (MAGALHÃES, 2004, p.30-31)

> por Alfredo Norfini[232], cuja pia de água benta fez parte do acervo do Museu, e o Solar Megaípe, também pintado por Norfini. (MAGALHÃES, 2004, p.142)

Alfredo Norfini possui aquarelas e desenhos a bico de Pena que retratam a arquitetura do período colonial, através da representação de elementos como portas de entradas e chafarizes, edifícios e trechos de cidades mineiras Ouro Preto, São João del Rey, Tiradentes, Diamantina e Olinda (Figuras 66 e 67). Algumas dessas representações estão datadas, como a aquarela de Ouro Preto, datada de 24 de janeiro de 1921.

Figura 66: Portada da igreja da Sé de Salvador, aquarela de Alfredo Norfini.

Fonte: Biblioteca virtual do Museu Histórico Nacional

Figura 67: Ouro Preto, aquarela de Alfredo Norfini de 24 jan. 1921.

Fonte: Biblioteca virtual do Museu Histórico Nacional

Os principais trabalhos da *Inspetoria dos Monumentos Nacionais* foram as restaurações em bem imóveis em Ouro Preto, cujas obras de intervenção realizadas foram reformuladas diversas vezes posteriormente pelo SPHAN (MAGALHÃES, 2004). Do relatório de 10 de janeiro de 1934 de Gustavo Barroso em atenção a Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde Pública), observa-se que a *Inspetoria de Monumentos Nacionais* era algo paliativo para atender a situação emergente de Ouro Preto.

Podemos inferir que o Ministro já articulava a criação do SPHAN, posto que a "Inspetoria de Monumentos Nacionais, mais tarde [fora] transformada pelo ministro Gustavo Capanema em Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional"[233]. Capanema

[232] Alfredo Norfini possui aquarelas e desenhos a bico de Pena que retratam a arquitetura do período colonial, através da representação de elementos como portas de entradas e chafarizes, edifícios e trechos de cidades como Ouro Preto, Diamantina e Olinda.

[233] Trecho destacado da nota que abre a *Seção Gustavo Barroso – Inspetoria de Monumentos Nacionais* no acervo digital do Museu Histórico Nacional.

estava ciente através dos relatórios de Barroso que a situação da Inspetoria era precária, havia necessidade de aumentar o quadro de pessoal para dar conta de sua "projeção nacional" que "obriga a viagens, fiscalização local, locomoção urgente e incessante dos funcionários", não podendo assim estar limitada ao trabalho no Rio de Janeiro.

> A reforma constante do Decreto do Governo Provisório de 14 de julho do ano findo (Dec. n. 24.735), dotou-o da aparelhagem e dos objetivos pelos quais sempre me bati, a fim de poder desempenhar no meio brasileiro a missão relevantíssima de órgão coordenador das medidas de defesa e salvaguarda do patrimônio tradicional do país. [...] Tudo isso com o escasso pessoal do nosso quadro, já declarado insuficiente no início da vida do Museu, e agora positivamente impossibilitado de atender a todas as complexas exigências do novo Regulamento, que criou, adida a esta Repartição, uma Inspetoria de Monumentos, e lhe atribuiu deveres imperativos, como os trabalhos de reparação e conservação dos monumentos históricos de Ouro Preto (Minas Gerais). (BARROSO, 1934, p.1-2)

Documentos do Museu Histórico Nacional demonstram a atuação de Gustavo Barroso na defesa de Ouro Preto desde pelo menos 1928, tendo sido um agente importante no processo de reconhecimento e oficialização da cidade como Monumento Nacional em 1933. Desde pelo menos 1928 encontramos comunicações entre Barroso e o engenheiro Epaminondas Macêdo[234] sobre obras em andamento em Ouro Preto. A cidade era tida como sagrada para o Diretor, como ele registra em artigo de 1928.

> Pela primeira vez cheguei a essa cidade numa noite linda de agosto. Até hoje a impressão que me causou perdurou viva na memória. A lua subia, curiosa, acima do espigão da serrania. E, no alto dos morros escuros, as torres brancas das igrejas atalaiavam o silêncio. Parece-me que caminhei devagar, procurando não fazer ruído, como se tivesse receio de acordar em cada viela torcicolosa e deserta as sombras das gerações desaparecidas. A cada passo, a História de Minas dava-me uma lição. [...] Ouro Preto me atrai e me fascina, porque ali não é somente o passado que sinto, palpo e respiro, porém o passado de minha terra, o passado de minha raça e o passado de minha língua. [...] Esse amor das nossas coisas fez-me voltar várias vezes a Ouro Preto e pregar sempre a necessidade de tornar aquela cidade uma como cidade sagrada do Brasil, defendendo dos insultos do tempo e protegendo das tolices dos homens a soberba floração dos seus monumentos. (BARROSO, 1928)

No artigo "A cidade Sagrada", Barroso afirma a pertinente necessidade de proteger monumentos na Bahia e em Pernambuco, sem citar diretamente as Inspetorias recém-criadas nesses estados. "Na Bahia, o maravilhoso Convento de S. Francisco, a Sé Velha, em vésperas de ser posta criminosamente abaixo, e tantas outras obras mereceram a atenção do

[234] Engenheiro oficial das obras em Ouro Preto fiscalizadas pela *Inspetoria de Monumentos Nacionais.* Fernanda Silva (2016) abordou esse primeiro período de obras na cidade, destacando a aproximação da atuação de Epaminondas Macêdo com as propostas de restauração de Viollet Le Duc.

Estado. Olinda e Recife estão cheios de vestígios e relíquias que exigem cuidado e amor" (BARROSO, 1928). Nos relatórios do Museu Histórico Nacional do período de 1934 a 1937 (período de funcionamento da *Inspetoria de Monumentos Nacionais* enquanto departamento da instituição museológica) não há menção a um trabalho oficial de inventário de bens imóveis em outras cidades, ou incorporação de bens já inventariados pelas Inspetorias de Monumentos, da Bahia ou de Pernambuco.

Ministro de 1933 a 1945, Capanema, nascido em Pitangui (MG), foi agente articulador importante da oficialização da política patrimonial no Brasil[235]. As oligarquias mineiras deram forte apoio ao Governo de Getúlio Vargas e consequentemente favoreceram o reconhecimento de Ouro Preto enquanto Monumento Nacional. Em paralelo com a atuação da *Inspetoria de Monumentos Nacionais*, o Ministro mineiro articulava a estruturação de projeto mais específico para a defesa do patrimônio. Nesse sentido é importante citar algumas das ligações do Ministro.

> A ligação de Mário de Andrade com Gustavo Capanema passava através de Manuel Bandeira e, principalmente, de Carlos Drummond de Andrade assessor direto do político mineiro durante toda a sua trajetória pública, da Revolução de 1930 à deposição de Getúlio em 1945. As vinculações entre Capanema e o movimento modernista, garantidas e constantemente revitalizadas por Drummond, nunca foram simples nem plenamente cordiais. Porém, o modernismo foi um movimento bastante amplo e muitas vezes ambíguo, possibilitando leitura e interpretações as mais diversas. (SALA, 1990, p.21).

O Governo Revolucionário de Vargas e depois o Estado Novo (1937-1945) traziam um "novo conceito de nacionalidade através da educação[236], da cultura e de versões oficiais da história" (SALA, 1990, p.22). Essa concepção de nacionalidade foi utilizada para atenuar a descentralização federativa (instituída com o início da República a partir de 1889) e para enquadrar minorias étnicas em uma única identidade brasileira. Capanema incumbiu Mário de Andrade (diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo) de escrever o anteprojeto que foi adaptado e tornou-se Decreto-Lei nº25/1937 (SALA, 1990).

---

[235] Nos documentos pessoais de Gustavo Capanema podemos encontrar, por exemplo, uma comunicação de autoria de Rodrigo de Melo Franco de Andrade (27-10-1928), destacando que seria entregue a Capanema (a época ainda não era Ministro, mas vereador da cidade de Pitangui-MG) "alguns ensaios que me parecem necessários sobre os centros civilizados do passado da mineração" – dentre eles um de "Manuel Bandeira escrevera sobre Ouro Preto" (ANDRADE, 1928).

[236] Nesse sentido, a ação do Ministério da Educação e Saúde voltou-se para a reestruturação do sistema educacional brasileiro. Em 5 de julho de 1937 instituiu a Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro), a sua implantação teve inclusive a participação do arquiteto modernista Le Corbusier, que veio ao Brasil também como consultor do projeto da sede do Ministério de Educação e Saúde (MES). Capanema deu apoio a arquitetura moderna, quando incumbiu a equipe chefiada por Lúcio Costa de realizar o projeto do MES, rejeitando o resultado do concurso que aprovara o projeto de Arquimedes Memória.

> O que caracteriza o projeto autoritário do nacionalismo brasileiro do Estado Novo é a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica de um Estado nacional forte e poderoso. Isso difere bastante das preocupações centrais de Mário de Andrade, que buscava as raízes mais populares e vitais do povo, através do estudo da cultura de seus diversos estamentos sociais (SALA, 1990, p.21).

O Estado Novo constrói as bases de um nacionalismo se apoiando em discussões já existentes em torno da tradição, que apresentaram variados sentidos e interesses, levados por agentes ligados ao catolicismo, as oligarquias tradicionais, ao modernismo, as instituições como os Institutos Históricos, os museus e as Inspetorias de Monumentos. O governo moldou a tradição numa preocupação nacional, através da oficialização de uma política federal de preservação de elementos selecionados do passado[237].

Silvana Rubino (1991, p.41) destaca a importante "aliança entre os grupos ligados ao modernismo mineiro e paulista" e "suas relações com o governo" que desembocaram na política oficial do patrimônio brasileiro. A mítica criação desse momento nacional apagou alguns antecedentes, inclusive a discussão local de estados como a Bahia e Pernambuco, que após um ciclo de modernização das capitais, com demolições emblemáticas, chegaram a criar as Inspetorias de Monumentos no final dos anos 1920.

> Tão urgente quanto proteger um acervo era constituir um acervo. Exceto por casos mais evidentes, em que já havia uma tradição de se olhar o patrimônio local – como acontecia em Minas, Pernambuco, Bahia e, de modo diferente, São Paulo – não havia um conhecimento prévio de um acervo nacional. Como veremos no conjunto do que se tombou, as iniciativas estaduais e as definições construídas nessa proto-história nortearam a política nacional: foi onde já havia uma tradição de se guardar tradições que o SPHAN realizou seu trabalho mais acabado. Tombou-se muito daquilo que já se considerava "de mérito". Cristalizou-se, através do tombamento, muito do que já estava prefigurado em toda a discussão anterior à criação do Serviço, desenhando assim um mapa do país já existente há muito para as tradições de liderança local de estados como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. (RUBINO, 1991, p.60-61, grifo nosso)

Com o estudo dos casos de demolições na Bahia e em Pernambuco vimos aflorar argumentos em torno da preservação, pudemos discernir agentes, grupos e instituições que proferiram falas em torno da salvaguarda de elementos do passado. A preocupação em

[237] Durval Albuquerque Júnior (2011, p.61) afirma que "a necessidade de ter uma nação, de superar suas vinculações localistas [...] faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo". É na pressão por formar a nação que os "diversos discursos regionais chocam-se", pois escolher "o modelo a ser generalizado" para o país significava a afirmação de uma hegemonia.

construir uma ligação com o passado aparece em discussões locais, como abordamos na tese: Bahia e Pernambuco eram estados que já contavam com leituras sobre a tradição local.

Renata Cabral e Paola Jacques (2018, p.31) afirmam a coletividade dos processos e problematizam a mítica criação do SPHAN, estabelecendo uma crítica às "narrativas históricas que ainda insistem na pureza simplificadora dos mitos fundadores". Cabral e Jacques (2018, p.1) analisam um documento de 1930, que embora não esteja assinado, afirmam ser de autoria de Oswald de Andrade, em que ele sugere as "Bases para a Criação e Organização do Departamento de Defesa e Conservação do Patrimônio Artístico do Brasil". A proposta foi entregue ao ministro Vianna do Castello por Wanderley de Araújo Pinho[238], com recomendações do Presidente Washington Luís.

> [...] mas sua existência [dos mitos fundadores] nos levou a problematizar a própria história da constituição do campo da preservação do patrimônio no país de forma processual e dissensual, mostrando que os processos são coletivos, feitos de colaborações e disputas de várias ordens, em particular políticas, impossibilitando a atribuição de uma autoria única. (CABRAL e JACQUES, 2018, p. 30-31).

Entre as disputas políticas, podemos citar o apagamento de vozes como a de Gustavo Barroso e de Oswald de Andrade. Um por sua atuação no integralismo, radicalizado em direção ao discurso ideológico fascista, que durou de 1932 a 1938 quando foi extinto pelo Estado Novo (MAGALHÃES, 2004). Outro por suas ideias radicais na literatura e política em "sua fase antropofágica" (CABRAL e JACQUES, 2018, p.26).

Cabral e Jacques (2018) também ressaltam as viagens de redescoberta do Brasil, como importante experiência para a sensibilização com a preservação. As autoras destacam que as propostas de Oswald de Andrade de 1930 e o anteprojeto de Mário de Andrade (adaptado e oficializado através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937) partilham da viagem do grupo de modernistas às cidades mineiras em 1924, realizada com o poeta franco-suíço Blaise Cendrars. Na proposta de Oswald de Andrade há a referência à potencialidade de excursões educacionais[239], citando-se algumas das cidades que

[238] Junto com o documento não assinado, Wanderley de Araújo Pinho enviou o seu próprio projeto de lei em defesa de edificações do passado. A partir de 1936, para efeitos arquivísticos Oswald de Andrade atribuiu a proposta de Oswald de Andrade a Mário de Andrade.

[239] Mário de Andrade deixou nos registros de suas viagens pelo Brasil (centro/sul e também do norte/nordeste) marcas de sua sensibilidade pelas paisagens e culturas locais. Cf. Lira (2005); Lira e Dantas (2001); Trajano (2008) e Andrade (2015).

guardavam “monumentos tradicionais e pitorescos da Arte e da História do Brasil – Minas, S. Paulo, Bahia, Marajó, Mirancanguera, etc” [240].

As autoras destacam que já aparece no projeto de três páginas de Oswald Andrade “a ideia de que ‘cidades antigas, características’, sejam consideradas ‘monumentos públicos’ a serem protegidos”, também referidas numa proposta de Blaise Cendrars de 1924 e no decreto-lei nº 25 / 1937. É preciso destacar a importância do contato dos modernistas com Cendrars, Mário de Andrade afirmou que essa experiência modificou o seu olhar para o passado.

> Para nós, que evidentemente começamos agora a esboçar na argamassa caótica das nossas aventuras e circunstâncias a consciência nacional, sabedoria consistirá em observarmos com maior entendimento de nós mesmos as nossas forças presentes [...] Por que se nossa raça não for livre, forte, nem vibrante, audaz e colorida será fatalmente melancolizada pela incompreensão da própria terra, esquartejada pela inadaptação, definitivamente vencida, morta. [...] Por isso amo sobretudo, da poesia viva de França, Blaise Cendrars, porque o mais rico de benefícios para mim. Ele me libertou da incompreensão do passado, pelo qual eu não vivia na terra do meu país e do meu tempo. [...] Esse conhecimento nos permitiu nos integrássemos à consciência do nosso país, porque nos tornáramos os homens livres que hoje somos. Brasileiros, sem quase nenhuma tradição artística, sem a tremenda herança de séculos e séculos de inteligência crítica, é como homem livre, sem ligação de escola alguma francesa ou italiana, alemã ou portuguesa, como selvagem que saúdo o poeta francês (ANDRADE, 1924, p. 222-223).

Mário de Andrade sentiu que a nacionalidade ansiada pelo Brasil[241] deveria ser construída entendendo o próprio ritmo local e livre de tradições estrangeiras. Assim, o intelectual partiu para outras viagens de descoberta, não ficando apenas no eixo São Paulo-Minas, indo também à região amazônica (de maio a agosto de 1927) e ao Nordeste do país (novembro de 1928 a fevereiro de 1929). Mário se coloca na posição de um “turista aprendiz” que parte a conhecer diversas partes do país. Importante pontuar alguns dos cicerones do intelectual nas cidades visitadas. Em Pernambuco, por exemplo, encontrou-se com seu amigo Manuel Bandeira, que articulou um passeio com Gilberto Freyre pelo Recife através do Rio Capibaribe[242].

---

[240] Cf. CABRAL e JACQUES (2018), artigo que discute a proposta de Oswald de Andrade, trazendo o documento publicado na íntegra no anexo do trabalho (o trecho citado encontra-se na página 3 do documento). A proposta foi inicialmente apresentada ao presidente Washington Luís em 1926, em sua versão final, em 1930 foi reapresentada de forma mais estruturada.

[241] Albuquerque Jr. (2011, p.63-64) destacou que a percepção de Mário era “de que o Brasil não possuía uma identidade cultural por falta de tradição. Para ele, o trabalho intelectual do artista, se colocava como construtor desta tradição”.

[242] Na Paraíba foi ciceroneado por Ademar Vidal, no Rio Grande do Norte foi recebido por Luís da Câmara Cascudo (ANDRADE, 2015 [ed. orig.1973]). Cf. Trajano Filho (2008); Lira e Dantas (2001).

Bomeny (2001, p.8) destaca o "esforço hercúleo" de Mário de Andrade, nas viagens pelo país "recolhendo, catalogando, classificando e valorizando os bens simbólicos e materiais com o propósito de realçar a originalidade brasileira". A autora destaca que Mário de Andrade e outros intelectuais com interesses distintos se aproximaram do Estado a fim de contribuir para a definição da nacionalidade. Modernistas, integralistas, católicos, positivistas, socialistas, regionalistas trabalharam juntos com o Estado Novo. Na "Constelação Capanema" podemos citar nomes como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Candido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre, entre outros (BOMENY, 2001).

Gilberto Freyre foi um dos estudiosos da herança colonial, que colaborou com o governo do Estado Novo[243], evidenciando a tradição do Brasil ligada à arte luso-brasileira. Um dos produtos dos estudos de Freyre, que buscaram contribuir com a caracterização da pátria, foi publicado na primeira edição da revista do SPHAN[244].

> [...] os traços portugueses [...] persistem em combinações e diferenciações inesperadas, mas que guardam o sabor do original [...] força criadora do português, em vez de se impor, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artístico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem entretanto desaparecer: conservando-se em quase tudo o elemento mais característico. (FREYRE, 1937, p.42).

Lucio Costa, na mesma edição da Revista do SPHAN, destaca a transferência das "características" da arquitetura portuguesa para o Brasil, afirmando que "longe de significarem um mau começo" possuíam um "ar despretensioso e puro". Conforme Costa (1937, p.186-189), a "tradição" brasileira estava na arquitetura religiosa barroca e também civil produzida até 1910. Um legado que guardara características portuguesas com

[243] Telegramas e cartas versam sobre uma verba disponibilizada pelo ministro "com a qual o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura facilita ao Dr. Gilberto Freire estudar os documentos históricos relativos ao Brasil colonial, existentes no Arquivo de Ultramar (Lisboa), verificando e relacionando os que mais interessem a nossa história pátria". Informações coletadas da base Access do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais e Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV, 1937). Houve o interesse de nomear Freyre para um cargo de delegado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mas através de carta Agamenon Magalhães comunica a Gustavo Capanema a impossibilidade da nomeação, por Freyre ter sido acusado pelo DOPS de participação na preparação do movimento de 1935.

[244] O periódico tornou-se importante veículo de divulgação das pesquisas em torno do patrimônio nacional, tendo entre os colaboradores da primeira edição publicada em 1937: Rodrigo Andrade, Mário de Andrade, Lucio Costa, Afonso Taunay (diretor do Museu Paulista de 1917-1945), Anníbal Fernandes (antigo Inspetor da Inspetoria de Monumentos de Pernambuco), Godofredo Filho (representante modernista baiano do SPHAN).

adaptações ao meio (ou o " 'amolecimento' notado por Gilberto Freire") e se enquadram "dentro da evolução" que chega às "experiências da moderna arquitetura"[245].

Entre "a ação de intelectuais e as decisões do governo" é evidente que se estabeleceram tensões no Ministério de Gustavo Capanema, no período de 1937-1945 (BOMENY, 2001, p.5). A autora exemplifica com uma carta de Mário de Andrade a Gustavo Capanema a "ambiguidade do casamento entre homens de espírito e rotinas do poder", o intelectual fala do impacto que a "impessoalidade burocrática exerceu sobre a sensibilidade do modernista".

Com relação ao anteprojeto que foi adaptado para o Decreto-Lei nº25/1937, podemos identificar a força homogeneizadora do Governo sobre a concepção original de Mário de Andrade. Sala (1990, p.21) destacou que "[...] no momento da criação do SPHAN, a questão se colocava como um problema étnico, o anteprojeto de Mário visando à preservação das diversidades étnicas, linguísticas e culturais, o Estado Novo procurando assimilar e homogeneizar essas mesmas etnias."

> As tônicas de suas propostas são, em primeiro lugar, uma preocupação equilibrada entre o popular e o erudito, em que pesem as críticas que se possam fazer a essa distinção sumária e, em segundo lugar, uma ênfase muito grande nos aspectos imateriais da cultura, aquilo que não é propriamente um bem, móvel ou imóvel, no sentido de propriedade, são esses dois aspectos de sua proposta que fazem com que seu anteprojeto seja adotado apenas parcialmente, não encontrando sintonia na letra do decreto-lei nº 25 e sua posterior regulamentação (SALA, 1990, p.21).

Entre as tensões do ministério de Gustavo Capanema, podemos destacar divergências quanto à universalidade do patrimônio "de Rodrigo – e isto significa o SPHAN – com o grupo regionalista de Pernambuco representado por Gilberto Freyre. [...] já que os regionalistas enfatizavam muito mais os valores específicos, singulares e próprios da região – entendida como unidade sociocultural" (SANTOS, 1996, p.81).

Tensões quanto aos bens reconhecidos em nível federal também são observadas nos documentos das Inspetorias de Monumentos. Relatório de 1938 da Inspetoria de Monumentos da Bahia demonstra descontentamento com a falta de reconhecimento federal do patrimônio local, inclusive destacando o potencial desses bens para serem considerados inclusive como conjunto urbano, como foi o reconhecimento de Ouro Preto em 1933.

> Embora não tenha ainda a honra de ser considerada *cidade monumento nacional* pelo Governo Federal, como é de justiça e necessidade imperiosa, a cidade do Salvador dispõe de um patrimônio histórico

[245] Conforme Costa (1937, p.193), na definição da "boa tradição" não havia lugar para a produção neocolonial (reprodução de um "aspecto já morto") ou eclética ("uma confusa bagagem técnico-decorativa").

> vultosíssimo que a torna no gênero a primeira cidade brasileira. [...] tão grande acervo do passado, como a velha Capital da América Lusitana [...] Sendo a Bahia uma cidade colonial, apresenta no seu todo o aspecto da época em que foi edificada. Muitas das suas ruas e logradouros públicos conservam os traços perfeitos dos primeiros anos com todas as características de antiguidade, guardando a largura, e calçamento, os passeios, as fachadas dos edifícios e até a iluminação. Porque não conservá-las para o futuro presas ao passado com as suas linhas indicativas do período colonial em que surgiram? (BAHIA, 1938, p. 462-463)

Importante observar que o documento também clama por um reconhecimento de Salvador enquanto cidade monumento nacional, demonstrando um interesse em ampliar o acervo inventariado nos relatórios anteriores, cuja listagem era formada por edificações isoladas. O documento de 1938 destacou a originalidade não só das edificações que ajudam a narrar grandes feitos da história oficial, mas também das ruelas modestas e do casario típico colonial que teria sobrevivido às remodelações da cidade.

> A sua originalidade vem do número de casas pequenas e típicas, das diversas curvas que faz e do aspecto rigorosamente colonial, que apresenta. Como estas, muitas outras existem espalhadas no centro da cidade, contendo edifícios de esquinas originais, gradis, azulejos, telhados de beira e sobreira, linhas d'água, rótulos, óculos e aberturas de sótão, que por descuido, não sentiram ainda os efeitos da picareta dos falsos defensores do urbanismo. A parte antiga da cidade deve ser conservada. (BAHIA, 1938, p.463)

Do relatório de 1938, da Inspetoria de Monumentos da Bahia também se infere que a disputa em torno da transformação da imagem do bairro da Sé ainda era evidente. O documento deixa transparecer uma discussão da época em torno do corte de parte do Palácio dos Arcebispos (edificação que possuía um passadiço para a Igreja da Sé, demolida em 1933). "O desaparecimento das velhas igrejas da Ajuda, de São Pedro e da Sé, e o corte da Igreja do Corpo Santo, ficarão perpetuamente a pedir que não se prossiga nessa política de destruição e empobrecimento de uma grande cidade brasileira (BAHIA, 1938, p.468)".

Os rebatimentos das listagens das Inspetorias de Monumentos da Bahia e de Pernambuco nas edificações reconhecidas como patrimônio pelo SPHAN ficam evidentes quando comparamos com os tombamentos federais[246] de 1938. Na lista de bens reconhecidos a nível nacional observamos a maior abrangência do inventário baiano em relação ao pernambucano (tabela 3), mas em ambos os estados houve uma predominância

[246] A listagem disponível no site institucional do atual IPHAN, contem números dos processos de tombamentos abertos de 1938 até 2018, facilitando a pesquisa de casos estudados em torno do patrimônio 0nacional no período de 80 anos de atuação da instituição.

por salvaguardar "relíquias" do período colonial, como fortificações militares e principalmente o barroco religioso de escala monumental.

> Os intelectuais do SPHAN, ao nomearem o barroco como marco fundador da cultura brasileira, dão uma significativa importância ao sentido histórico, instaurador da continuidade progressiva, passível de transformação e evolução. As igrejas dos séculos XVII e XVIII, casas de Câmara e Cadeia, fortes, palácios, sedes de fazendas e outras edificações foram elevadas, pelos intelectuais do SPHAN, a símbolos da nação, por sua vinculação a fatos memoráveis e a qualificações estéticas. Portanto, repensaram e reinventaram um passado, ao mesmo tempo que vislumbraram e construíram um futuro. (MALHANO, 2002, p. 45)

Tabela 3: Lista dos processos de tombamento federal em 1938 – Recife-PE.

Nome atribuído	**Dados do Processo "T"**			**Dados do Tombamento**	
	Nº	**Ano**	**Estágio**	**Histórico**	**Belas Artes**
Forte do Buraco	101	1938	cancelado		
Ig. de Nossa Sra. da Conceição dos Militares	4	1938	Tombado		Mar./38
Capela Dourada, claustro e Ig. da Ordem Terceira de São Francisco	6	1938	Tombado		Mar./38
Forte das Cinco Pontas	101	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Forte do Brum	101	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Igreja Matriz de Santo Antônio	105	1938	Tombado		Ago./38
Ig. S. Pedro dos Clérigos e Pátio de S.Pedro	123	1938	Tombado		Jul./38
Ig. da Ordem Terceira da N. Sra. do Carmo	125	1938	Tombado		Mai./38
Palácio da Soledade	130	1938	Tombado		Jul./38
Capela da N. Sra. da Conceição da Jaqueira	133	1938	Tombado		Jul./38
Igreja da Madre de Deus	134	1938	Tombado		Jul./38
Igreja de São Gonçalo	138	1938	Tombado		Jul./38
Casa situada à Rua Benfica, nº 624; Solar das Barrocas	453		Indeferido		
Convento e Igreja de Santo Antônio	144	1938	Tombado		Jul./38
Convento e Igreja do Carmo do Recife	148	1938	Tombado	Out./38	Out./38
Ig. Da Ordem 3ª do Carmo de Sta. Teresa	148	1938	Tombado	Out./38	Out./38
Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista	149	1938	Tombado		Ago./38

Fonte: Adaptado de IPHAN, 2018.

O tombamento federal de 1938, legitimou o que era mais aceito por grupos e instituições locais, se apegando a leituras anteriores sobre o patrimônio local, principalmente as realizadas pelas Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais. Exemplares outrora ameaçados demolição (como o Mosteiro e Igreja de São Bento e o Palácio Arquiepiscopal), ganharam reconhecimento federal (tabela 4). A perda da capela da Ajuda, continuamente relembrada nos debates da cidade, levou ao tombamento da edificação (mesmo com sua nova feição eclética) e do seu acervo em junho de 1938, através do processo de número T-122 que também incluiu edificações modestas como a Igreja do Rosário dos Pretos[247].

[247] Capela construída pelos negros e para eles, que em muitos locais foi ignorada, o fim de muitas delas foi a demolição. A Igreja homônima de Natal-RN permanece preservada, tendo sido implantada de costas para a

Tabela 4: Lista dos processos de tombamento federal em 1938 – Salvador-BA.

Nome atribuído	**Dados do Processo "T"**			**Dados do Tombamento**	
	Nº	Ano	Estágio	Histórico	Belas Artes
Convento e Igreja Nossa Senhora da Lapa	30	1938	Tombado		Mar./38
Convento e Igreja do Desterro	30	1938	Tombado		Mar./38
Casa à Avenida Joana Angélica, 149	32	1938	Tombado		Abr./38
Igreja e Mosteiro de Monte Serrat	79	1938	Tombado		Jun./38
Mosteiro e Igreja da Graça	79	1938	Tombado		Jun./38
Mosteiro e Igreja de São Bento	79	1938	Tombado		Jun./38
Santa Casa da Misericórdia da Bahia e Igreja	80	1938	Tombado		Jun./38
Casa Pia	81	1938	Tombado	Mar./41	Mar./41
Colégio dos órfãos de São Joaquim	81	1938	Tombado	Mar./41	Mar./41
Igreja e Casa da Ordem Terceira do Carmo	82	1938	Tombado		Jun./38
Ig. e Casa da Ordem Terceira de S.Domingos	83	1938	Tombado		Jun./38
Catedral Basílica de Salvador	84	1938	Tombado		Mai./38
Convento e Igreja de São Francisco	86	1938	Tombado		Mai./38
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	89	1938	Tombado		Mai./38
Igreja de São Miguel	89	1938	Tombado		Mai./38
Convento e Ig. de Nossa Senhora do Carmo	90	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Palácio da Associação Comercial da Bahia	112	1938	Tombado		Jun./38
Palácio Saldanha	113	1938	Tombado		Jun./38
Casa à rua Carlos Gomes, 57	114	1938	Tombado		Jun./38
Casa Marback	116	1938	Tombado		Jun./38
Casa natal de Gregório de Mattos	117	1938	Tombado		Abr./38
Sobrado à Praça Anchieta, 18	117	1938	Tombado	Fev./43	
Solar do Barão do Rio Real	118	1938	Tombado		Abr./38
Solar do Berquó	119	1938	Tombado		Jun./38
Solar Ferrão	120	1938	Tombado		Jun./38
Solar do Conde dos Arcos	121	1938	Tombado		Jun./38
Capela da Ajuda	122	1938	Tombado		Jun./38
Seminário de São Dâmaso	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja do Rosário dos Pretos	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja de Santo Antônio da Barra	122	1938	Tombado		Jun./38
Convento e Igreja de Santa Teresa	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja do Senhor do Bonfim	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja e Hospício de Boa Viagem	122	1938	Tombado		Jun./38
Ig. Matriz de N. Sra. da Conceição da Praia	122	1938	Tombado		Jun./38
Palácio Arquiepiscopal	122	1938	Tombado		Jun./38
Capela do Corpo Santo	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja da Palma	122	1938	Tombado		Jun./38
Ig. da Rua do Passo - Santíssimo Sacramento	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja de Santo Antônio da Mouraria	122	1938	Tombado		Jun./38
Igreja do Pilar	122	1938	Tombado		Jun./38
Casa dos Sete Candeeiros	124	1938	Tombado		Jun./38
Forte de Gamboa	155	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Forte de Santa Maria	155	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Forte de Santo Antônio da Barra	155	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Forte de São Marcelo	155	1938	Tombado	Mai./38	Mai./38
Casa à Avenida Frederico Pontes	165	1938	Tombado	Jun./38	Jun./38

Fonte: adaptado de IPHAN, 2018.

matriz, foi reconhecida como patrimônio federal em 1992 (ASSUNÇÃO, 2014).

4.2. Em análises de novos projetos para as cidades, a partir dos anos 1930.

A representação da cidade colonial estava em disputa. Os casos de demolições fizeram parte dos embates entre a desconstrução da imagem do passado[248] e a preservação de parte desse passado. As críticas de agentes e instituições relativas ao lado demolidor dos ciclos de modernização do início do século XX deixaram marcas no debate urbano e apontaram novos caminhos para o urbanismo brasileiro que após os anos 1920 concentra proposta na expansão da cidade para novas áreas. A institucionalização do patrimônio nacional, os custos financeiros e sociais de reformar adensados núcleos coloniais, as circulação de ideias internacionais da sociedade moderna impunham novas maneiras de pensar os projetos para a cidade. Assim nos estendemos no recorte temporal (1909-1933), relacionando as demolições com seus usos posteriores, sem a pretensão de dar conta das extensas discussões, planos e projetos que sucederam.

4.2.1. Mobilizações de demolições do Recife colonial.

No Recife, as demolições do ciclo de obras de 1909-1918 aparecem nas discussões de projetos para o bairro de Santo Antônio iniciadas nos anos 1920[249], década em que um saber mais especializado sobre a cidade torna-se evidente. Conforme Outtes (1997), em 1927 a prefeitura realizou contrato com a *Companhia Construtora do Norte do Brasil* para realização de um projeto no bairro aos moldes do que foi realizado no local da extinta Matriz do Corpo Santo (demolida em 1913) e seu entorno. A proposta urbanística foi idealizada pelo Engenheiro Domingos Ferreira e assim como a reforma anterior, pensou a cidade em fragmentos, propondo uma remodelação viária, sanitária e com intenções de continuar o processo de borrar a imagem da cidade colonial (OUTTES, 1997).

Para permitir a implantação do projeto de reforma do bairro de Santo Antônio, a partir de 1927 uma série de desapropriações e demolições foram sendo realizadas. Na

[248] George Dantas (2009, p.51) destaca os estudos clássicos produzidos sobre o período colonial e publicados "entre os anos de 1930 e 1960 – como os de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Aroldo Azevedo, Pierre Deffontaines, Robert Smith e Nestor Goulart Reis", trabalhos que afirmam o período de 1890 a 1920 como ciclo de "desconstrução da cidade colonial". Como se observou claramente nos discursos de modernização a intenção de demolir da Igreja do Corpo Santo no *Recife Antigo* e da Igreja da Sé da *Salva*dor *de Tomé de Souza*, símbolos máximos das freguesias de formação das cidades.

[249] Cf. Joel Outtes (1997, p.57) destaca a emergência no século XX de um novo profissional, "o sanitarista [...] preparando-se para cumprir o papel de demolidor da cidade colonial burocrática e de construtor das redes de saneamento e abastecimento d'água requeridas pelo progresso da incipiente cidade capitalista que aspira a ser industrial". O autor aborda a gênese do urbanismo no Recife (1927-1943).

revisão de contrato com a *Companhia Construtora do Norte do Brasil* seriam declarados de utilidade pública e desapropriados "352 prédios" (OUTTES, 1997, p.70). O contrato realizado entre o Conselho Municipal e a *Companhia* foi alvo constante de protestos da oposição, revelando em "diversos momentos" as "desavenças políticas" que acompanharam a execução das obras (OUTTES, 1997, p.74).

Em 1930, o movimento revolucionário modificou de vez o andamento das obras de reforma do bairro de Santo Antônio. O engenheiro Lauro Borba, assumiu a prefeitura de 1930-1931, entre as primeiras medidas tomadas convidou o Clube de Engenharia, o qual era membro, a dar parecer sobre a reforma urbana em curso. A comissão técnica constituída por Manoel Antônio de Moraes do Rego, Eduardo Jorge Pereira e José Estellita constatou a inviabilidade financeira do projeto. Outtes (1997) afirma que entre os argumentos construídos pelos engenheiros, estava a comparação com as obras realizadas no bairro do Recife, cujas dificuldades financeiras de tal intervenção ainda eram visíveis passados cerca de vinte anos.

> A experiência da modernização do Bairro do Recife, ocorrida vinte anos antes, cujos terrenos remanescentes não haviam ainda sido totalmente vendidos, apesar da localização privilegiada e dos preços relativamente baixos alcançados em leilão, é colocada como prova da inviabilidade financeira do empreendimento. (OUTTES, 1997, p.78)

O documento dos engenheiros da Comissão condena a viabilidade financeira do projeto de Domingos Ferreira, seja via iniciativa privada ou pública e propõe um plano alternativo. Segundo Outtes (1997, p.78) o projeto da Comissão do Clube de Engenharia, recuperava "uma planta aprovada pelo Conselho Municipal em 1918, durante a gestão de Moraes do Rego na Prefeitura (1916-1920)". A concepção do plano era mais simples, baseava-se em alargamento de ruas e conservação de uma maior parte do bairro, inclusive no trecho da Praça Barão de Lucena[250] (OUTTES, 1997).

Em janeiro de 1931 o memorial dos engenheiros da Comissão foi colocado em discussão no Conselho do Clube de Engenharia, o plano alternativo foi recebido com severas críticas por Domingos Ferreira, autor do plano de 1927 (OUTTES, 1997). O embate entre as visões de cidade ficou polêmico, ocupando matérias dos jornais (*Diário da Manhã* e *Jornal do Recife*). O projeto da Comissão foi aprovado pelo Clube e também pela Prefeitura, passando a ser referência para iniciativas posteriores em relação ao bairro

[250] Na aprovação municipal além dos 94 desapropriações já realizadas, para a execução do plano alternativo, somente mais 30 imóveis seriam desapropriados. Enquanto o plano de 1927 previa cerca de 350 desapropriações (OUTTES, 1997).

de Santo Antônio.

É importante destacar o nome do Engenheiro José Estellita, dentre os membros da Comissão Técnica que condenou o projeto do Engenheiro Domingos Ferreira. Estellita em matéria para o periódico *A Província* (em 1929), havia mobilizado as demolições do bairro do Recife para constatar a destruição do legado das gerações anteriores e evidenciar a pertinência e propósito da Inspetoria de Monumentos criada em Pernambuco em 1928. "Os nossos monumentos religiosos, sobre os quais se tem abatido o furor de um pretenso modernismo e que outra coisa não tem conseguido senão destruir tudo quanto nos deixaram nossos antepassados" ([ESTELLITA,] A PROVÍNCIA, 1929, p.9).

Nas décadas de 1930 e 1940 ocorreu um denso período de propostas para a cidade do Recife (OUTTES, 1997; LORETTO, 2008). Outros projetos para a cidade passariam a ser discutidos, não só para o bairro de Santo Antônio, mas de uma maneira mais abrangente para a malha urbana como um todo. Além da proposta de Domingos Ferreira, do plano alternativo do Clube de Engenharia, houve duas propostas do arquiteto Nestor de Figueiredo.

A primeira, um estudo apresentado e premiado no Congresso Pan-Americano de Arquitetos do Rio de Janeiro (1930) e a segunda proposta realizada a convite do Prefeito Lauro Borba (1932) que incorporava as sugestões feitas pelos membros da Comissão do Plano da Cidade que tinha como secretário geral Mário Melo (a época também a frente da IAHGP e da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais de Pernambuco). Entre as considerações recebidas por Figueiredo, estavam àquelas relativas à evolução urbana do Recife, realizado pela subcomissão de *História, Tradição e Monumentos*. As considerações acionavam as lembranças, assinalando as demolições da Igreja do Corpo Santo e seu entorno, bem como uma listagem ampliada de monumentos a serem preservados[251].

As propostas de Nestor de Figueiredo tinham influência das ideias do urbanista francês Alfred Agache. As sensibilidades em torno de exemplares do passado circulavam entre os debates sobre as demolições. Nas discussões em torno da demolição da Igreja da Sé de Salvador, no jornal *O Imparcial* foram citadas leituras de Figueiredo e de Agache que poupavam "nobres templos pernambucanos" ([DUVAL,] O IMPARCIAL, 18 jul. 1933, p.3).

[251] Listagem apresentada e discutida no item 4.1.1 desse capítulo.

> Nestor de Figueiredo teve de resolver casos semelhantes em Recife e poupou nobres templos pernambucanos, demonstrando sua cultura e patriotismo. O próprio Agache, que não era brasileiro, modificou as linhas de uma das avenidas delineadas para salvar da picareta demolidora a velha igreja de N. Senhora do Parto. ([DUVAL,] O IMPARCIAL, 18 jul. 1933, p.3)

A formação da Comissão do Plano da Cidade (1931) e sua atuação demostrava grande avanço nos debates em torno dos projetos urbanos. As propostas para a cidade estavam sendo fortemente discutidas. A segunda proposta de Nestor de Figueiredo foi analisada (através de pareceres) a convite da Comissão pelos profissionais Washington de Azevedo e Prestes Maia (OUTTES, 1997). Os embates entre as representações do tecido colonial são perceptíveis nas falas sobre os novos projetos.

Nas notas de viagem de Francisco Prestes Maia (autor do Plano de Avenidas para São Paulo), publicadas na *Revista Polytechnica*[252] no período de 1933 a 1936, podemos observar a reprodução da representação da cidade colonial como sinônimo de atraso e sujeira. O engenheiro citou o desaparecimento da "tradicional e infecta Lingueta para em seu lugar surgirem bonitos e bem construídos logradouros, como a praça de desembarque (Rio Branco) e as avenidas que dela irradiam (av. Marquês de Olinda, etc)"[253].

Prestes Maia deixa entrever seu entendimento de que o processo de modernização de 1909-1918 havia sido demasiadamente custoso, pois na interpretação do profissional havia outras áreas no Recife necessitando intervenção. Os escombros do bairro do Recife levaram consigo um quadro físico em que se apoiaram as leituras sobre a tradição locais, exemplares esses do passado que estavam em boas condições de uso.

A fala de Prestes Maia reproduz a representação dos núcleos coloniais construída pelos projetos de modernização. Ele destaca a necessidade de melhorias nos bairros de Santo Antônio e São José. Bairros "cujos núcleos são os mais deploráveis da cidade: ruas estreitas e mal calçadas, casas velhas, sujas e insalubres". Também se refere como "a fração insalubre da cidade é o casario colonial compacto, subsistente em Sto. Antônio e São José, onde lembram a Lisboa antiga" ([MAIA,] REVISTA POLYTECHNICA, abr.-dez. 1936, p.155).

[252] Parte do parecer de Prestes Maia foi publicado na Revista Polythechnica a partir de 1933, sendo a publicação dos textos interrompida em 1936, "a parte publicada não inclui as críticas e comentários do urbanista ao plano Nestor de Figueiredo" (OUTTES, 1997, p.117).
[253] ([MAIA,] REVISTA POLYTECHNICA, mar.-jun. 1935, p.55).

Após os pareceres de Washington de Azevedo e Prestes Maia, em 1934 a Comissão do Plano da Cidade se reúne para julgar o Plano de Figueiredo. Ficou deliberada a aprovação do Plano com uma série de exigências e alterações que modificavam em diversos pontos a proposta original (OUTTES, 1997). Com a mudança de gestão municipal, saída de Antônio Góes (1931-1934) e entrada de João Pereira Borges, a nova gestão convida o urbanista Atílio Corrêa Lima dar parecer sobre o plano para o Recife, contratando-o também para propor novas soluções para a cidade (OUTTES, 1997).

Com a instituição do Estado Novo, assume no Recife o intervencionista Agamenon Magalhães (1937-1945), retomando a Comissão do Plano da Cidade[254] (através da criação da *Comissão de Remodelação do Bairro de Santo Antônio*) e a proposta de Nestor de Figueiredo (aprovada com modificações em 1934). Em 1938, iniciam-se a diligências para a construção de uma nova avenida ligando as praças Duarte Coelho e da Independência, nomeada Avenida Dez de Novembro (atual Av. Guararapes). A via já estava prevista no Plano Figueiredo, mas durante as negociações, alterações no gabarito foram realizadas, aumentando a verticalidade e monumentalidade do conjunto arquitetônico.

As discussões em torno da remodelação do bairro de Santo Antônio e por extensão de um plano geral para o Recife continuaram na década de 1940. Nesse intenso debate urbanístico a reforma urbana realizada no bairro do Recife (no período de 1909-1918) era retomada para justificar argumentos e pareceres sobre as proposições para a cidade. Por exemplo, na revista *Arquivos*, publicada em 1942, pela Prefeitura Municipal do Recife. O periódico, publicado de 1942 a 1977, apresentou discussões históricas e culturais, com o intuito de divulgar documentos antigos e artigos principalmente historiográficos sobre o meio urbano. O artigo "A Reforma do Bairro do Recife" destacou o erro técnico da abertura de vias de penetração pelo núcleo central, pois décadas depois da intervenção dos anos 1910, se discutiu a alternativa da distribuição perimetral, evitando o custo financeiro e social da maciça demolição realizada.

> A ideia central da reforma foi, sem dúvida, a abertura de vias centrais de maior capacidade para a vasão do tráfego do porto. Estariam certos, afinal os que pensaram em resolver esse problema, com duas radiais de penetração, pelo centro da cidade? A resposta hoje é pela negativa. [...] Ainda hoje o nosso porto não usa sequer a metade da aparelhagem mecânica recebida. Se os técnicos de então tinham uma ideia tão grandiosa do desenvolvimento do porto do Recife, como pensaram em resolver o

[254] A comissão foi dissolvida em 1935, entre os integrantes da nova Comissão estavam representantes da prefeitura, do sindicato dos engenheiros, do clube de engenharia, da secretaria de Viação e da imprensa (OUTTES, 1997, p.175).

> problema de vasão do tráfego, pela centralização, pela convergência do mesmo, pelos pontos centrais da cidade? Hoje o que aconselha a técnica é a distribuição perimetral da circulação, distribuição que se torna obrigatória por esta forma, quando se trata de um tráfego pesado de carga, como o que fornece um porto movimentado e que os técnicos ainda admitiam com uma grande margem de crescimento próximo. [...] Não há a menor dúvida que a faixa do porto devia ser servida por duas vias importantes ao Norte e ao Sul que dessem vazão não só ao grande tráfego pesado de cargas [...] Ter-se-ia, deste modo o acesso rápido, desimpedido, evitando a convergência para o centro da cidade, que originou o atual congestionamento.

O artigo da revista não se opõe a uma nova fase de demolições, mas sugere, apoiando o parecer de Prestes Maia sobre plano de reforma nos bairros de Santo Antônio e São José, que se faça sobre intervenções em áreas não edificadas, mal construídas e pouco valorizadas existentes nos bairros. Observa-se na fala da revista uma concepção de importância de preservação ligada a áreas selecionadas do sítio, enquanto parte do "casario colonial compacto"[255] não teria valor.

> O estudo para a abertura dessas grandes vias de comunicação devia ter começado com os trabalhos de reforma do porto. Seriam traçados poucos custosos, lançados em zonas não edificadas ou mal edificadas, não sofrendo encarecimento com grandes desapropriações. Porque o Recife, como já disse o Dr. Prestes Maia, analisando um plano de reforma urbanística para a nossa cidade, apresentava 'esta circunstância um pouco paradoxal duma cidade de terrenos pouquíssimos valorizados e em parte pessimamente construída (Santo Antônio e São José) que escolhe arrasar e abrir uma grande praça justamente no ponto mais valorizado e onde as construções particulares são, não direi ótimas, mas relativamente boas (ARQUIVOS, 1942, p.94-95).

A argumentação deixa transparecer o pesar de ter se demolido o adensado núcleo do bairro do Recife. O texto conclui acionando os arcos (da Conceição e de Santo Antônio) e a Igreja do Corpo Santo demolidos no período de obras do Porto de 1909-1918, destacando que foi central na reforma do Recife a demolição desses símbolos do passado. Fica evidente ainda, o estranhamento com a nova arquitetura dos grandes casarões construídos em série e que findaram subutilizados.

> Pode-se concluir sem forçar nenhum raciocínio que o plano de reforma do Recife visou sobretudo abrir vias radiais para um grande tráfego e para isso sentiu necessidade, que para seus autores devia ser capital, do arrasamento dos arcos e da Igreja do Corpo Santo. Se não fora essa ideia central dentro dos planos, os arcos e da Igreja teriam sido respeitados. E agora se sabe que esta necessidade não era imperiosa e que contraria tudo quanto hoje se recomenda em matéria de vasão de tráfego, poderíamos perguntar para que servem os grandes casarões construídos em série como o arrasamento do bairro do Recife, num estilo indefinido e que só os

[255] Cf. [MAIA,] REVISTA POLYTECHNICA, abr.-dez. 1936, p.155.

> andares térreos e 1os andares, na maioria dos casos, são hoje utilizados por atividades sérias ligadas à vida do porto e do comércio? (ARQUIVOS, 1942, p.96).

As emblemáticas demolições da Igreja do Corpo Santo e dos arcos poderiam ter sido evitadas segundo o texto, pois do ponto de vista técnico havia alternativas. Em razão disso, o artigo destacou que as demolições foram ancoradas na "vaidade" de uma nova época, que quis se impor ao presente, apagando a imagem do passado. A noção de valor patrimonial aparece associada principalmente às edificações de destaque do sítio, a rememoração dos casos de demolições de símbolos do passado foi usada para advertir e servir como lição. A fim de representar um tipo de erro que deveria ser evitado nos projetos em discussão (para os bairros de Santo Antônio e São José).

> Deve haver sempre uma vaidade pronunciada, na base de todas as reformas urbanas. O ritmo de crescimento de uma cidade é sempre o de alargar-se, estender-se. Ritmo natural. Mas o homem, parece, querer sempre apagar o passado, fazendo-lhe a imposição do presente que ele vive. Presente fugido que está mais nas coisas que se supõem passadas do que naquelas que vão nascendo. Não há dúvida que poderíamos sentir dentro da cidade, com os seus bairros novos, com as suas novas atividades racionalmente dirigidas, esta sombra das idades, que transmite ao povo que as possui um ar de respeito e de majestade. Se o Recife perdeu alguns monumentos da mais alta importância para a sua história, esta perda não se deu por um imperativo da sua transformação em um grande porto. Os arcos e a Igreja do Corpo Santo podiam existir. A demolição destes monumentos não resolveu nenhum problema urbano, acentuou apenas, extraordinariamente, os seus defeitos (ARQUIVOS, 1942, p.96).

Após "um intervalo de 12 anos de proposições" a construção da Avenida 10 de Novembro, "foi a primeira proposta de grande envergadura que foi coloca em prática" no bairro de Santo Antônio (LORETTO, 2008, p.65). Outtes (1997, p.191) destaca que as demolições desse período não se fizeram sem "conflitos", os jornais colaboraram para evidenciar a necessidade de demolir os imóveis civis e chamam os protetores das velhas pedras do passado de "saudosistas de pardieiros".

Em meados de 1943, a intervenção foi complementada pela atuação do urbanista Ulhôa Cintra (diretor de Obras Públicas de São Paulo) que foi ao Recife por solicitação de Prestes Maia (a época Prefeito de São Paulo). Ulhôa Cintra deu prosseguimento à abertura de mais uma avenida, denominada inicialmente Coronel Suassuna (posteriormente nomeada Dantas Barreto). A construção de tal via "prevista por praticamente todos os planos urbanísticos elaborados para a área" envolveu mutilações e demolições nos pátios do Carmo e da Igreja dos Martírios (LORETTO, 2008).

As tensões entre o novo e o antigo perduraram nos debates e intervenções da cidade,

também ficaram registradas na historiografia local. As demolições emblemáticas não foram apagadas da memória da cidade, pois foram frequentemente retomadas no debate cultural urbano. Gilberto Freyre em seu "Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife" (publicado originalmente em 1934) deixou registrado sensação de perda associada à descaracterização de símbolos do passado e do núcleo colonial da cidade, através de reformas e demolições.

> Felizmente, nos últimos trinta anos, acentuou-se entre nós a reação a favor do barroco; deixou-se de bulir nas igrejas velhas com a sem-cerimônia de outrora [...] Mesmo, porém, com toda essa reação a favor das igrejas velhas do Recife, elas vêm ainda sofrendo estúpidos ultrajes de parte das autoridades, quer eclesiásticas, quer civis. Algumas têm sido demolidas para que as novas avenidas, geométricas e insolentes, não sejam obrigadas a curvar-se à tradição ou ao passado. Outras estão ainda agora ameaçadas de morte. (FREYRE, 1968, p.30).

Gilberto Freyre fala da ingenuidade pitoresca do Recife antes da modernização. Intelectuais como Freyre se colocaram a tarefa de recuperação do *Recife Antigo*, marcando a literatura local[256]. Podemos citar também a obra de Mário Sette de 1948, intitulada Arruar: história pitoresca do *Recife Antigo*. A publicação é marco do pensamento nostálgico recifense e é parte da construção de uma ligação com o passado. As ruelas, os arcos e a Igreja do Corpo Santo foram demolidas mas ficaram registradas nas produções literárias locais.

> Ainda há tipos populares no Recife? Parece que nem isso. Também deles é inimigo o progresso – ou certa espécie de progresso que parece dar vergonha às cidades que crescem desordenadamente de serem diferentes das já crescidas e grandiosas. [...] Não faltavam ao Recife, antes de sua descaracterização em cidade grande demais para conservar ingenuidades pitorescas [...] (FREYRE, 1968, p.80).

A fala de Freyre deixa entrever não só a importância dos símbolos coloniais, mas todo o conjunto urbano que compunha a paisagem intrínseca do Recife. Por isso em tom irônico citou as intervenções da República Velha que souberam "[...] não apenas calçar avenidas e deitar abaixo os caluniados 'pardieiros coloniais' e 'imundos quiosques orientais' da cidade; ou as suas árvores mais ramalhudas e antigas, por alguns consideradas vergonhosas para uma cidade com pretensões a progressista" (FREYRE, 1968, p.126).

As demolições continuaram a ser usadas nas falas sobre a cidade, podemos citar seu uso em estudos historiográficos, como o de Vanildo Bezerra Cavalcanti[257] (1977, p.68) que

[256] Cf. Raimundo Arrais (2004).

[257] Cavalcanti (1919-1988) foi "teatrólogo, jornalista e historiador. [...] Foi membro das Academias Pernambucanas e Olindense das Letras e do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano."

evoca o *Recife do Corpo Santo* (título do livro). O autor rememora a estrutura de culto que marcou a formação da freguesia de São Frei Pedro Gonçalves (atual bairro do Recife), santo invocado para proteção dos aventureiros do mar, apelidado por portugueses e espanhóis de *Telmo.* Igreja de *Santelmo* ou Corpo Santo, demolida em 1913, é preciso destacar a representação simbólica que essa demolição causou, servindo para evocar o arrasamento do local, que até hoje se chama extraoficialmente de *Recife Antigo.*

> [...] criminosamente destruída pelos 'urbanistas', que não conhecem Moral e Cívica, que não tem sensibilidade artística nem cultural histórica, e, sobretudo, não possuem imaginação para os problemas viários e finalmente, aptidão profissional. O ato de vandalismo foi aprovado pela diocese, que talvez, em represálias as críticas recebidas por tal despropósito, esqueceu o original culto [...] ficando no esquecimento a poética devoção ao 'santo fogo azul' dos marinheiros. Um traçado urbano, merecedor de elogios por um lado, tornou-se deveras condenável, por outro. Decretada a destruição das magníficas, históricas e artísticas construções, como a igreja do Corpo Santo, e os Arcos, para só citar as principais – que inteligentemente poderiam ser preservadas, com desvios e outras soluções arquitetônicas – encheu de negras manchas as brancas plantas organizadas para tão louváveis transformações [...] Quem olha a atual planta do bairro do Recife, notará que seu plano reformulador foi baseado em função das pontes, é óbvio, e comparando-o com plantas anteriores, sentirá o volume das demolições. Na verdade, foi um arrasamento, com desaparecimento de rua e praças inteiras. Isto, no entanto, facilitaria o trabalho para a salvação daqueles monumentos, se os 'urbanistas' sentissem o valor artístico e decorativo dos Arcos e da igreja de Santelmo, poupando-os da devastação inglória. Foram advertidos – mas não ligaram – de que a posterioridade, embora reconhecendo a necessidade imperiosa da transformação, continuaria lamentado e criticando, como um eco através dos tempos, serem verdadeiras advertências suscitadas pelos seus contemporâneos. (CAVALCANTI, 1977, p.67-68).

Através de produções culturais e historiográficas as demolições do bairro do Recife ecoaram "através dos tempos" (CAVALCANTI, 1977, p.68). A evocação do Recife Antigo reverberou no desenvolvimento cultural urbano da cidade. O emblemático caso da Igreja do Corpo Santo contribuiu para pôr o bairro do Recife no foco de políticas patrimoniais posteriores, salvaguardando a imagem de modernidade que a capital construiu para si sobre seu núcleo colonial e atribuindo novas significações para o sítio que remonta os primórdios da formação urbana local.

(GASPAR, 2010).

4.2.2. Mobilizações de demolições da Salvador colonial.

Na virada dos anos 1920 para os anos 1930, em Recife e Salvador, intensificam-se os usos dos casos de demolições efetivados ou em curso, como recurso retórico para os debates. As falas em torno da Matriz do Corpo Santo e da Sé baiana foram proferidas a fim de mobilizar sentimentos e dar ênfase à necessidade de preservação de bens semelhantes aos perdidos ou ainda em ameaça. Nesse sentido, podemos citar a fala do pernambucano Manuel Bandeira, em texto para o jornal *A Província.*

> Tradicionalistas pobres de Pernambuco, de Pernambuco e de todo o Brasil o momento é bem duro para nós que não dispomos, senão de lágrimas líricas. Depois da casa de Megahype chegará a vez da Sé Velha da Bahia... O caso é pior. [...] Como não fizeram nada para conservar e restaurar os belos monumentos coloniais de S. Salvador? [...] Como não protegeram a Sé de Pero Fernandes Sardinha 'contra os iconoclastas do urbanismo inconsciente' (palavras do sr. Vital Soares)? Certamente a ação dos governantes não basta. É preciso despertar a consciência do valor dessas relíquias na mentalidade dos detentores eventuais delas. Criar o ambiente tradicionalista. Chorar muitas lágrimas líricas [...] ([BANDEIRA,] A PROVÍNCIA, 4 nov. 1928, grifo nosso)

Bandeira evidenciou uma outra função para as demolições, a de mobilizar, a de sensibilizar através do discurso uma conscientização na sociedade, que segundo o intelectual "quase todo mundo no Brasil" tinha "indiferença ou ausência absoluta de senso artístico e histórico". "Portanto o que se pode fazer é falar sempre que possível nessas coisas para formar ambiente" ([BANDEIRA,] A PROVÍNCIA, 4 nov. 1928). A fala de Bandeira desvela sua intenção consciente de derramar "lágrimas líricas", deixando aflorar sentimentos de afeto ligados ao passado[258] e assim atrair atenção da sociedade para a demolição dos monumentos.

Diferenças de interpretações sobre o legado colonial[259] também foram pontuadas pela fala de Bandeira. A casa grande do Megahype não era "a tradição portuguesa alentejana" como queria José Marianno Filho (um "purista" da arquitetura colonial). Mas

[258] Cf. Barbosa, 1986. Bandeira manteve vínculos afetivos com a cidade de sua infância. Em 1903, ingressou na Escola Politécnica de São Paulo, mas acabou não concluindo o curso por motivos de saúde. Foi um intelectual ligado a Arte Moderna. Nos anos 1920 manteve contato diário com Rodrigo Melo Franco de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, agentes centrais na formação de representações da cidade colonial. Bandeira colaborou com estudos da região Norte do Brasil, colaborou com Gilberto Freyre (e outros) na evocação do Nordeste colonial (*Livro do Nordeste*, 1925) e também com Mário de Andrade discussões (por carta e presenciais) sobre as viagens realizadas as cidades (Salvador, Recife, Paraíba, entre outras). Importante acervo pessoal de Bandeira está arquivado na Fundação Casa de Rui Barbosa.

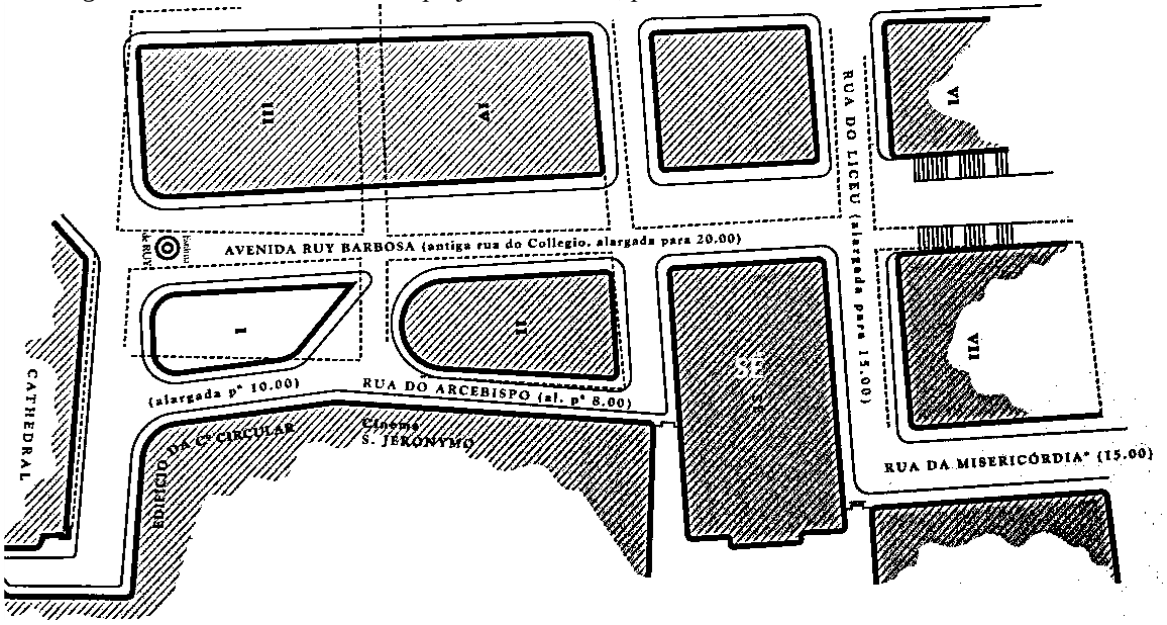
[259] Ao longo do capítulo e das falas apresentadas, amplia-se a discussão sobre as representações da arquitetura colonial.

compunha a “paisagem pernambucana” com suas “linhas do passado que além de veneráveis por tão bonitas, possuíam também encanto de condizer com as novas formas dos nossos dias: ela tinha em comum com o arranha-céu o predomínio das geometrias retas”.

Bandeira (1886-1968) foi um agente de particular importância na formação de um momento nacional de reconhecimento do patrimônio no Brasil, pois além de amigo de Mário de Andrade, também fez parte da “constelação” do Ministro Capanema. Algumas das falas e versos de Bandeira foram libelos da defesa de velhas pedras do passado, deixando registrado o interesse artístico e histórico de edificações de sua terra natal (natural de Recife) e também se posicionou em casos debates acerca de demolições que repercutiram no eixo centro-sul (cidade em que residia estabelecera desde 1896).

Em 1928 a igreja da Sé de Salvador era um caso já conhecido por intelectuais como Manuel Bandeira. Nesse tempo também se desenvolveram propostas técnicas para a preservação do templo. Na solução elaborada pelo professor Jayme Cunha da Gama mantinha-se a Igreja, tratando-a enquanto “relíquia”. Os alargamentos das vias sugeridos não evitavam a demolição de alguns trechos do casario do entorno do templo (Figura 68). Ao invés do prolongamento da Rua da Misericórdia que daria com a lateral do Palácio do Arcebispo, a proposta era realizar um desvio na rua do Liceu e alargar a antiga Rua do Colégio (Avenida Ruy Barbosa) para 20m de largura. A justificativa dada pelo catedrático continuou a reverberar nas falas de contrárias à derrubada da Sé até 1933

Figura 68: “Com a velha Sé e um projeto criterioso”, planta de Jaime da Cunha Abreu, de 1928.



Fonte: PERES, 2009, p.253.

Periódicos da época apresentaram especial interesse sobre o caso da Sé. *O Imparcial*[260] veiculou uma rica discussão de soluções técnicas urbanas apresentadas para a preservação da igreja da Sé. Em artigo para *O Imparcial*, Pinto de Carvalho corrobora com Jayme Cunha da Gama e Abreu quando destacou que o prolongamento da Rua da Misericórdia daria na parede do Arcebispado, além de salientar a diferença de nível de 1,5m das ruas laterais da Sé, da Rua do Liceu ao beco do Palácio do Arcebispo (Figura 69).

Figura 69: Planta do trecho entre a Rua Chile e o Terreiro, identificando o desnível de 1,5 m da Rua do Liceu (C) ao beco do Palácio do Arcebispo (I).

LEGENDA: 1 RUA DO COLÉGIO; 2 RUA DO ARCEBISPO; 3 IGREJA DA SÉ; 4 RUA DO LICEU; 5 RUA DA MISERICÓRDIA; 6 RUA DA AJUDA; 7 RUA CHILE.

Fonte: [CARVALHO,] *O Imparcial*, 2 de agosto de 1933, p.1.

Em 1933, os jornais *A Tarde* e *O Imparcial* emitem pequenas notas sobre uma ideia de túnel ou galeria passando pela igreja caso os obcecados pela linha reta não se dessem por satisfeito. Uma representação da solução extremada foi veiculada no jornal *A Tarde*, publicado em 12 julho 1933 (Figura 70). O desenho foi do engenheiro Israel Zimelson e ao que constatou Lili Tosta (representante do grêmio das senhoras) a ideia fora sugerida pela Sra. Celeste Cerqueira, que soubera de tal solução na Europa e expusera na reunião feminista de 28 de junho, 15 dias antes da publicação de Zimelson no jornal *A Tarde*, em 12 julho 1933 (O IMPARCIAL, 19 jul. 1933).

[260] No período de 1935-1937, com entrada na direção do jornalista Victor Hugo Aranha, "a linha editoral muda significativamente, a simpatia inicial cedeu espaço a uma intensa e explícita propaganda pró-integralista" (FERREIRA, 2006, p.58). O que acabou por ocasionar o fechamento do *O Imparcial* no período em que o Estado Novo passa a por fim no integralismo.

Figura 70: Túnel atravessando a Igreja da Sé, ligando Rua da Misericórdia à Rua do Arcebispo.

Fonte: PERES, 2009, p.195

O túnel em arco atravessando a Igreja não teve repercussões nos jornais, a proposta não ganhou muitos adeptos. Mas se a proposta fosse levada adiante, de certo em momentos como 1912, ou mesmo 1928, surgiriam vozes contrárias, apontando a mutilação e destruição da beleza do edifício que a intervenção produziria. Como argumentou o Abade Beneditino Majolo Caigny para o caso do Mosteiro de São Bento, na ocasião da ameaça de corte parcial de uma das laterais da edificação[261]. A igreja da Sé perderia sua completude, como o edifício que funcionou o Senado perdeu, quando se demoliu uma das alas de sua composição clássica, mesmo com os protestos do arquiteto José Alioni que projetara o imóvel (SALVADOR..., 2012, p.368).

Pinto de Carvalho destacou que a demolição da Sé não traria a perspectiva visual pretendida, ainda que se arrasasse o restante do quarteirão contíguo. A extensão do eixo das Ruas Chile e Misericórdia teria de resolver um desnível de 1,5m e a vista das vias modernizadas continuaria dando com os muros envelhecidos de outra catedral a Basílica de Salvador. Carvalho (O IMPARCIAL, 2 ago. 1933, p.1) citou também a fala do engenheiro Zimelson em que enfatizou a falta de lógica de se ter "três praças consecutivas", contrariando "todas as determinações do urbanismo".

> Transformou-se a demolição da Sé, contra a qual me não cansarei de bradar, em simples capricho, sem que lhe assista a mais longínqua razão de ser. Querem arrasar o velho monumento sem um motivo explícito, talvez sem que saibam à justa porque pensam desse modo. Querem porque querem, e nada mais. Digo-o, porque: - a demolição está longe de obedecer a qualquer regra do mais rudimentar urbanismo; [...] não servirá

[261] Fala de Caigny (A PALADINA DO LAR, edição especial, set. 1912, p.263-264) proferida para argumentar contra o corte transversal numa das laterais do Mosteiro.

> nem por sombras no embelezamento, sim no monstruoso afeamento do local; não atende nenhum plano geral de reforma urbana, plano de que ninguém cuidou, constando-me até que a Prefeitura nem sabe ao certo ainda o que fará da futura praça *quasimodesca*, que terá por cúmulo da perfeição grande diferença de nível entre as suas faces principais ([CARVALHO,] *O Imparcial*, 2 ago. 1933, p.1, grifo nosso)

Na fala de Pinto de Carvalho a igreja da Sé é posta como monumento, demonstrando o reconhecimento local da edificação, por alguns agentes e instituições, a exemplo da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais da Bahia. O artigo ainda aciona a fala de Victor Hugo na sua obra clássica *Notre Dame de Paris*, a qual faz uma associação da catedral gótica (anosa e com uma beleza fora dos padrões da época) com o personagem fictício *Quasimodo* (homem disforme isolado da sociedade por sua feiura física). O texto de Hugo foi um dos libelos do protesto contra as destruições de exemplares da arquitetura do passado.

O Romance de Hugo, que misturou ficção com a realidade de uma catedral antiga, demonstrou especial capacidade de sensibilizar o olhar da sociedade para a edificação da Idade Média. As representações em torno do legado medieval estavam em disputa. Por um lado o gótico carregava interpretações negativas fruto de um julgamento a partir dos princípios da cultura clássica[262], de outro lado passou a ser representado como estilo nacional na busca pela definição das Nações[263].

A demolição da igreja mãe tinha uma força simbólica para marcar a percepção da modernização do bairro da Sé. Nessa tensão entre o velho e o novo, o progresso saiu vencedor impondo uma nova escrita no coração do antigo núcleo colonial da cidade. No lugar das paredes envelhecidas, abrir-se-ia uma nova praça. Uma perda desrespeitosa ao caráter e sua privilegiada beleza natural, na composição do relevo com o núcleo colonial, uma beleza panorâmica comparável a Nápoles na Itália, conforme afirmou Methodio Coelho[264].

> Estão demolindo simbolicamente o Brasil de 1550. Não é a Sé apenas quem sofre as apiloadas vandálicas e desrespeitosas que vão reduzindo a pó as pedras lavradas dos portais, das cimalhas e das pilastras resistentes, a própria história da civilização brasileira, durante cinco séculos, que entra

[262] Francoise Choay (2006, p.72), afirma que na França houve uma "perda de interesse pelo gótico. Aos olhos do público, culto ou comum, esse estilo se torna símbolo de arcaísmo, grosseria e mau gosto".
[263] Não ocorre de maneira igual em toda Europa. A Inglaterra, por exemplo, foi um dos primeiros países a se interessar pelo gótico. Na Itália, se privilegiou o julgamento clássico do gótico (CHOAY, 2006, p.72).
[264] Advogado que representara a Irmandade do Santíssimo Sacramento na questão de posse da Igreja da Sé, a disputa jurídica contra a arquidiocese foi um dos motivos que adiou a demolição do templo durante o primeiro governo de J.J. Seabra (1912-1916). Em 1916, foi se firmando o reconhecimento de propriedade da arquidiocese (PERES, 2009).

> em sincope, as marteladas mercenárias de obreiros que não sabem o que fazem. É o brilho da cultura de um dos Estados da Federação Nacional que se empana de repente e começa a sumir-se, como ofuscado subitamente por uma negra de obscurantismo e barbaria. É o próprio interesse da mais antiga capital brasileira, da cidade do Salvador de Thomé de Souza e Mem de Sá, que sofre o mais rude dos ataques jamais infligidos por mãos que, desejosas de bem fazer, estão, entretanto, a destruir pouco a pouco tudo quanto poderia atrair à nossa urbe em benefício evidente do povo e do comércio, esses turistas, que só acorrem verdadeiramente aos lugares de maravilhosa beleza natural, como Rio de Janeiro, Constantinopla ou Nápoles [...]. ([COELHO,] O IMPARCIAL, 5 ago. 1933, p.7).

Fotografia de época nos permite visualizar uma das imagens apagadas da cidade de Salvador, dissolvidas pela ação do progresso[265]. A vista da vetusta edificação, que muito incomodava os interessados na modernização do distrito da Sé, situava-se exatamente no prolongamento da Rua Chile com a Rua da Misericórdia (vias modernizadas, elitizadas) que terminavam nos muros envelhecidos da fachada lateral da igreja (Figura 71). A demolição era estratégica para marcar o imaginário coletivo.

Figura 71: Rua da Misericórdia, no prolongamento da Rua Chile, com parede lateral da Igreja da Sé ao fundo, fotografia tirada antes de 1933.

Fonte: Acervo do Jornal *A Tarde.*

Na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* foi publicado mais uma solução técnica alternativa para o caso da Sé, de autoria do engenheiro civil Eurico da Costa Coutinho. A proposta se constituía no desvio do tráfego a partir da Rua Chile, direcionando a circulação principal para a Rua do Comércio (situada no alinhamento dos fundos da igreja

[265] Fotografia foi publicada nas matérias sobre os 80 anos de demolição da Igreja da Sé, no jornal *A Tarde*, on-line.

da Sé), ao invés de manter o percurso em linha reta pela Rua da Misericórdia (Figura 72).

Figura 72: Proposta do Engenheiro Civil Eurico da Costa Coutinho.

LEGENDA:
1 PALÁCIO R. BRANCO; 2 RUA CHILE; 3 ASS. EMP. DO COMÉRCIO; 4 PREFEITURA; 5 PÇ. R. BRANCO; 6 LADEIRA DA PRAÇA; 7 BIBLIOTECA; 8 FÓRUM; 9 R. DA MISERICÓRDIA; 10 IGREJA DA SÉ; 11 ARCEBISPADO; 12 RUA DO COLÉGIO; 13 C. LINHA CIRCULAR; 14 PLANO INCLINADO; 15 CATEDRAL; 16 TERREIRO; 17 FACULDADE DE MEDICINA.

Fonte: RIGHB, 1933.

A Sé terminou sendo demolida, mesmo com a existência de soluções técnicas alternativas e o reconhecimento do templo enquanto monumento ou patrimônio por parte dos intelectuais baianos e instituições locais[266]. Jornais de época demonstram que os apelos contra a demolição ocorreram também através de telegramas e cartas, endereçadas aos representantes do governo de Getúlio Vargas.

Por exemplo, o telegrama de Methodio Coelho (advogado da Irmandade no pleito contra a Arquidiocese) endereçado ao Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha[267] (O ESTADO DA BAHIA, 05 ago. 1933, p.1). Também o telegrama da senhora Edite Mendes da Gama e Abreu, assinado por membros expressivos da capital baiana, dirigido ao antigo parlamentar João Mangabeira, solicitando o reconhecimento federal da Sé, junto ao ministro Aranha (O IMPARCIAL, 9 ago. 1933, p.1).

Nossa terra sobre momento atual dolorosíssima impressão demolição Sé

[266] O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia publicou mais uma edição de sua revista com coletâneas de protestos contra a derrubada da Sé, textos veiculados principalmente em periódicos da época. O inspetor Francisco Borges de Barros emite curta nota no jornal *O Imparcial* em nome da *Inspetoria dos Monumentos* da Bahia, apelando que o presidente Getúlio Vargas se manifestasse com relação a derrubada da igreja da Sé. "Num gesto de patriotismo e de amor às tradições brasileiras, certamente s. exa. Intercederá em favor do monumental templo baiano" ([BARROS,] O IMPARCIAL, 5 ago. 1933, p.7).

[267] Conforme Andrea Vianna (2018), Aranha esteve "na mira de políticos, empresários, jornalistas, enfim, aqueles que tinham algo a propor para o bem do Brasil, nos mais diversos segmentos". A autora trata o político do Governo Vargas como uma pessoa chave para discutir a composição de uma imagem positiva do Brasil, principalmente do ponto dos segmentos do turismo, propaganda e patrimônio.

> Mãe igrejas brasileiras, apelamos alto prestígio ilustre conterrâneo junto ministro Osvaldo Aranha invocando caráter monumento nacional proteção lei federal. Cordiais saudações. – Conterrâneos católicos. (O IMPARCIAL, 9 ago. 1933, p.1)

Com as mudanças políticas ocasionadas pela Revolução de 1930 houve um período de fragilidade na defesa da Igreja da Sé. A época da demolição estava no governo o interventor federal Juracy Magalhães (esteve no poder estadual de 1931-1937). Alguns dos defensores da edificação tinham sido afastados, inclusive o ex-presidente Washington Luís[268] que fora exilado do país durante o Governo Vargas, morou na Europa e Estados Unidos, retornando para São Paulo apenas em 1947 (DICIONÁRIO HISTÓRICO..., 2001). A preocupação da Era Vargas com a centralização política e o controle do governo de tudo que fosse veiculado na imprensa[269], também foram fatores que fragilizaram o movimento de defesa da Igreja da Sé.

O serviço de demolição da igreja da Sé teve início em agosto de 1933 e se estendeu até abril de 1934, conforme consta nos documentos de prestação de contas do Município, mais especificamente nos registros de pagamento de pessoal (Anexo 4). Observa-se nas folhas de pagamento que em alguns meses os serviços de demolição foram realizados também no período noturno, para acelerar o derruir do templo. A transformação das sagradas pedras da igreja em meros escombros foi realizada pela mão dos trabalhadores munidos de ferramentas, como picaretas, enxadas, martelos e marretas (Figura 73).

Figura 73: Recibo de compras de ferramentas para os serviços de demolição da Igreja da Sé.

Fonte: Acervo do Arquivo Municipal – Fundação Gregório de Mattos.

[268] O político foi deposto por ter indicado Júlio Prestes, paulista que interromperia a política do "café com leite" (DICIONÁRIO HISTÓRICO..., 2001).

[269] O controle era feito através do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) criado em 1930 e a partir de 1939 transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (DICIONÁRIO HISTÓRICO..., 2001).

As ferramentas modestas foram “os instrumentos limitados”, que nos falou Benjamin (1994, p.84), quando se referiu ao “grau de destruição” que eles produziram na Paris de Haussmann. Os escombros da igreja da Sé foram registrados em fotografias da época (Figuras 74 e 75). As lentes exploraram ângulos diferentes, congelando imagens dissolventes produzidas pela modernidade.

Figura 74: Escombros da Sé demolida em 1933.

Fonte: PERES, 1974.

Figura 75: Escombros da Sé demolida em 1933, ao fundo se vê a igreja da Misericórdia.

Fonte: Acervo do Guia Geográfico da Bahia.

O passado foi representado pelos restos das sólidas paredes do vetusto templo, a base da edificação é apresentada com algumas partes ainda íntegras (em que podemos distinguir arcos e outras aberturas) com montanhas de escombros ao seu redor. Mas o porvir está evocado na imagem dissolvente, pois ao fundo enquadram-se edificações em bom estado. Essas fotografias da Sé de Salvador[270] lembram os enquadramentos de Charles Marville em Paris, de Augusto Malta no Rio de Janeiro, de Francisco du Bocage no Recife.

As imagens das demolições foram congeladas pelas lentes fotográficas, as forças demolidoras marcaram época, ajudaram a construir uma narrativa de ruptura com o passado. Casos de demolições emblemáticos foram retomados na discussão urbanística não somente na formulação de soluções técnicas alternativas à derrubada da igreja da Sé, mas também nos discursos posteriores que acompanharam o desenvolvimento de estudos e novos projetos para a cidade de Salvador.

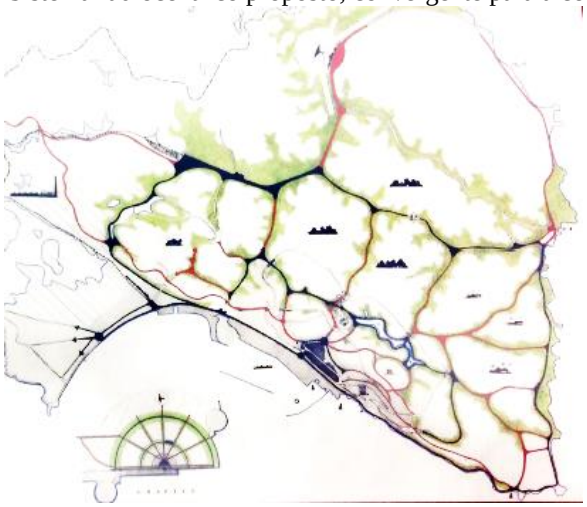
Peres (2009, p.30) afirmou que as discussões em torno das demolições, principalmente referente ao caso da Igreja da Sé, colaboraram para o aparecimento nos anos

[270] Fernando da Rocha Peres (2009), publicou algumas fotografias dos escombros da edificação em sua obra sobre a *Memória da Sé*, a capa da versão original do livro de 1974 tinha como imagem a Figura 67. A versão de 2009 da obra não contém tal fotografia, traz imagens apenas do desmonte do piso e lápides, outra do destelhamento da igreja.

1940 de proposta urbanística que considerou a colina da Sé como sagrada, devido a sua aura. Nesse sentido, o autor destaca a atuação do EPUCS – Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, difundiu o ideario do urbanismo moderno na cidade, justapondo novas vias com seus edifícios em pilotis com exemplares patrimoniais – entendendo-os como relíquia sagrada do passado.

O EPUCS foi criado na virada de 1942 para 1943. No primeiro momento de sua atuação, o escritório foi coordenado pelo engenheiro Mário Leal Ferreira, a fim de se efetivar o contrato para elaboração do Plano Urbanístico da Cidade do Salvador. A evolução da cidade foi pensada a partir de um "sistema radiocêntrico de ocupação, com vias radiais ligando os bairros ao centro e vias concêntricas fazendo as ligações bairro-bairro" (Figura 76). Conforme Nivaldo Andrade Júnior (2016, p.29), o plano partiu "do entendimento geomorfológico de Salvador e da ocupação histórica que privilegia o topo dos morros", identificando "um conjunto de altiplanos", nos quais foram propostos os 'centros cívicos' (que concentrariam os bens e serviços de consumo diário).

Figura 76: Sistema radiocêntrico proposto, convergente para a colina da Sé.

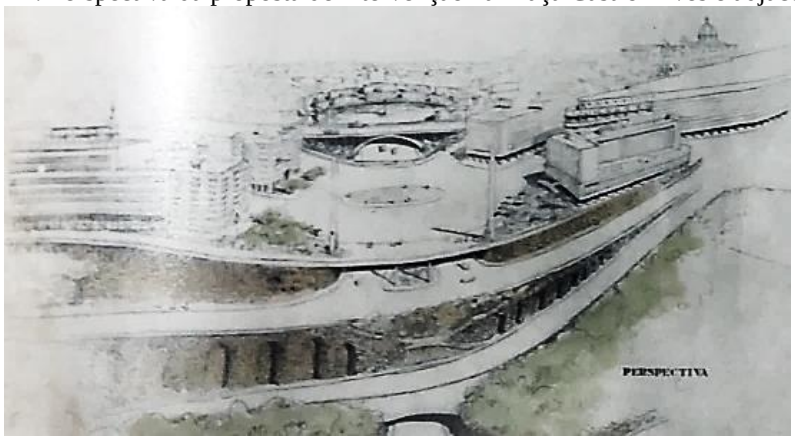


Fonte: Acervo do EPUCS[271].

O engenheiro Diógenes Rebouças (coordenador do setor paisagístico) foi o responsável pelas propostas físicas, compatibilizando o modelo radiocêntrico com a cidade real e submetendo à coordenação de Mário Leal (ANDRADE JÚNIOR, 2016, p.30). A colina sagrada (porção central da Cidade Alta) foi entendida como centro do leque formado pelo sistema, cuja conexão principal com o eixo de expansão da cidade estava na Praça Castro Alves (Figura 77), que fazia a ligação Rua Chile e a Avenida Sete de Setembro.

[271] Descrição do documento no acervo da Fundação Gregório de Mattos, BR BA AHMS PMS URB EPUCS 01.0210/0011.967.

Figura 77: Perspectiva da proposta de intervenção na Praça Castro Alves e adjacências.



Fonte: Acervo do EPUCS.

A praça Castro Alves era uma das conexões estruturantes do projeto pois fazia a ligação da colina sagrada a partir da Rua Chile (remodelada nos anos 1910) com a Avenida Sete de Setembro (via emblemática da modernização de Salvador). O amplo belvedere proposto estaria ligado às novas vias a serem construídas no contorno da encosta, margeadas por edificações verticais em pilotis e novas visuais para a Igreja da Ajuda e o Mosteiro de S. Bento (Figura 78). Ambas as edificações religiosas haviam sido reconhecidas como patrimônio no ano de 1938, início da atuação do SPHAN.

Figura 78: Planta da proposta de intervenção na Praça Castro Alves e adjacências.

LEGENDA:
1 RUA CHILE; 2 IGREJA DA AJUDA; 3 PÇ. CASTRO ALVES; 4 MOSTEIRO DE SÃO BENTO

Fonte: Acervo do EPUCS.

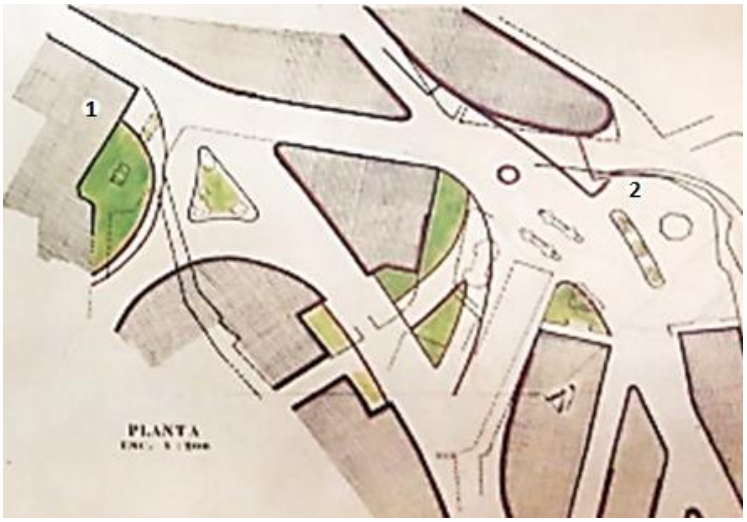
Nas margens da colina sagrada (porção central da Cidade Alta) havia uma clara preocupação de isolar o bem patrimonial (entendido como relíquia) do entorno que o caracterizava, abrindo espaços para dar maior visibilidade ao patrimônio. Como se observa na representação feita da Praça Castro Alves e sua visada para o Mosteiro São Bento (Figura 79). Os alargamentos das vias propunham a demolição dos casarões existentes, para a implantação de edifícios em pilotis.

Figura 79: Vista da Praça Castro Alves para o Mosteiro de São Bento

Fonte: Acervo do EPUCS.

A percepção de um tecido característico (já presente em discussões anteriores a criação do SPHAN, no âmbito local e nacional) ficou restrita a porção central da Cidade Alta. Nas bordas e conexões do sítio de formação, as edificações patrimoniais seriam tratadas de maneira isolada. Tanto a igreja do Ajuda quanto o Mosteiro de São Bento (Figura 80) teriam seus entornos totalmente modificados pela demolição do casario e construção dos edifícios em pilotis.

Figura 80: Planta da proposta da Praça Castro Alves.



LEGENDA:
1 MOSTEIRO DE SÃO BENTO; 2 PÇ. CASTRO ALVES

Fonte: Acervo do EPUCS.

As propostas do EPUCS estavam afinadas com o discurso moderno, estando amparadas na Carta de Atenas[272] de 1933. No documento, formado por consenso entre os países, o patrimônio histórico das cidades aparece associado ao valor de "tradição" e a caracterização da "região", da "raça" e da "pátria". Sobre o dilema entre o novo e o antigo, a Carta recomenda a preservação do patrimônio excepcional, podendo ser feito de maneira isolada, demolindo seu entorno.

> Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. [...] A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes. É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. [...] (CARTA DE ATENAS, 1933, p.26)

Podemos perceber a materialização dessas recomendações na intervenção proposta pelo EPUCS para o quarteirão entre o Mosteiro de São Bento e a Praça Castro Alves. O patrimônio reconhecido pelo SPHAN em 1938, ameaçado de ser demolido em 1912, nos anos 1940 foi tratado como uma pérola, uma joia rara. Na proposta o Mosteiro seria ponto focal das novas visuais abertas, com a construção de amplas avenidas emolduradas por edifícios em pilotis e por áreas verdes.

Com o estudo de casos de demolições, podemos observar como em diferentes contextos (cidades e países) surgem vozes em defesa das velhas pedras do passado. Também é possível observar alguns dos argumentos que circulam por diferentes áreas geográficas. A Carta de Atenas deixa entrever a existência de vozes contrárias as demolições do tecido existente e principalmente a dificuldade de enxergar o valor de velhos quarteirões de casarões fora dos padrões funcionais da sociedade moderna.

> Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem

[272] Do documento conhecido como Carta de Atenas são conhecidas algumas versões, uma corresponde à ata do IV CIAM, outra publicada por Le Corbusier em 1941 e uma terceira de autoria de José-Luis Sert (publicada nos Estados Unidos em 1942). A versão disponibilizada no site do IPHAN é a de Le Corbusier (cuja citação nos referimos). Outra versão também presente na página do órgão patrimonial brasileiro é a Carta de Atenas elaborada pelo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1931, reunindo consensos entre os vários países, referentes aos temas do patrimônio e restauro (CERÁVOLO, 2013).

> se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam [...] em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e a saúde moral do indíviduo. [...]

Antônio Heliodório Sampaio (1999) destacou a visão de cidade apresentada pelo EPUCS, foi além das quatro funções (habitar, trabalhar, recrear e circular) definidas pelos CIAMs e recomendada pela Carta de Atenas (1933). Em 1947, com a morte prematura de Mário Leal, inicia-se o segundo momento da atuação do EPUCS (1947-1950), sob a coordenação geral de Diógenes Rebouças, período em que foram elaborados uma série de projetos arquitetônicos e urbanísticos[273], sem a abrangência de um Plano Urbanístico para a cidade como um todo. Assim, edificações modernas foram sendo justapostas a malha existente, fazendo-se bastante evidente, implantando-se em ponto privilegiado do sítio urbano.

> A nova visão urbanística e paisagística implementada pelo Decreto-lei Municipal nº 701/48 e pelo Decreto nº 1.335/54 promoveram o surgimento de uma nova arquitetura no bairro, caracterizada por torres de escritórios de até 12 pavimentos, erguidas sobre pilotis que permitiam a criação de uma galeria pública com quatro metros de largura no nível da rua. Parâmetros análogos são estabelecidos para o setor comercial da Cidade Alta, formado pela Avenida Sete de Setembro e pelas Ruas da Ajuda, Chile e Carlos Gomes. (ANDRADE JÚNIOR, 2016, p.32-33).

O plano urbanístico do EPUCS não chegou a ser executado, mas seu abrangente estudo sobre a cidade e suas ideias de planejamento urbano moderno seriam usadas como referência nas discussões e projetos posteriores[274]. Em 1967, na gestão de Antônio Magalhães enquanto Prefeito e depois governador da Bahia, foram construídas as "grandes avenidas, ligadas entre si por túneis e viadutos, criando assim as condições necessárias para a ocupação" de novas áreas pelos vales e formandos os "contornos da Nova Bahia ou Bahia Nova".

Diógenes Rebouças e Admar Guimarães foram os responsáveis por utilizarem "projetos engavetados do EPUCS" (PERES, 2009, p.31), desenvolvendo com caráter singular algumas áreas como o Centro Administrativo, dotando-a de novas construções modernas e mantendo exemplares remanescentes dos séculos XVI a XIX. Diógenes Rebouças, como outros arquitetos modernos, a exemplo de Lucio Costa, teve sua trajetória

[273] Em 29 de janeiro de 1948, foi criada a Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador "para dar continuidade às ações iniciadas pelo EPUCS", mas a imprensa e os relatórios municipais continuaram a se referir a sigla EPUCS (ANDRADE JÚNIOR, 2016, p.28).

[274] Andrade Júnior (2016, p.31) destaca que o "EPUCS se transformou em uma referência em análise e planejamento urbano moderno em todo o Brasil".

marcada pela conjugação do moderno com a tradição[275], justapondo no tecido da cidade o novo ao antigo.

De 1968 a 1991, Diógenes Rebouças foi membro do Conselho e Consultor de Instituições ligadas ao patrimônio, a saber da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia e do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nesse período produziu uma coleção de pinturas documentais sobre com o tema da *Salvador da Baia de Todos os Santos no século XIX*, o material foi publicado em 1977 em forma de livro. A publicação mostrou uma versão do arquiteto moderno, sensível as cores da paisagem local, atento as fontes documentais do passado e envolvido por lembranças da infância e juventude (Figuras 81 e 82), como afirma o texto de Godofredo Filho[276]

Figura 81: Edifícios Ouro Preto (à esquerda) e Ouro Branco (à direita), projetados por Diógenes Rebouças, no bairro do Comércio (Cidade Baixa).

Fonte: Andrade Júnior, 2016, p.34.

Figura 82: Igreja da Sé e o passadiço do Palácio Arquiepiscopal, pintura documental de Diógenes Rebouças,

Fonte: Rebouças e Filho, 1996, p.71.

Fernando da Rocha Peres (2009) destacou a importância de ser abordar as perdas, as edificações apagadas da imagem da cidade. A fim de entender suas relações com a atuação de agentes que defenderam as velhas pedras do passado, ajudando a criar uma

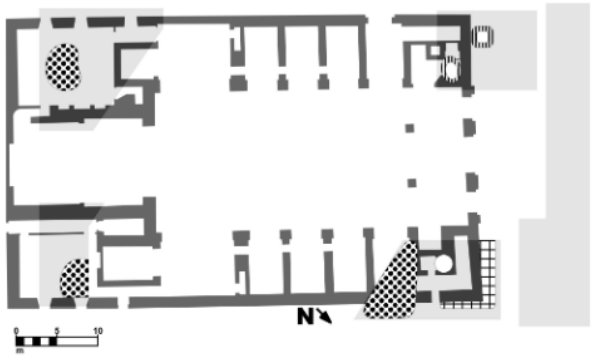
[275] O trabalho organizado por Nivaldo Andrade Junior, et al. (2016) – *Diógenes Rebouças – cidade, arquitetura, patrimônio,* destacou a importância do engenheiro agrônomo (formado em 1933), arquiteto (realizou o curso no período de 1948-1952), pintor e professor nas suas múltiplas colaborações a Bahia. Depois de formado em arquitetura, tornou-se professor, conciliando carreira docente, sua atividade em escritório próprio e outras atividades públicas que executou. De 1968 a 1991 foi membro do Conselho e Consultor de Instituições ligadas ao patrimônio, a saber da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia e do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).
[276] Cf. Rebouças e Filho, 1996. Godofredo Filho foi o encarregado de representação do SPHAN na Bahia (a partir de 1936). Foi agente fundamental na articulação da equipe que levou a êxito a abertura de diversos processos de tombamento de edificações isoladas e de conjuntos urbanos baianos (MATTOS, 2014). "Em 1953 foi indicado pela UNESCO para representar o Brasil no Comitê Internacional de Sítios de Arte e História com sede em Paris, juntamente com o arquiteto Lúcio Costa e o escritor Sérgio Buarque de Holanda" (UFBA, 2019).

legislação para a preservação do patrimônio brasileiro.

> A nossa intenção é [...] (re)colocar e enfatizar como o processo de sazonamento da mentalidade de valoração e conservação desses bens só ocorre a partir de sacrifício de uma centena de monumentos representativos em todo o país, dentre eles a Sé baiana, e em seguida a uma simultânea movimentação legislativa, orientada para criar um sistema jurídico capaz de proteger a nossa tradição. [...] é bem verdade que expressa por uma elite, uma minoria de historiadores e políticos – homens destemidos, livres e sensíveis -, os quais vão gradualmente, com o passar dos anos, procurar defender os seus pontos de vista favoráveis à manutenção do nosso repertório de bens culturais e criar um *corpus* de leis que permitisse a guarda desses objetos de vária significação (PERES, 2009, p.204-205).

Emblemáticos casos de demolição, como o da Sé, jamais foram esquecidos nas discussões urbanísticas da cidade. A presença de sua ausência está marcada nas janelas arqueológicas abertas na Praça da Sé (projeto de escavação realizado no período de 1998 a 2002). As aberturas no piso marcam os limites da edificação e demonstram a solidez das paredes robustas do vetusto templo demolido em 1933 (Figura 83). O caso também está simbolicamente representado pela obra "Cruz Caída", monumento em homenagem a Sé Primacial do Brasil, obra de Mauro Cravo de 1999 (Figura 84).

Figura 83: Planta-baixa da antiga igreja da Sé, com marcação dos setores de escavação arqueológica.



Fonte: Costa, 2011, p.82.

Figura 84: Fotografia panorâmica de 1999, com a Praça da Sé, após a reinauguração e os alicerces da igreja expostos pelas janelas arqueológicas.

Fonte: Costa, 2011, p.81.

Casos emblemáticos de demolições nos ajudam a compreender porque certos exemplares da cidade foram reconhecidos nos primórdios da política patrimonial nacional. Também como representações de elementos apagados da imagem da cidade contribuíram para o debate urbanístico. Por meio da reunião de fontes até então dispersas sobre demolições realizadas, destacamos falas de agentes e instituições que contribuíram para a formação de novas representações para exemplares da cidade colonial, incluindo-os nas

narrativas sobre a definição da Nação e de sua tradição. O material analisado destaca a coletividade do processo de institucionalização do patrimônio no Brasil, relacionando as demolições emblemáticas com as falas locais sobre o legado colonial.

ESCOMBROS QUE FALAM: à guisa de conclusão

Os escombros das edificações demolidas pelos projetos de modernização foram mais do que restos inertes e fragmentos de um passado morto. O apagamento de núcleos de formação das cidades e de seus símbolos não passou incólume ao debate cultural urbano.

O olhar para os escombros do passado foi revelador. O que implicou em mapear agentes que se manifestaram em torno das demolições e deixá-los falar. Destacamos as palavras proferidas, seus sentidos e interesses apresentados. Juntamos fontes até então dispersas[277], analisando-as como parte de um processo mais amplo de interpretação do passado inserido num debate cultural urbano que não pretendemos dar conta por completo[278], mas com o qual objetivamos colaborar, identificando agentes, conceitos e disputas que emergem dos documentos analisados.

Os escombros tiveram papel de destaque na composição da narrativa da modernidade. O interesse por enfatizar a demolição fez parte do processo de reconstrução da imagem das cidades. Palavras e imagens divulgadas a época apresentavam a modernização mediante a execução de simbólicas avenidas construídas sobre o traçado existente.

As aberturas das grandes avenidas foram associadas a nomes de figuras fortes, com capacidade de "triunfar heroicamente na opinião mundial" (GAZETA DO POVO, 28 set. 1912, p.3). Haussmann em Paris, Pereira Passos no Rio de Janeiro, Alfredo Lisboa no Recife e José Joaquim Seabra em Salvador. Os escombros foram enquadrados em narrativas fotográficas oficiais, como a de Charles Marville em Paris, Augusto Malta no Rio de Janeiro e Francisco Du Bocage no Recife.

Assim, inspirados em fotografias de época, fomos nos aprofundando em imagens dissolventes produzidas pela modernidade. Termo ao qual utilizamos para nos referir a cenas de demolições de quarteirões inteiros, de ruas ou de edificações. Entendendo que aquela imagem dissolvente[279], aquele ato demolir, não duraria apenas durante seu processo

[277] Material levantado entre iconografias (fotografias, mapas, plantas, desenhos e pintura), fontes tradicionais (relatórios, mensagens de governo, legislação, contratos) e a grande massa de artigos de periódicos da época (documentação não oficial).

[278] Entre os limites da coleta documental realizada, é preciso destacar que pudemos discutir ao menos em parte as falas relacionadas às demolições, pois outras falas permaneceram veladas em fontes dispersas. Por isso optamos por discutir os casos mais emblemáticas, aqueles que terminaram por atingir um conhecimento público, através da massa de notícias da imprensa, servindo muitas vezes para mobilizar embates políticos, entre jornais aliados e oposicionistas ao governo.

[279] Os planos de modernização e suas demolições sobre as urbes evidenciaram a ação dissolvente do tempo.

físico (material), mas passariam a constituir elemento de discurso, perdurando por décadas no debate cultural urbano.

A modernização se fez apoiada em representações negativas sobre a malha urbana do período colonial. No Recife, a fala em defesa das demolições do período de obras do porto (1909-1918), interpretou o tecido existente como "inestético e monótono", com "ruas esconsas e vielas escuras", que não combinavam com as novas avenidas projetadas e seus "prédios arquiteturalmente belos" (JORNAL DO RECIFE, 26 out. 1910, p.10). A reforma urbana transformou em escombros quarteirões inteiros do adensado núcleo colonial, apagando também elementos singulares do sítio.

Entre as edificações singulares estavam os arcos, da Conceição e de Santo Antônio, antigas portas da cidade. O arco da Conceição foi comparado a um "espantalho" (JORNAL DO RECIFE, 11 fev. 1912, p.1), algo de improvisado, desajeitado, sem valor reconhecido, nem histórico, ou artístico. Também a Igreja do Corpo Santo, localizada na mais antiga área sacra da ocupação, foi demolida mediante justificativa de utilidade pública, permitindo a extensão da Rua Marquês de Olinda (antiga rua da Cadeia), da ponte Sete de setembro (atual Maurício de Nassau) à Praça Rio Branco (atual Marco Zero).

Na mesma década, paralelamente, a capital baiana também era reformada. Nas mensagens de governo de J.J.Seabra foi explicitado o anseio de modificar o "aspecto colonial" de Salvador através dos ditos "melhoramentos". Na Cidade Alta a construção da Avenida Sete de Setembro era o projeto estruturante para conectar o núcleo de formação da cidade (distrito da Sé) com as áreas de expansão, construção simbólica do "caminhar para a civilização" (SEABRA, 1913, p.15).

Às vésperas de demolição da Igreja da Ajuda e ante a ameaça de derrubada (total ou parcial) do Mosteiro de São Bento, embates ficam evidentes e valiosos debates sobre os bens do passado ocupam páginas especiais de periódicos baianos. As vozes dissonantes ao discurso modernizador foram recebidas como um ataque político, os periódicos governistas não pouparam o uso de termos negativos para se referir a edificações do passado e seus defensores, chamaram as outras vozes de "clamor da opinião retrógrada" (GAZETA DO POVO, 28 set, 1912, p.).

O atraso era do aspecto antigo legado do período colonial e também dos defensores de alguns dos exemplares desse sítio. A "aparência *tosca*" e o semblante "inestético e

Alberto Sato (2005, p.58) afirma que as demolições foram acompanhadas de angústia pela súbita demolição de algo que se acreditava ser estável ou "*unitário"*.

carcomido" da Igreja da Ajuda, termos usados pelos aliados do governo que foram refutados na fala do Padre Basílio Pereira. O líder religioso associou a modesta igreja com a noção de *monumento histórico,* referindo-se a obra feita pelo homem que adquire importância com a passagem do tempo, através da transmissão por "gerações".

O termo "tradição" aparece associado aos edifícios antigos, marcadamente no debate em torno da demolição dos exemplares da arquitetura religiosa colonial. As igrejas eram os elementos de destaque do sítio urbano. Associadas a espaços livres, possuíam papel ativo nas práticas sociais da vida urbana até o período das reformas urbanas que as ameaçaram demolir[280]. A solidez das edificações de "pedra e cal" e suas celebrações (casamentos, batizados, missas, procissões e festas) foram destacadas como elementos da "tradição" do povo.

Os trabalhos de demolição não passaram indenes. Os serviços executados com ferramentas simples como picaretas, martelos, alviões e enxadas foram assistidos. Os rituais de despedidas das edificações religiosas foram acompanhados pelo povo. O padre Basílio Pereira destacou a multidão (calculada em cem mil pessoas) "impregnada de um sentimento de afeto" que assistiu a última missa da Igreja da Ajuda de Salvador, uma manifestação de "inúmeros operários baianos" que se despediu da "antiguidade histórica", sob "soluços da alma popular" (DIÁRIO DA BAHIA, 7 set. 1912, p.1).

Sandra Pesavento (2005) afirma que os indivíduos não ficam indiferentes aos estímulos sensoriais do mundo real. As demolições como fato real causaram sensações nas pessoas que presenciaram a transformação da imagem da cidade. Os escombros tão pouco foram fragmentos do passado inerte, pois embora levados fisicamente pela ação do progresso, a rememoração das demolições transforma os escombros em elementos do discurso da cidade.

Os escombros inspiraram palavras de homens das letras. Theotônio Freire, por exemplo, se mostrou perplexo com a demolição da Igreja do Corpo Santo no Recife, ao ver o material de alta qualidade (como estruturas de madeira de lei, balaustradas de pedra, peças de mármore e granito) convertido pelos trabalhos da "picareta" (do "alvião", da "enxada") em "escombro", "pó" e "poeira" que ação dos "tempos práticos" levou[281].

[280] A secularização da cidade foi aprofundada em trabalhos como o de Rubenilson Brazão Teixeira. O autor evidencia essa passagem da "cidade de deus à cidade dos homens", que além das reformas e demolições das igrejas também foi associada a mudança dos nomes das ruas.
[281] Cf. JORNAL DO RECIFE, 12 jul. 1914, p.1.

Assim, no contrapelo do processo de modernização o legado histórico e artístico do período colonial passa a ser tematizado não só no contexto brasileiro, mas também latino americano[282]. A estratégia metodológica de investigar casos de demolições em Recife e Salvador contribuiu para desvelar tensões, dissensos, contradições e visões em disputa sobre os exemplares do passado. Ambas as cidades após terem passado por reformas urbanas de grande porte em sua trama colonial, apresentaram tentativas similares de proteger seus monumentos, através da criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais (da Bahia criada em 1927, de Pernambuco em 1928).

O debate cultural urbano em torno do tecido da cidade, de suas edificações singulares, ou mesmo do seu casario comum herdado do período colonial estava posto. Das demolições estudadas até a formação das leituras institucionalizadas[283], observa-se uma rica discussão local e mesmo nacional em torno do tema. Os escombros fazem parte dos discursos, pois foram mobilizados, retomados, rememorados e usados a fim de sensibilizar em torno da relevância de constituir uma tradição, confirmando nossa hipótese.

As palavras negativas sobre o legado colonial passam a ser contestadas revelando a existência de outras interpretações. No Recife na virada para a década de 1920, homens das letras se colocam numa "tarefa de recuperação do passado", através de um "forte sentimentalismo", demonstram seu "estranhamento" com o presente e buscaram o retorno ao período patriarcal, no qual se sentiam seguros (ARRAIS, 2004, p.35). Nas palavras de agentes como Manoel de Oliveira Lima, Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre alguns exemplares do passado colonial passam a receber novas associações, principalmente, o interesse "pitoresco", "relíquias pátrias", "monumento histórico", elementos portadores de "tradições", que deveriam nos "orgulhar"[284].

As novas associações não aparecem apenas das falas do Recife dos anos 1920, mas também ganharam força em Salvador, o que demonstra a circulação de ideias em torno do passado colonial entre recortes espaciais distintos. O emblemático caso da igreja da Sé de

[282] As "aproximações e distinções" entre os processos de modernização latino-americanos estão por ser ainda aprofundados em discussões posteriores, mantendo-se a estratégia metodológica de estudar eventos de demolições e tendo como base a história cultural urbana (DANTAS, ASSUNÇÃO e SOUSA, 2017).
[283] No âmbito local, consideraram-se as leituras institucionalizadas das Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais de fins da década 1920. Já sobre o nacional foram considerados os contornos delineados no período de Governo de Getúlio Vargas, que criam em 1937 o *Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.
[284] Termos utilizados por Oliveira Lima em (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 jun. 1919, p.3) que tanto inspirou Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre, conforme Raimundo Arrais (2004, p.92), o intelectual foi um dos fundadores do "sentimento de apego ao passado".

Salvador extrapolou o contexto local, os juízos de valores negativos[285] em torno da edificação foram combatidos por intelectuais, políticos e artistas, formando um protesto bastante evidente no ano de 1928[286].

O termo "tradição" além de se referir ao ritmo da vida no período colonial, marcado pelas celebrações religiosas, passa a ser entendido enquanto práticas sociais da "pátria". Observa-se ainda aproximação do valor de tradição com o conceito de monumento histórico, a edificação antiga, mesmo que não tenha sido pensada a *priori* como artefato portador de valor, poderia adquirir interesse enquanto testemunha dos acontecimentos e elemento de rememoração do passado. "Monumentos de tradição" como destacou Bernardino de Sousa (RIGHB, 1928, p.399), Secretário Perpétuo do *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, que argumentou em defesa da Igreja da Sé, evidenciando o valor histórico do imóvel.

Observa-se ainda a associação dos monumentos com o conceito de "relíquia", artefato que possuía uma aura sagrada por ter pertencido a alguém importante ou por ter testemunhado fato notável da história[287]. A aura de sacralidade envolvia as emoções e não razão, uma carga afetiva que pode ser percebida nas falas registradas sobre as demolições, no uso de palavras como "amor" e "saudade".

Além da valoração histórica, estava em aberto uma discussão estética em torno do legado colonial. Exemplares "característicos" do "barroco português" passam a ser evidenciados enquanto valor artístico[288]. A construção de uma nova interpretação estética foi fruto de muitas contribuições, já na década de 1910, a busca pelas raízes da arquitetura motivava a interpretação do passado. Ricardo Severo foi uma das pioneiras vozes a assentar a "tradição nacional" na arte portuguesa adaptada ao meio (ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul. 1914, p.3), com suas ruelas "serpenteando" vales, conferindo um "caráter pitoresco" de "harmonia que constitui o caráter regional" (REVISTA DO BRASIL, abr. 1917, p.400).

A nacionalidade estaria na continuidade com o passado e assim por "fatalismo histórico" [289] o Brasil não poderia possuir uma arquitetura de origens estrangeiras. Os

[285] Para citar alguns, a igreja da Sé foi chamada "aleijão", "trambolho", "mastodonte informe", "absurdo de pedra e cal", "ruína sem nenhuma beleza nem traço histórico" (A TARDE, 5 nov. 1925, p.1).
[286] Cf. RIGHB, 1928; RIGHB, 1929.
[287] Noção de relíquia foi carregada e associada à história através da atuação dos Institutos Históricos (a partir do século XIX) e dos Museus (de início do século XX), aparecendo também para se referir aos bens imóveis, nas primeiras discussões em torno da proteção destes.
[288]Cf. RIGHB, 1929. O valor artístico da Igreja da Sé foi evidenciado José Wasth Rodrigues (artista e estudioso da arte colonial) e por Gustavo Barroso (diretor do Museu Histórico Nacional).
[289] O termo foi usado por José Marianno Filho, em seu importante texto de difusão do movimento neocolonial

exemplares do período colonial ganham notoriedade, seu "espírito clássico", sua "sobriedade", sua "força estática", sua "verdade" no emprego de materiais[290]. A fala de intelectuais e artistas da época foi fundamental para a difusão de uma nova representação em torno da arquitetura colonial, desta vez associada sinônimo de tradição nacional.

Os embates em torno da representação da cidade colonial ficam evidentes nos debates em torno das demolições. Em meio ao discurso de modernização, marcado pela imagem negativa de atraso e sujeira do tecido colonial, a ideia da tradição nacional ganha força, não sem antes perder muitos dos seus exemplares característicos (seja pelas demolições ou pelas reformas com mudança de estilo[291]). As reformas urbanas evidenciaram o estranhamento, a falta de identificação com as áreas remodeladas. A mudança de sensibilidade estética com relação aos exemplares coloniais torna-se ainda mais perceptível quando se constroem contrastes ou oposições com a arquitetura eclética das modernizações.

Em São Paulo[292], Monteiro Lobato destacou a necessidade de "retomar a linha passado", ante ao "jogo internacional de disparates", o "carnaval arquitetônico" da cidade e a "caricatura profanatória" da Sé local, após sua reforma neogótica (ESTADO DE SÃO PAULO, 25 jan. 1917, p.3). No Rio de Janeiro, o arquiteto Lucio Costa destacou "as formas feias" das edificações construídas na Avenida Central (A NOITE, 19 mar. 1924, p.1). Em Recife[293], Gilberto Freyre estabeleceu um contraste entre a "arquitetura sóbria" da casa colonial com o "arrebicado", o "açucarado", o "confeitado" edifício eclético (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 30 set. 1923, p.1).

Pouco a pouco em recortes espaciais distintos, as velhas pedras da "tradição"

---

nos anos 1920 – *Os dez mandamentos do Estilo Neocolonial* (ARQUITECTURA NO BRASIL, set. 1923, p.161). No relatório de 1930 da *Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais* de Pernambuco o termo utilizado pelo líder do movimento neocolonial é novamente utilizado, "fatalidade arquitetônica brasileira é o barroco", que seria a "grande linha da tradição nacional" (PERNAMBUCO, 1930, p.48-49).

[290] Cf. José Marianno Filho (ARQUITECTURA NO BRASIL, set. 1923, p.161).

[291] A pesquisa aponta ainda para discussões que merecem um maior aprofundamento, a partir de novos recortes. Como a formação das primeiras falas sobre a restauração no Brasil, motivadas pela mudança de estilo de edificações a partir de demolições (como a Igreja da Ajuda em Salvador, antiga Sé em São Paulo) ou reformas (como a da Igreja da Sé de Olinda). Qual noção de *restauração* circula nas primeiras décadas do século XX no Brasil? Como se dá a recepção de casos paradigmáticos internacionais (como o do Campanário de Veneza, na Itália)?

[292] Ricardo Severo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26 jul. 1914, p.4) se referiu ao eclético como uma "corrente cosmopolita e desnacionalizadora".

[293] O jornalista Anníbal Fernandes (DIARIO DE PERNAMBUCO, 14 jan. 1920, p.3), Inspetor de Monumentos de Pernambuco (1928-1930), utiliza palavras ainda como "mostrengos", "corrupção do bom gosto", "imitação bárbara", marcada pela "ignorância" contrapondo ao "tipo de habitação" brasileira em destaque em São Paulo "guiado pelo Sr. Ricardo Severo".

ganham defensores e as ideias preservacionistas circulam com cada vez mais intensidade. Nesse contexto as perdas de símbolos[294] da cidade colonial passam a ser mobilizadas, evidenciando outro uso das forças demolidoras, desta vez não planejado. Pois se as demolições compõem a narrativa da modernidade, quando passam a ser utilizadas nos discursos anos depois, atuam como estratégia retórica do debate cultural urbano, contribuindo consequentemente para dar sustentação à gênese da preservação no Brasil.

Nem tudo que aparece no debate do período de 1909-1933 (analisado pela tese) vai ser institucionalizado nos primeiros anos de criação da política federal de preservação do patrimônio no Brasil, oficializada com o decreto-lei nº 25 (BRASIL, 1937). Num primeiro momento de 1930 a 1937 houve uma preferência por atender demandas reais da cidade de Ouro Preto, reconhecida enquanto "monumento nacional" em 1933, legitimando parte da história oficial, "palco" da Inconfidência Mineira e, por conseguinte do movimento de "libertação colonial". O "nacionalismo brasileiro" moldado pelo governo do Estado Novo privilegiou num primeiro momento o patrimônio mineiro, tombando ainda conjuntos urbanos da cidade de Diamantina, São João Del Rei, Tiradentes e Mariana[295].

Principalmente a salvaguarda do "caráter" da cidade colonial não foi contemplada nas listas de bens tombados em Pernambuco e Bahia (anexo 6 e anexo 7), o que se observou foi o apoio nas leituras locais realizadas nesses dois estados pelas Inspetorias de Monumentos em fins da década de 1920 sem a devida reflexão e atualização da interpretação. Os elementos característicos estavam nas relíquias, mas também no "pitoresco de ruas íngremes e apertadas", nas "casas anônimas" e "moradas pobres" tal qual a cidades medievais europeias[296] (O IMPARCIAL, 18 jul.1933, p.3).

Observa-se uma mudança evidente de sensibilidade, quando são associadas às vielas da cidade colonial brasileira com as vielas da cidade medieval, uma lacuna que necessita de maior estudo. São estabelecidas relações com tecidos medievais (de Ruão, Carcassone,

[294] No Recife, a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (conhecida como Corpo Santo) e em Salvador a Igreja da Sé eram os símbolos principais do núcleo de formação e de suas respectivas freguesias.

[295] O conjunto urbano da área de formação da cidade de Salvador só foi tombado em 1983 e o conjunto do antigo bairro do Recife em 1985. As modificações realizadas pelas reformas urbanas de grande porte de certo contribuíram para o reconhecimento patrimonial tardio do sítio urbano, pois o tombamento de conjunto incluía preservar também os exemplares ecléticos do sítio urbano, algo que os modernistas da chamada fase heroica do IPHAN (1937-1970) não conseguiam admitir. Discussão da prática patrimonial brasileira e seus dissensos com o ecletismo são discutidos em estudos de demolições dos anos 1970 (Cf. ATIQUE, 2011; 2016a e 2016b; ASSUNÇÃO e CASTRO, 2019).

[296] Fala veiculada às vésperas da demolição da igreja da Sé de Salvador (O IMPARCIAL, 18 jul. 1933, p.3).

Nuremberg, Veneza e Chester[297]), há referências ao interesse pelo panorama visual através de associações com Nápoles[298] (Itália) e o interesse pitoresco foi mencionado também por leitores de John Ruskin[299].

As palavras associadas a casos emblemáticos de demolições nos permitiram discutir leituras sobre a cidade colonial que estavam em disputa e em transformação. Os dissensos sobre o legado do passado aparecem também nos projetos posteriores para as cidades de Recife e Salvador. As demolições estudadas foram usadas em discussões técnicas, pontuando ponderações sobre o custo social, urbano e financeiro das grandes reformas realizadas nos anos 1910. Nesse sentido, destacamos contribuições de profissionais como Domingos de Sampaio Ferraz, Saturnino de Brito, José Estellita, Prestes Maia, Theodoro Sampaio. Outros tantos técnicos deixaram leituras de grupo sobre as edificações do passado através dos clubes de engenharia, da *Comissão do Plano da Cidade* (no Recife) e do *Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador.*

A abordagem metodológica de uma história cultural das demolições foi possível pelo apoio em outros campos da História, enriquecendo estudos oriundos de documentos oficiais[300] e afirmando a importância das pesquisas sobre a atuação de indivíduos (técnicos e intelectuais[301]). O mapeamento de falas em torno de casos de demolições não privilegiou a leitura de grupos determinados da sociedade, permitindo uma discussão mais coletiva do processo de construção de representações positivas em torno da cidade colonial.

A partir dos fragmentos do passado pudemos destacamos as contribuições das Instituições ligadas ao estudo da história do Brasil: os Institutos Históricos, os museus nacionais e as Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais. Recuperamos falas dos agentes da época; homens das letras, médicos, advogados, arquitetos, engenheiros, artistas, dentre outros. Identificando-os sem dividi-los ou separa-los em categorias, como modernistas, tradicionalistas, católicos ou outros. Assim entrecruzamos suas palavras observando novas associações possíveis para o legado do passado, que se formou e legitimou principalmente em torno da arquitetura do período colonial.

---

[297] Cf. RIGHB, 1928 - Fala de Affonso Taunay.
[298] Cf. Renata Cabral discutiu as origens da noção de ambiente através de contribuições teóricas italianas.
[299] Ricardo Severo (REVISTA DO BRASIL, abr. 1917) e Luiz Cedro (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, dez. 1923), Cedro ainda destaca a influência de Victor Hugo na sua concepção de *monumento histórico*.
[300] Nas pesquisas sobre o patrimônio no Brasil, predominam os recortes iniciados com a mítica criação do SPHAN em 1937.
[301] Como Mário de Andrade, José Marianno Filho, Ricardo Severo, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira e Lucio Costa; nomes importantes da literatura da arte e arquitetura brasileiras.

Não se trata de patrimonializar retroativamente ou de lamentar o que foi perdido. Mas de iluminar uma trama maior e mais complexa de falas que colaboraram para formação de leituras em torno do patrimônio e que por sua vez se relaciona com a institucionalização da preservação nacional, apresentando repercussões no debate urbano (na seleção do que demolir e preservar na cidade).

A pesquisa sobre as demolições da modernidade, baseada na história cultural urbana, abre um fecundo campo de estudos possíveis. Os escombros, ou como intitulados as imagens dissolventes das narrativas de modernidade, compuseram nossos "traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado" (PESAVENTO, 2012, p.97). A partir de novos recortes e indagações, o material descartado pelas modernizações, nos serviu como fonte para discutir leituras e interpretações que compuseram também o projeto de modernidade.

A construção de um viés incomum e inesperado para interpretação da modernidade a partir dos seus escombros. Inspirou-se na abordagem crítica de Walter Benjamin, que enfatizou os "destroços da história", lado ruinoso e mesmo catastrófico da tempestade do progresso. Mas principalmente embasou-se em estudos como o de Carlo Ginzburg (1989, p.145) que estudou "sinais, indícios", que embora "imperceptíveis" para muitos possuem a capacidade de "dissolver névoas da ideologia" para decifrar a realidade.

Se o mito da modernidade envolve uma "ruptura radical com o passado" (HARVEY, 2015), a construção do progresso apresentou no contrapelo a interpretação da tradição. Era preciso definir o tempo pretérito, entender sua composição e assim construir o novo. As demolições e seus escombros foram os nossos "indícios" para corroborar para a dissolução dos mitos fundadores, tanto da modernidade, quanto da criação do patrimônio no Brasil.

As falas sobre os escombros revelaram ligações com o passado. Nos debates das demolições efetivadas em Recife e Salvador observamos a construção de imagens positivas em torno do legado colonial. Coube aos modernistas que atuaram na primeira fase do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) legitimar a representação da arquitetura colonial como tradição nacional, mas essa construção começou anteriormente.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. Ribeiro Couto – biografia. 2016. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/ribeiro-couto/biografia Acesso em: 20 fev. 2019.

ADCOAK, Michael. Remaking Urban Space. **University of Melbourne Library Journal,** vol. 2, p.25-35, 1996.

ALBUQUERQUE JR., Durval. **A invenção do nordeste e outras artes.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Mário. A arte religiosa no Brasil. **Revista do Brasil**, São Paulo, ano 5, v.13, n.50, p.95-103, 1920.

_____. Blaise Cendrars. **Revista do Brasil**, São Paulo, ano 8, v.25, n.99, p.214-223, 1928.

_____. **O Turista Aprendiz**. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: IPHAN, 2015.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Correspondência. **Fundação Getúlio Vargas**, arquivo Gustavo Capanema – série correspondentes. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1928. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_B&pasta=GC%20b%20Andrade, %20R Acesso em: 10 dez. 2019.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Diógenes Rebouças e o EPUCS: planejamento urbano e arquitetura na Bahia, 1947-1950. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 25-50, jul. 2013. ISSN 1982-0569. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635086>. Acesso em: 17 mar. 2019. doi:https://doi.org/10.20396/urbana.v5i1.8635086.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo. et al. (Orgs.). **Diógenes Rebouças –** cidade, arquitetura, patrimônio. Salvador: UFBA, 2016.

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do Capitalismo. In: ARANTES, Otilia Beatriz; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da formação**: três estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ARQUIVOS diretoria de estatística, propaganda e turismo. Papéis antigos – a Reforma do Bairro do Recife. Prefeitura Municipal do Recife, Ano 1, nº1, mar. 1942.

ARRAIS, Raimundo. **A capital da saudade**: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Bagaço, 2006.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira. **Percepção ambiental do patrimônio cultural**: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. Natal, RN: 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira. Patrimônio cultural potiguar: história, memória e narrativas do presente. **URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, Campinas, SP, v.9, n.3, p.499-520, set./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8649547 . Acesso em: 16 jul. 2018.

ASSUNCAO, Gabriela Lira; DANTAS, George Alexandre Ferreira. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba , v. 10, n. 2, p. 387-399, Aug. 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692018000200387&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira e CASTRO, Silvia Helena de. Palacete Santa Helena: de símbolo do progresso à demolição (1925-1971). In: **Anais do ENANPUR.** Natal: mai. 2019.

ATIQUE, Fernando. O Patrimônio (oficialmente) Rejeitado: a destruição do Palácio Monroe e suas repercussões no ambiente preservacionista carioca. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** jul. 2011.

_____. A midiatização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol.29, n. 57, p.215-234, jan.-abr. 2016a.

_____. De "casa manifesto" a "espaço de desafetos": os impactos culturais, políticos e urbanos verificados na trajetória do Solar Monjope (Rio, anos 20 – anos 70). **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, vol.24, n.3, p.149-175, set.-dez. 2016b.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**: os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BAHIA, Arquivo Público, vol. XVIII-A. Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Bahia, **Imprensa Oficial do Estado**, 1928.

BAHIA, Arquivo Público, vol. XVIII-A. Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Bahia, **Imprensa Oficial do Estado**, 1931.

BAHIA, Arquivo Público, vol. XXVI. Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Bahia, **Imprensa Oficial do Estado**, 1938.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Síntese dos padrões monetários brasileiros. 2007. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/Documents/museu/pub/SinthesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf Acesso em: 10 junho de 2019.

BANDEIRA, Manuel. Evocação do Recife. In: FREYRE, Gilberto; MOTA, Mauro. **Livro do Nordeste:** comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco. 2 ed. Recife: Secretaria de Justiça do Arquivo Público Estadual, 1979.

_____**.** Defeza de Ouro Preto. **Ilustração Brasileira**, n.97 , Rio de Janeiro, set. 1928.

_____**. Guia de Ouro Preto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

BARBOSA, Francisco de Assis. Cronologia da Vida e da Obra. In: BANDEIRA, Manuel. **Poesia Completa e Prosa.** Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1986.

BARROSO, Gustavo. O culto da saudade. **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, vol.XXIX, 1997[ed. orig.1912].

_____. A cidade sagrada. Seção Gustavo Barroso – Inspetoria de Monumentos Nacionais. **Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, 1928. Acesso em: 10 dez. 2018. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN.

_____. Relatório [10 jan.] 1934 ao Exm. Sr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública – Inspetoria de Monumentos Nacionais. **Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, 1934. Acesso em: 10 dez. 2018. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN .

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical.** Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

_____**.** Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 1v.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.** (obras escolhidas III). 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moises, Ana Maria Loriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOYM, Svetlana. **The future of nostalgia**. New York: Basic Books, 2001.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

BORBA, Manoel Antônio Pereira. Mensagem do governador lida por ocasião da instalação da 2ª sessão da 9ª legislatura do Congresso Legislativo do Estado. Recife: Typografia da Imprensa Official, 1917.

BRAGA, João Pereira Rebello. **Boletim n.2:** Memorial Histórico da Igreja do Corpo Santo do Recife. Recife: D.P.H.A.N. , set. 1955.

BRASIL. Decreto nº 6.738, de 14 de novembro de 1907. **Diário Official da União**, Rio de Janeiro, RJ, 19 nov. 1907, p.8289.

BRASIL. Decreto nº 7.003, de 2 de julho de 1908. **Diário Official da União**, Rio de Janeiro, RJ, 2 ago. 1908, p.5272.

BRASIL. Decreto nº 8.591, de 8 de março de 1911. **Diário Official da União,** Rio de Janeiro, RJ, 29 abr. 1911, seção 1, p.5113.

BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. **Diário Oficial da União,** Rio de Janeiro, RJ, 17 jul. 1933, seção 1, p.14153.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União,** Rio de Janeiro, RJ, 6 dez. 1937.

BRESCIANI, Maria Stella. Melhoramentos entre Intervenções e Projetos estéticos. In:___(org). **Palavras da Cidade.** Porto Alegre: Editora Universitária UFRS, 2001.
BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento de Recife: descripção e Relatórios. Recife: Tipografia da "Imprensa Official", 1917.

CABRAL, Renata. A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália. Tese – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos: 2013.

_____. CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol.24, p.181-203, jan.-abr. 2016.

CABRAL, Renata; JACQUES, Paola. O antropófago Oswald de Andrade e a preservação do patrimônio: um "devorador" de mitos? **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, vol.26, p.1-39, 2018.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade:** A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2012.

CAIGNY, Majolo de. Palestra sobre as egrejas na Bahia e no estrangeiro, sob o ponto de vista artístico. **A Paladina do Lar,** Salvador, anno III, n. 8, p.237-240, ago. 1912.

CARDOSO, Ciro F. . Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações:** contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

CARTA DE ATENAS. Documento da Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), nov. de 1933. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf Acesso: 10 de fevereiro de 2019.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na Repartição.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Minc – IPHAN, 2000.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do corpo santo**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Conselho Municipal de Cultura, 1977.

CERAVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio**: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, 1930-1960**.** São Carlos-SP: EdUfSCar, 2013.

CERAVOLO, Suely. A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938). In: MAGALHÃES, Aline; BEZERRA, Rafael (Orgs). **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". **Estudos Avançados**, São Paulo, 11 (5), p.173-191. 1991 [ed. orig. Annales, n.6, nov.-dez., 1989].

_____. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade / Ed. UNESP, 2006.

COSTA, Carlos A.. A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica. **RHAA**, jan./jun. 2011.

COSTA, Lucio. Um architecto de sentimento nacional. **A Noite.** Rio de Janeiro, 18 jun. 1924. Disponível em: memoria.bn.br Acesso em: 2 abr. 2015.

_____. Documentação necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, n.1, p.31-40, 1937.

COSTA, Luiz Augusto Maia. **O ideário urbano paulista na Virada do Século.** O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões Territoriais e Urbanas Modernas (1886-1903). São Carlos: RiMa, Fapesp, 2003.

CPDOC/FGV. Telegrama de Gilberto Freyre. Arquivo Gustavo Capanema – série correspondências. 25 jun. 1937. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_B&pasta=GC%20b%20Freire,%20G Acesso em: 4 nov. 2018.

DANTAS, George A. F. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil.** 2009. 237p. Tese - Escola de Engenharia de São Carlos (EESC). São Carlos: 2009.

DANTAS, G.; SOUSA, R.. Sensibilidades, gosto e modernização urbana: notas em torno do concurso de fachadas Avenida Central do Rio de Janeiro. **Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Brasil, jul. 2014. Disponível em: http://www.shcu2014.com.br/index.php/shcu/2014/paper/view/337. Data de acesso: 17 Set. 2014.

DANTAS, George; SOUSA, Rebeca; MOREIRA, Bárbara. Modernidades instantâneas: fotografia, cultura e transformações urbanas. In **4º Seminário Ibero-americano**. Belo Horizonte, 2015.

DANTAS, George; ASSUNÇÃO, Gabriela; SOUSA, Rebeca. Cidades Dissolutas: arquitetura, escombros e cultura urbana na virada para o século XX. In: **5º Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte, 2017.

DICIONÁRIO HISTÓRICO Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DENOËL, Charlotte. Charles Marville: photographies d'um patrimoine monumental restaure. **Histoire par l'image**, dez. 2014. Disponível em: http://www.histoire-image.org/etudes/charles-marville-photographies-patrimoine-monumental-restaure . Acesso em: 2 jan. 2018.

DÓCIO, Vanessa. **Sob o signo da pedra e cal:** trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927-67). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2014.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. Wasth Rodrigues. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1867/wasth-rodrigues>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FAMEB. 140 anos de Luís Pinto de Carvalho (31/03/1877): um neurologista para além da medicina. Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: www.fameb.ufba.br/filebrowser/download/98 Acesso em: 20 fev. 2019.

FERNANDES, Ana; GOMES, SAMPAIO, Heliodório; Marco Aurélio. **A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950):** a construção institucional, formação profissional e realizações. **Anais** do V Encontro Nacional da ANPUR, 1995.

FERNANDES, Anníbal. Coluna de Uns e de Outros. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 95, n.323, p.3, 21 nov. de 1919.

FERNANDES, Anníbal. Coluna de Uns e de Outros. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 96, n.7, p.3, 8 jan. de 1920.

FERNANDES, Anníbal. Coluna de Uns e de Outros. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 96, n.13, p.3, 14 jan. de 1920.

FERNANDES, Annibal. O trabalho que está realizando a Inspetoria de Monumentos em Pernambuco. **A Província.** Recife, 06 set. 1930.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. "Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)" In: Anais do Encontro Políticas Culturais: teoria e práxis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George Alexandre. "Em nome da cidade": modernização, história e cultura urbana em Câmara Cascudo nos anos 1920. In: GARCÉS, Eduardo Kingman (Org.) **História Social Urbana:** espacios y flujos. Quito: Flacso Ecuador, Ministério de Cultura, 2009, p.155-172.

FERREIRA, Laís. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*. **Revista de História Regional**, vol.11, n.1, Ponta Grossa-PR, Verão, 2006, p.53-86.

FERRAZ, Domingos de Sampaio. **Porto de Pernambuco** – O Molhe de Olinda. Recife: Imprensa Industrial, 1914.

FERREZ, Gilberto. **O álbum de Luis Schlappriz:** memória de Pernambuco: álbum para os amigos das artes, 1863. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREYRE, Gilberto. Vida social no nordeste: aspectos de um século de transição. In: FREYRE, Gilberto; MOTA, Mauro. **Livro do Nordeste:** comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco . 2. ed. Recife: Secretaria de Justiça do Arquivo Público Estadual, 1979 [ed. orig. 1925].

_____. **Guia Prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. 4.ed. rev. atual. aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968a [ed. orig.1934].

_____. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, n.1, p.41-44, 1937.

_____. **Olinda** – segundo guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. 4.ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968b [ed. orig.1939].

GALLARDO, Helena Pérez. **Fotografia y arquitectura no século XIX.** Espanã: Ediciones Cátedra, 2015.

GASPAR, Lúcia. Vanildo Bezerra Cavalcanti. **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, 2010. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/ Acesso em:10 jan. de 2019.

GOMES, Renato. **Gilberto Freyre antes de *Casa-Grande & Senzala***: a formação político-intelectual do escritor (1918-1930). Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

GORELIK, Adrian. **La Grilla y el Parque**: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

_____. **Das vanguardas a Brasília:** cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOVERNO DO ESTADO da Bahia. **A Grande Salvador:** posse e uso da terra..Simpósio sobre o barateamento da construção habitacional. Salvador: Banco Nacional de Habitação e Banco de desenvolvimento do Estado da Bahia, 1978.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARDMAN, Samuel. Cem anos de Agricultura e Pecuaria no Nordeste. **Diario de Pernambuco 1º centenário (1825-1925),** Recife, 1925.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.hobs

HUGO, Victor. **O Corcunda de Notre-Dame**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. Guerre aux démolisseures. Revue des deux mondes, tomo 5, mar. 1832. Disponível em: https://www.youscribe.com/BookReader/Index/246192?documentId=215067 Acesso em: 2 mai. 2018.

HUYSSEN, Andreas. Authentic Ruins: products of modernity. In HELL, Julia; Schönle, Andreas (Ed.). **Ruins of modernity** (Politics, history, and culture). Durham, NC: Duke University Press, 2009.

IPHAN. Lista dos Processos de Tombamento. 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20de%20Processos%20de%20Tombamento.pdf Acesso em: 17 out. 2018.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho:** o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

_____. **Tesouros do Morro do Castelo**: mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

_____. **Arquitetura neocolonial no Brasil**: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008b.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEITE, José Roberto; SILVA, Leonardo. **O oitocentos na coleção Ricardo Brennand.** Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2015.

LEME, Maria Cristina. **Urbanismo no Brasil – 1895-1965.** São Paulo: Studio Novel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LIMA, Manoel de Oliveira. Um monumento histórico. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 95, n.173, p.3, 1919.

LIMA, Alceu Amoroso. Pelo passado nacional. **Revista do Brasil,** São Paulo, ano 1, v.3, n.9, p.1-15, setembro de 1916.

LIRA, José. O estranho patrimonial: Mário de Andrade e o (des)Brasil. In: ANDRADE, Mário. **O Turista Aprendiz**. Edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: IPHAN, 2015.

_____. De patrimônio, ruínas urbanas e existências breves. Redobra, Salvador, v.4, n.112, p. 168-179, 2013.

_____. Naufrágio e galanteio: viagem, cultura e cidades em Mário de Andrade e Gilberto Freyre. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** , São Paulo, v. 20, n. 57, p.143-209, fev. 2005. Disponível em: https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000100009 Acesso em: 10 dez. de 2017.

_____. **Mocambo e cidade:** regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 1997.

LIRA, José e DANTAS, George. Contrastes e encontros: história, cultura e cidade no Nordeste (Natal e Recife, 1928-1929). In **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur**, vol.2, p.636-650, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

LOMBARDO, Davide. De Certeau, the everyday and the place of humor. **Revue d' Histoire des Sciences Humaines,** 2010/2 (nº23), p.75-98. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-histoire-des-sciences-humaines-2010-2-page-75.htm Acesso em: 26 dez. 2017.

LORETTO, Rosane. **Paraíso & Martírios:** histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. 2008.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estud. av**., vol.16, nº45, p.199-206, ago. 2002.

LÖWY, Michal. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". [Sao Paulo]: Boitempo Editorial, 2015.

LUBAMBO, Cátia W. . **Bairro do Recife entre o Corpo Santo e o Marco Zero.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MAGALHÃES, Aline M.; BEZERRA, Rafael. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Colecionando relíquias...** um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2004.

MALHANO, Clara Emília. (2002). Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna/ FAPERJ.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: **Textos**, São Paulo: Alfa-omega, 1980.

MATTOS, Ana Teresa. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito:** a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro. Dissertação Mestrado Profissional. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

MAZZONI, Vanilda. **Memória literária feminina na Bahia:** Inventário de revista A Paladina do Lar. Salvador: Quarteto Editora, 2010.

MELO, Mário. Arqueologia e história. **Diário de Pernambuco.** Recife, 22 set. 1929.

MENDONÇA, Jovita. Uma memória de Pernambuco. **Instituto Moreira Salles**, 26 mai. 2014. Disponível em: http://www.ims.com.br/ims/explore/acervo/noticias/recife-no-seculo-xix Acesso em: 21 jul. 2017.

MENEZES, José Luiz (Org.). **Atlas histórico-cartográfico do Recife.** Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954**). Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1966.

NERY, Juliana. **Falas e ecos na formação da arquitetura moderna no Brasil.** Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2013.

NEVES, Margarida. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 1v.

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris – individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social**; Ver. Sociol. USP, São Paulo, 12(1), p.11-28, maio de 2000.

OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo (1927-1943).** Recife: FUNDAJ; Massangana. 1997.

PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o morro do Castelo:** populares, estratégias de vida e hierarquias sociais. 2008, 159 p. Dissertação – Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2008.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In: Seminário de História Urbana, 1990, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 1990, p.33-43.

PEREIRA, José Basílio. Carta aberta de Mons. José Basilio Pereira acerca das remodelações da cidade. **A Paladina do Lar,** Salvador, anno III, n. 8, ago. 1912.

PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé.** 3 ed. Salvador: Editora Corrupio / Petrobrás, 2009.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. Ato n.240, de 8 de fevereiro de 1929. Regulamento da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais. **Imprensa Oficial**, Recife, 1929.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores. **Imprensa Oficial**, Recife, 1930.

PESAVENTO, Sandra J. . "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano". Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p.279-290, 1995.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra J.; LANGUE, Frédérique (Orgs.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra. História & História Cultural. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012[ed. orig. 2003].

PEQUENO GUIA das igrejas da Bahia. A igreja da Ajuda e a devoção dos passos. Publicação da Prefeitura de Salvador, 1950.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920:** um estudo de modernização urbana. Dissertação – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1992.

_____. **Europa, França e Bahia:** difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2 Ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.** São Paulo: Fapesp, 2011.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Risco –** revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Programa de pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. EESC-USP. v.3, n.2, 2006.

PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane. A Demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/124.htm> Acesso em: 10 dez. 2014.

PORTO da Bahia. **Ilustração Brasileira,** Rio de Janeiro, n. 99, nov.1928.

PROTESTO CONTRA a demolição da Sé, 1928. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987.

REBOUÇAS, Diógenes; FILHO, Godofredo. Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX. Salvador-BA: Odebrecht, 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500/1720.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Melhoramentos executados sob a direção do atual intendente Dr. Julio Viveiros Brandão. Rio de Janeiro: 16 de setembro de 1914. Quinzenal. Suplemento.

RODRIGUES, Angela. Da restauração à reconstrução: impasses conceituais nos debates patrimoniais do século XX e seus reflexos na contemporaneidade. **1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil**, Belo Horizonte, 2017.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: os** antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1937-1968. Campinas-SP: 1991. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

RUSKIN, John. **The seven lamps of architecture.** 6 ed. Sunnyside, Orpington, Kent: Geroge Allen, 1889.

_____. **A lâmpada da memória.** Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro: revisão Beatriz e Glayds Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editoral, 2008.

SAES, Alexandre Macchione. Modernização e concentração do transporte urbano em Salvador (1849-1930). **Rev. Bras. Hist**., São Paulo , v. 27, n. 54, p. 219-238, Dec. 2007.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Rev. Inst. Est. Bras**. São Paulo, 31, p.19-26, 1990.

SALGUEIRO, Heliana (Org.) **Cidades capitais do século XIX**: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos. São Paulo: EDUSP, 2001.

SALVADOR Y LA BAÍA DE TODOS LOS SANTOS. **Guía de arquitectura y paisaje.** Edição Trilíngue. Sevilla (ES): Consejería de Obras Públicas y Vivienda, Dirección de Rehabilitación y Arquitectura, 2012.

SAMPAIO, Antônio Heliodório. **Formas Urbanas –** Cidade Real & Cidade Ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto: PPG/AU-FAUFBA, 1999.

SAMPAIO, Theodoro. Igreja da Ajuda – recordações da sua história antiga. **A Tarde,** Salvador, anno I, n.1, 15 out. 1912.

SANTOS, Ademir. Origens do Planejamento Urbano e Regional: Theodoro Sampaio e a questão das águas em São Paulo. **XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Edilton M. **J. J. Seabra. Sua vida, Suas Obras.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

SANTOS, Mariza V. Motta. Nasce a academia Sphan. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, n.24, p.77-95, 1996.

SATO, Alberto. Demolición y Clausura. **ARQ,** n.59, p.58-61, 2005.

SEABRA, José Joaquim. Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia – 2ª sessão ordinária da 11ª legislatura. Salvador: Governo do Estado, 1912.

SEABRA, José Joaquim. Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia – 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura. Salvador: Governo do Estado, 1912.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. Campinas, SP São Paulo: Ed. da UNICAMP Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEVERO, Ricardo. A arte tradicional no Brasil. **Revista do Brasil,** São Paulo, ano 2, v.4, n.16, p.394-424, 1917.

SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, J.; OELZE, B. (Org.). **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora da UnB, 1998, p.137-144.

SILVA, Fernanda dos Santos. Viollet le Duc e o primeiro plano de restauração de Ouro Preto MG. Teoria e prática. **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 188.01, Vitruvius, jan. 2016.

SILVA PINTO, Renata. **A praça na história da cidade:** o caso da Praça da Sé – suas faces durante (1933/1999). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2003.

SOUSA, Rebeca Grilo de. **Da cidade colonial a metrópole modernizada**: Lima Barreto e as reformas urbanas no início do século XX. Natal, RN: 2013. 119f. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Curso de arquitetura e urbanismo.

SOUSA, Rebeca Grilo de. **Escombros e Vestígios:** os debates sobre os arrasamentos nas reformas urbanas das cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife no início do século XX). Natal, RN: 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SPURR, David. Figures of Ruin and Restoration: Ruskin and Viollet-le-Duc. In **Architecture and Modern Literature**, p.142-161. ANN ARBOR: Universitry of Michigan Press, 2012. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/j.ctt1qv5nb5.9 Acesso em: 24 de abril de 2018.

TEXEIRA, Cid; TEXEIRA, Cydelmo; MARCONI, Rino. Memória fotográfica. In: GOVERNO DO ESTADO da Bahia. A Grande Salvador: posse e uso da terra..Simpósio sobre o barateamento da construção habitacional, Salvador: Banco Nacional de Habitação e Banco de desenvolvimento do Estado da Bahia, 1978.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens:** a secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Tentativas de enraizamento:** arquitetura brasileira e formação nacional. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. Cartografias difusas, geografias superpostas: cidade e cultura na viagem de Mário de Andrade à Parayba. In **Anais do IV Simpósio Nacional de História Cultural.** Goiânia: ANPUH, 2008.

UFBA. Catálogo online do arquivo pessoal de Godofredo Filho. Disponível em: http://www.webgodofredofilho.ufba.br/#introducao Acesso em: 10 de abril de 2019.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002.

VIANNA, Andrea. **Turismo, propaganda e patrimônio no Brasil.** Um encontro à luz de fragmentos de correspondência política de Oswaldo Aranha durante a Era Vargas (1930-1945). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2018.

WANDERLEY, Andrea. Moritz Lamberg. **Brasiliana fotográfica**, 29 de junho de 2017. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=moritz-lamberg Acesso em: 01 jun. 2018.

WISNIK, Guilherme. Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade. **Novos estudo. - CEBRAP**, São Paulo , n. 79, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2014.

YABLON, Nick. **Untimily ruins:** na archeology of American urban modernity, 1819-1919. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

A PALADINA DO LAR, Salvador, ano 3, n.8, agosto de 1912.

A PALADINA DO LAR, Salvador, ano 3, n.9, setembro de 1912. Edição Especial.

A PALADINA DO LAR, Salvador, ano 3, n.10, outubro de 1912.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 34, n.242, p.1-4, 2 de setembro de 1911.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 36, n.4, p.1-8, 5 de janeiro de 1913.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 36, n.29, p.1-10, 30 de janeiro de 1913.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 36, n.42, p.1-8, 13 de fevereiro de 1913.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 36, n.59, p.1-8, 2 de março de 1913.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 36, n.64, p.1-8, 7 de março de 1913.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 36, n.36, p.1-8, 2 de abril de 1913.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 42, n.65, p.1-6, 8 de março de 1919.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 42, n.323, p.1-8, 21 de novembro de 1919.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 42, n.122, p.1-8, 29 de maio de 1923.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 57, n.237, p.1-8, 12 de outubro de 1928.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 57, n.257 , p.1-12, 4 de novembro de 1928.

A PROVÍNCIA, Recife, ano 58, n.5, p.1-12, 6 de janeiro de 1929.

A NOITE, Rio de Janeiro, ano 12, n.3955, p.1-11, 4 de dezembro de 1922.

A NOITE, Rio de Janeiro, ano 14, n.4421, p.1-6, 19 de março de 1924.

A NOITE, Rio de Janeiro, ano 14, n.4312, p.1-6, 18 de junho de 1924.

A TARDE, Salvador, ano 1, n.1, p.1-4, 15 de outubro de 1912.

A TARDE, Salvador, ano 1, n.2, p.1-4, 16 de outubro de 1912.

A TARDE, Salvador, ano 4, n.1138, p.1-4, 20 de julho de 1916.

A TARDE, Salvador, ano 14, n.5351, p.1-4, 5 de novembro de 1925.

A TARDE, Salvador, ano 15, n.5575, p.1-4, 2 de agosto de 1926.

A TARDE, Salvador, ano 17, n.6109, p.1-4, 10 de julho de 1928.

A TARDE, Salvador, ano 21, n.6199, p.1-4, 10 de julho de 1933.

A TARDE, Salvador, ano 21, n.6202, p.1-4, 13 de julho de 1933.

A TARDE, Salvador, ano 21, n.6209, p.1-4, 20 de julho de 1933.

ARCHITECTURA NO BRASIL, Rio de Janeiro, ano 2, n.24, v.4, p.1-54, setembro de 1923

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 95, n.173, p.1-8, 29 de junho de 1919.

DÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 96, n.7, 8 de janeiro de 1920.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 99, n.226, p.1-12, 30 de setembro de 1923.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 99, n.285, p.1-16, 9 de dezembro de 1923.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 100, n.9, p.1-16, 11 de janeiro de 1925.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 101, n.43, p.1-14, 21 de fevereiro de 1926.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, ano 102, n.300, p.1-10, 27 de dezembro de 1927.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, ano 57, n. 175, p.1-4, 1 de setembro de 1912.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, ano 57, n. 176, p.1-4, 3 de setembro de 1912.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, ano 57, n. 177, p.1-4, 4 de setembro de 1912

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, ano 57, n. 180, p.1-4, 7 de setembro de 1912

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, ano 57, n. 184, p.1-4, 13 de setembro de 1912.

DIÁRIO DA BAHIA, Salvador, ano 57, n. 188, p.1-4, 17 de setembro de 1912.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Salvador, ano 2, n.301, p.1-4, 2 de setembro de 1912.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Salvador, ano 2, n.306, p.1-4, 7 de setembro de 1912.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Salvador, ano 3, n.140, p.1-4, 25 de fevereiro de 1913

GAZETA DE NOTÍCIAS, Salvador, ano 3, n.178, p.1-4, 12 de abril de 1913.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Salvador, ano 3, n.190, p.1-4, 28 de abril de 1913.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Salvador, ano 3, n.210, p.1-4, 23 de maio de 1913.

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2119, p.1-4, 4 de setembro de 1912

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2120, p.1-4, 5 de setembro de 1912.

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2124, p.1-4, 11 de setembro de 1912.

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2125, p.1-4, 12 de setembro de 1912.

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2128, p.1-4, 15 de setembro de 1912.

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2129, p.1-4, 16 de setembro de 1912.

GAZETA DO POVO, Salvador, ano 8, n.2141, p.1-4, 28 de setembro de 1912.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, ano 6, n.128, p.1-58, setembro de 1914.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, ano 8, n.2, p.1-50, outubro de 1920.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, ano 4, n.50, p.1-50, setembro de 1923.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, ano 5, n.44, p.1-71, abril de 1924.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, Rio de Janeiro, ano 9, n.97, p.1-72, setembro de 1928.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 53, n.275, p.1-4, 26 de outubro de 1910.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 54, n.1, p.1-4, 1 de janeiro de 1911.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 54, n.4, p.1-4, 5 de janeiro de 1911.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 54, n.20, p.1-4, 21 de janeiro de 1911.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 54, n.102, p.1-4, 15 de abril de 1911.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 55, n.89, p.1-6, 31 de março de 1912.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 55, n.261, p.1-6, 21 de setembro de 1912.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 55, n.343, p.1-6, 12 de dezembro de 1912.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 56, n.64, p.1-6, 7 de março de 1912.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 57, n.188, p.1-12, 12 de julho de 1914.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 60, n.259, p.1-10, 20 de setembro de 1917.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 65, n.96, p.1-8, 26 de abril de 1922.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 60, n.270, p.1-8, 23 de novembro de 1922.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 70, n.301, p.1-10, 28 de dezembro de 1927.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 71, n.22, p.1-12, 26 de janeiro de 1928.

JORNAL DO RECIFE, Recife, ano 71, n.25, p.1-16, 29 de janeiro de 1928.

O ESTADO DA BAHIA, Salvador, ano 1, n.176, p.1-8, 2 de agosto de 1933.

O ESTADO DA BAHIA, Salvador, ano 1, n.179, p.1-8, 5 de agosto de 1933.

O ESTADO DA BAHIA, Salvador, ano 1, n.181, p.1-8, 7 de agosto de 1933.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, ano 40, n.13.001, p.1-24, 26 de julho de 1914.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, ano 43, n.13.910, p.1-20, 25 de janeiro de 1917.

O IMPARCIAL, Salvador, ano 13, n.706, p.1-8, 12 de julho de 1933.

O IMPARCIAL, Salvador, ano 13, n.711, p.1-8, 18 de julho de 1933.

O IMPARCIAL, Salvador, ano 13, n.712, p.1-8, 19 de julho de 1933.

O IMPARCIAL, Salvador, ano 13, n.724, p.1-8, 2 de agosto de 1933.

O IMPARCIAL, Salvador, ano 13, n.725, p.1-8, 3 de agosto de 1933.

O IMPARCIAL, Salvador, ano 13, n.730, p.1-8, 9 de agosto de 1933.

O JORNAL, Rio de Janeiro, ano 11, n.3156, p.1-16, 8 de março de 1929.

REVISTA DA CIDADE, ano 1, n.12, p.1-28, 14 de novembro de 1926.

REVISTA DE PERNAMBUCO, ano 2, n.10, p.1-60, abril de 1925.

REVISTA DO BRASIL, São Paulo, ano 1, n.9, v.3, p.1-15, setembro de 1916.

REVISTA DO BRASIL, São Paulo, ano 2, n.16, v.4, p.394-424, abril de 1917.

REVISTA DO BRASIL, São Paulo, ano 5, n.50, v.4, p.394-424, abril de 1920.

RIAHGP, Recife, n.147, p.1-450, 1931.

RIGHB [Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia]. n.54, p.393-474. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1928.

RIGHB [Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia]. n.55, p.391-402. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1929.

RIGHB [Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia]. n.59, p.417-435, p.449-460. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1933.

ANEXOS

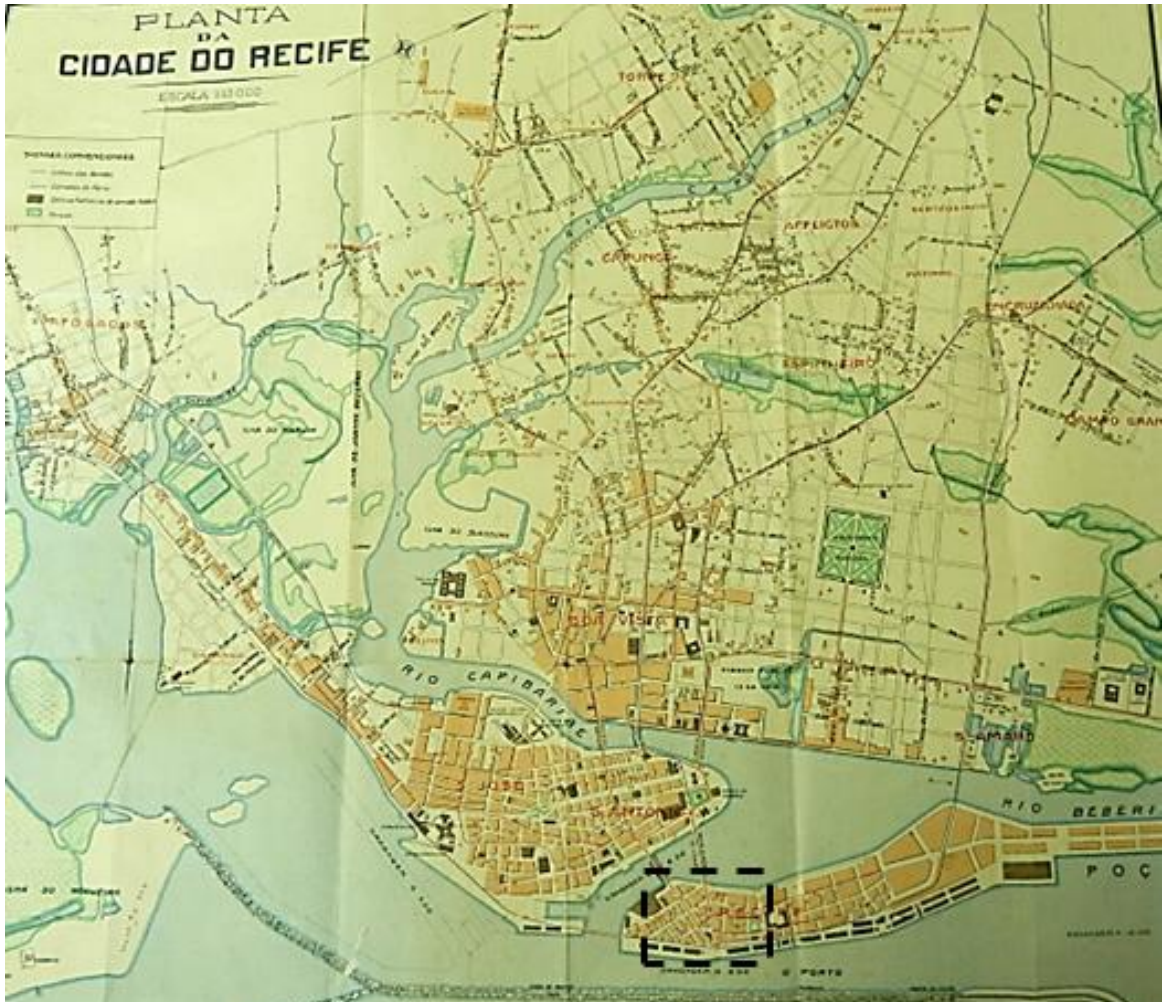
Anexo 1 – Planta da cidade do Recife, mapa base de Sir Douglas Fox de 1907.

Fonte: MENEZES, 1988.

Anexo 2 – Planta de Salvador, mapa base de Adolfo Morales de los Rios de 1894.

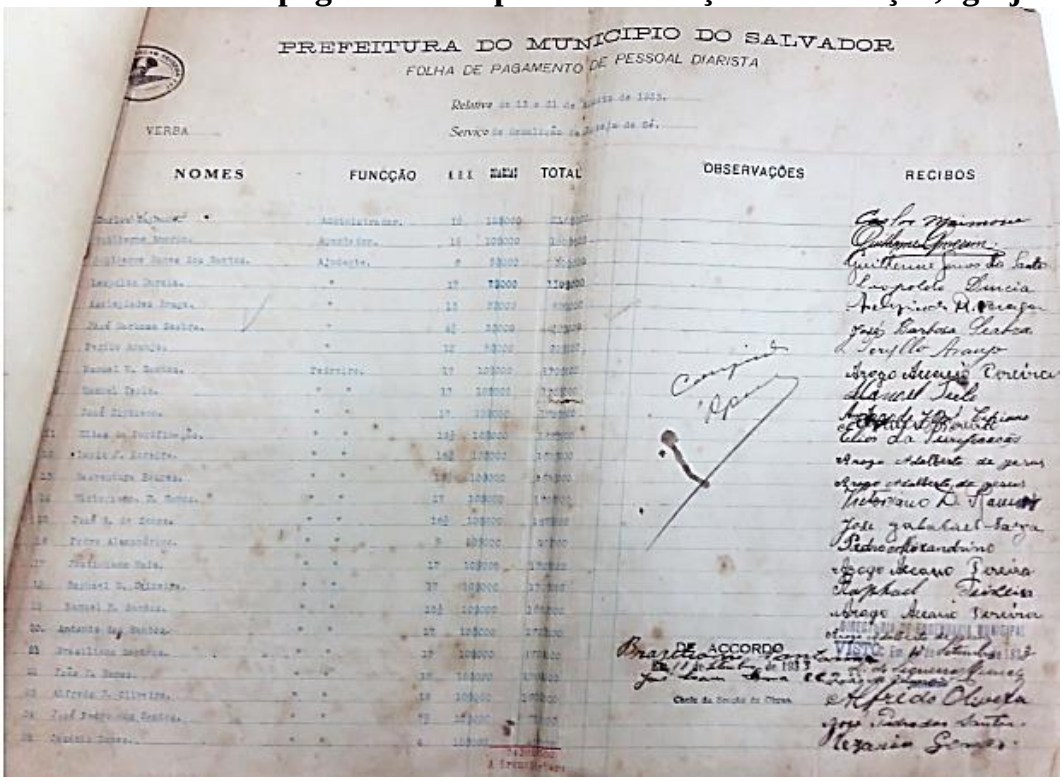
Fonte: GOVERNO DO ESTADO..., 1978.

Anexo 3 – Planta da cidade do Recife, em 1914.



Fonte: PLANTA DA CIDADE..., 1914.

Anexo 4 – Folha de pagamento de pessoal - serviço de demolição, igreja da Sé.

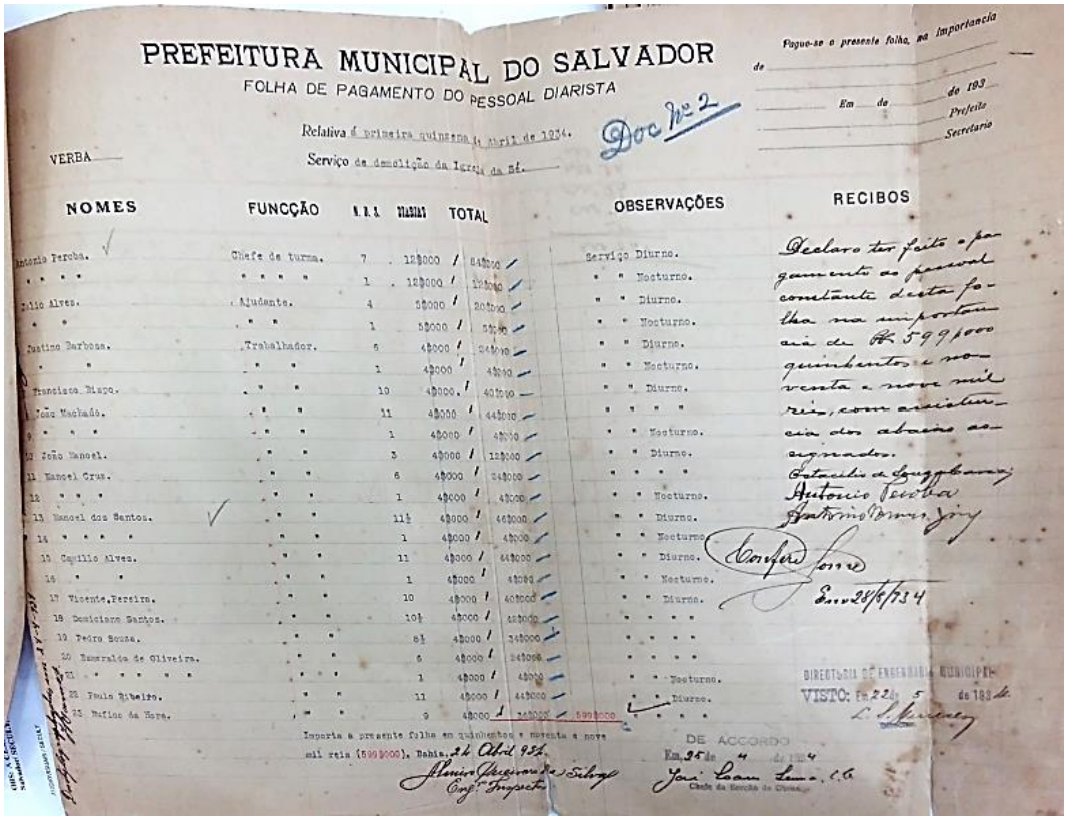


PREFEITURA DO MUNICIPIO DO SALVADOR

FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL DIARISTA

VERBA

NOMES	FUNCÇÃO			TOTAL	OBSERVAÇÕES	RECIBOS



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL DIARISTA

Doc Nº 2

Relativa á primeira quinzena de abril de 1934.

Serviço de demolição da Igreja da Sé.

VERBA

NOMES	FUNCÇÃO			TOTAL	OBSERVAÇÕES	RECIBOS
Antonio Peroba.	Chefe de turma.	7	12$000	84$000	Serviço Diurno.	
" " "	" " "	1	12$000	12$000	" " Nocturno.	
Julio Alves.	Ajudante.	4	5$000	20$000	" " Diurno.	
" "	" "	1	5$000	5$000	" " Nocturno.	
Justino Barbosa.	Trabalhador.	6	4$000	24$000	" " Diurno.	
" "	" "	1	4$000	4$000	" " Nocturno.	
Francisco Diogo.	" "	10	4$000	40$000	" " Diurno.	
João Machado.	" "	11	4$000	44$000	" " "	
" " "	" "	1	4$000	4$000	" " Nocturno.	
João Manoel.	" "	3	4$000	12$000	" " Diurno.	
Manoel Cruz.	" "	6	4$000	24$000	" " "	
" " "	" "	1	4$000	4$000	" " Nocturno.	
Manoel dos Santos.	" "	11½	4$000	46$000	" " Diurno.	
" " "	" "	1	4$000	4$000	" " Nocturno.	
Capillio Alves.	" "	11	4$000	44$000	" " Diurno.	
" "	" "	1	4$000	4$000	" " Nocturno.	
Vicente Pereira.	" "	10	4$000	40$000	" " Diurno.	
Domiciano Santos.	" "	10½	4$000	42$000	" " "	
Pedro Sousa.	" "	8½	4$000	34$000	" " "	
Generalino de Oliveira.	" "	6	4$000	24$000	" " "	
" " "	" "	1	4$000	4$000	" " Nocturno.	
Paulo Ribeiro.	" "	11	4$000	44$000	" " Diurno.	
Rufino da Hora.	" "	9	4$000	36$000	" " "	

Importa a presente folha em quinhentos e noventa e nove mil reis (599$000). Bahia, 24 Abril 934.

Engº Inspector

Pague-se a presente folha, na importancia de

Em de de 193

Prefeito

Secretario

Declaro ter feito o pagamento ao pessoal constante desta folha na importancia de Rs 599$000 quinhentos e noventa e nove mil reis, com assistencia dos abaixo assignados.

Antonio Peroba

Em 28/6/934

DE ACCORDO

Em 25 de 4 de 1934

Chefe da Secção de Obras

VISTO: Em 22 de 5 de 193

Fonte: Arquivo público municipal de Salvador.